HONÓRIO HERMETO NO RIO DA PRATA

(Missão Especial de 1851/52)

Exemplar **Nº 0371**

1959

Obra executada nas oficinas da
São Paulo Editora S. A. — São Paulo, Brasil

BRASILIANA
VOLUME 297

JOSÉ ANTÔNIO SOARES DE SOUZA

HONÓRIO HERMETO NO RIO DA PRATA

(Missão Especial de 1851/52)

Edição ilustrada

COMPANHIA EDITORA NACIONAL
SÃO PAULO

FAC. EDUCAÇÃO - BIBLIOTECA

Direitos desta edição reservados à
COMPANHIA EDITORA NACIONAL
Rua dos Gusmões, 639
SÃO PAULO, BRASIL

Impresso nos Estados Unidos do Brasil
Printed in the United States of Brazil

ÍNDICE

I — Um Trunfo Conservador 7
II — O Convênio de 21 de Novembro de 1851 18
III — Nos Domínios de Urquiza 30
IV — Desconfianças do Supremo 39
V — Entre Blancos e Colorados 53
VI — De Tonelero às Vésperas de Caseros 65
VII — Na Espectativa da Intervenção Britânica 77
VIII — Proezas de Mr. Southern na Côrte 86
IX — Monte Caseros, Morón ou Santos-Lugares 96
X — Em Buenos Aires 107
XI — O Novo Hóspede de Palermo 120
XII — Honório, Urquiza e a Coroa do Imperador 129
XIII — O Triunfo da Aliança não Necessita de mais Vítimas 139
XIV — Com os Blancos no Poder 149
XV — A Rejeição dos Tratados 163
XVI — Cartas de Generais e Diplomatas 174
XVII — Novo Astro que Desponta 191
XVIII — Reaparece Mr. Southern com a Intervenção 201
XIX — De quem era a Política? 211
XX — Despedida de Buenos Aires 222
XXI — Prosseguem as Discussões 232
XXII — No Rio de Janeiro 242
XXIII — O Tratado de 15 de Maio de 1852 256

Notas 271
Índice onomástico 317

FAC. EDUCAÇÃO - BIBLIOTECA

I

Um Trunfo Conservador

Em outubro de 1851, o govêrno imperial, à vista do inesperado desfecho do seu primeiro lance no Rio da Prata, necessitou aí de representante, que aliasse ao prestígio de sua posição política a rapidez de ação. O escolhido foi Honório Hermeto Carneiro Leão, pouco depois visconde e marquês de Paraná. Em menos de duas semanas, viu-se êle nomeado plenipotenciário, recebeu as instruções e seguiu para Montevidéu. É de se notar que as instruções falavam não só no patriotismo e na ilustração do senador mineiro, mas ainda na sua "enérgica atividade"(1).

Honório Hermeto não se individualizou tanto pelo seu gênio altaneiro e ríspido quanto pela intensidade de sua ação. Não foi apenas o homem atrabiliário, que acabou por fazer de sua vida um rosário de rixas, desafios e agressões. Longe de esmoer, irritado, os rancores que ressumavam das lutas diárias, sabia alhear-se de tudo isso e buscar no trabalho construtivo qualquer coisa de maior e melhor. Porém a fama de brigão, que conquistara durante os anos de luta, acompanhá-lo-ia ao Rio da Prata.

Era representante do Império, em Montevidéu, o desembargador Rodrigo de Souza da Silva Pontes. Ao aparecer-lhe Honório na legação, como ministro plenipotenciário, desgostou-se profundamente. Por mais que

excogitasse, não atinava com razão capaz de justificar o incômodo, a que se dera aquela ilustre personagem, de tão desagradável viagem, justamente agora depois de concluído o lance mais difícil da diplomacia. E êsse lance, que culminara na queda de Oribe, fôra todo premeditado, preparado e realizado, por intermédio dêle, Silva Pontes, apenas, como encarregado de negócios(2).

Para o melindrar ainda mais, trazia-lhe José Maria da Silva Paranhos, que acompanhava o futuro marquês como secretário, apresentação do amigo comum Manuel de Araújo Pôrto-Alegre, em que lhe avivava o traço predominante do plenipotenciário, inculcando-o, por ironia, como "um dos poucos cavalheiros que temos na época atual"(3).

Conhecia Silva Pontes o' novo diplomata de longa data. A êle se referiu várias vêzes em um dos seus diários, escrito havia oito anos. Mas, sempre que o fêz, demonstrou muito pouca simpatia pelo então ministro da Justiça. Não havia mentira ou calúnia, que contra êle se levantasse, que não acolhesse o desembargador, no seu diário, pressuroso.

Era gratuita a aversão. De um passo do próprio diário de Silva Pontes, extratamos o seguinte: "Entreguei ao Sr. Honório um requerimento para licença com vencimento, e pôsto que me tratou bem não se mostrou tão familiar como tinha de uso. Disse-me que o meu requerimento é justo, mas que o há de levar a despacho por isso que se pede licença com vencimento".

Anotava o desembargador esta entrevista no dia 31 de outubro de 1843. Já no dia 6 de novembro escrevia, em continuação: "Foi-me concedida licença com vencimento por seis meses. O aviso ao presidente do Maranhão é de 3 de novembro".

Houve uma dúvida no pagamento. Negou-se o Tesouro a pagar-lhe o vencimento, por não constar do

aviso devesse o recebimento realizar-se na Côrte. Silva Pontes voltou ao ministro da Justiça, no dia 18 de dezembro. "El-Rei Honório", consignou êle então, "estava de muito bom humor". Deu-lhe imediatamente outro aviso em mão. E conversou muito sôbre as coisas do Pará. Ao sair, prometeu Pontes "comunicar a sua Majestade" o que soubesse a respeito daquela província(4).

Basta que se atente para a maneira de personalizar o ministro: *El-Rei Honório* e *Sua Majestade,* para que se veja de onde partia a malquerença. E o motivo é fácil de se encontrar na demissão de Silva Pontes da presidência do Pará.

Êsse ato, no entanto, fôra da responsabilidade do ministério inteiro, inclusive de Paulino de Souza, ministro dos Negócios Estrangeiros em 1843. Agora, justamente, era êste ministro, de novo na mesma pasta, o melhor amigo do desembargador e quem não só insistira com êle, em 1850, para que permanecesse no seu pôsto em Montevidéu, mas, em breve, iria nomeá-lo plenipotenciário em Buenos-Aires. A Paulino devotava Pontes sincera amizade. Mas é certo, como se vê do mencionado diário, que em 1843 não acontecia o mesmo. Tanto assim que, reportando-se ao tempo em que Paulino fôra ministro da justiça, o apelidava de *Ministro da Graça,* alusão claríssima às distribuições de comendas, feitas na ocasião.

* * *

Talvez por não sentir necessidade de representação mais autorizada em Montevidéu, que se não houvesse esgotado na primeira fase da luta, com uma infinidade de casos por solucionar, é que Silva Pontes protestou imediatamente: "Ainda não voltei a mim", dizia êle

a Paulino, no dia 5 de novembro de 1851, "da admiração que me causou a súbita aparição do Sr. Honório." E, num gemido, confessava: "é duro sofrer as asperezas do gênio do Sr. Honório"(5).

Afigurou-se-lhe então a presença de Honório Hermeto imposição do conde de Caxias. "Combinado certos ditos e certos fatos", acrescentava Pontes, "poderia pensar-se que o principal motivo do incômodo, que se deu esta elevada personagem, foi exigência do conde de Caxias, ao qual me persuado que não causou estranheza a presença do Sr. Carneiro Leão".

Não houve, por parte de Caxias, exigência alguma neste particular. A única condição, imposta por êle, foi a de partir para o sul no momento de entrar em ação. Convidado, em setembro de 1850, a assumir a presidência do Rio Grande do Sul e o comando das armas, respondeu: "que sòmente iria (a não ser constrangido) no caso de haver declaração de guerra".

Isso contara Paulino ao próprio Silva Pontes, em carta de 25 de setembro de 1850, acrescentando os motivos que dera Caxias: "Receia que antes disso os partidos, a Assembléia Legislativa, etc., lhe tirem a fôrça moral". Em outra carta, confidencial secretíssima, de 14 de outubro, também de 1850, referindo-se aos preparativos de guerra, repetia: "É terrível a falta de um bom general. O Caxias esquivou-se de ir, declarando que iria logo se rebentasse a guerra. Diz que tem mêdo de se gastar antes, com as lutas de partidos, Assembléias Provinciais, etc."(6).

Tinha então, todo o cabimento o receio de Caxias, pois não havia muito tempo fôra o general Andréa obrigado a deixar aquela presidência, justamente por um dos motivos apontados pelo futuro duque(7). Era, portanto, exigência que fazia como militar para o êxito da ação militar.

No tocante à nomeação de Honório, porém, não houve interferência por parte de Caxias. Ao contrário, a missão especial apareceu inesperadamente. O próprio Honório, nos primeiros dias de outubro, estava longe de pensar na sua ida ao Rio da Prata. Isso se verifica de carta que escreveu a Paulino, a 7 de outubro, sôbre os tratados que discutiam então(8).

A nomeação do plenipotenciário decidira-a o ministro dos Negócios Estrangeiros ao saber por fonte oribista, existente no Rio de Janeiro, do desfêcho da luta no Uruguai. Esta notícia tivera Paulino antes de receber a correspondência de Silva Pontes, datada dos dias 10, 11 e 12 de outubro. Ao menos escreveu ao desembargador: "A nomeação do Honório é anterior ao recebimento daquelas confidências. Vieram aqui a um negociante relacionado com pessoas de Oribe cópias do 1.º e 2.º projetos de concessões de Urquiza ao mesmo Oribe, que V. Exa. m'o mandou"(9).

Ainda que inesperada pela maneira por que ocorreu, não teve a capitulação de Oribe um final rápido. A 2 de outubro escrevia Silva Pontes: "Pelo Paquete Inglês, que partirá no dia 6, pelas 9 horas da noite, ou pelo *Paquete do Sul*, que partirá antes ou depois, segundo haja alguma novidade importante a comunicar, escreverei com mais extensão". O *Prince*, que era o navio inglês a sair no dia 6, não trouxe notícia definitiva; apenas uma confidencial de Pontes, datada de 5, avisando: "Demoro o *Paquete do Sul* para levar a notícia oficial de que Oribe caiu nas mãos dos aliados"(10). Esperava ainda por um combate.

A 16 de outubro chegava à Guanabara, pouco depois do *Prince*, a corveta americana *Jamestown*. Saíra de Buenos Aires a 7 e estivera ancorada no pôrto de Montevidéu a noite de 8 para 9. Como estranhassem os americanos o fato de a cidade se achar inteiramente iluminada

àquelas horas, perguntaram a razão aos patrícios do *Congress*, que informaram tratar-se da rendição de Oribe e chegada de Urquiza. Pela corveta americana ou pelo vapor inglês é que vieram as cópias das concessões de Urquiza a Oribe, a que aludira Paulino. Dessas notícias concluíra o Govêrno Imperial a necessidade de representação mais firme no Prata e capaz de decidir as questões, que se sucedessem, independentemente de consultas e idas e voltas dos navios. A idéia da missão Honório deverá, assim, ter surtido de 13 a 16, entre a chegada do *Prince* e da *Jamestown*.

Honório foi convidado a 16 de outubro, à noite. De volta, já em casa, depois de feito o convite, escrevia Paulino ao Imperador: "Neste momento (10 horas e meia) chego a casa, e tenho a honra de receber a carta de Vossa Majestade Imperial". Depois de tratar do assunto da carta de D. Pedro, acrescentava: "Também junto duas cartas, vindas pelo vapor de guerra *Centaur*, chegado hoje, para Sua Majestade a Imperatriz. Trouxe alguns despachos do Marques, de pouca importância. Falei esta noite ao Sr. Honório. Está pronto". Ainda que sem data, fàcilmente se determina o dia em que foi escrita esta carta, pela circunstância indicada da chegada do *Centaur*. Consta do *Jornal do Comércio*, de 17, a chegada na véspera dessa fragata inglêsa, procedente de Portsmouth, com escala na Madeira, trazendo o contra-almirante Handerson substituto de Reynolds no comando da esquadra britânica do Atlântico.

Zarpara o *Paquête do Sul* de Montevidéu, a 12 de outubro, pelas 6 horas da tarde, com a notícia oficial da rendição de Oribe. Ao chegar à Côrte, no dia 21, já encontrou definitivamente resolvida a missão especial. Desde a véspera se adiara a partida do navio *Imperador*, de 20 para 23, a fim de levar o plenipotenciário. É, justamente, de 21 de outubro, depois de ler as confidenciais

de Silva Pontes, o interessante comunicado de Paulino ao Imperador, sôbre a missão Honório: "Tenho a honra de remeter a Vossa Majestade Imperial a correspondência que acabo de receber pelo *Paquête do Sul*. A demora do Exército foi fatal e ainda há de dar muitos desgostos. Reúnem-se hoje à noite em minha casa meus Colegas; preciso conferenciar com os Senhores Honório e Lamas; mal pude correr os olhos por aquela correspondência; não estou bem inteirado dela; e por isso ouso rogar a Vossa Majestade Imperial a graça de ma devolver até às 7 horas da noite. Ainda bem que foram celebrados os Tratados de 12 do corrente e vão a tempo. A missão do Sr. Honório torna-se cada vez mais necessária. Pede êle para seu Secretário a José Maria da Silva Paranhos. E' costume, em tais casos, condescender com os desejos dos chefes das missões, dando-lhes para Secretários pessoas em que tenham confiança. Disse-lhe eu que me parecia que Vossa Majestade Imperial acederia, porque faz boa idéia do Paranhos que tem as qualidades precisas. Como o tempo urge, peço licença a Vossa Majestade Imperial para mandar passar o Decreto".

Imediatamente concordou o Imperador, tanto que, nesse mesmo dia, respondeu ao seu ministro, fazendo várias considerações sôbre a política do Brasil no Rio da Prata. Infelizmente se encontra esta carta em parte inutilizada. Mas, do que se consegue ler, ainda podemos verificar o interêsse de D. Pedro pelos lances da nossa diplomacia. Iniciou a carta com esta frase: "Urquiza ou nos atraiçoa ou falta a boa fé a Oribe; o que é mais provável". Em seguida, referia-se "ao ofício explicação do comportamento de Urquiza, aliás muito lisonjeiro para nós, já se sabe para adoçar-nos a bôca". Parecia-lhe que, no final, demonstrara Urquiza "grande vontade" de "terminar a contenda". Há um longo trecho mutilado nesta interessantíssima carta, do qual já não se pode decifrar senão estas poucas frases de D. Pedro sôbre

as condições do acôrdo de Urquiza e Oribe: "Acho", dizia êle, "que nos fica muito mal aceitarmos semelhantes condições". "Mas", acrescentava, "receio muito dar mais pretextos a alcunharem de pérfido o comportamento do govêrno nesses negócios do Rio da Prata. A demora do nosso exército é a causa de tudo isso". A opinião do Imperador era idêntica à de Paulino, sendo esta última frase igual à que lhe escreveu o ministro.

Já no final da carta, dizia D. Pedro sôbre a missão: "tudo deve ficar pronto para que o Honório possa partir depois de amanhã, como vejo anunciado. A escolha do Paranhos, parece-me excelente; é um môço de muito talento e habilidade, que há mais tempo conviria ser aproveitado e que não podia começar a servir em mais azadas circunstâncias". Tudo ficou pronto; até a nomeação de Paranhos, que o *Jornal do Comércio* noticiava a 22([11]).

O *Imperador* saiu a 23 de outubro, quinta-feira. Às quatro e meia da tarde embarcaram, no Arsenal de Marinha, Honório Hermeto e o dr. Paranhos, depois de se despedirem dos amigos, Visconde de Monte Alegre e Paulino, que até ali os conduziram. Às cinco e meia, uma hora depois, o *Imperador* cruzava a barra, em demanda do Rio da Prata([12]).

* * *

Explicou Paulino, com franqueza, a Silva Pontes o motivo determinante da missão especial. Em carta de 21 de outubro, que o próprio Honório levaria, dizia o Ministro: "É preciso aproveitar a ocasião, apertar Rosas, dar com êle em terra, e obter o complemento dos Tratados de 12 do corrente, ligando ao nosso sistema e política aquêles governos".

Era êste o pensamento de Paulino, que se contrapunha ao de muitos outros, satisfeitos com a queda de Oribe e propensos a um entendimento com o governador de Buenos-Aires. Isso quem revela é D. Andrés Lamas, já então intimamente ligado ao ministro brasileiro, "muy comprometido en el destino de la política que ha fundado". E é bem possível que o boato, que então correu no Rio de Janeiro, de próxima queda do ministério, fôsse reflexo da situação política do ministro dos Negócios Estrangeiros, num dos passos decisivos do lance planeado. Em carta a Silva Pontes, de fins de setembro, Joaquim d'Avilla, que fôra comandante do *Golfinho*, referia-se à notícia da dissolução do ministério, porém dizia não acreditar, por ser de fonte *luzia* e "sobretudo porque também creio que não temos outro Paulino"(13).

Sôbre o destino dessa política, que fundara, continuava Paulino a carta a Silva Pontes: "Para isso era preciso um centro aí e quem pudesse mobilizar-se, ir a Entre-Rios, ao Paraguai e onde seja necessário, coadjuvado pelas nossas legações e chefes militares". Êsse centro, pelas circunstâncias do momento, só podia estar subordinado à pessoa ligada ao ministro, conhecedora de todo o pensamento do govêrno imperial, e que, além disso, tivesse o suficiente prestígio para resolver um sem conto de casos, que, forçosamente, surgiriam à medida que os acontecimentos fôssem evolvendo. "Ninguém mais habilitado que o Honório", afirmava Paulino, que, em seguida, passa a enumerar as qualidades do amigo: "ativo, enérgico, ousado, colocado numa posição mui alta, perfeitamente informado dos negócios, e plenipotenciário nos tratados de 12 do corrente".

O motivo principal, que levara o ministro a proceder assim, fôra facilitar a solução do negócio o mais prontamente possível. "As demoras", continuava Paulino, "idas e voltas de vapores, a escassez dos meios de comunicação,

a correspondência a cruzar-se no mar, tudo isso tem produzido retardamento, que, se até agora não tem feito mal, pode fazê-lo de ora em diante".

Foi cabal a explicação, não só no que dizia respeito ao motivo determinante da missão especial, mas também à escolha do plenipotenciário. Porém, pela muita consideração em que tinha o desembargador e os relevantes serviços que acabara de prestar, Paulino ainda lhe diz no final da carta: "Excuso pedir-lhe que ajude o Honório. O primeiro ato da peça terminou muito bem; é preciso um bom refôrço para o segundo". E concluía com a afirmativa: "O Sr. Honório é carta viva". Esta frase êle a repetirá no dia seguinte em outra carta: "O Sr. Honório aí vai é carta viva"(14).

Mas, com tudo isso, não se conformou Silva Pontes em ter o conselheiro e senador Carneiro Leão ao seu lado, no momento culminante da política imperial no Rio da Prata. Parecia-lhe que, assim, o amesquinhava o govêrno. E isso, principalmente, depois de combinar certos ditos, que ouvira, de que a nova missão nascera de exigências de Caxias.

Em resposta às queixas do desembargador da Relação maranhense, teve Paulino de recontar o ocorrido, além de se referir ao que havia de verdade sôbre a suposta intervenção de Caxias. A 12 de novembro, escrevia-lhe o ministro: "Julgava ter-lhe dado verdadeiras e justas explicações da missão do Honório, e que satisfariam a V. Exa." Em seguida, reportando-se ao fato que dera causa à versão propalada, contava o seguinte: "Essa missão não foi exigência do conde de Caxias, que não soube dela antes da chegada do Honório aí. Quando o conde foi nomeado disse êle, por vêzes, no Senado, ao mesmo Honório, que o esperava no Estado Oriental, e o Honório, brincando, lhe respondia que lá iria ter com êle. No bota-

-fora do Caxias, ao despedir-se êste do Honório, lhe disse que o esperava no Rio da Prata"(15).

Apenas isso, segundo Paulino, ocorrera. Porém não passara de brincadeira entre os dois amigos.

Por ocasião da partida de Caxias, em junho de 1851, não era possível ainda se prever a necessidade da missão especial, nascida, justamente, do fato de o Exército Brasileiro se ter atrasado, por culpa do antecessor de Caxias, que não cumprira a ordem de 28 de abril de 1851, de mobilização e concentração das tropas nas fronteiras com o Uruguai. Dêste fato e das suas conseqüências, é que despontou a idéia de se enviar Honório Hermeto Carneiro Leão, a carta viva, como dizia Paulino, para o centro da política externa do Império, que era então, sem dúvida alguma, o Rio da Prata.

O conde de Caxias, segundo o *Diário de Campanha*, soube que o seu amigo Honório estava em Montevidéu, por comunicação de Silva Pontes, de 31 de outubro, entregue no dia seguinte no acampamento brasileiro, à margem esquerda do rio Santa Luzia. Caxias, que acabara de regressar daquela cidade, voltou imediatamente ao encontro do diplomata(16).

Em Montevidéu, ninguém tinha a menor idéia da missão, "que era aqui", como afirmou o próprio Honório, ao chegar, "totalmente ignorada". O *Imperador* passara no caminho o navio inglês *Centaur*, que saíra do Rio de Janeiro, horas antes, com a notícia da missão. Foi o plenipotenciário quem explicou ao general Urquiza e ao ministro Herrera y Obes, a bordo do *Afonso*, os motivos que lhe justificavam a estada no Rio da Prata(17).

II

O Convênio de 21 de Novembro de 1851

O *Imperador* arribou à ilha de Santa Catarina ao meio dia de 26 de outubro. Aí estêve até 28 de madrugada, quando saiu para o Rio da Prata. Perdeu todo êsse tempo, "mais do que eu quisera", dizia Honório, em abastecer o vapor de carvão. Contudo, foi rápida a viagem. A 31, ao anoitecer, já aportava o *Imperador* a Montevidéu.

Não se fêz esperar *a enérgica atividade* do novo diplomata. Ainda a bordo, indaga de um oficial da charrua *Carioca,* que acabava de chegar, se o general Urquiza se encontrava em Montevidéu. Informa-lhe o oficial que Urquiza estava a bordo do *Afonso,* "que começava a fazer fogo", para seguir naquela mesma noite com destino a Entre-Rios.

Depressa pula Honório para um escaler da charrua, acostado ao navio, e manda remar em direção ao *Afonso.* Sobe a escada e aparece inesperadamente. É o almirante Grenfell quem o apresenta a Urquiza e ao Ministro Herrera y Obes, ambos mareadíssimos com o balouçar do navio.

Depois dos cumprimentos de cortesia e de felicitar o general pelo êxito da campanha contra Oribe, o próprio

Honório passa a informar, sumàriamente, sôbre a missão, que o trazia ao Prata, em primeiro lugar, o ministro Herrera e, em seguida, o governador, com quem pretendia conversar sôbre a continuação da guerra.

Urquiza, porém, estava inteiramente derreado com o bamboar das ondas e o cheiro de maresia. O enjôo e a dor de cabeça impediam-lhe qualquer conversação. Combinaram, no entanto, de se entender Honório com o Dr. Diógenes de Urquiza, a quem deixava o governador perfeitamente instruído de seus planos e da ajuda que esperava do Império([18]).

Não partiu Urquiza naquela noite, por não se concluir o embarque de suas tropas. Autorizara êle "que os seus cavaleiros vendessem a cavalhada ao nosso Exército". Por isso foi necessário que se lhe transportasse, por mar, quase tôda a tropa, composta de "quinhentas mulheres e crianças, setecentos e tantos correntinos e três mil e tantos entrerrianos". Incumbiram-se do transporte os vapores brasileiros *Afonso, D. Pedro* e *Recife* e o oriental *Uruguai*, ex-americano *Williams Pease*, adquirido meses antes pelo govêrno da Praça([19]). Até dezembro seguiram nesses navios, de Montevidéu e Colônia para Entre-Rios, mais de 9.000 pessoas. O serviço foi de tal ordem que se pensou em fretar o vapor *Manuelita Rosas*([20]).

Na manhã de 1.º de novembro, sabendo Honório que fôra adiada a partida de Urquiza, encarregou o dr. Paranhos de visitá-lo a bordo do *Afonso*. Já se achava melhor o general e pôde falar com o brasileiro. E entre outras coisas, que lhe disse, notou Paranhos o fato de se gabar o governador de haver enganado Oribe. Diante da surprêsa do diplomata, acrescentou Urquiza, explicando-se melhor: "que por manobras o iludira a respeito da fôrça numérica do seu exército, e também fazendo-lhe crer que o Exército Imperial se achava mais pró-

ximo que realmente estava"(21). Pouco depois, ao meio dia, partiu o *Afonso*, levando o governador e grande parte de seus soldados para Entre-Rios(22).

* * *

Honório desembarcou em Montevidéu, possìvelmente a 2 de novembro(23). No dia seguinte foi recebido particularmente pelo ministro Herrera, que se achava doente, com o rosto inchado, em conseqüência do sol em demasia, que apanhara por ocasião da partida de Urquiza(24).

A 5 de novembro, à uma hora da tarde, apresentou o plenipotenciário a sua credencial ao presidente, D. Joaquim Suárez. Foi solene a recepção. Ali se achavam Silva Pontes e Paranhos. Honório, em rápido, mas amabilíssimo discurso, explicou o motivo da missão, que chefiava. Respondeu-lhe o presidente Suárez no mesmo tom elevado(25). Por vêzes se nos depara, na correspondência de Honório, o retrato de D. Joaquim; sempre caracterizado como homem probo ou "homem de boa fé e honesto". Antes da invasão de Oribe, era Suárez rico proprietário. Depois, tendo de ocupar a presidência da República, durante os anos de cêrco, "não tirou outro resultado senão u'a muito considerável diminuição na sua fortuna"(26).

À noite dêsse dia 5 de novembro, uma banda de música se postou diante dos *balcones* do brasileiro. Talvez entre os músicos se encontrassem alguns que, em 1843, tocaram as suas charangas comovidas à porta do comendador Sinimbu. Honório, ainda com o seu fardão de gala, ao lado de Paranhos, ouviu, satisfeito, o repertório inteiro(27).

No dia 8 saiu de visita ao seu amigo conde de Caxias. Chegou tarde a *Las Piedras*, onde dormiu. Na madrugada

do dia seguinte, que era um domingo, prosseguiu a jornada, chegando às 9 horas da manhã no acampamento, a poucos quilômetros do *Passo do Soldado,* no Santa Luzia. Acompanharam-no o almirante Grenfell, o dr. Paranhos e um redator do *Comercio del Plata.* Recebeu o conde o plenipotenciário com as honras devidas a um conselheiro de estado e senador do Império. Parece-me que ainda vigorava a "Tabela das Continências, Guardas de Honra e Salvas", anexa à provisão de 15 de fevereiro de 1843. Assim devera êle ter sido recebido no acampamento com dezenove tiros de artilharia.

À tarde formaram diante do senador mineiro as três primeiras divisões, dirigidas pelo próprio Caxias, nas evoluções que fizeram. A tudo isso previra aquela provisão de 1843, determinando, para o caso, que as tropas apresentassem as armas, com as bandeiras postas horizontalmente e continências de espada. E tudo isso ao som de marcha batida pelos tambores, cornetas, clarins e músicos.

Revestiu-se de imprevista imponência o toque de recolher, executado que foi "por todos os músicos dos diversos corpos", junto à tenda em que se encontrava Honório. À noite houve jantar, a que todos os comandantes assistiram, terminado ao som do Hino Nacional e de um brinde ao Imperador, feito pelo conde([28]).

Honório, por certo comovido, a relembrar a sua mocidade em Minas Gerais, quando vestia a farda de alferes, voltou a Montevidéu e escreveu imediatamente ao ministro: "Fiz uma visita ao nosso Exército, fiquei contente de o ver. A infantaria V. Exa. conhece. A cavalaria é excelente, pois está agora muito bem servida de cavalos, e seu pessoal, tanto de linha, como de Guardas Nacionais, é todo de gente môça, esbelta e bem parecida, e quase na totalidade de brancos e índios". Mas, aos olhares do senador, não escaparam certas falhas: "É para notar",

dizia êle, "que havia na Guarda Nacional alguns soldados em mangas de camisa, por falta de farda ou jaqueta". Isso, no entanto, a 16 de novembro, se achava sanado: "O conde está já habilitado a fornecer tudo o que falta a dita Guarda Nacional, tanto de armamento, quanto de fardamento"(29).

* * *

Desde que chegara a Montevidéu, procurou Honório entrar em entendimento com o general Urquiza e o govêrno do Uruguai, para o prosseguimento da luta. A 4 de novembro já se referia aos planos do entrerriano, segundo ouvira de Herrera, do dr. Diógenes de Urquiza e de Silva Pontes. Intentava o governador transpor o Paraná em princípios de dezembro, com o exército de cêrca de 20.000 homens. Para isso pedia "além do auxílio da nossa Esquadra, que o Império lhe preste uma fôrça de três mil homens de infantaria, uma bateria e uma provisão de mil espadas". Ponderara Urquiza a Caxias a necessidade de os brasileiros se concentrarem em Colônia e dissimularem um desembarque em Buenos-Aires, "com a presença da Esquadra e de embarcações de transporte". Necessitava também o governador de empréstimo, com o qual pudesse pagar a manutenção de suas tropas no território de Santa-Fé e Buenos-Aires(30).

A Silva Pontes, antes da chegada da missão especial, solicitara o dr. Diógenes, "un contingente de tres mil soldados de infantaria, con mas dos baterias con su correspondiente dotación, para llevar las armas argentinas auxiliadas por las brasileras contra el general Rosas". Com a chegada do plenipotenciário, acrescentou o diplomata entrerriano ao pedido anterior, que transcreveu, mais "un subsidio extraordinario consistente en un empréstito

de cien mil patacones mensuales por el tiempo que dure la guerra contra el Dictador Argentino, que crée será de cuatro a cinco meses"(31).

Imediatamente, depois de se entender com o representante de Entre-Rios e com o ministro Herrera y Obes, providenciou Honório a feitura do acôrdo destinado a levar a guerra ao outro lado do Paraná. Neste momento tudo se lhe afigurava morosidade. E conversando com Paulino, em íntima palestra, escrevia-lhe: "Estou satisfeito da maneira por que tenho sido aqui acolhido: só tenho queixa da morosidade desta gente, que, com efeito, é extraordinária". Habituado com o que era comum na Côrte, ainda que reclamasse sempre, fazia a comparação: "Pensava", continuava êle, "que o nosso clima tropical nos assegurava uma decidida vantagem sôbre êste país na ciência de desapreciar o tempo: mas a minha residência aqui, com negócios urgentes e de interêsse recíproco a ultimar, me tem convencido de que a pretendida vantagem, que cria levaríamos, nos é fartamente disputada pelo govêrno oriental, de sorte que tem possibilidades de ganhar o prêmio"(32).

Afinal, a 21 de novembro, assinou Honório o novo convênio com D. Manuel Herrera y Obes e com o dr. Diógenes de Urquiza(33). Não foi fácil, nas condições em que se realizou, a elaboração dêsse ato.

A Inglaterra espreitava os menores movimentos do Império, à procura de motivo, que justificasse a intervenção. É verdade que, neste particular, as instruções de Honório foram modificadas, em parte, pela confidencial de 5 de novembro, em que lhe asseverava Paulino: "A esquisita e original declaração de guerra que êle (Rosas) nos fêz habilita-nos a tomar em frente dêle uma posição mais clara e decidida"(34).

As instruções haviam sido redigidas antes de o ministro brasileiro conhecer a declaração de guerra do Di-

tador, feita por intermédio da Inglaterra([35]). Então não convinha ao Brasil tomar a iniciativa. Por isso, ao planear Paulino o seu lance contra o *Herói do Deserto,* fizera-o de tabela, por saber que atacar Oribe era o mesmo que a Rosas. "Sem declarar a guerra a Rosas (caso do Artigo 18 da Convenção de 1828), damos-lhe um golpe de tabela", escrevera Paulino a Silva Pontes, a 11 de março de 1851([36]).

A intromissão inglêsa a favor de Rosas vinha de longa data.

Sentira-a Paulino desde que entrou para o ministério em 1849. Não foi por simples coincidência que a exacerbação da questão do tráfico se verificou no momento justo de se liqüidar a luta no Rio da Prata. Viu-se o ministro dos Negócios Estrangeiros obrigado a interferir numa para solver a outra. Daí ter sido êle quem aventou a solução para o tráfico, independentemente dos inglêses, e fêz, durante o seu ministério, da repressão do comércio ilícito, questão de gabinete. A Joaquim Tomaz do Amaral, encarregado da Legação Imperial em Londres, escrevera êle a 30 de setembro de 1850: "Uma das razões principais porque eu procurei dar aquela direção, é porque eu via que as complicações acumuladas pelo espaço de 7 anos, quanto às nossas relações com os generais Rosas e Oribe estavam a fazer explosão, e o pobre Brasil, tendo em si tantos elementos de dissolução, talvez não pudesse resistir a uma guerra no Rio da Prata e à irritação e abalo que produzem as hostilidades dos Cruzeiros Inglêses. *Nec Hercules contra duo.* Não podemos arder em dois fogos. Estou convencido que a política inglêsa não é estranha ao insolente procedimento que o gaúcho de Buenos-Aires tem tido conosco"([37]).

Até novembro de 1851, a intromissão inglêsa fôra evitada, hàbilmente, no tocante à maneira por que pretendera efetivar-se. Incumbira-se o próprio ditador de

declarar a guerra, facilitando, neste particular, os passos de Paulino. A ação do Brasil já podia endereçar-se diretamente a Rosas, sem necessidade da tabela. Por isso, na confidencial de 5 de novembro, autorizava o plenipotenciário a modificar a posição do Império na luta. Porém não deixou de lhe prescrever certa cautela: "Nas operações de mar", dizia o ministro, "aparece só a nossa bandeira, e nelas é preciso ir com tento e prudência, espreitando o inglês, e descobrindo-se pouco e pouco, e obrando decisivamente sòmente em ocasiões decisivas, e em casos de um interêsse e vantagem grande e palpável. Se de um lado está o Tigre, do outro está o Leopardo"(38).

Honório concluiu o convênio com habilidade. Firmou aí a posição do Império, não, apenas, de simples auxiliar, mas de parte importantíssima e indispensável na luta, pois concorria para o desfecho da contenda com o seu dinheiro, com a sua esquadra e com os seus soldados.

Ficara satisfeito o plenipotenciário. E, em longo ofício contava ao ministro os pormenores do convênio, explicando-lhe as cláusulas, que incluíra. "Cabe-me neste ofício", iniciava êle o de 26 de novembro, "a honra de dar conta a V. Exa. do ato mais importante que hei praticado em desempenho da missão que Sua Majestade O Imperador Houve por bem cometer-me".

Fôra a queda do general Rosas o principal objetivo, a que visara o convênio. Nisso ia Honório de inteiro acôrdo com as suas instruções. "Os resultados", acrescentava êle, "que o Govêrno Imperial deve derivar da ingerência direta e eficaz, que, ùltimamente, tomou nas questões entre os Estados do Prata, não podem ser alcançados sem a queda do governador D. Juan Manuel de Rosas".

Firmada esta premissa, como verdade indiscutível, fácil foi inferir daí tôdas as disposições seguintes do convênio, que, na realidade, não era mais do que o com-

plemento natural da aliança de 29 de maio de 1851. Mesmo sem o convênio de novembro, dizia Honório, a aliança subsistiria. E, então, teriam o Império e Urquiza de enfrentar o ditador, que se preparava para os ir buscar em suas próprias casas, separadamente. O essencial do pacto, que acabara de firmar, fôra regular e orientar aquela aliança, preexistente, e "estabelecer as mútuas compensações e segurança para os govêrnos aliados".

Urquiza, apenas concluída a pacificação do Uruguai, correra a Entre-Rios, "a preparar as suas fôrças para fazer a guerra ofensiva, antes que o inimigo lhe viesse fazer às suas fronteiras". E, ao partir, solicitara o general entrerriano o auxílio dos aliados, "em virtude do convênio de 29 de maio, em nome dos interêsses comuns". Êste auxílio, independentemente do convênio de 21 de novembro, teria o govêrno imperial de lho prestar. "Ainda quando", afirmava Honório, "a questão com o general Rosas não afetasse os interêsses e a paz do Império, senão muito remota e acidentalmente, por amor de seus aliados e em desempenho da palavra de Sua Majestade O Imperador, estava êle nesse rigoroso dever".

Ordenar as novas obrigações, firmar os meios de levar a guerra ao ditador, ajustar a parte de cada um dos aliados, estabelecer a cooperação do Brasil, dar forma, enfim, a tudo quanto se destinasse à segunda fase da luta, fôra a tarefa que lhe coubera.

O principal ponto, que tivera de decidir, consistira, sem dúvida alguma, no determinar a ação do Império no segundo ato da contenda. Devera de cooperar apenas acobertadamente, a fim de continuar a não espertar o zêlo da Inglaterra e da França, evitando a intervenção, cuja ameaça pairava sôbre a cabeça dos aliados; ou, pelo contrário, afrontar tôda e qualquer ameaça? "Não hesitei", garantia Honório. E optou pelo segundo alvitre, como o único caminho a seguir. "Os governos aliados e so-

bretudo o governador de Entre-Rios", continuava êle, "solicitavam e tinham por certa a coadjuvação de Sua Majestade O Imperador. O general Urquiza pedia auxílio pecuniário, fôrça de terra e efetiva cooperação".

Daí passou a justificar com razões cerradas, muito a seu gôsto, a deliberação que tomara de fazer com que o papel do Brasil, na luta, fôsse preponderante. Não admitira outra possibilidade, mesmo diante da França e da Inglaterra. Não podia o Império apresentar-se "com mêdo" dessas duas potências, "que têm querido disputar-lhe a influência, que lhe compete e convém exercer nos Estados do Prata".

Além disso seria impolítico deixar Urquiza sòzinho. Se vencesse, as glórias pertenceriam sòmente a êle, independentemente da ajuda pecuniária que lhe prestaria o Império. Se fôsse vencido, teria o Brasil de socorrê-lo, "porém tarde e a más horas". Seriam inúteis tais esforços, pois Urquiza, com o seu prestígio, perderia também o entusiasmo dos argentinos. Então, provàvelmente, interviriam a França e a Inglaterra a favor de Rosas, "quase vitorioso". Mas, desde que se unissem os aliados, a probabilidade da vitória seria dêles.

A união, ou seja, como dizia Honório, que os aliados "se dessem as mãos muito resolutamente", era essencial. E esta união, estabelecera-a êle no convênio. Aí fôra além das solicitações de Urquiza, porque não só fizera com que figurasse o Império na qualidade de auxiliar, "como medida política em relação às susceptibilidades do nacionalismo castelhano", mas deixara-lhe ainda a possibilidade "de cooperar mais ativamente" e "se as circunstâncias assim o exigissem".

Em seguida tratou das cláusulas, que incluíra no convênio, relativas às fôrças militares. Vê-se que a preocupação do plenipotenciário fôra a de garantir aos chefes brasileiros liberdade de movimento, "sem entravar a ação

suprema do general entrerriano, ou prejudicar o bom êxito de suas operações". Outro ponto, neste particular, de importância capital, consistira em evitar a disseminação das fôrças imperiais. Elas, pelo convênio, se conservariam em um só bloco e comandadas pelos chefes brasileiros.

Ainda faltava a Honório evidenciar parte importantíssima de suas negociações.

A ela se reportara, é verdade, em outro ofício, em que aclarava inteiramente o seu procedimento. Mas, talvez, por desejar conglobar neste, de 26 de novembro, tudo que se referisse ao ato, assinado a 21, voltou a tratar do empréstimo concedido a Urquiza. Gostaria de ter evitado ao Império novos sacrifícios pecuniários e maiores do que já vinha fazendo com o Exército e a Esquadra em operações. Fôra-lhe, porém, impossível. Tratava-se de auxílio "com que contava o general Urquiza", para o final da luta. E, em face das suas instruções, estava Honório plenamente justificado do empréstimo que fêz, porque um dos fins principais da missão, que o levara ao Prata, fôra, segundo determinara Paulino, de "entender-se com o general Urquiza, saber quais são seus planos e vistas, a fim de lhe prestar a conveniente coadjuvação para levar para adiante o movimento, que começou, contra o governador de Buenos-Aires"(39).

Não era possível prestar-lhe a conveniente coadjuvação, sem que se lhe concedesse o empréstimo pedido. Assim o concedera Honório, por ser imprescindível, fazendo, no entanto, da maneira por que se lhe afigurara mais suave ao Império, e buscando garantias. Mas tivera de sacar parte dêsse empréstimo antes do prazo estipulado no contrato, por lhe parecer político. "Cartas do general Urquiza, que o dr. Diógenes recebeu, anteontem, e mostrou-me, urgindo pelo empréstimo do Brasil, e declarando que dêle precisava alguma soma no princípio de dezembro, induziram-me a entregar as letras da prestação

correspondente ao dito mês, prescindindo da condição de tempo que eu, por escrúpulo, impus para êsse primeiro desembôlso"(40).

Depois de bem esmiudar os pontos principais do convênio e do artigo adicional, do qual constava a antecipação da primeira mensalidade do empréstimo, passou Honório a referir-se a Urquiza e aos planos de guerra do general. Contava o entrerriano atravessar o Paraná, de 10 a 15 de dezembro. Achava-se impaciente, pois, por falta de transporte, demorava o embarque das tropas, que haviam ficado no Uruguai.

Dava-lhe razão à impaciência o plenipotenciário, "porque", aduzia êste, "tôda demora é em proveito do inimigo". E isso, principalmente, por se saber que Rosas além de se fortificar, contava "cair desapiedado sôbre alguns imprudentes que se pronunciem antes do tempo". Os manejos de Rosas e os esforços de Southern, só a rapidez de ação dos aliados os anularia.

No final do ofício, comunicava Honório a sua partida, no dia seguinte de madrugada, para Entre-Rios, onde pretendia conferenciar com Urquiza, ou, como escrevia a Paulino, "a entrar com êle em relações e inteligência sôbre as operações de guerra e outros assuntos da minha missão"(41).

III

Nos Domínios de Urquiza

Desde os primeiros dias de Montevidéu, tratou Honório de se enfronhar na política uruguaia. Naturalmente se deixou orientar, nesse difícil passo da missão, por D. Manuel Herrera y Obes. Nem podia deixar de ser assim. Em Montevidéu era Herrera, sem dúvida alguma, o homem em quem mais confiara o govêrno imperial; a quem o ministro Paulino, por vêzes, sustentara no poder, por intermédio de Lamas e Silva Pontes, e de quem todos, inclusive o general Urquiza, esperavam ação hábil e compreensiva, capaz de apaziguar a exaltação partidária.

Com êle se entendeu perfeitamente bem o diplomata brasileiro. E, desde 5 de novembro, garantia Herrera que Carneiro Leão "se ha quedado tan pegado de mi como yo de él"(42). Nem por isso deixou Honório de reconhecer os defeitos do seu novo amigo: orgulho em demasia, sublimação da palavra "yo", e acentuada facilidade de confundir a verdade com a imaginação(43).

Com as informações de Herrera e observações pessoais, em breve escrevia Honório Hermeto, não só sôbre os defensores da Praça, mas também sôbre os maiorais do partido oribista. Reconhecera, imediatamente, não possuírem os primeiros, os *colorados,* fôrça alguma além dos limites da capital.

Os *blancos,* porém, formavam na campanha um partido forte e disciplinado. Era, pois, de se conciliar com êles. "A necessidade de transigir com o partido *blanco*",

informava Honório ao ministro, "era indeclinável e filha das críticas circunstâncias do país, porque infelizmente o partido, que defendeu a praça de Montevidéu contra as fôrças reunidas de Rosas e Oribe, representa uma diminuta fracção, não se contando, como se não deve contar, com os estrangeiros"(44).

Por isso concordara com a combinação, que fizera Herrera com os *blancos*, no sentido de se estabelecer no legislativo um equilíbrio de fôrças partidárias. A metade da representação nacional, quer no Senado, quer na Câmara, seria *colorada*, e a outra metade *blanca*. Para as despesas das eleições, o representante do Império assegurou a Herrera, que lhe pedira, um empréstimo de vinte mil patacões(45).

Havia em tudo isso um ponto por decidir, que vinha ser a presidência do Senado ou vice-presidência da República.

Os *blancos* pretendiam colocar aí a Giró, ex-ministro de Oribe, enquanto Herrera, na impossibilidade de se fazer eleger, apresentava, como candidato àquele pôsto, D. Florentino Castellanos. Era essencial a ocupação de tão importante cargo, porque a vida do general Garzón, "apesar de algumas melhoras nestes três últimos dias", dizia Honório a 16 de novembro, continuava a correr perigo(46).

Herrera depositava tôda confiança em Castellanos. E, segundo afirmara a Honório, obteria para êsse candidato, não sòmente os votos dos *colorados*, senão também os de alguns *blancos* moderados, já comprometidos com êle, Herrera. "O dr. Castellanos", apresentava Honório a nova personagem, que aparecia em cena, "é lente de Direito das Gentes do Estabelecimento, que aqui se chama Universidade. Há muito que vive nesta cidade, arredado da política e dos partidos, esquivo ao exercício de qualquer emprêgo que não o de professor. Dêsse seu

retiro e indiferença resultou ser tido por *blanco* nesta Praça, e por *colorado* entre os sitiadores e partidaristas da Côrte de Cerrito"(47).

Assim se modificou, logo no início da missão especial, a posição do Império em relação aos partidos do Uruguai. A aliança, que, no comêço, fôra com os *colorados* para a queda de Oribe, transformava-se em ajuda, ainda que indireta, para a elevação dos *blancos* ao poder, no momento da constitucionalização do país. É verdade que tudo isso se fêz na suposição de ter o ministro Herrera y Obes suficiente prestígio para conciliar os dois partidos, refundindo-lhe os elementos mais equilibrados num terceiro partido, capaz de consolidar o regime legal, a iniciar-se.

A êste suposto prestígio pretendeu o ministro oriental acrescentar a possibilidade pecuniária, e, para obtê-la, solicitou do brasileiro um empréstimo. Prometeu-lhe Honório vinte mil pesos. E, confidencialmente, dizia a Paulino: "Julgo supérfluo justificar perante V. Exa., estadista de tão consumada experiência, a conveniência do avanço de vinte mil pesos, que assegurei a Herrera, para serem empregados nas despesas da campanha eleitoral. Ainda mesmo que eu tivesse a certeza da dispensabilidade dêsse auxílio, não devera recusá-lo a Herrera, uma vez que o solicitou com empenho, e as instruções que tenho de V. Exa. mandam-me apoiá-lo e igualmente ao general Garzón"(48).

* * *

Faltava a Honório conhecer mais de perto o general Urquiza. Estivera com êle a bordo do *Afonso*. Porém a conversa que tivera então não lhe dera ensejo para o conhecer como desejava. Além disso as instruções, que recebera de Paulino, eram explícitas neste ponto: "Cumpre",

determinara-lhe o ministro, "observar muito Urquiza, procurar descobrir seus planos secretos, quando os tenha, e obter dêle garantias, antes que se torne independente da nossa coadjuvação e auxílio. O comportamento, que êle acaba de ter com Oribe, nos aconselha que andemos cautelosos e de sobreaviso"(49).

Não só para proceder nos têrmos das instruções, senão também por curiosidade própria, resolveu o plenipotenciário seguir viagem até os domínios de Urquiza. Já havia assinado o convênio e o artigo adicional, pontos de partida para a guerra contra Rosas: agora, com êstes dois atos concluídos, podia observar melhor os planos do general, no tocante à aliança, e entreter-se com êle no combinar a maneira por que dariam execução ao convênio, além de lhe apressar a ratificação.

A 26 de novembro, Honório, depois de miudear as cláusulas pactuadas no convênio, avisava Paulino da viagem, que ia empreender. E à noite de 26 ou a 27 de madrugada, embarcou no *Imperador* com destino a Entre-Rios. Com êle seguiram o almirante Grenfell, o dr. Diógenes de Urquiza e o dr. Paranhos(50).

Uma salva, detonada no pôrto às dez horas da manhã de 29, anunciou à população de Gualeguaichu a chegada dos brasileiros(51). Neste mesmo dia os recebeu o governador, com as honras devidas. E, por certo, o plenipotenciário brasileiro entregou então a Urquiza a credencial, em que D. Pedro II, antes de apresentar o diplomata, enviava "muito saudar ao Meu Grande e Bom Amigo o Ilustre Governador e Capitão General da Província de Entre-Rios"(52).

Conversou Honório com Urquiza, nos dias de estada em Entre-Rios, longamente, sôbre a campanha, que êste ia empreender. Combinaram os dois o transporte das tropas, que ainda permaneciam no Uruguai, o lugar e o dia do encontro para o início da guerra. Entrou mesmo o bra-

sileiro em certos pormenores, com visão quase profética dos acontecimentos. Não se conformou, por exemplo, com a confiança que demonstrava Urquiza na divisão argentina, que combatera sob as ordens de Oribe e que se incorporara ao exército entrerriano. Isso disse Honório ao general com a intenção de precaver o futuro, acrescentando que receava lhe viesse a faltar aquela divisão no momento mais crítico, como "em uma batalha".

Retrucou-lhe o entrerriano "que conhecia os seus paisanos", e reafirmou a absoluta confiança que tinha neles. Insistiu Honório para que, ao menos, substituísse os oficiais ou dispersasse os soldados, incluindo-os nas tropas correntinas e entrerrianas, sob o comando de oficiais de confiança.

"Tudo foi baldado", concluía Honório a descrição da conversa com Urquiza, "porque um dos defeitos do general é cuidar que tem vara mágica, com a qual tocando os homens, que serviram a outras causas e princípios, ficam êles convertidos e dedicados à sua pessoa"(53).

O momento, porém, era de entusiasmo. À noite de 1 de dezembro, levou Urquiza os seus hóspedes ao teatro. A platéia estava repleta. Todos se mostravam alegres e confiantes. E Urquiza foi vivamente ovacionado pelos seus patrícios, que se comprimiam no recinto(54).

Pouco tempo se demorou Honório às margens do Uruguai, nos domínios de D. Justo. Os mosquitos não lhe deram tréguas. A 2 de dezembro se despediu do governador. Êste simpatizou-se com o brasileiro, cuja franqueza lhe agradou tanto que, antes de o diplomata partir, escreveu a Silva Pontes: "Esta no tiene mas obgecto que decir a Vd. que el Sor. Carneiro Leão... me ha parecido un sugeto muy estimable, digno y capaz de desempeñar la alta misión que el Gobierno de S. M. ha encomendado á su capacidad y patriotismo. Yo he quedado sumamente satisfecho de la franqueza de este caballero y puedo ase-

gurar a Vd. que desde ahora me honro en contarlo en el numero de mis amigos"([55]).

À noite de 2 de dezembro já se achava Honório a bordo, com sua comitiva, com excepção de Grenfell. Êste devera de ter voltado para Montevidéu logo depois de deixar o plenipotenciário em Gualeguaichu, pois, nesse dia 2, enquanto Honório se despedia de Urquiza, assistia o almirante, naquela cidade, a um banquete, que lhe ofereceu Silva Pontes([56]).

Só às 4 horas da manhã do dia 3 é que se pôs em marcha o *Imperador*. Ao meio dia passou por Martim Garcia e às 4 horas da tarde arribou a Colônia([57]). Aí fêz Honório rápida parada, a fim de conferenciar com o conde de Caxias sôbre o que combinara com Urquiza. De volta ao *Imperador*, ainda nesse mesmo dia 3, confirmava o que acabara de dizer. "Conforme as disposições do general Urquiza", escrevia êle a Caxias, "com quem pessoalmente me entendi em Gualeguaichu, se a Divisão Imperial puder ser transportada tôda de uma vez, deverá ir ter à ponta do Diamante... No caso contrário a fôrça de cavalaria com a infantaria, que puderem admitir os transportes, serão levadas ao ponto denominado "Enramadas", e o restante da Divisão seguirá depois e irá a dita Ponta do Diamante".

Não se esqueceu, neste ofício a Caxias, de falar sôbre a remessa de duas mil espadas brasileiras, cedidas aos entrerrianos, e de lembrar o seguinte, referindo-se a Urquiza: "O mesmo general, mostrando desejos de que ao Exército Imperial coubesse maior quinhão de glória no bom êxito da aliança declarou-me que com gôsto empregaria na sua vanguarda até dois regimentos da nossa cavalaria. Convém, portanto, que a nossa cooperação seja a mais honrosa possível, e por isso bom seria que V. Exa. em vez de um, como foi estipulado, pudesse mandar dois regimentos"([58]).

Absorvia-o inteiramente o final da luta. Assim que chegou a Montevidéu se transferiu do *Imperador* para o *Afonso,* a conversar com Grenfell sôbre o transporte imediato das tropas. Simpatizara-se também o futuro marquês com o general Urquiza. A 9 de dezembro, depois de tudo providenciado, escrevia-lhe, avisando-o de que, ainda naquele mesmo dia à noite, sairia Grenfell para Colônia, onde esperaria os navios que haviam levado a Divisão Oriental, para, logo que chegassem, subir o Paraná com as tropas brasileiras.

O final desta carta é um apêlo ao general para que moderasse a própria belicosidade e prestasse mais atenção à sua pessoa. "Lembre-se V. Exa.", terminava Honório, "de que não é simples general, é o chefe de um Estado, o primeiro e mais prestimoso representante de uma causa, cujo triunfo interessa à felicidade do Povo Argentino, à paz dos seus vizinhos, a todo o mundo civilizado. A perda de uma ação é reparável, um exército destroçado se renova e reabilita, mas a perda da pessoa de V. Exa. seria de conseqüência, que fujo de encarar"(59).

Encontrara Honório Hermeto, em Gualeguaichu, José Berges, que fazia a sua estréia na diplomacia, nomeado encarregado de negócios. Era ainda jovem o paraguaio, inteligente e sagaz, porém talhado ao molde do Supremo, que, mesmo de longe, exercia sôbre êle poderosa influência. Entre outras coisas incumbira-o López de anotar, de noite, depois de se recolher, em um caderno reservado, tudo quanto ouvisse ou soubesse de importante. Nessas notas devera o môço diplomata ser *mui exato e curioso,* pois seriam presentes ao govêrno, logo que regressasse ao Paraguai.

Com isso espreitou Berges os Aliados da melhor maneira que pôde. De noite, com alguma reserva mental, consignava no caderno os fatos de maior importância. É pena tivesse êsse caderno de ser mostrado ao presidente López, que lhe não perdoaria o menor deslize. Mas, assim mesmo, o diário de Berges, copiado e recopiado pelo autor, é interessante. E teria sido muito mais se não fôra o seu destino.

Chegara Berges a Gualeguaichu, de caminho a Montevidéu, dias antes de Honório. Urquiza recebera-o com simpatia. Berges encantou-se do general e o descreveu assim: "Es recomendable por su sensillez y franqueza este primer hombre de la Republica Argentina. Sus modales, su llaneza, hasta su aspecto es de paraguayo". Não podia ser maior o elogio, principalmente se considerarmos que, na época, o velho López, em suas cartas ao ministro Paulino, investia raivoso contra Urquiza([60]).

Assim que o plenipotenciário brasileiro chegou a Gualeguaichu, visitou-o Berges e, pouco depois, o recebeu de visita. "Se dise", anotava Berges, no dia 29 de novembro, "que este Sor. es una entidad del Brasil, Gefe del partido Sacuarema, y decidido amigo del actual Ministro Paulino".

A 30 de novembro assinou Berges com os aliados um convênio, gorado logo no nascedoiro. No dia 1.º de dezembro assistiu ao teatro e, no seguinte, embarcou no *Imperador*, com os brasileiros, para Montevidéu. Mas continuou as anotações. É por êle que sabemos da viagem. Em Colônia também saltou. Preocupava-se muito com a polícia das cidades. E sôbre Colônia dizia: "Pueblo pequeno, arruinado, sin policia".

Era curioso o paraguaio e esmiuçou um pouco mais, a fim de nos informar: "Varias familias de la población estaban enlutadas por el deguelo de muchos ciudadanos, hecho algunos meses atrás por orden de su actual Comte.

el Coronel Lucas Moreno". Em Colônia se avistou também com o conde de Caxias, que o recebeu "muy bien". O general impressionou-o, tanto que o descreveu: "Es franco y sencillo, como lo son todos los hombres de valor".

Em Montevidéu chegou ao meio dia. Instalou-se provisòriamente no "Hotel del Vapor". E no dia da chegada, 4 de dezembro, já escrevia: "La ciudad presenta à la llegada un bon puerto de vista, tiene lindos edifícios de azotea, casi todos de dos altos y muchos miradores". Porém a falta de polícia era notável. Isso já verificava no dia seguinte, numa inspeção mais minuciosa da cidade: "La ciudad es chica, y se le calcula cuarenta mil habitantes: llenas las calles de toda clase de gente, se ven muy pocos nacionales. La policia es descuidosa, "o mejor se diria, que no la hay".

Finalmente, alugou Berges uma casa por 60 patacões, Ricon 46, e aí se deixou ficar, por algum tempo, em observação([61]).

IV

Desconfianças do Supremo

Não se simpatizaram os paraguaios com Honório; talvez porque tivesse visitado os domínios de Urquiza e não chegasse até Assunção, onde, se quisesse, poderia ter ido(62). As instruções autorizavam-lhe a ida, implìcitamente. E, em despacho posterior, de 29 de outubro, falando Paulino do Paraguai, como de contrapêso necessário ao equilíbrio do Prata, dizia-lhe: "Dei e ainda dou muita importância ao Paraguai, não porque êle realmente tenha, principalmente sendo governado por um homem desconfiado e teimoso como López, mas porque essa aliança dá certa fôrça moral, e é um contrapêso que, de antemão, devemos ter de reserva contra Urquiza, se, vendo-se livre de Rosas, se portar mal. A nossa influência e aliança com o Estado Oriental e o Paraguai são, a meu ver, recursos, que, com previdência, devemos procurar fortalecer cada vez mais". E, ao terminar acrescentava: "Conviria que V. Exa. se dirigisse diretamente a López, que gosta disso"(63).

A ida de Honório ao Paraguai fôra coisa resolvida, antes mesmo de sua partida da Côrte. A 26 de outubro, já comunicava Paulino ao presidente López, informando-lhe: "O Sr. Honório Hermeto Carneiro Leão tem de ir ao Paraguai e de viva voz explicará a V. Exa. o nosso plano e vistas". E depois, muito á seu jeito, fazia a apresentação do seu velho amigo brasileiro ao novo amigo paraguaio: "O Sr. Honório Hermeto Carneiro Leão é

um dos homens de estado mais eminentes do Brasil... É partidarista decidido da Independência do Paraguai e fêz parte do ministério que a reconheceu"(64).

Honório, no entanto, não pôde ir a Assunção. Os sucessos contra Rosas seguiram apressadamente. O plenipotenciário não era homem de os deixar antes de definitivamente liqüidados. Ao cair Rosas, as complicações dos tratados, suscitadas pelo govêrno *blanco,* entretiveram-no em Montevidéu até maio, e esgotaram-no inteiramente. Isto lhe não perdoou D. Carlos Antônio López, que, a 15 de janeiro de 1852, já se queixava a Paulino: "Es precisamente un Ministro del gobierno Imperial en comisión especial en el Rio de la Plata, el mismo a quien V. E. ha recomendado por partidarista decidido de la Independencia del Paraguay, el que se ha gloriado de improvisar en Gualeguaychu los articulos adicionales del 30 de Noviembre, y ha recomendado este acto por un servicio especial a la Republica. Entre otras cosas demasiado notables en esa convencion, mucho ha debido mortificarme la insultante oferta de que los Gobiernos de Entre-Rios y Corrientes recomendarán al sucesor de Rosas el reconocimiento de la Independencia de esta Republica, y de que en todo. caso se obligan a defenderla de cualqueire agresión"(65).

Tudo isso dizia López enquanto Rosas estava ali perto, ainda a senhorear em Palermo. Porém, pouco depois, quando esta sombra molesta já se não projetava no Paraguai, López, desimpedido e leve, em revide ao que considerou pouco caso do brasileiro, xingava-o de "borracho". Ao menos, em fins de 1853, contava Pereira Leal a cena ocorrida meses antes em Assunção, em que, enorme, colérico, espapaçado numa cadeira, a derrear-se esta ao pêso do Supremo, o velho López estrafegou em pensamento o então Visconde de Paraná o desembargador Rodrigo de Souza da Silva Pontes, o Marquês de Olinda e

Duarte da Ponte Ribeiro. Aos dois primeiros, chamou-os de "borracho" e aos outros dois inculpou-os de vendidos ao ouro de Rosas(66).

Não sei a que aludia o paraguaio com semelhantes insultos.

No que toca a Honório, a referência talvez tenha ligação com o baile que o plenipotenciário ofereceu em Montevidéu, e para o qual mandara buscar na Côrte a sua baixela de prata e um sem número de garrafas de champanha, de vinhos finos e de licores os mais *exquisitos* ao paladar das senhoras, como recomendara êle, sábia e galantemente(67).

Honório compreendeu, então, o jôgo do paraguaio. Não o impressionaram as alergias do Supremo a certos fatos e a certos indivíduos. A 16 de novembro, já discernia a posição de López, na aliança contra Rosas, afigurando-se-lhe inúteis as tentativas do ministro brasileiro para que aderisse o presidente à aliança. E, em carta a Paulino, concluía com a franqueza, que o caracterizou: "Segue-se que a adesão do tal urso à nossa política, será sòmente vantajosa a êle, que, como o zangão, aparecerá para gozar da navegação dos rios, que é o mel, que é possível fabricar com a queda do tirano de Buenos-Aires, para a qual êle não concorrerá"(68).

O insulto a Duarte da Ponte Ribeiro chegou às raias da ingratidão.

Em 1843, quando em luta contra Rosas e a gangrena, teve o diplomata brasileiro oportunidade de prestar serviços ao agente paraguaio Manuel Peña, que se achava em Buenos-Aires, vigiado de perto pelos espiões rosistas. Em carta ao então cônsul López, de 26 de novembro de

1843, dizia Peña, honestamente, sôbre Ponte Ribeiro: "es un hombre que se ha portado comigo, como un hombre verdaderamente de bien, está en esta reputación"(69).

A pedido de Peña, incumbiu-se Ponte Ribeiro de remeter aos cônsules a correspondência do agente paraguaio, de Buenos-Aires para Assunção, pelo Rio Grande e Itapua. E isso fêz o brasileiro nos momentos mais difíceis de sua missão, arcando com imensa responsabilidade(70).

* * *

Com Olinda a rusga de López nasceu, possìvelmentè, de não ter querido, em 1849, o então presidente do conselho romper com o *Grande Americano*. Ora isso era incoerência por parte do acusador. Argüía o ex-regente de pecado que se fartara de cometer.

O papel de D. Carlos Antônio López, na luta contra Rosas, foi o de se colocar de esguelha, fingindo-se amuado, não só com os representantes do Império no Prata, mas igualmente com os generais Urquiza e Virasoro. Esquecia-se do tempo, em que agente seu se abasbacava, nas ante-salas de Palermo, diante da graciosa e atraente Manuelita, a quem bajulava na esperança de lhe proporcionar uma entrevista com o general Rosas. Assim é que, em 1843, escrevia Manuel Peña aos cônsules paraguaios: "no he hablado con el Señor Gobernador sin embargo que he estado dos veces en su casa a visitar a su hija D.ª Manuelita, y la supliqué en la primera dijera de mi parte a S. E. que bien sabia que yo estaba a sus órdenes, y que deseaba tener una entrevista con él, si se me permite"(71).

A situação de López, em relação a Rosas, havia piorado com os anos. Autorizara a Sala dos Representantes

de Buenos-Aires que dispusesse o governador dos fundos públicos, ilimitadamente, até a reincorporação da província do Paraguai à Confederação Argentina(72). O próprio López descrevia a Paulino, em carta de 6 de setembro de 1850, patèticamente, o momento que vivia aperreado, assediado, insulado pelo ditador: "La tranquilidad que hasta hoy ha disfrutado mi Patria, se ve amenazada de una próxima tormenta que le tiene armado el intratable enemigo de la nacionalidad paraguaya". Achava-se êle, neste lance, inteiramente sòzinho, sem aliado, sem mesmo com quem se aconselhar. "En esta lucha", prosseguia o Supremo, "el Paraguay se encuentra solo; y tiene que ser fuerte en la Capital y en sus vastas fronteras; no cuenta sino con sus proprios medios, y estos pueden ser apurados por el perpétuo bloqueo de los puertos de la República: pero está resuelto a sepultarse en sus ruinas primero, que doblar una rodilla al feroz salteador que quiere sojugarla". Achava-se em perigo, porém disposto antes a morrer que a consentir na reincorporação.

A esperança do presidente López, naquele momento que o final da luta despontava, era de se encontrar Paulino, ali no ministério da rua do Passeio. Por isso, ao terminar a carta, lhe recordava: "el momento perdido en politica ya no vuelve", e, a final, lhe asseverava: "Felizmente para el Brasil se halla V. E. al frente de los Negócios Estrangeiros, ahora que ha tenido lugar el desenlace de la que se llamava cuestion del Plata(73), y lo tendrán las diferencias del Gabinete brasilero con el Gobierno Argentino".

Êste *felizmente* não era, em absoluto, apenas para o Brasil. Na carta seguinte, depois de ler a resposta do brasileiro, dizia-lhe o paraguaio, em outro tom, bem diferente, otimista e satisfeito: "V. E. me ha presentado el farol que necesitaba para conocer mi horizonte, y me ha despejado el camino, que no dejaba de presentarme di-

ficultades mas o menos sérias". E, ao despedir-se de Paulino, confessava: "La amistad, y la correspondencia de V. E. son para mim prendas de imenso valor"(74).

As desconfianças, os temores, as raivas repentinas, modificaram o ânimo de D. Carlos Antônio. A missão Molina ao Paraguai e o fato de não constar dos convênios, assinados entre o Império, a República do Uruguai e o general Urquiza, como desejava López, "que la alianza no dejará las armas, sin que la confederación argentina reconosca el Paraguay",(75) foram as causas ostensivas do afastamento do Supremo, enfurecido com todos.

A 22 de julho de 1851, já escrevia êle a Paulino, de zanga formada contra o governador de Entre-Rios: "Si Urquiza quiere mantenerse firme en sus desvarios, justamente rechazados, el Gobierno del Paraguay cuidará su propria dignidad y la seguridad del estado actual de su território. Es una fatalidad que los vecinos del General Rosas no puedan avenirse jamas en terminos racionales. Sus enemigos han sabido siempre socorrerlo en sus dificultades. Quiera Dios que esta vez sean felices los aliados de Montevidéo, como mucho espero del gran tino político de V. E."(76).

No entanto, era justamente êle, López, quem, com suas fosquinhas com Urquiza, estava procedendo de maneira a impossibilitar a aliança, ao pretender transformá-la em guerra contra a Confederação Argentina. Era desejar de Urquiza uma coisa que, coerentemente, êle não poderia dar.

A guerra era contra a pessoa de Rosas, ùnicamente. Do contrário seria inconcebível a presença de Urquiza. O reconhecimento da independência do Paraguai deveria ser, como na realidade foi, conseqüência da aliança e não motivo para a declaração de guerra à Confederação.

Paulino explicou pacientemente a D. Carlos Antônio todos os lances da luta, e sempre com muita franqueza.

A 19 de julho, esculpando Urquiza, dizia o ministro brasileiro ao desconfiado Supremo: "A missão Molina (por parte de Urquiza) data de 2 de Abril, e então estava êle apalpando o terreno, ignorava as vistas e intenções do Brasil, e não se tinha ainda declarado, porque a sua declaração é de 1.º de Maio. O mesmo direi de Virasoro, que sòmente se declarou no dia 21 dêsse mês. V. Exa. há de ter observado que Urquiza tem-se ido desarrolhando pouco e pouco, e não põe pé sem certeza de que é seguro o terreno. O seu principal meio é sublevar as Províncias Argentinas contra Rosas, e para isso é preciso que êle se faça muito Argentino, e não vá de encontro a certos prejuízos e idéias populares. É preciso que ataque Rosas com suas mesmas armas". Não se limitou Paulino a demonstrar a impossibilidade de se pretender de Urquiza coisa contrária aos seus interêsses. Foi além e mostrou-lhe porque era de se preferir Urquiza a Rosas(77).

Depois da carta de López, de 22 de julho de 1851, em que pretendera continuassem os aliados em armas até o reconhecimento da independência paraguaia pela Argentina, retrucou-lhe Paulino os argumentos, delicadamente, mas sem deixar de lhe reprochar a teimosia. "O reconhecimento da Independência do Paraguai", escrevia-lhe o ministro brasileiro, "é, com efeito, condição *sine qua non*. Urquiza e Virasoro não lhe põem mais dúvida(78). Permita-me V. Exa. que com o maior respeito eu observe que a condição de que a aliança não deporá armas, sem que a Confederação Argentina reconheça o Paraguai, pode trazer sérias dificuldades. Se se entende aí por Confederação Argentina Urquiza e Virasoro, é inútil essa condição, porque não têm êles hoje dúvida alguma de reconhecer aquela independência. Êste reconhecimento fica perfeito, aderindo V. Exa. ao Convênio, como Chefe de uma Nação Independente. Se se entende por Confederação Rosas e as Províncias, que se lhe conservam sub-

missas, têm de provir de semelhante condição, assim feita, graves dificuldades. Como não é possível continuar sempre em armas, seria preciso que os aliados marchassem sôbre Buenos-Aires e sôbre as outras Províncias para obrigá-las a reconhecer a Independência do Paraguai, isto é, tomar a ofensiva sòmente para êsse fim. Ora nenhuma Nação deve fazer guerra a outra sòmente para obrigá-la a reconhecê-la"([79]).

Acabou o Supremo por temer que vencesse o ditador os aliados ou lhes paralisasse a ação, apenas, com o se deixar ficar na defensiva. Pretendia, naturalmente, esguardar-se para o futuro, não lhes compartilhando inteiramente a sorte. Em carta a Paulino, de 5 de setembro, apontava López a possibilidade de não ocorrer a hipótese do Art. 17([80]) do Convênio de 29 de maio de 1851, que previa a aliança ofensiva contra Rosas, no caso de êle atacar os aliados. Encantoando-se o ditador em Buenos-Aires, imobilizaria os seus contrários, segundo os cálculos de López, que já debicava da posição de Urquiza, novamente como satélite de Rosas. "Segundo los diários que he visto de Buenos Aires", dizia D. Carlos Antônio, "Rosas no piensa buscar a Urquiza, ni a los aliados: sabe que no puede, y que no le conviene aventurar un paso del todo superior a su actual premura. No sé ahora, si manteniendose Rosas a la defensiva, a esperar ventajas del tiempo, tendrá lugar el cassus féderis del art. 17 del convenio referido. Sino es asi, Urquiza no podrá arrogarse con sus bravatas a la banda de los pampas, y tendrá a la parte de su satelite, todo el tiempo que necesite para pensar en la ridícula arrogancia con que se ha dirigido al Gobierno paraguayo".

Esta carta terminava-a López por inculpar os encantamentos de Rosas sôbre os seus inimigos, de o Paraguai não aderir a aliança: "No es mia la culpa de no haber tomado parte en esa alianza, y si convidado alguna vez,

no pudieremos avenirnos convenientemente, será por que el enemigo sabe encantar a los que quieren turbar sus planes eminentemente *americanos, fraternales, desinteresados, y pacíficos*"(81).

O inimigo comum, a que se referia, era Rosas. Êste, mais talvez do que se possa supor, no final da ditadura, encantou o próprio Supremo, a ponto de quase lhe fazer invadir Corrientes, nos últimos meses de 1851. É verdade que, com isso, pretendia López desagravar-se da Missão Molina, que considerara uma afronta, e do fato de os convênios não consignarem a cláusula da independência paraguaia, nos têrmos indicados por êle.

A 8 de novembro comunicava Pedro de Alcântara Bellegarde, representante do Império em Assunção, a estrambótica idéia do presidente López de se emparceirar com D. Juan Manuel já no apagar das luzes. Paulino, em resposta a Bellegarde, dizia-lhe: "Entendo que V. S. fêz um bom serviço contribuindo para embaraçar qualquer convênio entre Rosas e López, e dissuadindo a êste de invadir Corrientes, porquanto esta invasão teria trazido funesta complicação à política do Govêrno Imperial"(82).

*
* *

Resta-nos agora, o desembargador Rodrigo de Souza da Silva Pontes, encarregado de negócios em Montevidéu, que não escapou à escanifrada honra de ser colocado pelo Supremo ao lado de Honório Hermeto, como *borracho*(83).

No entanto, se houve no segundo reinado personagem, que nos deixasse material completo para minucioso estudo psicológico, foi, por certo, êste descendente de Fernão Dias Paes Leme(84), cheio de recalques, porém erudito, curioso e profundamente humano. As suas cartas e os seus diários, repletos de confidências íntimas, comprovam

o que disse o genial padre Antônio Vieira: "os corpos se retratam com o pincel, as almas com a pena"(85).

Retratou-se Silva Pontes, a si mesmo, com a pena. Legou-nos, assim, interessante esbôço de sua própria alma. Não em atitudes prèviamente estudadas, mas em um sem conto de instantâneos. Viveu a sua época quanto pôde e com prazer, mas também com um pouco de inveja dos colegas mais bafejados pela sorte. Por isso, talvez ficasse esquecido. Era solteirão. Não se dizia santo, nem como tal pretendeu passar à posteridade. Ao contrário, em um dos seus inúmeros diários particulares, repelia, indignado, semelhante possibilidade. "Quizeramme fazer bonzo-santarrão por duas vêzes", consignava êle. E terminava: "Não consenti"(86).

Também sabemos, dos mesmos diários, quanto apreciava os bons jantares, os teatros e os passeios. Sabemos ainda das suas indisposições de estômago, dos seus banhos de mar e dos seus temores. Não desprezava os romancezinhos de amor, a jeito do século, isto é, em quadros ensombrados, tênues, iluminados pelos bicos de candeeiro de azeite, morrinhentos, trêmulos, onde se esbatiam sombras delicadas de mulheres embuçadas em mantos pretos e até hoje escondidas, inteiramente incógnitas, nos sinais cabalísticos, com que as incluiu o desembargador no seu diário. Sentimo-las ainda, arrochadas em espartilhos, armadas em crinolinas, esgargaladas em ogivas, a sussurrarem melodias de cetins e sêdas, a cochicharem aos ouvidos atentos do desembargador da Relação do Maranhão, não apenas palavras de amor, mas de maledicência sôbre a vida alheia, que se escutava com igual prazer.

Discretamente nos informou do preço, que lhe custou o amor de muitas, e discriminou os presentes, com que engabelou o amor de algumas. Duas mulheres, no entanto, passaram mais vagarosamente na vida de Silva Pontes. Uma, devera tê-la conhecido no Pará. Morena,

talvez, de olhos de amêndoas e fala macia e pausada. Hoje se esconde, nos diários e cartas, com uma simples inicial F. No entanto escrevia ela, em 1844, indagando-lhe com ardor: "Ah! Acaso já não me amas a tua estremosa F?" Era inconstante o inteligente baiano. E além disso não acreditava no amor das mulheres: "Se acreditasse em amor de mulher !!!" — dizia êle, pensando, possìvelmente, em casamento. Porém a paraense era sentimental e certa vez escreveu: "eu te juro caro bem se tu me não amares mais, eu não hesitarei um momento, findarei esta vida desgraçada com um copo de veneno..." Mas não bebeu o veneno. Era, apenas, do estilo da época o copo de veneno. Durante anos se correspondeu F com o seu "caro bem" nesse tom pegajoso de namorados, sem ilusão, ainda que com carinho e frases feitas(87).

A outra era uma argentina, que vivia em Montevidéu com a família, talvez exilada. É a letra A dos diários do desembargador, ou seja, Amélia. Foi o caso amoroso mais sério, com que deparou o brasileiro. Encontrou-a num baile ou, como escreveu, numa tertúlia, no dia 3 de outubro de 1846. Embora já a conhecesse, foi quando reparou melhor e anotou: "Como esteve amável! Que mulher sedutora!" Daí em diante a letra A predomina inteiramente nos diários do desembargador, até o dia, em que ela embarcou num navio brasileiro, para a capital do Império. "Uma paixão aos 46 anos!"

Demonstrou-se Silva Pontes amável para a família de A. Ao pai fornecia-lhe charutos. À mãe, ainda que confessasse ser uma velha megera, dava-lhe um ou outro presente. Ia com as irmãs ao teatro e a passeios. Porém a realidade era que a menina, além de romântica e nostálgica, possuía beleza, mocidade e vida, enquanto o desembargador beirava os cinqüenta anos. Com dificuldade aguentava os embates do amor e confessava, desolado, a sua velhice: "No dia 25 (de janeiro de 1847) de manhã

faltaram-me as fôrças e... Dia fatal! À noite nada pude fazer..." "Oh! sou muito infeliz". Mas fôsse pelos presentes ou pelos patacões de Silva Pontes, emprestados ao pai, sempre a escrever-lhe pedindo, fôsse pelo próprio desembargador, que devera ser alto, forte e vistoso(88), o certo é que a argentina guardou do brasileiro grata recordação. Já quando terminado o romance e que vivia Pontes em um dos arrabaldes de Buenos-Aires, escreveu-lhe A, de Montevidéu: "Supe que a bien llegado u (sted) a mi patria con toda felicidade; y esperado todo este largo tiempo, he creido que llegasse algun dia a su memoria el recuerdo de su pobre amiga; y me dirigise unas cuatros letras. Piensa u(sted) que io no deseo saber de u(sted)? no es tan fasiel olvidar la *amistad* de tantos años... no puede aun costumbrarse mi corazón a la inconstancia del tiempo". A redação não era ortodoxa, mas expressiva. Contudo, Silva Pontes devera ter saboreado a carta(89).

Gostava também dos mexericos da Côrte. Tudo, que tresandasse a escândalo, o colocava na posição de espreita pelo buraco da fechadura, para, em seguida, segredar consigo mesmo o que bispara, nas páginas do diário. Às notícias, seguiam-se os comentários indispensáveis. Ouvia, pachorrento, as mais insossas anedotas, principalmente políticas. Não havia cochicho que o não interessasse. Neste particular ninguém lhe escapou, desde D. Pedro II, Honório, Paulino, José Clemente, o Núncio Apostólico, de quem lhe contava horrores o comendador Mérola, até o cocheiro, que o levava ao teatro. Todos se acotovelam, hoje, nas páginas do diário, democràticamente chacoteados.

Tentava, de vez em quando, a sorte, como qualquer mortal, com um ou outro bilhete de loteria, comprados, por certo, no largo da Lapa ou no de Santa Rita, onde pululavam os bilheteiros. No trajar era elegante. Es-

colhia suas luvas, joeirava lenços e gravatas, encomendava roupas, com a mesma seriedade, esmêro e circunspecção, com que assistia às sessões da Câmara e às reuniões do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, do qual fôra um dos fundadores. Não se esquecia de anotar o nome do vendedor e o preço da mercadoria vendida, e, em se tratando de bilhete, o número do que adquirira. Ainda hoje existem os recibos de Merelim, do Rio de Janeiro, e de um alfaiate francês, ao menos no nome, Blancard, de Montevidéu(90).

Teve sempre pronunciada queda pelo sexo fraco. E Manuel de Araujo Pôrto-Alegre, por lhe conhecer êste gôsto, indagava-lhe da Côrte para Montevidéu: "Como vão essas muchachas, e como vai V. Exa. com elas e sem elas?"(91) As muchachas deveriam ir, como sempre, maravilhosamente. O desembargador, porém, é que não ia tão bem como o conhecera Pôrto-Alegre, na Côrte, havia já alguns anos. Entrara, em 1849, na casa dos cinqüenta. Não era rico, nem lhe pagava o Império com liberalidade. "Um homem na minha posição aqui", dizia êle a Paulino, referindo-se a Montevidéu, "apenas vive com os 4.800 patacões. Com família não poderia viver decentemente... Há, porém, um meio de convidar a probidade e a capacidade, sem agravo das economias da nossa Monarquia barata; e vem a ser casar a Legação com o Consulado"(92). Mas, contudo, dava-se ao luxo de mandar lavar no Rio de Janeiro as camisas e as meias, que sujava em Montevidéu(93).

O casamento lembrado, do consulado com a legação, não o fêz o ministro, nomeando, porém, pouco depois, Silva Pontes plenipotenciário em Buenos-Aires. É desta cidade, dois anos antes de morrer, que confessaria àquele amigo dos bons tempos da *panela da Joana*, mestre Pôrto-Alegre: "Tenho uma velhice condenada a pagar bem amarguradamente alguns momentos de prazer de outra

FAC. EDUCAÇÃO - BIBLIOTECA

idade"(94). Êstes momentos foram, na realidade, os melhores de sua vida. E por isso, embora se reconhecesse velho, é com saudades que se recorda da mocidade e olha para os objetos que lhe agradaram em moço. Para sua prima, a viscondessa de Barbacena, dizia com tôda a franqueza: "Pela minha parte vou envelhecendo de uma maneira tão palpável, que nada tem de lisongeiro. Que doloroso é ser velho num país onde há tantos objetos dignos da adoração de um moço"(95).

Mas, como disse, era solteirão o desembargador. Não tinha que dar satisfação a ninguém; muito menos ao velho López, a fazer-lhe as vêzes de sogra, esgaravatando as garrafas de champanha e de burgonha, existentes na adega da legação(96).

Foi Silva Pontes homem de estudo, inteligente, e como dos melhores escritores do Império o considerou José Feliciano de Castilho. Em 1848, enviando-lhe o ilustre português o programa do jornal, que dirigia na Côrte, escrevia-lhe: "como o meu fim foi pura e ùnicamente ser útil às duas nações irmãs, conto com merecer as simpatias dos homens ilustres do Brasil. À frente dêstes, por unânime consenso, se acha o nome de V. Exa., e por isso seria para mim lisongeiro que V. Exa. se dignasse honrar as colunas do *Iris*, com alguns dos seus preciosos inéditos"(97).

V

Entre Blancos e Colorados

De volta de Entre-Rios prosseguiu Honório Hermeto no seu trabalho. Com êle os negócios corriam, multiplicavam-se e, às vêzes, até implicavam, justamente, pelo ritmo apressado, com que os pretendia levar. Não o cansava a ação. Pelo contrário, quanto mais enredadas estivessem as coisas, mais disposto se achava a desenleá-las. A 30 de dezembro escrevia a Paulino: "Confesso a V. Exa. que temo o frio destas regiões e os mosquitos do Paraná; mas enquanto tiver resto de vida e julgar poder ser útil, não desanimarei"(98).

Nesta última frase enxergou o ministro alusão de Honório à morte, ocorrida pouco depois de êle partir para o Rio da Prata, de um dos seus filhos. Prevendo, talvez, outro desfecho de um gênio impulsivo, como o do amigo, ante a desgraça sucedida, mal acabou de ler aquela frase, que lhe respondeu com estas palavras de amizade: "Muito folgo de que V. Exa. não considera o caso desesperador. Peço-lhe por tudo quanto há, que nunca o considere como tal. Não se deixe abater pela morte do seu filho. Busque contra êle recurso na energia e virilidade de sua alma"(99).

Mas, parece-me, ignorava Honório o falecimento de seu filho. Possìvelmente se extraviara a comunicação no caminhos. E afinal a notícia chegou por intermédio do

ministro, em poucas palavras de consôlo, mas que o deixaram inteiramente aturdido. Os momentos de desespero e incerteza, que então viveu, foram, por certo, os mais pungentes e trágicos de tôda a vida do futuro marquês. Resignou-se, como bom cristão, que era, à vontade de Deus, e buscou no trabalho consôlo para a sua tribulação.

* * *

O general D. Eugênio Garzón morreu no dia 1.º de dezembro. Êste desfecho, ainda que inevitável, fôra mais rápido do que se esperava e antes de constituído o govêrno constitucional da República. Considerou Honório como uma perda para o Brasil o desaparecimento de Garzón, "por que é homem probo e de mérito". Confessara-se o general muito reconhecido ao Império e fôra daqueles que se mostraram "mais afeiçoados aos brasileiros"(100).

Para o Império era Herrera o substituto natural de Garzón, na presidência da República. Mas não foi preciso tomasse Honório qualquer iniciativa neste sentido. Imediatamente se apressou Urquiza em o fazer(101). A 7 de dezembro, ainda do acampamento de São José, escrevia ao plenipotenciário brasileiro: "La muerte del General Dn. Eugenio Garzón es un acontecimiento que llama nuestra mas séria atención, porque ella nos deja un vacio que és preciso llenarlo, con otra persona que merezca nuestras simpatias y la confianza de los Gobiernos aliados, que tienen el deber de influir y han de cooperar para que la Republica Oriental tenga un Magistrado digno de ella. Con la muerte de aquel General ya debemos pensar en el candidato para la Presidência Oriental, y yo soy de opinión que este debe ser el Sõr. Dn.

Manuel Herrera y Obes, por quién está la mayoria de los Orientales y la opinión de los hombres que quieren consolidar los princípios de orden y fraternidad en ese desgraciado pais, que los Gobiernos aliados han tenido que tomarlo bajo su protección, para salvarlo de su total ruina"(102).

Com todo o apoio de Urquiza e de Honório, não teve Herrera habilidade para se eleger. Cambara inteiramente para os *blancos*. Êstes, como era natural, o largaram sòzinho. Mal havia desaparecido Garzón, reuniram-se os oribistas e estabeleceram certas normas políticas para o futuro, inclusive a candidatura de Giró à presidência. Disso soube Silva Pontes pelo correspondente incógnito de Buenos-Aires. Comunicaram os *blancos* as deliberações tomadas ao general Rosas. Mas, como aquêle correspondente tinha minucioso conhecimento das novidades de Palermo, por secretas que fôssem, dias depois reenviou para Montevidéu a notícia do conciliábulo dos brancos, para que a transmitisse Pontes ao ministro Paulino(103).

Também soube Honório da reunião dos partidários de Oribe, por intermédio de Castellanos. Embora êste, no conciliábulo *blanquillo*, fôsse indicado para ministro no futuro govêrno, talvez por ser amigo dos inglêses(104), ainda apreciava a intimidade do diplomata brasileiro, a quem segredou da "existência de algumas deliberações" dos *blancos*, de inteligência com Rosas e Oribe(105). Nessas deliberações assentaram de repor as coisas no estado anterior a Outubro, chamando a divisão uruguaia a Montevidéu; anulando os tratados com o Brasil, e extinguindo a legação do Rio de Janeiro.

Na véspera da apuração das eleições para deputado, a 6 de dezembro, já estavam os representantes brasileiros em Montevidéu convencidos da derrota do partido *Colorado*. Silva Pontes escreveu no seu *Diário Reservado*: "Em conversação que tive com o Sr. Carneiro Leão, vim a conhecer que também pensa êle que a eleição está perdida para o partido *Colorado*. É uma conseqüência da marcha de D. Manuel Herrera y Obes. Dá-se ganho de causa aos *Blanquillos*. É de presumir que o Presidente da República seja D. João Francisco Giró". Depois de se reportar às qualidades e defeitos do futuro presidente, acrescentava Pontes: "Entretanto amigos de Herrera, que perdendo as esperanças da candidatura dêste à presidência, já trabalham sòmente para que Giró prometa fazê-lo seu ministro"(106).

No dia seguinte, 7 de dezembro, realizou-se a apuração das eleições. "É o dia destinado à apuração dos votos para deputados", dizia Silva Pontes. "Parece que na Vila União se tinha feito manifesto e palpável abuso do total predomínio que ali tem os Brancos". A 8 já havia tumulto em Montevidéu. "O tumulto cresce", anotava Pontes, "porque a apuração continua"(107). À noite dêste dia também consignava o paraguaio Berges, no seu caderno reservado, as cenas entre colorados e brancos, que lhe não passaram despercebidas. Ràpidamente a descreveu: "Llegaran a las manos, se tiraron dos tiros de pistola, se tocó generala en la Plaza, y se reuniron los legionarios"(108).

Riveristas e *Batllistas* pretendiam com o tumulto, que ensaiavam, anular a vitória dos *Blancos* e alijar Herrera do cargo de ministro. Identificara-se êste a tal ponto com o partido contra o qual reagira durante anos, que os confundem os *colorados* nesse começo de revolta. O mesmo aconteceu a Berges, logo depois de chegar a Montevidéu, classificando Herrera y Obes entre os *blancos*,

em oposição a Batlle, que pretendia reagir contra a vitória dos contrários.

Por mais incrível que pareça é o plenipotenciário brasileiro quem vai invalidar o golpe contra os *blancos* e manter Herrera no seu pôsto. Não se deu bem Honório com a maioria dos *colorados*. Êstes o decepcionaram, evitando-o na esperança de se não incompatibilizarem inteiramente com os inimigos. A opinião, que se formou Honório da política do Império em relação aos partidos uruguaios, mais tarde êle o dirá: "a meu ver o Brasil não tem necessidade de ser *Colorado* ou *Blanco*"(109).

Honório veio a saber do que ocorria "por conversas com o Presidente Suárez". Nada lhe dissera o ministro Herrera(110). No dia 9 de dezembro, apareceu-lhe em casa D. Joaquim Suárez. Vinha falar sôbre as desavenças entre os seus dois ministros, e dar a entender que "não era estranho aos manejos de Batlle" contra Herrera.

Das palavras de D. Joaquim lobrigou Honório tôda a trama. Pretendia o presidente descartar-se do ministro, que se tornara incômodo, mas sem tomar inteira responsabilidade, pois queria aprovasse o plenipotenciário o ato de demissão, ou, ao menos, lhe fôsse indiferente. Dessa conversa é que percebeu o brasileiro a luta, que se delineava, não só para o afastamento de Herrera, mas para a queda dos *blancos*.

Não decidiu Honório coisa alguma. Serviu-lhe a conversação com o presidente apenas para se enfronhar nessas novas tricas, na verdade velhíssimas, entre Batlle e Herrera(111). Marcou uma conferência com D. Joaquim, em palácio, na presença dos dois ministros rivais(112).

No dia seguinte compareceram os quatro em movimentada entrevista. Honório começou por falar "claro e com energia" ao presidente da fraqueza do seu govêrno, diante da situação gravíssima do país. Se de um lado nascia a fraqueza do govêrno da sua qualidade de pro-

visório, do outro provinha esta mesma fraqueza das rixas entre os dois ministros. Tal situação não podia perdurar. Era de o presidente tomar uma decisão: demitir os dois ministros, ou um dos dois, ou, então, nomear um terceiro, para que houvesse maioria nas decisões ministeriais. Mas, ao terminar a fala, deu a entender o brasileiro que o govêrno imperial veria com desgôsto a demissão de Herrera.

D. Joaquim falou então de demitir Batlle da pasta da Fazenda, a fim de nomear o terceiro ministro. Opinou Honório para que a demissão fôsse antes da pasta da Guerra. E sustentou a necessidade de se acabar com as legiões estrangeiras.

Batlle não impugnou diretamente a medida aconselhada. Apenas a julgava perigosa no momento, porque ia o govêrno patentear a sua ingratidão para com homens que haviam sustentado a Praça. Depois de discutir e não chegar a acôrdo sôbre as legiões, retirou-se Batlle da sala. Prosseguiu Honório a conversação, insistindo com o presidente para que ultimasse as eleições, dissolvesse as legiões basca e italiana e nomeasse novo ministro da Guerra. "Indigitei", dizia Honório a Paulino, "para esta nomeação o coronel Brito del Pino, que eu sabia estar de acôrdo com Herrera, e ser *blanco*, mas descontente com Oribe". Suárez aceitou as ponderações do diplomata, porém deixou a decisão final para o momento, que lhe parecesse oportuno.

Por pouco desapareceria êste momento para sempre. No dia 11 de dezembro, seguinte ao da conferência, volta D. Joaquim a procurar o plenipotenciário, na Legação Imperial. No início lhe fala das eleições e de que Batlle tinha por questão de honra concluí-las imediatamente. Em seguida passa a tratar da nomeação do novo ministro da Guerra, o que se lhe afigurava, no momento, impossível pelas dificuldades, que encontrava. Uma dessas

dificuldades aponta-a D. Joaquim no fato de ter acabado de receber, em sua casa, vinte cidadãos, que lhe foram pedir a demissão de Herrera, em conseqüência da liga, que pactuara com os *blancos*, atraiçoando os *colorados*. Sentiu Honório, ainda mais, o desejo ardente de se descartar Suárez do ministro.

Neste mesmo dia, depois de se despedir do presidente, soube o plenipotenciário ter êle, D. Joaquim, inculcado aos vinte cidadãos, que o procuraram, lhe dirigissem uma petição, assinada pelo maior número possível de indivíduos, em que lhe requeressem o afastamento de Herrera. De outra petição teve Honório notícia ainda no dia 11. Haviam os *colorados* solicitado à Assembléia dos Notáveis a anulação das eleições em requerimento que, segundo Honório, era "uma verdadeira felípica contra Herrera e a política da aliança por êle sustentada". E tudo fazia crer acolhessem fraternalmente os Notáveis o pedido dos descontentes.

Receou Honório degenerasse o tumulto em luta aberta entre os dois partidos, luta esta que seria inteiramente favorável a Rosas. E contando a Paulino os planos dos *colorados*, comentava: "Rosas não poderia imaginar plano mais funesto e desastroso do que êste, a meu ver concebido pelos invejosos de Herrera".

Ràpidamente tratou o diplomata de contrarrestar o golpe, que se lhe antolhou funesto, na retaguarda do Exército Aliado. De acôrdo com o Dr. Diógenes de Urquiza e com o ministro Herrera, exigiu Honório a dissolução da Assembléia dos Notáveis, a conclusão imediata da apuração das eleições e a extinção das legiões estrangeiras. Ao mesmo tempo ordenou, ainda, de acôrdo com Herrera, como medida de precaução, marchasse o coronel David Canabarro com a 4.ª divisão a acampar no Cerrito. Com isso evitou recrescesse o tumulto.

A 13 já se concluía a apuração das eleições para deputado, pacìficamente. Mas a porta aberta por D. Manuel Herrera aos *blancos,* acabava Honório de escancará-la(113).

Silva Pontes, que, com a chegada da Missão Especial, descansava dos trabalhos da Legação, pois as principais questões foram transferidas para o plenipotenciário, escrevia o seu *Diário Reservado,* com calma e segurança.

Entre as ocorrências de 12 de dezembro, consignou êle o seguinte: "Os Frutistas não contentes com o terem solicitado a soltura do general D. Frutuoso Rivera, pedem a demissão do ministro Herrera, e denunciam à Assembléia dos Notáveis as presentes eleições de deputado, requerendo que a Assembléia declare nulas as tais eleições. O presidente Suárez faz depender a demissão de Herrera de duas condições (ao que parece), isto é, de maior número de peticionários e consentimento do ministro plenipotenciário do Brasil. A Assembléia dos Notáveis mostra-se disposta a arrogar-se e a exercer um direito que não tem, o de anular as eleições de deputados. Neste ensejo a intervenção do Sr. Carneiro Leão corta as dificuldades que trouxe o pouco senso dos Frutistas. É Herrera conservado no seu pôsto, Batlle larga a pasta da Guerra, que se oferece a Brito del Pino, a apuração de votos para deputados continua, e a Assembléia de Notáveis é dissolvida ao mesmo passo que as fôrças brasileiras do comando do coronel David Canabarro se aproximam da cidade".

No final da notícia, comentava Pontes: "É um golpe no partido *Colorado* cuja parte sã (aliás bem diminuta)

eu desejaria ver predominar; mas pior de tudo seria a agitação, a revolta, uma guerra civil na retaguarda do Exército Aliado"(114).

* * *

Evolvera de tal modo a política do Uruguai, que chegara ao ponto de o Império apoiar os *blancos,* no derradeiro golpe intentado pelos *colorados,* para manterem-se no poder. Tudo isso resultava, principalmente, da direção política do ministro Herrera, em quem confiara Honório, na suposição de que a política planejada, para a qual concorrera até com o empréstimo de vinte mil patacões, fôsse de apaziguamento dos partidos e não de exaltação daquêle, justamente, contra o qual combatera o Império, em detrimento do que lhe fôra aliado.

Diante do resultado negativo de semelhante política e do que se profetizava em relação ao Brasil(115), procurou o plenipotenciário brasileiro o ministro Herrera para uma explicação. Notou-lhe, de início, a gravidade da situação, reprochando-lhe a maneira por que se portara, escondendo-lhe a verdade sôbre a política delineada, a ponto de consentir "que os *blancos* dirigissem as eleições".

Foi então que fêz D. Manuel ao brasileiro as seguintes revelações: Garzón adotara o princípio de fusão dos partidos. Em conseqüência exigira inteira lealdade na execução daquele princípio, que se efetivaria com a partilha igual dos postos no legislativo. Nas eleições de deputados se respeitara, em parte, a combinação. Só nas eleições para o Senado é que os *blancos* haviam falseado completamente o acôrdo, obtendo considerável maioria(116). Contando tudo isso a Paulino, afirmava-lhe Honório: "O mal é grave", e atribuía às seguintes causas:

concessões de Urquiza a Oribe, brigas de Batlle com Herrera, fraqueza do govêrno, que não soube impor-se, e, finalmente, "a nímia confiança que teve Herrera nas suas combinações com os *blancos,* que o lograram inteiramente".

Esculpando-se Honório de ter acreditado em demasia em D. Manuel, explicava ao ministro dos Negócios Estrangeiros: "O ministro Herrera, que merecia a confiança do govêrno imperial, e devia por isso merecer a minha, em vez de orientar-me, servia para mais iludir-me, porque apresentava uma grande confiança nos resultados das suas combinações". Várias vêzes lhe objetara o brasileiro a falta de consistência da política sustentada, que ia invertendo a primitiva posição do próprio govêrno da Praça, atirando-o aos braços do partido contra o qual lutara tantos anos. Os resultados palpáveis da ação de Herrera não eram satisfatórios. Mas, acrescentava Honório, nem falar podia a D. Manuel, pois vinha êle com fastidioso discurso, cheio de minúcias, que desapontava e desencorajava ao mesmo tempo. "É perigoso", concluíra Honório a narração da sua palestra com o uruguaio, "É perigoso falar a Herrera sôbre o passado, porque êle toma daí pretexto para contar uma longa história, e gasta tempo que é necessário a deliberar sôbre a situação..."(117).

Com a morte de Garzón, assim desde dezembro, asseguraram os *blancos* a sua vitória. Herrera fôra pôsto à margem por êles. E no conciliábulo, que tiveram, nos primeiros dias dêsse mesmo mês, decidiram dar ao ministro da Praça uma comissão no estrangeiro(118).

Honório já se não iludia com o prestígio do seu amigo, brigado com os *colorados* e inteiramente ludibriado pelos *blancos*. Ao general Urquiza, apesar da opinião otimista que êste manifestara a respeito da candidatura de D. Manuel, respondia-lhe avisando-o de que tal candidatura falhara inteiramente. Os *blancos*, segundo lhe informaram pessoas dignas de fé (Marmol e Castellanos), não admitiam outro candidato senão Giró. "As combinações que o Sr. Herrera ajustara com os *blancos*", acrescentava o plenipotenciário, "sôbre a eleição dos Representantes e Senadores, e da qual êle esperava u'a maioria a favor da opinião da aliança, *falhou* em alguns Departamentos: ou fôsse isso devido a desinteligência que existe entre o mesmo Herrera e o Sr. Batlle, como se diz que fôra em Mercedes, ou fôsse deslealdade de alguns *blancos*"(119).

No mês seguinte, desvanecida completamente a possibilidade de Herrera ascender à presidência, escrevia Honório a Urquiza sôbre a malograda candidatura, e dizia-lhe, ao concluir a carta: "Apresente V. Exa., lembre quem quer que seja, uma ou outra candidatura, que dê garantias de paz interna e externa a êste Estado, e eu estou pronto a apoiá-la"(120).

O outro candidato não apareceu. Urquiza empenhava-se então na sua luta contra Rosas. Não lhe era mais possível cuidar das tricas políticas, no meio da guerra que ia desencadear. Por essa ocasião estava êle, com o seu Quartel General, em *Cañada de Cabral*, de onde dizia a Honório: "debo participar a Vd. que yo estoy en actitud de emprender mis marchas con todo el Exercito, y que para el 15 estaré del otro lado del Arroyo del Medio, para seguirlas sin enterrupción hasta donde está el enemigo del Império y el tirano de mi patria". Estava entusiasmado o general, não só com o Exército, que comandava, mas também com a cooperação, que encontrava, das

populações por onde passava. A vitória afigurava-se-lhe coisa certa, tanto que assegurava ao brasileiro: "la presente campaña será feliz para nuestras armas y gloriosa para los aliados"(121).

Absorvido inteiramente pelo final da luta, não deu Urquiza outro candidato à presidência. Da sua ação militar esperava ùnicamente o entrerriano o futuro. Herrera, porém, na impossibilidade de se eleger, indicara o seu cunhado D. João Martínez e o Dr. Castellanos. É verdade que, para diante, veremos Herrera fazer uma última tentativa para se impor aos *blancos*. Mas desiludira-se o brasileiro de D. Manuel e pensava, se tivesse de apoiar alguém, em apoiar a D. Florentino(122). Mas acabou por se convencer de que o melhor era esperar o desfecho da luta.

VI

De Tonelero às Vésperas de Caseros

No tocante à guerra, tudo interessava vivamente o plenipotenciário, desde as caricaturas e artigos até às façanhas bélicas(123). Berges, que o não perdia de vista, a 13 de dezembro, já se referia, com certa admiração, à atividade do brasileiro, no preparar a guerra contra o general Rosas(124).

Projetava-se Honório, em pensamento, no futuro, a ver se desvendava o final da contenda. Às vêzes formulava hipóteses sôbre o rencontro dos dois exércitos: outras, pesava as probabilidades da vitória. Desde dezembro previra o combate, que se realizaria, sòmente, em fevereiro do ano seguinte. "A serem exatos os planos que se atribuem a Rosas", escrevia êle a Paulino, no dia 22, "tôdas as explicações se tornam excusadas: porquanto o inimigo irá concentrando tôdas as suas fôrças sôbre Lujan, Santos Lugares, Palermo, etc.; e dest'arte o exército aliado terá provàvelmente, a não haver grandes defecções, de dar alguma batalha em que intervenham tôdas as fôrças"(125).

Deu feição definitiva à guerra a passividade de Rosas, diante de seus inimigos. Teriam sido outros os movimentos dos aliados, se, em vez de se embiocar o ditador na sombra poderosa de Mr. Southern, tivesse reforçado Oribe, para que êste combatesse Urquiza e

Caxias, separadamente. Isso pretendera o general Oribe, logo no princípio da luta, solicitando ajuda ao seu protetor(126). Rosas, porém, confiante na promessa do inglês e não querendo separar-se de seus soldados, optou, desastrosamente, pela passividade. Essa técnica facilitou bastante os lanços dos aliados, pois Rosas levou meses a ruminar seus planos, depois a tartamelear segredos aos ouvidos de Southern, e, finalmente, a espiar os longínquos horizontes londrinos em busca de intervenção.

Enquanto o *Herói do Deserto,* paralisado, apenas açulava o amigo britânico em cima de lorde Palmerston, para que êste lhe agarrasse o Brasil, o tempo passava e moviam-se os aliados, desembaraçadamente. Desde os primeiros dias andou a esquadra brasileira como quis no Rio da Prata. Em abril e maio de 1851, transportaram os navios os emissários de Urquiza, tanto Cuyás quanto Muñoz, de Montevidéu a Martim Garcia, sem serem incomodados. Em junho entrara Grenfell no rio Uruguai, a bordo do *Recife,* muito embora, em Ponta-Grossa, o avisasse um oficial oribista de que a navegação daquele rio era vedada à bandeira imperial. Com todo o aviso seguiu o almirante até Gualeguaichu(127).

No mês seguinte, de volta de Entre-Rios, subira Grenfell o rio Paraná, com os navios *Afonso, Pedro II* e *Recife,* indo acima de Obligado. Segundo uma notícia da época os brasileiros subiram e desceram o rio, sem que Mansilla os atacasse. Só depois é que teria recebido ordem de Rosas para hostilizar os Brasileiros(128). Paulino, no entanto, escrevendo sôbre o que ocorrera, afirmava que, remontando o *Afonso* o rio Paraná, fôra atacado pelas baterias comandadas por Mansilla, e lhe respondera com alguns tiros(129).

Ainda em fins de 1851, voltara Grenfell a Gualeguaichu, conduzindo Urquiza, as tropas entrerrianas e correntinas, e o plenipotenciário brasileiro, sem encontrar a

reação, que era de se esperar, da tão decantada belicosidade de Rosas. Só em Tonelero, a 17 de dezembro, é que se positivou esta reação.

* * *

As primeiras notícias, veiculadas em Montevidéu, sôbre a passagem de Tonelero, foram de fontes rosistas. A 21 de dezembro à noite, já se comentava a vitória no teatro, aonde fôra Berges assistir ao espetáculo, pela primeira vez. Exibia-se um mágico alemão, certamente Herr Alexander, que acabara de apresentar, com aplausos, em Buenos-Aires, no *Teatro de la Vitoria,* os números do "chapéu-de-chuva mágico" e da "garrafa misteriosa". Estas escamoteações, agora, em Montevidéu, intrigaram tanto o paraguaio, que o levaram a imaginar o alemão numa fogueira, se, em vez de viver no século XIX, tivesse vivido na idade-média. Porém o principal, no teatro, eram as notícias. Berges apontava o local como "foco de las noticias y mentiras". E a notícia daquela noite, que corria de boca em boca, despertando o interêsse de todos, era a do combate "en las barrancas de Acevedo"(130).

No dia seguinte, 22 de dezembro, contava Honório Hermeto ao seu amigo ministro: "A Gazeta de Buenos-Aires, de 19 do corrente, noticia a passagem de Grenfell pela Barranca de São Nicolau. A parte de Mansilla, comandante das baterias, que Rosas ali tem, apesar de suas fanfarronadas, me faz crer que os vapores e corvetas subiram sem sofrer grandes danos"(131). Silva Pontes comentava as mesmas notícias em seu *Diário Reservado,* asseverando sôbre o que escrevera Mansilla: "A parte é notável pelo estilo. Aí se trata o Govêrno do Brasil de *amo del loco traidor selvaje unitario Urquiza,* e se chamam infames os navios brasileiros"(132).

Não demoraram, porém, as comunicações de Grenfell. A Honório descrevia êle a façanha. Saíra, no dia 14 de dezembro, com os vapores *Afonso, Recife, Pedro II* e *D. Pedro,* em que se transportavam 1.198 praças da 1.ª Brigada (7.º, 8.º e 13.º batalhões), comandada pelo coronel Francisco Felix da Fonseca Pereira Pinto(133). Na madrugada de 16 entrou no Paraná, e, às 6 horas da tarde, deu fundo em frente a São Pedro. Aí o aguardava o capitão de mar e guerra Guilherme Parker, com as corvetas *D. Francisca* e *União* e o brigue *Calíope.* A 17, ao romper d'alva, subiu a esquadra o Paraná, com o *Afonso,* à frente, rebocando a corveta *D. Francisca;* o *Pedro II,* em seguida, levando a reboque a *União,* e, por último, o *Recife,* com o brigue *Calíope.* O *D. Pedro* postava-se na alheta do primeiro.

Nesta ordem marcharam, lentos, os sete navios brasileiros. Passaram Obligado, sem que se lhes impedisse o caminho, prontos para qualquer eventualidade. "Ao investirem, porém, o Passo de Tonelero", escrevia Grenfell, "onde o general Mansilla, havia muito, estava entrincheirado e fortificado com 12 canhões de diversos calibres, fornalhas para balas ardentes e uma considerável infantaria e cavalaria, rompeu, a meio tiro de fuzil, vivo fogo de artilharia e balas ardentes contra os nossos, que, sem interrompido ardor, lhe responderam com metralha e fuzilaria". Com avarias relativamente pequenas, prosseguiram os navios rio acima a sua marcha vitoriosa. E no dia 19, à tarde, chegaram à Ponta do Diamante, onde o general Urquiza já se encontrava, antecipando-se aos brasileiros algumas horas apenas(134).

Não se contentou Grenfell com a comunicação a Honório Hermeto. Também escreveu a Caxias e a Silva Pontes, particularmente. Ao primeiro, logo no dia 19 em que chegara a Diamante, dizia satisfeito: "Aqui chegamos hoje, havendo sido cumprimentado pelo general

Mansilla, que se fortificou em Tonelero; porém lhe respondemos com tôdas as honras militares. Tenho a satisfação de participar ao meu nobre amigo que nem um dos seus soldados sofreu dano algum"(135).

No mesmo estilo é a notícia que remeteu a Pontes. Nada da descrição pomposa, comuníssima em tais ocasiões, mas a menção singela do fato, com bom humor e contentamento. Na carta a Silva Pontes, de 24 de dezembro, dizia-lhe Grenfell, ainda de Diamante: "Felizmente o general Mansilla, no dia 17 do corrente, ao passarmos pelo Tonelero, onde estava fortificado e entrincheirado com 12 bocas e uma considerável fuzilaria, tentou com esta arma, metralhas e balas ardentes, impedir-nos a passagem; porém, depois de uma hora de combate, tínhamos forçado o Passo de Tonelero, com 4 mortos e 3 feridos, e algumas pequenas avarias. Assim foi que se cumpriram os desejos de você, aceitando-se a ocasião de aumentar a glória do Pavilhão Nacional"(136).

Achava-se a bordo do navio almirante o coronel argentino D. Domingo Faustino Sarmiento, já conhecido pelas suas obras literárias. Em certo momento de sua vida, em que inimigos puseram em dúvida a sua honra de militar, lembrou-se êle de Tonelero, como de um dia de glória para os que estavam entre os brasileiros, e solicitou lhe atestasse Paranhos a maneira por que se houvera naquele combate, como prova indiscutível de coragem. Ao recordar-se daquela hora de fogo, dizia Sarmiento, dando interessante pormenor. "Se al paso de la escuadra por el Rosario, bajo la fusilaria de tierra, *casi a quema ropa*, el señor almirante Grenfell me intimó orden de abandonar el lugar expuesto y sin parapeto, donde permanecia esperando que los entonces enemigos rompiesen el fuego"(137).

As conseqüências da passagem de Tonelero foram imediatas, não só com a retirada de Mansilla a 20 de

dezembro, senão ainda com a de Echagüe para o *Arroyo del Medio*(138). Por inconcebível que fôsse semelhante tática, efetivou-a Mansilla. No entanto, se ali permanecesse por mais alguns dias, teria podido danificar bastante o segundo comboio de tropas brasileiras, justamente o que transportava o grosso da Divisão Imperial.

Saíu êste segundo comboio de Colônia no dia 16 de dezembro, levando mais de quatro mil soldados, comandados por Marques de Souza, grande quantidade de munição de guerra e duzentos contos de réis para as despesas. Compunha-se dos vapores: *Imperador, Uruguai* e *Paraense* que rebocava vinte hiates. O desembarque desta expedição, segundo as ordens de Urquiza, devera ser em *Las Enramadas*. Porém, a evitar-lhe caminhada inútil, modificou-lhe Caxias o itinerário, determinando, em carta, fôsse a divisão conduzida até a Ponta do Diamante. Os navios abasteceram-se apenas para os dois dias de viagem até *Las Enramadas*. Daí a Diamante eram mais dois dias. Com isso principiou a verificar-se escassez de gêneros alimentícios, que não recrudesceu por se ter Mansilla retirado, providencialmente. Os brasileiros não só não tiveram de enfrentar a fuzilaria das barrancas do rio, mas ainda puderam comerciar com os argentinos da margem direita, adquirindo livremente os alimentos, que lhes faltavam. Chegaram a Diamante e daí retrocederam até Rosário, onde desembarcaram(139). A 1 de janeiro de 1852, já o brigadeiro Marques de Souza acampava, com os seus soldados em Rosário(140).

* * *

Enquanto tudo isso acontecia no Rio da Prata, muito longe daí se tramava a intervenção inglêsa, favorável a Rosas.

Em despacho de 30 de dezembro de 1851, narrava Paulino a Honório Hermeto os enredos engendrados por Mr. Henry Southern, logo depois de desembarcar no Rio de Janeiro. "A apreensão de que Mr. Southern viria aqui maquinar em favor de Rosas, vai-se verificando". Com estas palavras iniciava o ministro a descrição das proezas do inglês.

De tudo quanto lhe haviam contado do novo ministro da Grã-Bretanha, com o qual ainda não se avistara, concluiu o brasileiro a necessidade de ação mais rápida contra o ditador, a fim de inutilizar a intervenção, choramingada por Southern em socorro do seu inestimável amigo D. Juan Manuel. "Quanto a mim" acrescentava Paulino, "lorde Palmerston fêz pouco de nós, nunca pensou assumíssemos a posição que tomamos e conseguíssemos os resultados obtidos". E para que não obstassem os inglêses o golpe final dos aliados, recomendava ao plenipotenciário que aconselhasse Urquiza e Herrera a uma ação imediata, "fazendo-lhes ver a necessidade de empregarmos todos os meios possíveis para evitar ou pelo menos demorar, quanto se possa, a intervenção inglêsa, e sôbre tudo acabar já e já o poder de Rosas"(141).

Convencera-se Honório, havia muito, dessa necessidade. Tanto assim que a sua viagem a Entre-Rios não tivera outro objetivo, senão o de facilitar a Urquiza todos os meios, que dependessem do Império, para o início do segundo lance. No momento já se achava o general em Santa-Fé. A 24 de dezembro atravessara o Paraná e o boletim, em que contava a travessia, esmiudava até a sofreguidão dos soldados no transpor o rio a nado. A 28 escrevia êle a Honório, datando a carta do Quartel-General em Carcarañá: "Hoy 28 somos dueños de toda esta Provincia, y tengo la satisfación de decir á V. E. lo que antes habia escrito, que las relaciones que habia establecido en este pais, y los trabajos antecipados que

tenia preparado, pues que hasta ahora nada desmiente las esperanzas alhagueñas que habia consevido, y que en nuestra vista en Gualeguaychú manifesté a V. E."(142).

Assim que recebeu a comunicação do ministro brasileiro, escreveu Honório a Urquiza, recontando-lhe, em duas estiradas cartas, as façanhas do inglês. E, em nome do govêrno imperial, pedia apressasse o desfêcho da luta e oferecia outro contingente de tropa para êste fim, desde que concordasse o entrerriano.

"Sei", dizia Honório ao general "que é do gênio de V. Exa. acelerar o desfecho das emprêsas à cuja frente se coloca, e que, quando se dispunha a começar a campanha atual com brevidade, com que fêz, era também guiado pela consideração de evitar embaraços exteriores. Mas cumpro as ordens que recebi do Govêrno de Sua Majestade o Imperador, levando ao conhecimento de V. Exa. essas ocorrências e observações e oferecendo a V. Exa. mais algum contingente do Exército Imperial, que nos nossos vapores poderá ràpidamente desembarcar no ponto onde mais convenha, ao norte, ou mesmo ao sul de Buenos-Aires". Não deixou Honório de esclarecer que, em sua opinião, a intervenção inglêsa não passaria de uma troca de notas; mas, finalizava êle a carta, de qualquer maneira "o govêrno imperial não recua ante as ameaças de Mr. Southern e lorde Palmerston"(143).

* * *

Referira-se Honório, no oferecimento feito a Urquiza, a possível desembarque de fôrças brasileiras nas proximidades de Buenos-Aires. Ideara o próprio general entrerriano um simulacro: porém, agora, Caxias e Grenfell estudavam os meios para uma ação efetiva.

Fôra Honório quem incitara, por assim dizer, à façanha os dois militares. Recebera o diplomata, por intermédio de D. Nepunuceno Madero, aviso do correspondente de Buenos-Aires sôbre possível golpe, que os amigos dos Aliados preparavam contra o ditador, a ser desferido assim que as tropas seguissem para Santos-Lugares. Seria bom, acrescentara o incógnito portenho, que estivessem próximos ao litoral navios e soldados brasileiros, a fim de os coadjuvar no caso de ter êxito o pronunciamento ou, em caso contrário, de os salvar.

Ao saber desta novidade escreveu imediatamente Honório a Grenfell e a Caxias, êste, então, "acometido de forte inflamação de olhos e erisipela em uma perna", em conseqüência de uma queda de cavalo(144). No final do ofício, que dirigiu ao almirante, convidava-o Honório a ação: "V. Exa. sabe o crédito que merecem as comunicações do sobredito correspondente; e, pois, espero que tomará em devida consideração a notícia e reflexão, que acima deixo referidas"(145).

Grenfell e Caxias tomaram na devida consideração o aviso do correspondente e as ponderações do diplomata. A bordo do *Afonso,* passaram e repassaram o litoral buenarense, à procura de ponto para desembarque. Não contentes do passeio, às barbas do *Herói do Deserto* estacionaram no pôrto de Buenos-Aires e, antes da partida, salvaram três argentinos, que fugiam da *mashorca.* Isto ocorreu no dia 19 de janeiro.

Na ante-véspera de madrugada, despertara Buenos-Aires com o estrondo de fortíssimas salvas de artilharia, em regozijo pelo que acontecera com a Divisão Aquino. Embandeirou-se a cidade. À noite houve passeata dos federais, com música e cantorias. Ao som das serenatas, chegaram à casa do Governador, onde os recebeu a encantadora Manuelita, cercada de inúmeras senhoras e ao lado de Mr. Gore, ministro de S. M. Britânica, que to-

mara em tais festejos o lugar de honra de Mr. Southern. "Subiram ao ar muitos foguetes", terminava o correspondente a notícia da festa; "os músicos percorreram algumas ruas; deram-se vivas e morras de ordenação, com freqüência; e entre êstes ao pérfido Govêrno Brasileiro"(146).

O contraste dos foguetes, músicas e vivas com o navio inimigo, postado ali defronte do ditador, era um verdadeiro escárnio.

Na mesma carta, datada de 20 de janeiro, em que narrava a passeata federal, já aludia o missivista à proeza do *Afonso,* contando o seguinte: "Ontem de manhã entrou em balizas exteriores o vapor *D. Afonso* com o almirante Grenfell; fundeou perto da corveta espanhola; foi saudado pelo brigue francês de guerra e pela corveta sueca; os navios de guerra estrangeiros mandaram ali seus escaleres, menos o vapor inglês *Locust,* talvez por estar em balizas internas". Esta notícia, vinda de Buenos-Aires, transmitida pelo mesmo correspondente que prenunciara o movimento contra Rosas, dava também a conhecer o modo por que procurara Rosas defender-se de uma agressão: "Logo que apareceu aquêle vapor, entrando em balizas, aparelhou a esquadra argentina; porém permaneceu fundeada"(147).

A esquadra rosista não apareceu. Ignorou-lhe a existência o almirante brasileiro. Honório, a contar o passeio do *Afonso,* não se referiu a semelhante fantasma, mas, em compensação, revelou outro fato interessante, ao escrever a Paulino: "O Caxias foi com o Grenfell, a bordo do *Afonso,* fazer um reconhecimento de desembarque na costa de Buenos-Aires... Fizeram o reconhecimento sem sofrer a menor hostilidade, nem mesmo no pôrto de Buenos-Aires, onde estiveram fundeados fora das balizas. Aí receberam três pessoas que fugiram para escapar à morte, porque supunham-se comprometidas nas suspeitas de conspiração, porque Rosas já tinha mandado fuzilar

a três outros indivíduos. Os refugiados a bordo do *Afonso*, e que foram levados a Colônia, são: o Dr. Alvear, filho do general do mesmo nome, o Dr. Huego e o capitão Vega do Corpo de Ximeno"(148).

Assim, em lance inesperado da história, um filho do general Alvear, que defrontara com Barbacena em Ituzaingó, foi salvo em navio de guerra do Império, por um general e um almirante brasileiros.

O desembarque planeado, de tropas brasileiras nas proximidades de Buenos-Aires, fazia parte do golpe final contra Rosas. No início ideara Urquiza apenas um simulacro. Pouco depois indicara a necessidade do desembarque *o sabido correspondente*, em carta a D. Nepunuceno Madero. Gostara Honório da idéia e neste sentido escreveu a Paulino: "Diga-me V. Exa. o pensamento de Sua Majestade o Imperador sôbre o seguinte: Se Rosas concentrar suas tropas em Lujan ou outro ponto mais próximo de Buenos-Aires, se fôr útil para assegurar o triunfo dos aliados efetuar um desembarque de tropas ao Sul ou ao norte de Buenos-Aires, a fim de coadjuvar as operações do general Urquiza, devo autorizar o conde de Caxias...?"(149).

Imediatamente levou Paulino à resolução do Imperador e do ministério a proposição do diplomata. Mas, desde logo, esclareceu-o sôbre os seguintes casos, em que o desembarque se impunha: 1.º, para liquidar de vez as fôrças de Rosas, e, 2.º, para ajudar a Urquiza, se êste, em circunstância de ser derrotado, necessitasse de auxílio, ou, já derrotado, para o salvar de completo aniquilamento(150).

Ainda que a autorização ampla do Imperador só partisse da Côrte depois de Caseros, (151) Caxias e Honório deram-se por satisfeitos com a ordem do ministro, por se enquadrar o desembarque no primeiro caso previsto por Paulino. A 22 de janeiro já estava combinado entre os brasileiros o desembarque e verificada a possibilidade, dependente apenas do consentimento de Urquiza.

A Paulino escrevia o plenipotenciário: "Urquiza tem sido general feliz, tem inteligência e perspicácia natural, duvida-se, porém, que êle saiba dispor de um grande exército para uma batalha. Como Rosas parece querer concentrar suas fôrças nos Santos-Lugares, ou em outro ponto próximo de Buenos-Aires, Caxias e Grenfell, de acôrdo comigo, meditam fazer um desembarque de quatro a seis mil homens ao norte daquela cidade, nas Conchas ou pouco acima; e o próprio Caxias quer fazer parte da expedição. Êste plano, porém, não será executado sem acôrdo ou consentimento de Urquiza, pois seria perigoso proceder de outro modo"(152).

A 31 de janeiro já estava Caxias à espera da requisição de Urquiza, pronto a efetuar em poucas horas o embarque de suas tropas, no caso de necessidade(153).

VII

Na Espectativa da Intervenção Britânica

Mr. Henry Southern veio para o Rio de Janeiro, em meados de dezembro de 1851, por ministro plenipotenciário da Inglaterra. Fôra amigo íntimo do general Rosas, durante o tempo de permanência em Buenos-Aires. Aí assinara o tratado, em que se remendaram sòlidamente as relações dos dois países. De vários passos da correspondência do diplomata britânico com D. Felipe Arana publicada por Saldias,(154) podemos apreciar o grau de intimidade que existira entre Southern e Rosas, a admiração do primeiro pelo segundo, e os esforços inauditos, que empregou o inglês junto ao *Foreign Office*, para que o seu amigo D. Juan Manuel se desenrascasse dos inimigos à sombra do poderio britânico.

Entregou-se Rosas, a partir de 1850, de corpo e alma, aos cuidados e zêlo de Mr. Southern, num doce e inacreditável devaneio. Cochicharam os dois portentosos planos de intromissão da Inglaterra na luta contra o Império, a fim de lhe paraliticar a ação. Por isso foi o ministro inglês quem explicou o motivo da passividade de Rosas diante dos aliados.

Quando ainda em Buenos-Aires, enfeitiçado pela fala melíflua do argentino, escrevera Southern, não apenas a Mr. Hudson, então ministro no Rio de Janeiro, senão também a lorde Palmerston, para que aquietassem o

Brasil: o primeiro, pela persuasão, e, pela fôrça, o segundo. Cada golpe do ministro Paulino, que ia aos poucos enliçando o ditador, inapelàvelmente, percutia no inglês, que estrondeava de gana de esgoelar o brasileiro.

A primeira tentativa de intromissão da Grã-Bretanha na contenda do Império contra Rosas, verificara-se ainda em 1850, com a estrafalária interpretação do Artigo 18 do Tratado de 27 de agôsto de 1828, forjicada em Palermo, entre Rosas e Southern. De acôrdo com esta interpretação o Império só poderia atacar o Governador de Buenos-Aires seis meses depois de o intimar, por intermédio dos inglêses, da declaração de guerra, que se lhe faria então. Aceitara Palmerston êsse meio de se entremeter nas rixas alheias, possìvelmente para sossegar os ânimos do seu auxiliar(155).

Mas pressentira o ministro brasileiro, desde os primeiros lances, a trama urdida em Palermo. E antes de lhe falar Hudson a êste respeito, em janeiro de 1851, e de lhe declarar, pouco depois, oficialmente, a maneira por que entendia o govêrno inglês aquela convenção, já dera Paulino novo rumo aos negócios, desviando-os de Rosas para Oribe(156).

Em confidencial secretíssima de 16 de dezembro de 1850, êle avisava Silva Pontes do seguinte: "Já há tempos encarreguei a Legação de Londres de sondar, quanto é possível fazê-lo, a lorde Palmerston, sôbre a inteligência do Artigo 18 da Convenção de 27 de agôsto, a que Rosas agora se apega. A questão não é se o artigo tem a inteligência, que êste lhe quer dar (apesar de haver por vêzes, quando lhe convinha, sustentado que a dita convenção caducou), mas sim se convém à Inglaterra dar-lhe essa inteligência. Quanto a mim creio que lhe convém e portanto lhe há de dar"(157).

Na verdade deu, por mais espantosa que fôsse,

Assim, convencido de que a Inglaterra apareceria, mais cedo ou mais tarde, em defesa de Rosas, transmudou a questão de modo a desembaraçá-la da intromissão inglêsa. Na citada confidencial, já se reportava ao modo de inutilizar a inteligência anglo-rosista daquele artigo. "Isso, porém, seria fácil de iludir", continuava êle, "dado o caso em que, estando devidamente preparado, tendo auxiliares, e não convindo exaurir-nos com um armamento prolongado, e vendo Rosas embaraçado e complicado, nos conviesse romper".

O meio, que encontrara, de ludibriar a vigilância de Southern, favorável ao ditador, esclarecia-o Paulino no seguinte passo: "Romperíamos então com o Tenente de Rosas que ocupasse a Banda Oriental, e se Rosas se envolvesse na contenda, seria êle quem teria tomado a iniciativa, e violado o Artigo 18 da Convenção. Não sustenta Rosas que êsse Tenente é Presidente legal de um Estado independente? Poderia obstar a burlesca aliança, que nunca explicou, nem pode explicar? A minha discussão com Guido está de antemão disposta de modo que nos deixa essa porta aberta"(158).

* * *

Em fins de 1850, o ministro havia colocado a questão de tal modo que seria impossível enquadrá-la no tratado de 1828, pois escapuliu de Rosas e fixou-se em Oribe. Mas não desanimara o amigo do ditador. De ofício de Southern a Palmerston, de 2 de setembro de 1851, quando o primeiro gozava da intimidade de Palermo, temos a descrição, que fêz o inglês, de estirada audiência com o general Rosas, tôda ela dedicada, ùnicamente, à mediação da Inglaterra(159).

Começava Southern por se referir às "diversas entrevistas", que tivera últimamente com o Governador de Buenos-Aires, sôbre a interpretação que dera a Grã-Bretanha ao Artigo 18 do Tratado de 27 de agôsto de 1828, e sôbre o oferecimento da mediação inglêsa entre a Argentina e o Brasil, em conseqüência daquela interpretação.

Numa dessas conversações, repetira Rosas ao ministro Southern que procedera sempre "com a mais escrupulosa atenção às estipulações, que o Govêrno de Sua Majestade (Britânica, bem entendido) havia declarado obrigatórias, tanto para a Confederação, como para o Brasil". Com isso deixava o *Defensor da Independência Americana* ao alvedrio da Inglaterra o julgar da obrigatoriedade de cláusulas constantes de um tratado entre dois países americanos. Zumbria-se, inteiramente, diante da poderosa Majestade.

Mas não se contentou com essa inocente zumbáia o ditador. E prosseguiu afirmando que, pelas mesmas considerações, se abstivera "de todo preparativo para hostilizar" seus inimigos. No entanto, agora, sofria as conseqüências de sua lealdade à Inglaterra e à França, pois seguira à risca não só a interpretação, que o govêrno britânico dera ao tratado de 1828, mas ainda o estabelecido nas convenções, que acabara de assinar com o almirante francês Leprédour.

A fidelidade à palavra, que empenhara às duas potências, prejudicava-o, a êle Rosas, consideràvelmente, porque, enquanto cumpria religiosamente as estipulações dos tratados, se entretinham seus inimigos em combinações e preparativos de guerra. E, em menosprêzo do pacto com a Grã-Bretanha, já se insurgiam abertamente, não apenas contra êle, Governador de Buenos-Aires, senão também contra a própria Grã-Bretanha, que se constituíra mediadora e havia declarado então a inteligência, que dera àquele pacto, obrigatória "para ambas as partes".

No tocante à França não escondeu a Mr. Southern o ditador a sua perplexidade diante do procedimento de Leprédour. Estarrecera-o o fato de deixar o almirante que se lhe esboroassem os tratados, ao lado de suas fôrças de terra e mar, sem um gesto de repulsa, quer contra os rebeldes argentinos, como inculcava a Urquiza, quer contra as fôrças estrangeiras, que invadiam o Uruguai.

A França obrigara-o, a êle Rosas, a respeitar o *statu quo*, porém Leprédour nada fazia para que os inimigos da Confederação o respeitassem também. Ao contrário, deixava o almirante ocupassem os invasores posições tais, que deviam estar com os franceses; porquanto não fôssem os tratados, essas mesmas posições estariam em poder dos soldados da Confederação ou do seu aliado Oribe.

Era estonteante a lógica de D. Juan Manuel, nos momentos de perigo. Na verdade, por que forcejava êle, era o defendessem a Inglaterra e a França, no momento azado. Por isso todo o raciocínio, por mais abstruso que fôsse, servia. Haja vista que argumentava com os tratados assinados por Leprédour, quando êsses tratados não tinham sido ratificados pela França. E pretendia que cláusulas, firmadas entre êle e a França, tivessem valor em relação a terceiros.

Em seguida se voltou o general Rosas, com especialidade, para o Brasil. O desfêcho das rusgas, escarafunchadas por êle, cuidadosamente, desde 1843, estava muito longe do que ideara. Isso lhe espicaçava o amor próprio. Mas afigurava-se-lhe o Império um menino levado, que necessitava de um empuxão, pela travessura que vinha de praticar, intrujando-se a si e ao rebelde Urquiza, com o deslumbramento de uma guerra, desastrada para ambos.

Não era o sentimento de ódio, senão o de pesar, o que lhe espertava a ação, para êle insensata, do Brasil, de se lhe interpor no caminho. Êste sentimento de pesar foi que externou Rosas a Southern, a conjecturar então o

Império revolvido pela anarquia e em ruínas, em conseqüência da guerra.

É digno de reparo êste ponto da conversa. Acariciara o ditador, havia muito, a idéia de revolucionar o Império, a ponto de o estracinhar completamente, e, então, intervir, dividindo-o em republiquetas. Com esta revolução contara êle, tanto que, desde agôsto de 1850, um correspondente de Buenos-Aires, conhecedor profundo das tramas de Palermo, comunicava a Silva Pontes, por intermédio de Alsina ou de Madero: "Consta-me que êle (Rosas) diz que Urquiza e Corrientes lhe bastam para o Paraguai; e que para o Brasil é mais que suficiente a fôrça argentina, que já tem no Estado Oriental, a que vai mandar o seu ouro e o seu manejo. Conta com o dividir os brasileiros". A 7 de outubro já comentava Silva Pontes, por conta própria: "Grandes somas de dinheiro se diz que têm ido caminho de França e do Brasil"(160). Mas, antes de conseguir o seu intento, já o terreno, em que pisava, lhe falsearia aos pés. A segurança, de que em 1850 ainda presumia, desfez-se completamente. Paulino, ao saber das veleidades do Herói, revelava-lhe a fraqueza: "Creio, escrevia êle, que brevemente receberei proposições de Argentinos emigrados e de outros que estão na Confederação, que se oferecem a promover revolta contra Rosas nas Províncias, em caso de guerra, com a única condição de não tentar o Brasil coisa alguma contra a independência da Confederação Argentina. Rosas corre perigo de ser ferido com a mesma arma, com que nos pretende ferir"(161).

No momento em que Rosas se abria com Mr. Southern, já havia ocorrido a aliança do Brasil com os descontentes argentinos. Por isso declarou o governador ao amigo inglês, que repetiu a Palmerston, não tencionara guerrear o Brasil. Mas o comportamento irrequieto do govêrno imperial era provocador: aliara-se a um governador rebelde, desrespeitara-lhe os rios e interceptara-lhe

o comércio de cabotagem. Essas façanhas tornaram a guerra inevitável. Ia, contudo, fazê-la muito a contra gôsto. Daí, todo o sangue, tôda a miséria, tôda ruína e desolação, resultantes dessa guerra, era de serem levados à conta do Império e não à dêle. O crime seria, pois, do Brasil, ùnicamente, e, em conseqüência, lhe caberia o castigo. Êsse castigo, na mente do governador, competia a Inglaterra infligir ao culpado.

A conversação continuou com o ditador a encarar os efeitos futuros da guerra no que dizia respeito aos interêsses britânicos. Aí se espraiou êle ainda mais no tracejar os seus planos. Causava-lhe — suspirou Rosas, pesaroso, ao inglês tartuficado — profunda tristeza o imaginar os danos que adviriam ao comércio britânico, pois devia à Grã-Bretanha eterna gratidão, não só pelo modo de se retirar da intervenção, mas ainda pelo fato de ter renovado "os seus empenhos amigáveis com a Confederação". No entanto — afirmava — a guerra refletiria muito mais nos países "mais adiantados em civilização" do que nas províncias argentinas, que tinham meios de subsistência e podiam dispensar perfeitamente os artigos de luxo, importados da Europa.

A Argentina suportaria a guerra, por mais alguns anos, sem que se lhe empiorasse o seu estado atual. Já não aconteceria o mesmo ao Brasil, cuja cegueira, obstinação e perseguição rancorosa, o esfacelariam no meio da anarquia e ruína. Zurziam sinistras profecias contra o Brasil, como se já fôssem vergastadas no culpado vencido.

Mais uma vez se confessou o ditador profundamente agradecido a Inglaterra. Enternecia-se Southern com as revelações do *Herói*, que, agora, estugava as palavras para chegar ao ponto culminante da conversa. Assim é que se reportou imediatamente à mediação, que desembuchara do tratado de 1828, oferecida pela Inglaterra à Argentina e ao Brasil. Referiu-se à inteligência, que se

forjara em Palermo do Artigo 18 daquele tratado, segundo a qual só poderiam os dois declarar guerra, um ao outro, depois de decorrido o prazo de seis meses da comunicação à poderosa mediadora.

Pessoalmente, tartamudeou Rosas, desejava evitar a guerra e aceitar a mediação oferecida pelo govêrno de Sua Majestade Britânica, como prova do seu interêsse "pela conservação da paz e tranquilidade nestes países". Desde o dia, em que recebera a comunicação de Southern, ansiou pelo momento de aceitar a mediação, com honra, mas "franca e incondicionalmente". A rapidez e constância dos atos de violência e hostilidade dos brasileiros, colocaram-no, porém, na contingência de rechaçar a mediação, ao menos, por enquanto. Aceitá-la-ia, contudo, logo que obtivesse Oribe alguma vantagem sôbre os seus agressores.

Nesse passo devera a cena ser empolgante. Rosas não se limitou à garantia, deu ao inglês, comovido, a "sagrada palavra de honra": "Dou-vos", escreveu Southern do que lhe dissera o governador, "a minha sagrada palavra de honra que, se o general Oribe tiver um momento de vantagem sôbre os seus inimigos, eu, naquele momento, francamente aceitarei a mediação".

Ao finalizar a conversa, desculpou-se o ditador da demora em responder à nota de Southern, concernente à mediação. O procedimento diário, que vinha mantendo, era, entretanto, a melhor resposta àquela nota, pois, "pela dilatada prudência e abstinência de todo preparativo militar; pela profunda fé no govêrno britânico e pela esperança de serem ratificados os tratados franceses", provara êle que havia procurado "com ansiedade os meios de evitar a guerra"([162]).

* * *

Nesta revelação de Southern a lorde Palmerston, surge-nos um Rosas astucioso e hábil, porém não muito ortodoxo. O fato de esperar da Inglaterra e da França a reação, que devera ser dêle, contra os aliados, já se lhe embotava a sinceridade de tôda a pregação anterior contra os unitários.

Porém não era só isso. A sua profunda fé no govêrno britânico, a quem reconhecia foros de interpretador de tratados entre países americanos e árbitro da paz e da guerra entre os mesmos países, amesquinha, desfibra, achincalha, ensombreia, o apregoado americanismo do *Grande Americano*. Reprochava as intervenções européias quando solicitadas pelos unitários. Desde que se tratasse dêle, o homem transvestia-se completamente e embeiçava-se de tal sorte pelo amigo Southern, que pasmá. E isso sòmente por lhe prometer o inglês uma intervençãozinha de lorde Palmerston, de acôrdo com achamboada interpretação do tratado de 1828.

VIII

Proezas de Mr. Southern na Côrte

Talvez, cansado dos ofícios sôbre mediação, resolvesse Palmerston a mudança, que efetuou em fins de 1851, dos seus auxiliares no Brasil e no Rio da Prata. Hudson saíu do Rio de Janeiro; Gore, de Montevidéu para Buenos-Aires, e daí para o Rio de Janeiro, Southern, que, ao partir, prometera mundos e fundos ao amigo de Palermo.

Uma vez na Côrte, iniciou o novo ministro inglês uma série de tricas, forjicadas por êle, pessoalmente, a fim de impedir a queda de Rosas. Lorde Palmerston, porém, já o não escutava, mouco inteiramente às súplicas, que lhe fazia o subordinado. Paulino teve conhecimento de tudo isso. De notícias de Londres, via Viena, soubera do verdadeiro motivo da retirada de Southern de Buenos-Aires.

O príncipe de Schwarzenberg, chanceler austríaco, demonstrava pelo Império Brasileiro desinteressada estima e seguia atento os lances da política externa, iniciados pelo ministro Paulino, tanto em relação ao tráfico dos africanos, quanto ao Rio da Prata. Por esta razão, o cavaleiro von Sonnleithner, encarregado de negócios da Áustria, já aclimado ao Brasil, mostrava ao ministro dos Negócios Estrangeiros, de ordem do príncipe, todos os despachos, referentes àquelas duas questões, que recebia do seu govêrno.

Em fins de dezembro de 1851, dias depois de chegar o novo ministro inglês ao Rio de Janeiro, leu Sonnleithner

para Paulino um dos despachos de Schwarzenberg, datado de fins de outubro, no qual o avisava de haver incumbido o ministro austríaco em Londres "de sondar as disposições de lorde Palmerston relativamente a Rosas". A resposta de Palmerston fôra surpreendente, ao menos para quem acompanhasse os passos de Southern, ao desembarcar na Côrte, pois afirmara o lorde: "que pouco se lhe dava que triunfasse a causa de Rosas ou de Montevidéu, e que Southern tinha sido retirado, por haver prometido a Rosas o apoio da Inglaterra, sem estar autorizado a fazer"(163).

Paulino não acreditou muito nas afirmações do lorde, que lhe prestava o diplomata austríaco, principalmente no tocante ao triunfo de Rosas. Talvez, com isso, quisesse o inglês encobrir seus verdadeiros planos.

Southern já se achava na Côrte. E as ameaças que trovejava e as bravatas que blaterava, por conta da intervenção, colocaram o ministro brasileiro, cauteloso como era, na contingência de não dar crédito ao príncipe austríaco. De Palmerston não esperava êle senão tôda a sorte de embaraços ao Império. Por isso escrevia a Honório: "O mais seguro é esperar dêle tudo quanto é de pior"(164). No entanto, fôra inteiramente verídica a afirmação do lorde ao ministro austríaco em Londres. Os acontecimentos posteriores confirmar-lhe-iam as palavras, pois a intervenção não passaria de veemente desejo de Mr. Southern. Assim vamos ver as façanhas desta mofina personagem.

Logo que se pilhou no Rio de Janeiro, o diplomata inglês deu início a sua trama em favor de Rosas. A 20 de dezembro, dias depois de chegar, já escrevia a Arana: "V. puede suponer que no descuido los intereses de nuestro amigo"(165). E não se descuidou.

Até o dia 24 do mesmo mês já se espalhara por tôda a cidade. Fôra a casa de D. Andrés Lamas, na Pedreira

da Glória, n.º 38. Lamas estava doente, de cama, com as bichas a sugarem-lhe o sangue, como remédio obrigatório a tôda e qualquer doença. Não pôde receber o inglês. Porém ficou curioso de tão inesperada honra, e prometeu-se a si mesmo, logo que se desenvencilhasse das sanguessugas, de ir à procura de Mr. Southern. Êste, entretanto, sem perder tempo, da casa de Lamas, foi em busca de Alexandre Reid, amigo de D. Tomás Guido, na rua do Sabão, 14. Esfriara Reid, havia alguns meses, a sua simpatia pelo *Herói do Deserto,* a ponto de felicitar o ministro Lamas pela vitória de Urquiza sôbre Oribe. Contudo, conseguiu Southern desvanecer as suspeitas do patrício a respeito das possibilidades de Rosas, afirmando ter êste general ainda muita fôrça, "principalmente embaraçando a Inglaterra o Brasil".

Em outra conversa resolveram os dois intervir, por conta própria, na política interna do Império. Tramaram, então, verdadeiro assalto às atribuições constitucionais de D. Pedro II, pois planejaram derribar o ministério: coisa que a Reid se lhe afigurara muito fácil. Montezuma foi escolhido pelos dois para substituir o odiado Sr. Paulino(166).

Depois da combinação do plano com Reid não descansou Southern. Procurou um amigo de Eusébio de Queiroz, ministro da Justiça, que se chamava Alcanforado para que levasse o ultimato ao ministério, acobertadamente. Fôra êste intermediário recomendado a Southern pelo Ministro Hudson, "como pessoa que gozava da confiança do ministro da Justiça". De fato era Alcanforado pessoa de confiança de Eusébio e prestou relevantes serviços durante a repressão do tráfico(167). Alcanforado repetiu a Eusébio tudo quanto lhe havia dito o inglês, à guisa de ultimato. Não se limitara Southern a chocarrear ameaças. Ao mesmo tempo que pretendia intimidar o govêrno brasileiro com a intervenção britânica, bajulava-o

e intrigava os aliados do Império. Rosas, instilou Southern ao ouvido de Alcanforado, tinha ainda muito recurso; não o abandonaria a Inglaterra, sem o auxiliar, à fúria dos aliados; temesse o govêrno imperial antes Urquiza que Rosas, pois êste "estava disposto a entender-se com o Brasil, garantindo-lhe as vantagens obtidas pelos tratados de 12 de outubro".

Assim, com palavras macias e carícias, revezadas por carrancas e ameaças, tentava o ministro da Grã-Bretanha salvar o seu amigo argentino, conforme se comprometera ao deixar Buenos-Aires. Os passos que dava justificavam o conceito do americano William A. Harris sôbre a diplomacia de Mr. Southern: "Its elements, are corruption in all the forms, unscrupulousness, mystery"(168).

A resposta de Eusébio às insinuações de Southern foi no sentido de êle se entender com o ministro dos Negócios Estrangeiros, a quem cabia resolver das questões externas. E a Paulino contou tôda a trama urdida, imediatamente(169).

Frustrada a traça, como fôra planeada, achou melhor o inglês enfrentar de uma vez o ministro Paulino, a quem pretendera derrubar. O alijamento de Paulino, desde outubro de 1850, fôra aconselhado pelo general Guido, ao regressar a Buenos-Aires, como solução capaz de evitar a guerra(170).

Em 50 teria sido possível modificar muito a política externa do Brasil, com a saída do ministro. Porém, agora, nos primeiros dias de 1852, a coisa era diferente. Já se não tratava da maneira por que um ministro encarara os negócios, no início de sua gestão; mas, apenas, de se concluir o lance, com o qual o Imperador concordava inteiramente. A segurança de Paulino era tanta, de que se não mudaria o desfecho da questão, mesmo no caso de deixar o ministério, que escreveu a Honório: "Quanto a mim seria muito para desejar u'a mudança do

ministério, não só porque já nos vai faltando o vigor e a paciência, como porque o desengano de que a mudança de alguns homens não influi na marcha seguida, daria um caráter menos eventual, e portanto maior fôrça política"(171).

No dia 24 de dezembro compareceu Mr. Southern à Secretaria dos Negócios Estrangeiros, então na rua do Passeio n.º 42, bem defronte ao Passeio Público. Referviam-lhe, no sangue, humores belicosos. E ali, arrogante, falou com o oficial-maior Azambuja sôbre a necessidade de ser recebido pelo ministro, com urgência, porque tinha de transmitir-lhe importantes comunicações, acabadas de chegar de Londres(172).

A 30 de dezembro narrava Paulino a Honório Hermeto, em longa confidencial, as façanhas de Mr. Southern, até àquela data. E no que dizia respeito à audiência, que êste lhe solicitara, não tendo a menor curiosidade de o conhecer, escrevia: "Ainda não lhe marquei, não tenho pressa em fazê-lo, e muito desejaria receber antes algumas notícias daí"(173).

Southern, no entanto, instou no seu pedido de audiência. Segundo o que êle comunicou a Arana, em carta publicada por Saldias, protelou o ministro brasileiro, mais que pôde, o encontro, desculpando-se com trabalho, doenças e idas a São Cristóvão. Isso combina perfeitamente com que o garantiu Paulino a Honório, ou seja, de que não tinha pressa em receber o novo diplomata inglês(174).

Afinal, tanto insistiu Mr. Southern que, a 2 de janeiro de 1852, se defrontou com Paulino. "Era a primeira vez que com êle falava", asseverava êste, ao iniciar a descrição da conferência(175).

Não passou a conversa, no comêço, de assuntos indiferentes ao Rio da Prata. Foi longo o preâmbulo. Queixou-se Southern da prevenção que existia contra êle, e

trouxe o exemplo a agressão, que acabara de sofrer, por parte do *Amigo Ausente*. Magoara-o, com especialidade, a referência ao caso da Maria da Fonte, que o redator do "Jornal do Comércio" fôra rebuscar em Portugal,(176) "fazendo-me ver", dizia Paulino, "que em nada participara de tais acontecimentos".

Por muito tempo ainda prosseguiu Southern a extravasar seu ressentimento contra o *Amigo Ausente*, a quem atribuiu o conhecimento de uma nota, que acabara de passar confidencialmente ao ministro.

Respondeu-lhe Paulino ter estranhado também aquêle fato, porquanto o original daquela nota não saíra de sua pasta. Chegara até a falar em conselho, na presença do Imperador, de semelhante fato, e que mandara saber de Mr. Picot, onde obtivera as informações sôbre a nota inglêsa.

Nesse passo da conversação evitou Southern o final do assunto, para não se ver apanhado em flagrante, uma vez que percebera já saber o ministro brasileiro da verdade. Fôra o próprio Southern quem mostrara a nota, antes de enviá-la ao ministro, a vários membros da oposição. Por isso se desviou inteiramente das queixas contra o *Amigo Ausente* e tratou de se reportar aos despachos recebidos de Londres, que motivaram a audiência. Leu um a um, para o brasileiro escutar, os despachos todos. Paulino confrontou os originais inglêses com a tradução achamboada para o português, que lhe entregou Southern, porém exata: "verifiquei ser fiel", afirmava Paulino da tradução.

Era uma série de despachos de lorde Palmerston, nos quais se ofereciam os bons ofícios do govêrno britânico, no sentido de o Império e o general Rosas reatarem as relações interrompidas. O governador de Buenos-Aires, segundo declarou Southern, já aceitara o oferecimento do lorde.

A questão entre o Brasil e Rosas, no entanto, simplificara-se muito. Era apenas questão de dias. Convinha ao Império ganhar tempo, para que se escoassem ligeiros êsses poucos dias, sem que se apresentassem novos embaraços no caminho. Por êste motivo, Paulino, ainda que habilitado a responder desde logo ao oferecimento do lorde, preferiu espaçar a resposta: "queria antes", diz êle a Southern, "entender-me com meus colegas e receber as ordens de Sua Magestade o Imperador".

Southern concordou com tudo. Deixou as cópias dos despachos de Palmerston com o ministro. Não lhe exigiu prazo para a resposta. Apenas lhe pediu licença para visitá-lo no Andaraí, onde veraneava.

Depois de esgotar o assunto da mediação, que lhe justificava a presença ali, passou Mr. Southern a recordar-se, saudoso e melancólico, dos dias felizes de Buenos-Aires, quando, ao lado da encantadora Manuelita, assistia comovido às manifestações dos bons federais contra o pérfido anti-americano govêrno do Brasil e o louco selvagem unitário Urquiza.

Foi então, a rememorar o passado, que fêz o diplomata inglês o retrato do general Rosas, para que o ministro brasileiro tivesse nítida visão de tão amável personagem, descrita por testemunho verídico e não matizada pela calúnia unitária: "haciendo de tal modo su retrato", garantia o próprio Southern a Arana, "que nada hubiera dejado que desear ni aún a los más ardientes amigos del dicho señor general"(177).

Êste passo da conversação contou Paulino assim: "Mostrou-se Southern pessoalmente afeiçoado a Rosas, do qual me disse bem. Disse-me que o tinha estudado muito, e que era fácil de levar-se, sabendo. Que os estrangeiros não gostam de governos fortes nos países em que residem, preferindo o de Montevidéu, onde fazem o que querem. Que era homem de ferro para o trabalho,

e que tudo fazia. Que não tendo hoje confiança em Arana lhe mandava tudo feito para assinar"(178).

Retrucou-lhe Paulino, "sem entrar na discussão das qualidades pessoais de Rosas", que, não obstante, não fundara o ditador coisa alguma de "estável e durável" no país. "A sua pessoa mantinha a Confederação Argentina e que, de um momento para outro, a sua morte pode trazer a dissolução e a anarquia, que êle, Southern, receava produzisse a sua queda".

Sem negar a afirmativa do ministro, objetou-lhe Southern que Rosas estava muito forte e ainda poderia viver mais uns trinta anos. Cálculo muito aproximado da verdade, pois Rosas viveria mais vinte e cinco anos. Acrescentou o ministro inglês que, sôbre a anarquia no Rio da Prata, a queda de Rosas traria ao Brasil os piores vizinhos.

Pouco depois concluía a conferência, que durara algumas horas, na qual Mr. Southern, mais como particular amigo de Rosas, do que como representante da Grã-Bretanha, procurara "tornar-se agradável", a ver se ainda salvava o ditador.

A opinião que um formou do outro, ao concluir a conversa, consta das respectivas anotações. Assim é que Southern escreveu: "Se dice que Paulino es jesuita y tal vez haya engañado a Mr. Southern: pero se es en realidad tal jesuita, sostuvo tan bién su papel al principiar su conversación como al concluirla"(179). Paulino, apenas, tracejou algumas palavras, muito a seu jeito, logo após a despedida: "Pareceu-me homem muito hábil e perigoso"(180).

O mais importante dessa palestra foi a conclusão a que chegou o ministro brasileiro. Em primeiro lugar reconheceu que Palmerston falara a verdade ao ministro austríaco em Londres. Southern não tinha ordem para intervenção alguma. Se as tivesse, outras teriam sido suas palavras. Era de crer que as exigisse mais amplas.

Mas, se viessem, chegariam tarde. Notou também Paulino o fato de lhe não repetir Southern o que dissera a Alcanforado a respeito dos tratados de 12 de outubro de 1851.

Além de tudo isso revelou o inglês, sem querer, o motivo da desconcertante passividade de Rosas e os seus planos de guerra. Entre os documentos enviados por Palmerston, com a recomendação de serem entregues a Paulino, encontrava-se a cópia de um ofício do próprio Southern, datado de 2 de setembro de 1851, quando ainda ministro em Buenos-Aires. Neste ofício se estendia Southern em minuciosa descrição das conversas, que tivera com Rosas, sôbre a mediação inglêsa(181).

Interessou muito a Paulino êste documento, por lhe elucidar os planos de Rosas e desvendar a passividade em que êste *Herói* se obstinara até então. Mandou tirar uma cópia da tradução, que lhe dera o inglês, e a remeteu a Honório Hermeto, para que se visse em Montevidéu a que ponto chegara o *Grande Americano* no esmolar a intervenção da Inglaterra. E ao enviar a cópia, comentava-lhe Paulino o conteúdo: "Chamo muito especialmente a atenção de V. Exa. sôbre a conversação de Rosas com Southern. Rosas põe-se debaixo da proteção dos inglêses, e renega da maneira mais vil tôdas as suas doutrinas de Americanismo. Essa conversação revela seu plano e esperança. Pôr-se na defensiva, ganhar tempo, cansar e desmoralizar os adversários, aproveitar os elementos turbulentos, que contém o Estado Oriental, pô-los em fermentação até que lorde Palmerston lhe acuda"(182).

Mr. Southern, no empenho de salvar o amigo argentino, serviu-lhe apenas de coveiro, pois veio revelar que Rosas era capaz de fazer o que tanto reprochava aos unitários. A questão era precisar.

* * *

A resposta, que Paulino ficou de dar a Southern, sôbre os bons ofícios do govêrno inglês, protelou-a êle o mais que pôde. E acabou não dando.

Nos primeiros dias de fevereiro quando se ignorava ainda na Côrte o desfecho da contenda, com a vitória de Caseros, apareceu Southern, de visita ao ministro dos Negócios Estrangeiros. Demorou-se muito tempo na chácara, chamada do *Macaco*. Palestrou profusamente, como sempre, sôbre os assuntos mais diversos. Era o inglês agradável nas conversas. O próprio americano William A. Harris, que lhe malsinara a diplomacia, o estimava como particular, considerando-o, socialmente, como "a very agreable gentleman"([183]). Porém, com tôda a palestra, não tocou nos bons ofícios, que ofertara, da Inglaterra.

Isso, para Paulino, era um enigma. "É notável", dizia êle a Honório, "que não tenha procurado a resposta que fiquei de dar, e que não lhe tenho dado espontâneamente porque nenhum interêsse tenho nisso"([184]).

E era de espantar essa atitude de Southern, porque, entre outras ameaças, jurara a Alcanforado, para que êste repetisse a Eusébio de Queiroz, que os Aliados não iriam além do Paraná, sem que lhes neutralizasse a ação o almirante inglês([185]).

IX

Monte-Caseros, Morón ou Santos-Lugares

A 3 de fevereiro de 1852 o Exército Aliado desbaratou o do general Rosas, em Monte-Caseros. Ainda neste último lance a passividade do ditador deu feição à luta. Basta atentar para o desenrolar do combate, para se concluir que o vencido se deixou vencer, depois de canhestra e frágil resistência. De mais de 50.000 homens, que lutaram naquele dia, apenas 2.100 tombaram feridos e mortos(186).

No entanto, do resultado da batalha, não sòmente dependia a vitória parcial de Rosas sôbre os seus inimigos, mas a prometida intromissão da Inglaterra, que lhe daria a mais completa vitória. A êste respeito já escrevera o sabido correspondente, informando ter Southern avisado a Rosas, em carta de 13 de janeiro, "que nada esperava conseguir a não ser. que um triunfo de Rosas, e uma sublevação no Estado Oriental, prolongando a luta, dessem lugar a uma intervenção mais eficaz e direta de sua parte, porque neste caso obraria de acôrdo com as instruções e ordens que tem do seu govêrno"(187).

A ajuda da Grã-Bretanha dependera, assim, do resultado de Caseros. Contudo, fôra fraquíssima a reação de Rosas. Limitara-se a esperar, cauteloso, que lhe aparecesse à frente o inimigo, para então brigar.

Em Tonelero já se patenteara a fraqueza militar do ditador, se não incapacidade. Haviam desperdiçado a maior parte dos tiros contra os navios brasileiros; lan-

çados a êsmo, sem pontaria, embora a distância fôsse, como assinalou Sarmiento, quase à queima-roupa. Acabou por deixar Mansilla, correndo, a sua posição nas barrancas do rio, temeroso de que as tropas brasileiras do segundo comboio se destinassem a um desembarque, nas proximidades das fortificações, que êle comandava, com o fim de o desalojar dali(188). Fôra derrotado por suposição.

A passagem atabalhoada do exército de Urquiza, na Ponte Márquez, não chegara a despertar os ânimos estratégicos de Rosas. Atravessaram-na os aliados como quiseram e puderam. Os de Caseros não se mexeram a dificultar-lhes os passos. De 2 para 3 de fevereiro, dormiram pacìficamente os aliados, a noite inteira, à vista dos seus contrários. Só às seis e meia da manhã, depois de enfileirados para o combate, é que êste se iniciou(189).

Caseros já tem sido descrito por inúmeros técnicos. Não poderia eu, portanto, alimentar veleidades de recontar, senão em me apoiando em um daqueles ilustres escritores, as várias fases do combate.

Mas, confesso, não gosto de certas descrições. Se fôra pintor, seria retratista, de preferência. Inspirar-me-ia em um sem conto de indivíduos, tentanto exprimir na tela o que sinto ao ver as feições enregeladas e sofredoras dos velhos; o riso despreocupado das crianças louras e encarapinhadas; as rugas que hoje enfeiam um rosto que já foi belo: enfim, procuraria demarcar justamente o que há de pessoal em cada uma daquelas expressões. Preferiria explorar nos homens os seus próprios sentimentos, esmiuçar-lhes, no tracejar dos olhos, das mãos, da boca, as suas paixões, seus amores, seus ódios, suas esperanças. Os sistemas nervoso e endócrino não evolveram muito, desde que o homem se reconheceu rei dos animais. Os reflexos daqueles sentimentos, em cada um de nós, são, por assim dizer, eternos.

Já não acontece o mesmo no que respeita à técnica, em que êsses sentimentos se exteriorizam e corporificam em máquinas e utensílios de trabalho e destruição. Hoje, um quadro, que represente a batalha de Caseros, tem muito de decrépito, porque a técnica de guerra, empregada, então, já se avelhantou de tal modo que se nos assemelha a nós às anquinhas ou às crinolinas, também chamadas "guarda-virtudes", com que se envaidavam e defendiam as nossas avós.

Os quadros de batalha, num futuro próximo, terão muito do impressionismo. Apenas aparecerá possante e majestosa fumaceira, subindo em espiral da terra obumbrada e dilacerada para um céu inexpressivo, que se empardece e achata à medida que avançam as colunas espêssas de fumo.

Porém nada disso me impede de acrescentar aqui o que li, numa crônica da época, sôbre a divisão brasileira em Caseros. Nesta crônica se encontram informações exatas no tocante a datas e ocorrências no Prata, desde o início da luta, e o pomposo título: "Crônica dos gloriosos e memoráveis acontecimentos que tiveram lugar na cruzada da aliança americana contra a opressão das repúblicas do Prata".

*
* *

Rosas, diz a *Crônica*, apoleirado em uma das sotéias da casa de Caseros, dirigia o combate. Logo que divisou ao longe os brasileiros, mandou se lhe arremessasse o fogo dos seus canhões de 60 polegadas. "Trata de atirar sôbre os brasileiros", teria dito Rosas, logo no início do combate, ao comandante de sua artilharia. "São fracos e talvez os abalemos".

Mas, com tôda a chuva de fogo, surgem os brasileiros e marcham impávidos, como se marchassem, em dia de

festa, à luz dos fogos de artifício, pelas ruas esburacadas da Côrte, salpicadas de *tigres*. Formam um todo compacto: uma onda humana, a drapejar bandeiras, que caminha e avança em movimentos ágeis de parada; que cresce a cada passo em bravura; que se estende, engrossa, ondula e segue como se imantada por uma fôrça, vinda justamente das posições inimigas. Daí os espreita o ditador, já não muito seguro de si. A onda, no entanto, persiste no caminhar sem tropêço, sem um momento de descanso, sem um estôrvo a barrar-lhe o trajeto.

Estralejam metralhas. Coléricos, estrondeiam os canhões. As balas zunem. Tudo é pólvora, sangue, pó e estardalhaço.

Por instantes o fogo clarifica o cenário opaco, envolvido inteiramente na poeira e na fumaça. No relampaguear de um tiro, divisa Rosas a mesma onda, a ziguezaguear em baixo e a acercar-se cada vez mais do ponto em que se êle achava de observação. Esgueira, de novo, o ditador um olhar inquieto aos brasileiros, já a meio do caminho. "Não estamos bem aqui, veja como avança aquela gente". Diz, afinal, Rosas, apontando ao mesmo comandante os brasileiros.

O *Herói do Deserto* pressente o perigo. O avanço continua. Nada mais quer ver. Tomara fartão da guerra. Não resiste por mais tempo a sua coragem. Engulhado, apressado, monta num cavalo e dispara. Só agora, talvez sentisse a ironia, que trouxera por título: *Herói do Deserto!* E, possívelmente, compreendesse, na carreira desenfreada de Morón a Buenos-Aires, que existia no mundo alguma coisa além do deserto. Acrescenta a crônica que, por mais dez minutos, teria caído Rosas em poder dos brasileiros.

Em Santos-Lugares o combate continuou, sem a presença do ditador. Mas, afinal, sobreveio a derrota completa dos rosistas. Então, diz a mesma crônica: "Na

debandada, os entrerrianos e correntinos não poupavam os inimigos. Correu logo voz entre os dispersos: "Entreguemo-nos à gente de calças, que são êstes brasileiros e não matam os prisioneiros". Os outros vestiam "chiripá"(190).

* * *

Até aqui segui a crônica. Agora, antes de passar adiante, vou transcrever o depoimento do conde de Caxias. Comunicando êle a sua ida a Buenos-Aires, logo depois da derrota de Rosas, dizia ao ministro da Guerra: "Fui imediatamente a Palermo entender-me com Urquiza, de quem não tinha notícias a mais de 15 dias; e por êle soube do resultado da batalha, e da fuga de Rosas para bordo de um vapor inglês. Nessa ocasião me disse êle que a Divisão Brasileira se tinha portado o melhor que era possível imaginar-se, e que Marques havia manobrado como se estivesse numa parada. Fui também ao campo de combate, e examinei tôdas as posições, que ocuparam os dois Exércitos, e vi, sem a menor dúvida, que a mais forte linha inimiga era a que tinha sido atacada pela nossa Divisão"(191).

Era esta a opinião corrente. Berges, em Montevidéu, anotou no seu caderno o que soubera a respeito da batalha, por Lucas Moreno e Herrera y Obes. Ambos elogiaram muito a Divisão Brasileira, "que demonstró en el combate mucha perícia y valentia". "Se dise", acrescentou o paraguaio, "que el General Urquiza en el campo de batalla elogió las fuerzas brasileras"(192).

* * *

No final da contenda, não se limitou a ação do Império às fôrças expedicionárias, que lutaram em Caseros.

Em Colônia, esperava Caxias, com mais de dois mil homens prontos para o desembarque, o momento oportuno de cruzar o rio. Preferira êle unir-se a Urquiza a formar uma segunda linha de combate. A isso o levara o mesmo Lucas Moreno, amigo de Urquiza, que espalhara não ser o entrerriano capaz de comandar um exército das três armas([193]).

Certificara-se também Caxias dessa impossibilidade do governador e para sanar, em parte, êste inconveniente é que encarregara Marques de Souza do comando dos expedicionários brasileiros, contra a opinião de Honório Hermeto, que pretendera entremeter-se até na escolha do chefe da expedição, indicando o nome de Caldwell. Referindo-se Caxias à última fase da luta contra o ditador, escrevia ao ministro Manuel Felizardo sôbre a possibilidade de a guerra prolongar-se, principalmente, se experimentasse Urquiza "algum transtôrno nas primeiras operações". Caso ocorresse esta hipótese, a guerra só terminaria com a passagem de todo nosso exército para o outro lado do rio. "Pois, pelas conferências que tive com aquêle general", dizia Caxias, aludindo às entrevistas com Urquiza, "me pareceu que êle mesmo se julgava pouco apto para, em um dia de batalha, dispor de 22.000 homens das três armas; e mais de uma vez me falou de sua ignorância sôbre o que diz respeito a evoluções em grandes massas; fugiu de entrar em conversas militares comigo, e por vêzes me deu a perceber que bem desejaria que êle só tivesse de dirigir a vanguarda do exército aliado. Eu o suponho homem sagaz e atrevido, porém nada militar: se Rosas e Pacheco serão melhores manobradores do que êle, não sei; o futuro o dirá"([194]).

Caxias aprestara dois mil homens, em Colônia, para seguirem com êle ao encontro do Exército Aliado, na pri-

meira oportunidade. O embarque efetuar-se-ia em poucas horas, uma vez que providenciara o conde a construção de pontes apropriadas. E o desembarque se realizaria em *Las Conchas*.

Assim, logo que se ouviu o troar dos canhões na outra margem, se preparou Caxias para a travessia do rio. Às 5 horas da tarde do dia 3, chegou o *Pedro II*, enviado pelo almirante Grenfell, com a notícia da batalha e de que o exército rosista recuava em direção a Buenos-Aires.

Às 6 e meia da tarde já os batalhões de Colônia, que iam formar o novo contingente, se movimentaram. Na manhã seguinte, o brigue *Eolo* e o patacho *Conceição*, entulhados de soldados, e mais o *Pedro II*, onde se achava Caxias e o seu estado-Maior, deixavam Colônia.

Caseros, porém, foi vitória definitiva e completa. Meia hora depois de a segunda expedição iniciar a travessia, 7 horas da manhã do dia 4, avistou-se o *Paraense*, que rumava para Montevidéu. De bordo fizeram o sinal convencionado, anunciando que Rosas caíra. Caxias fêz, então, retroceder o *Eolo* e o patacho, prosseguindo a viagem com os 800 homens, que se encontravam no *Pedro II*. Em Buenos-Aires já estava Urquiza instalado em Palermo([195]).

Não ficara inativa a esquadra brasileira, como se poderia deduzir de várias descrições do final da luta. Desde 1 de fevereiro se achava Grenfell a bordo do *Afonso*, com mais dois navios de guerra e três corvetas([196]), em balizas externas do pôrto de Buenos-Aires. No dia seguinte comunicava êle a Honório que a esquadrilha rosista não se movia, como era de se esperar. Fôra o

almirante brasileiro visitado pelos comandantes de navios estrangeiros, estacionados ali. "Todos me afiançam", acrescentava Grenfell, "que a cidade se acha envolvida na maior confusão e susto; e que a queda de Rosas é inevitável"(197).

No dia 3 de manhã, ao ouvir o canhonear de Caseros, reuniu o almirante as suas fôrças, tencionando deixar a posição, em que estava, nos Poços "junto à Barra, em frente de Palermo", e entrar em balizas internas, logo que o rio o permitisse. Não o fêz porque, enquanto esperava, lhe veio falar um oficial francês do *Flambart*, pedindo-lhe, em nome de Mansilla, suspendesse as hostilidades, visto que os ministros de França, Inglaterra, Estados-Unidos e Portugal tinham ido tratar com Urquiza a capitulação da cidade(198).

Por Mr. Pendleton, encarregado de negócios americanos, que, no mesmo dia da batalha, escreveu de Buenos-Aires ao secretário de estado Webster, sabemos do desfecho da luta. No final do despacho, dizia o americano ter acabado de receber uma solicitação do general Mansilla, para, com os representantes da Inglaterra, França e Portugal, conseguir de Urquiza o arremate da guerra, evitando continuasse o derramamento de sangue.

Mr. Pendleton e seus colegas aceitaram a incumbência e seguiram para Palermo, à procura do general vencedor. Urquiza, porém, pernoitara nas proximidades do campo de batalha, obrigando os diplomatas a passarem à sua espera a noite tôda, de 3 para 4, em Palermo. Só o inglês Gore, que, ao anoitecer, pretextou uma desculpa qualquer para voltar a Buenos-Aires, prometendo, porém, estar presente à conferência, à hora marcada. O verdadeiro motivo da escapada de Mr. Gore foi o de proteger a fuga de Rosas e de sua filha Manuelita. Às duas horas da manhã de 4 de fevereiro, subiam os dois para bordo

do navio inglês *Locust*, onde os deixou, em segurança, o prestativo Mr. Gore(199).

Não ficou por muito tempo o general Rosas incógnito. Reconheceu-o, logo de manhã, a bordo do *Locust*, um oficial brasileiro do *Afonso*. Isso fêz com que escrevesse Grenfell ao almirante britânico o seguinte: "Havendo sido reconhecido esta manhã, a bordo do vapor de Sua Majestade Britânica "Locust", por um oficial do navio de minha bandeira, a pessoa de D. Juan Manuel de Rosas; é do meu dever requisitar a V. Exa. que, recebendo o dito ex-governador asilo a bordo da Esquadra do comando de V. Exa., não lhe seja permitido desembarcar no território argentino sem o consentimento dos govêrnos do Império do Brasil, dos Estados de Entre-Rios e Corrientes e do Oriental do Uruguai; potências aliadas por cujos esforços foi derribado o govêrno do dito ex-governador de Buenos-Aires, que por tantos anos tem perturbado a paz dos Estados sul-americanos, e envolvido em ineficazes disputas com a Confederação Argentina os principais govêrnos europeus".

O almirante inglês, William Willmott Henderson, que substituíra, havia pouco, Reynolds, respondeu a Grenfell, delicadamente, no mesmo dia. Rosas já se transportara para o *Centaur*, navio almirante.

"Sir", dizia Henderson, em resposta a Grenfell. "I have had the honour to receive your letter of this date respecting the arrival on board Her Britannic Magesty's Steam Ship "Centaur" of General Don Juan Manuel de Rosas, the ex-Governor of Buenos-Aires. I appreciate the motive with which you request that General Rosas may not permitted to desembark in Argentine territory without the consent of the Allied Powers by whose Forces his Government has been defeated, and I have no hesitation in assuring you in reply that so as it may be necessary

to afford General Rosas an asylum on board the "Centaur", I shall not sanction any act on his part contrary to my Instructions, or to International Usage in such cases"(200).

*
* *

Em Montevidéu, as primeiras notícias que circularam de um recontro entre os dois exércitos, foram trazidas pelo *Prince,* chegado de Buenos-Aires a 3 de fevereiro. Não se referiam, por certo, a Caseros, mas à cavalària rosista desbaratada nas vésperas da batalha. Silva Pontes, no seu *Diário Reservado,* anotava: "chegou o Paquête inglês, vindo de Buenos-Aires, com notícia de que o general Pacheco tinha sofrido uma derrota no dia 31 de janeiro último, notícia confirmada naquela cidade, pelos dispersos e pelas famílias que a ela se recolhiam"(201).

Só no dia 4, às dez horas da manhã, foi que aportou o navio americano *Manuelita Rosas,* com a notícia da derrota do ditador. Deixou Buenos-Aires na véspera, trazendo por passageiro único, Mr. Robert C. Schenk, ministro dos Estados-Unidos no Rio de Janeiro, que passava no Prata uns dias de licença. O navio devera ter saído às duas horas da tarde, porém os sucessos, que sobrevieram, fizeram com que se lhe adiasse a partida para depois das seis horas da tarde do dia 3. Deixara Mr. Schenk a cidade inteiramente aturdida com a fragorosa derrota. Mais de quinhentos fugitivos já vagueavam pelas ruas e, principalmente, se apinhavam na Praça da Vitória. Nada se sabia ao certo a respeito de Rosas. Davam-no por morto, prisioneiro ou fugido. E dizia-se que êle mesmo comandara as suas tropas, sem o que estas teriam caído "a simples aproximação das forças aliadas"(202).

Ao anoitecer do dia 4, ou seja, às 6 horas da tarde, como pontualmente anotou o paraguaio Berges, apareceu o *Paraense,* embandeirado como o *Manuelita,* com a comu-

nicação oficial de Grenfell. Nela dizia que o combate durara desde madrugada até às cinco horas da tarde, e que o exército derrotado entrara em Buenos-Aires, em debandada e na mais completa confusão. Era ainda desconhecido o destino do governador Rosas(203).

Outras notícias mais completas chegaram no dia 5. Honório, em rápido bilhete, escrevia a Paulino: "São cinco horas da tarde. Acaba de chegar o vapor *Locust*, por que esperava o *Prince* para levar comunicações de Gore sôbre a derrota de Rosas. Rosas logrou fugir para bordo do vapor *Centaur* com sua filha Manuelita e mais cinco indivíduos: êle fugiu vestido de marinheiro e ela vestida de homem. Urquiza achava-se na quinta de Palermo; e a cidade de Buenos-Aires em paz"(204).

Não era possível deixasse Silva Pontes de consignar no seu *Diário* o final do lance, de que fôra das principais figuras. "Hoje", escreveu êle no dia 5, "veio pelo *Locust* a notícia de que Rosas e sua filha Manuelita Rosas se tinham escapado disfarçados para bordo do mesmo *Locust*, do qual passaram para bordo do *Centaur*, que arvora a insígnia do almirante inglês"(205).

Foi o *Prince*, conhecidíssimo navio inglês da linha Rio de Janeiro-Rio da Prata, que, a 3 de fevereiro, havia chegado a Montevidéu e aí esperara pelo *Locust* até a tarde do dia 5, que espalhou pelo mundo a notícia da queda do general Rosas. Levava as comunicações dos brasileiros para o Rio de Janeiro; de Mr. Gore para Londres, e de Mr. Pendleton para Washington. Além disso levava de volta, para a Côrte, Mr. Schenk, que assistira sem querer, à queda do ditador. Já em mar alto, a 9 de fevereiro, Mr. Schenk acrescentava à comunicação de Pendleton as suas próprias impressões(206).

X

Em Buenos Aires

Desde que chegara o *Manuelita Rosas*, embandeirado, preparou-se Honório para partir para Buenos-Aires. A viagem fôra marcada para o dia 5. Justamente neste dia, procurou-o José Berges, que lhe comunicou a notícia, "muito triste" para êle, Berges, de não ter o seu govêrno aderido ao convênio de 21 de novembro.

Não podia Honório, no momento, perder tempo em longos ofícios. Já estavam arrumadas as bagagens. Por isso apenas avisou o ministro da comunicação, que acabara de receber. Foi Silva Pontes quem descreveu a melancólica despedida do paraguaio. "Recebi carta do Presidente do Paraguai", dizia Pontes. "Por ela soube que o Sr. Bellegarde está enfêrmo. Pouco depois veio à legação o Encarregado de Negócios daquela República a despedir-se. O presidente López não aprovou o que tinha convencionado com o general Urquiza e com o Sr. Carneiro Leão. Das palavras e ainda mais do semblante do Sr. Berges, percebi que a desaprovação para êle tinha sido concebida em têrmos desagradáveis(207).

Às 9 horas da noite de 5 de fevereiro embarcou o plenipotenciário brasileiro, no *Paraense*, com o seu filho Honório, que o fôra visitar no Prata, com o dr. Paranhos, Alsina, Marmol, os dois Costas e outros argentinos(208).

O navio seguiu apressado para chegar a Buenos-Aires no dia seguinte ao meio dia. Às duas horas da madrugada, pouco adiante das barrancas de São Gregório, com tôda a fôrça das 11 milhas que fazia, embarafustou o *Paraense* por um banco de areia e aí estacou. Fôra êste acidente conseqüência de "êrro crasso do pilôto", afirmava Honório, a lembrar-se, dias depois, ainda furioso do susto e transtôrno, que lhe causara o encalhe.

Imediatamente tentou comunicar-se com Colônia, mandando um oficial, por terra, solicitar um navio. Mas estava impaciente o diplomata e devera de ter esbravejado impropérios ao saber que se achava bloqueado, prêso e impossibilitado de expandir a sua "enérgica atividade", além do limitado espaço do *Paraense*.

A 7, dia seguinte do desastre, passou ao largo o *Manuelita Rosas*. À custa de sinais veio a fala. Queria Honório que o americano o conduzisse, com a comitiva a Buenos-Aires. Não o atendeu o comandante, por seguir em direção contrária, nem tampouco se prestou a auxiliar o *Paraense* a safar-se da areia. Apenas consentiu em levar uma carta a Silva Pontes, em que se lhe pedia socorro, com urgência([209]).

A carta, que lhe escreveu Honório ao meio dia, recebeu-a Silva Pontes às oito e meia da noite. Com rapidez diligenciou o desembargador o desencalhe do plenipotenciário. Às 10 horas da noite já havia fretado o próprio navio que lhe trouxera a notícia, para sair no dia seguinte "o mais tardar às 10 horas da manhã"([210]).

No dia seguinte saía de Montevidéu, não às dez da manhã, mas à uma hora da tarde, em demanda das barrancas de São Gregório, o *Manuelita Rosas*, com o carvão e uma lancha, também necessários([211]).

Honório, porém, não esperou pelo socorro. O *Uruguai*, antes de o vapor americano chegar ao local, passara

por perto, a pedido de seus passageiros; parou e recebeu a ilustre carga de brasileiros e argentinos, conduzindo-a a Buenos-Aires. E ainda, no domingo, dia 8 de fevereiro, à tarde, pisava o conselheiro de estado e senador do Império, Honório Hermeto Carneiro Leão, em terra portenha(212).

* * *

Chegou tarde demais para influir, como pretendera, no ânimo do governador vitorioso, a fim de lhe moderar a ação contra os vencidos. A 8 de fevereiro já pendiam das árvores, a ensombrar a paisagem, um sem número de cadáveres.

Liqüidara Urquiza, em primeiro lugar, os salteadores "que Mansilla soltou sôbre a cidade, depois do embarque de Rosas". Entre êles se contavam umas poucas mulheres e alguns correntinos das tropas de Virasoro. Em seguida, determinara o general a proscrição em massa, não só dos sobreviventes da malfadada Divisão Aquino(213) e outros desertores, mas também daqueles que, compreendidos na capitulação de Oribe, haviam fugido para Buenos-Aires. O coronel Chilabert, "hábil na sua arma", fôra vítima, segundo se dizia então, do ódio e prevenção pessoal do próprio Urquiza. Êste, para justificar o fuzilamento do coronel, alegou promessas secretas, que Chilabert violara ao disparar os seus canhões contra os aliados(214).

Nada mais podendo fazer neste particular, Honório, da primeira visita ao novo hóspede de Palermo, apenas o felicitou pela vitória. No caminho, porém, de Buenos-Aires a Palermo, deparara-se-lhe o cadáver de um dos soldados fuzilados, esbracejando grotesco, dependurado num tronco. Impressionou-o semelhante quadro a ponto de recontar o hediondo "espetáculo de alguns cadáveres,

pendurados nos arredores da cidade, dos quais ao menos um vi eu no caminho de Palermo". De outra feita, voltou êle a escrever que, no dia 9 de fevereiro, ao dirigir-se a Palermo, lhe constara que, pela vizinhança, "existiam dispersos cadáveres de vários fuzilados, e na estrada mesma, que da cidade conduz àquela quinta, achava-se pendente de uma árvore o cadáver de um indivíduo"(215).

Em Buenos-Aires encontrou também Honório Hermeto, já em evolução o processo histórico, que se exasperaria em breve, nascido da incompreensão e intolerância entre Urquiza e os unitários sobreviventes.

Fôra Urquiza a vida tôda federal. Não abjurara a sua fé. Vivera no ambiente da ditadura, que derrocara, e odiara, tanto quanto Rosas, os unitários emigrados. Perseguira-os e xingara-os da forma por que todos os bons federais o fizeram. Não seria possível, agora, que se lhe demudasse o passado, da noite para o dia, num milagre de compreensão política. Aceitara os unitários por necessidade; para se dar ares de redentor, acima dos partidos.

A realidade, porém, enxergaram-na os unitários logo que o Exército Aliado iniciara a sua marcha. Com a vitória se tornara Urquiza mais exigente. Pretendia que os Sarmientos, os Alsinas, os Mitres se apresentassem em público, cheios de bentinhos e fitinhas, por símbolo da *Federación*. Honório contou a Paulino, miùdamente, todo êsse processo, que se desabrochava a seus olhos, principalmente porque se enleara a outro que dizia respeito ao Brasil.

Pretendeu Urquiza, uma vez terminada a campanha, desvencilhar-se dos brasileiros, sem, ao menos, dizer-lhes muito obrigado. Punha-os de lado; fingia não os conhecer; deixava-os para trás nos festejos. Se o consentissem, a amnésia do entrerriano teria sido completa. Nem a Caxias, nem a Marques de Souza que acampava a pouca distância de Palermo, foi Urquiza visitar. Mas,

com tudo isso, não conseguiria derriscar os traços fortes, deixados pelas pegadas dos brasileiros, desde o comêço da luta.

De um lado não consentiram os unitários, aquêles que haviam sido selvagens, e que, agora, repostos nos seus lares, sabiam ser reconhecidos a quem os ajudara. Do outro, a própria fraqueza de Urquiza. Em breve se evolou a ilusão, deixada pela vitória, e se viu Urquiza na contigência de voltar atrás. E à veleidade dos primeiros dias após Caseros, substitui intenso desejo de se unir ao Império. Mas, entre um e outro momento, passaram-se muitos dias, semanas, senão um mês inteiro.

Assim que se inteirou Honório das hostilidades de Urquiza, tratou de anulá-las. Facilitaram-lhe a ação os unitários, que tomaram a si a incumbência de invalidar os lapsos de memória do general, no tocante aos brasileiros. "A população de Buenos-Aires", escrevia Honório a Paulino, "os selvagens unitários, que êle (Urquiza) fulminou em sua proclamação, deram as mais vivas demonstrações de amizade ao Brasil, no dia da entrada triunfal em Buenos-Aires. Mostraram o maior empenho em que a Divisão Brasileira não se retirasse sem assistir a um dos bailes que preparavam para festejar a libertação do seu país. Eu recebi obséquios e manifestações no mesmo sentido dos Membros do Govêrno Provisório e de vários cidadãos respeitáveis"(216).

Preparou o Govêrno Provisório uma casa para o diplomata brasileiro e mandou oferecer-lhe, para residência, por uma comissão compósta do chefe de polícia e de dois negociantes. Tão insistente foi o oferecimento, e de tão boa vontade, que se viu Honório obrigado a passar os últimos oito dias de estada em Buenos-Aires na casa, que, segundo êle, "tinha sido preparada com muita decência, para mim e para as pessoas de minha comitiva"(217).

Influiu no comportamento de Urquiza a maneira por que trataram os portenhos e unitários o diplomata brasileiro. É no presente que se esboçam os quadros do futuro. E o que se delineava, da aliança do Império com os unitários e portenhos, teve a virtude de ajeitar Urquiza, modificando-lhe os primeiros impulsos. Previu o entrerriano a possibilidade daquela aliança e tratou de acertar o passo. Fê-lo depois de um período de dubiedade, mas ainda a tempo de evitar a aliança imediata.

Desde logo enxergou Honório a rixa formada entre unitários e Urquiza, e a ligação desta rixa com os brasileiros. A descrição que fêz do quadro político, que se lhe deparou em Buenos-Aires, é tão perfeita, que seria difícil, senão impossível, resumir-lhe as páginas, sem lhes desmerecer a vivacidade e, principalmente, a atualidade da descrição. Por isso, daqui em diante, já não é sòmente meu o capítulo, senão também do próprio Honório, de estiradíssima confidencial, que escreveu a Paulino.

"Como V. Exa. sabe, o grito de guerra contra Rosas, a notícia da poderosa Aliança, que contra êle se formava, poderosa pelo papel que nela representava o Brasil, trouxe às fileiras do Exército Aliado muitos oficiais argentinos, que, por vêzes, combateram para derrocar aquêle tirano, e que viviam como exilados aqui (escrevia Honório de Montevidéu), no Rio Grande, no Chile e em outros Estados vizinhos. Todos êsses oficiais pertenceram ao antigo partido unitário e puseram-se à disposição do general Urquiza, que os aceitou com mostras de satisfação e lhes prometeu emprêgo, ou no seu Estado Maior nominal e informe, ou no Comando de Corpos e Divisões. Entre êsses militares contam-se os generais La-Madrid e Madariaga, os coronéis Mitre, Hornos, Aquino, Sarmiento (o escritor) e vários outros: devo também mencionar o coronel Paunero, que, pôsto seja oriental, tem sempre

servido à causa argentina e vivia emigrado em Bolívia, donde veio na mesma ocasião".

"Desde que passou o Paraná, começou o general Urquiza a manifestar prevenções e má vontade para com êsses oficiais, a tratar a todos com pouca ou nenhuma atenção, e a anular completamente a alguns, deixando-os sem emprêgo no Exército, do qual, todavia, se não separaram. Por vêzes se lhe ouviu que era preciso enforcar alguns selvagens unitários, expressões de Rosas, e que também êle empregava em seus documentos oficiais contra os instrumentos do tirano. A La-Madrid e outros chefes de idade já avançada, chamava êle e continua a chamar: fundilhos caídos".

"Essas invectivas, essas ameaças, essa desconfiança e rudeza do general descontentaram profundamente aos oficiais argentinos, a que acima me referi, os quais não ocultaram o seu ressentimento, e às vêzes o iam desabafar na confiança do brigadeiro Marques, e outras vêzes sem reserva o manifestaram aos oficiais e empregados da Divisão Imperial. O justo despeito que os animava contra o seu compatriota general em chefe, a desconfiança em que entraram de que a liberdade de seu país não estava assegurada, confiada a êsse chefe, que já começava usar de têrmos do vocabulário de Rosas, que menosprezava aquêles que acudiram ao seu chamado e deram sempre provas de inimizade àquele tirano, concorreram para que êsses indivíduos, que pertencem à parte mais sã e civilizada da República Argentina, se fôssem despindo dos preconceitos que nutriam contra nós, vissem com melhores olhos as nossas tropas, fizessem justiça à sua superioridade quanto à instrução militar, disciplina e organização, e fôssem simpatizando conosco, e enxergando na nossa aliança a sua maior garantia".

"O brigadeiro Marques e seus oficiais, pela sua cordura e maneiras amigáveis, tôda a nossa tropa por sua

disciplina e comportamento honesto, foram por sua parte desenvolvendo essas simpatias e confiança, tanto dos descontentes, como de todos os seus companheiros do exército. As populações da cidade de Santa Fé e do Rosário, que se achavam em comunicação com a nossa tropa, admiravam a sua organização e disciplina, o caráter afável dos nossos oficiais e não cessaram de manifestar-lhes êsse seu sentimento por palavras e vindo freqüentemente visitar os seus acampamentos e ouvir tocar as suas músicas. Para êsse conceito e simpatia muito concorreu o pagar a nossa Divisão tudo quanto consumia, sem nada destruir e sem praticar nenhuma violência. O brigadeiro Marques informou-me de que naqueles lugares, onde supunha que sob a tirania de Rosas só gaúchos se teriam conservado, achou moços e senhoras de educação pouco vulgar e bem trajados"([218]).

"A batalha de 3 de Fevereiro (a que felizemente deram a denominação de Monte Caseros, posição tomada pelas nossas tropas, e não a de Morón, que além de sonora seria mais apropriada, porque Morón é uma povoação muito próxima àquele ponto) acabou de elevar o crédito de nossas tropas. Aquêles que conheciam a sua disciplina e boa organização, o seu rigor nas marchas e intempéries do campo, reconheceram então e aplaudiram o seu valor e perícia. Se à nossa Divisão se não deve a vitória, pela habilidade e valor com que atacou o centro do inimigo e tomou as suas mais fortes posições e a maior parte das suas baterias volantes, não há hoje quem não reconheça, ao menos, que teve nela uma grande parte".

"Até aquêle dia os chefes argentinos, à exceção de alguns unitários, mais competentes para apreciar o que é tropa regular, formavam dos nossos soldados uma idéia mui errada, olhavam para êles com compaixão. Dizem-me que o próprio general Urquiza não era superior a êsse

preconceito, filho da ignorância dos chefes e soldados gaúchos e do seu desmesurado orgulho. Entretanto, não está isso de acôrdo com o fato de haver destinado à nossa Divisão o lugar mais arriscado e importante da linha de batalha. Seja como fôr conquistamos crédito e glória para as nossas armas. Muitos oficiais argentinos o confessaram e os que não o dizem, o sentiram. O coronel Dom Francisco Sarmiento([219]), que V. Exa. conhece por seus escritos, e que não era dos que melhor juízo formavam do mérito de nossas fôrças, hoje é um dos que mais elogios lhes faz. Assistiu, a bordo do *Afonso*, à ação de Tonelero, e foi também testemunha ocular dos brilhantes feitos da nossa Divisão, junto à qual se achava. Cumprimentou logo depois da vitória ao brigadeiro Marques, sôbre o campo da batalha, dizendo-lhe que êle havia ganhado duas vitórias, uma contra o exército de Rosas, e outra no conceito do exército de que fazia parte".

"Em Buenos-Aires, ouvi-lhe o mesmo juízo, e sei que êle manifestou quer a nós, quer aos seus compatriotas. Então havia já, além do sentimento da verdade e justiça, o despeito de que estava possuído contra o procedimento do general Urquiza para com êle, encarregado da imprensa do exército, e para com os outros emigrados, seus amigos de infortúnio, e o interêsse que reconhecia em dar ao Brasil a parte que lhe cabia na libertação do seu país, e a esperança que lhe inspirava a nossa influência contra os projetos anti-liberais, que atribuía ao general Urquiza. Entretanto não se atreveu êle (ou antes não o pôde fazer) a dar no seu boletim n.º 26 uma notícia exata do que fizera a nossa Divisão na batalha de Monte Caseros, e não só não o fêz, como do que diz a respeito da Divisão Oriental se pode depreender que esta, e não a Divisão Imperial, foi que tomou as posições fortes do inimigo. Junto aqui êste boletim. Notando esta falta do boletim,

deu-me a entender que não escrevera com liberdade, e para prova de sua sinceridade dirigiu-me a carta, que remeto em original, que é um documento que pode servir para a parte da história daquela batalha, que nos diz respeito"(220).

A carta de Sarmiento, a que se referiu Honório, sôbre ser dos mais perfeitos escritores da época, é o testemunho de quem presenciou a ação, justamente, de lugar capaz de descortinar os movimentos dos brasileiros. Não o deixaram dizer, oficialmente, a verdade no boletim, que redigira. Agora, porém, sem peias, reproduz em carta, com simplicidade, o desenvolver da batalha, no tocante ao ponto em que se achava.

"Mui Señor mio, exmo.", escrevia Sarmiento a Honório, depois de lhe estropiar o nome, "en contestación a la pregunta que V. Exa. se digna hacerme sobre los detalles que me sean conocidos personalmente, sobre la conducta de los cuerpos brasileros, en la batalla de Monte-Caseros, debo decir a V. Exa., que al principiarse el ataque, habiendome reunido a las columnas orientales, vi que nos seguian dos batallones brasileros, mandados por el Brigadier Marquez, para reforzar las columnas que estaban destinadas a desbordar la casa fortificada; i que mientras los batallones orientales despliegaban sus guerrillas al frente de las fortificaciones de carretas de enemigo, los dos batallones brasileros, tomando de la retaguardia que ocupaban en la marcha el trajecto mas corto para entrar en linea, se aproximaron a la casa de Caseros, de manera que alguna de las columnas de ataque orientales encontraron ya cadáveres de soldados brasileros, en su tránsito".

"Habiendome separado de los batallones orientales despues de tomada la casa me encontré con el Señor Brigadier Marques, quien felicitandome por el feliz éxito del ataque, me pedio el testimonio sobre la conducta de

las fuerzas de su mando dandoselo completa i conforme a sus deseos, pues yo estaba lleno de entusiasmo por la bizarria que habian mostrado los cuerpos, cuya conducta me era dado observar desde el punto de la batalla, donde yo me hallaba. Mas tarde me reuni a las fuerzas brasileras que marchaban en el campo de batalla, hasta que volviendo a romper fuego las baterias de la izquierda del Ejercito de Rosas, me adelanté de ellas, i reunindome al Jeneral Virasoro recebi orden de ir a ordenar a una guerrilla nuestra que tomase una bateria que el enemigo abandonaba, con lo cual perdi los cuerpos brasileros".

"Después de la batalla he sabido por los coroneles Chenaut i Riberos que el Señor Brigadier habia tomado una parte activa en las disposiciones que aseguraron el triunfo, yá dando rápida ejecución a las órdenes del Señor Jeneral en Jefe, ya remediando con previsión a los inconvenientes de detalle que obligaban a la consecución del objecto. Por todos estos hechos, i otros obtenidos de oido i todos honrosos a las armas brasileras cumplimenté al Señor Brigadier Marques en su acampamiento de Palermo, asegurandole que el ejercito de su mando habia obtenido en Monte-Caseros dos victorias, una contra el tirano, i otra contra las preocupaciones vulgares que les desfavorece habiendo oido a nuestros soldados i oficiales aplaudir unanimemente a los cuerpos brasileros, como en nada inferiores en valor i disciplina a los mejores de nuestro ejercito, i como los que habian tenido parte activa en la toma de las posiciones fortificadas del enemigo"([221]).

* * *

Engulhado das picuinhas de Urquiza, logo após a vitória, resolveu Sarmiento voltar para o Chile, onde

deixara a família. Ao plenipotenciário brasileiro solicitou "pronto refúgio" em navio da esquadra imperial. Atendeu-o Honório. Sarmiento foi recebido a bordo do *Recife*, e, nos últimos dias de fevereiro, partiria para Montevidéu e, em seguida, para o Rio de Janeiro([222]).

A 16 de março já o encontramos no Hotel Paris, à rua do Ouvidor, n.º 50. Daí escreveu, neste mesmo dia, a Paulino, ansioso por conhecer o Imperador. "Habiendo sabido", dizia Sarmiento, "que S. M. el Emperador ha regresado a Petrópolis, a donde debo pasar algunos dias en compañia del señor Lamas, ocupado de hacer la publicación de que tuve el honor de manifestar a V. Exa., me tomo la libertad de manifestarle de nuevo mi deseo de ser presentado a S. M. el Emperador"([223]). O trabalho, a que se ia dedicar em Petrópolis, em casa de D. Andrés Lamas, concluiu-o Sarmiento, publicando-o ainda em 1852([224]). E quanto ao desejo de ver D. Pedro II, foi, pouco depois, satisfeito. Por mais de uma vez se encontrou o ilustre argentino, em Petrópolis, com o Imperador. Em abril escrevia a Honório, agradecendo-lhe a apresentação que lhe dera para Paulino. Confessava-se Sarmiento encantado da acolhida que recebera de todos, principalmente do Imperador([225]).

Êste conceito, já não só de D. Pedro, senão, do Império Brasileiro, êle o reafirmou em várias cartas, enviadas do Rio de Janeiro a amigos residentes no Chile. Aconteceu que, por esta ocasião, se encontrava em missão especial junto ao govêrno chileno, Duarte da Ponte Ribeiro, que se dava intimamente com os amigos de Sarmiento. Êstes mostraram as cartas a Ponte Ribeiro, que, por sua vez, escrevia a Paulino: "Li cartas de D. Domingo Sarmiento, escritas dessa Côrte, em que se mostra encantado de Sua Majestade o Imperador. Confessa-se arrependido da ligeireza com que falou das pessoas e coisas do Brasil, quando por aí passou de relance para a Europa,

anteriormente. Diz que ainda não tinha saído da surprêsa que lhe causara ouvir falar a Sua Majestade da política da América e das pessoas, que nela têm figurado, e assevera que dentro de pouco será o primeiro político não só da América, mas também da Europa. Faz grandes elogios à nossa Constituição, e deseja que outra igual fôsse adotada pela República Argentina. Ainda que conheço a Sarmiento como um poeta visionário, sem idéias fixas, contudo causa-me prazer a leitura dessas cartas, que êle escreve aos seus, estando bem longe de pensar que eu estou aqui para as ler; que é tanto maior quanto vejo a boa impressão que causam"([226]).

XI

O Novo Hóspede de Palermo

É costume entre os homens a exteriorização simbólica de seus sentimentos. Não só o amor e a crença, senão também o partidarismo político, encontraram nas côres, nas flôres, nas roupas e até nos pêlos do corpo, sua forma de expressão. O raspar a cabeça e o bezuntar-se de prêto tiveram significação tabu entre várias tribos selvagens(227).

No simbolismo das côres, porém, a fascinação do encarnado predominou. O tingir o corpo de urucu e ocre fôra coisa corriqueira entre os brasís e australianos: talvez, como diz Lévy-Bruhl, porque identificassem êles a côr vermelha com o sangue e o sangue com a fortaleza(228). Já, para os egípcios, era esta côr considerada maléfica. Mas nem por isso perdia o prestígio, pois vermelho era o touro, que sacrificavam, confundido com o vermelho deus Seth(229). Xangô, o poderoso orixá, transplantado da África na América, tinha, no continente de origem, segundo Frobenius, por côres, o vermelho e o branco. E aqui, diz-nos Artur Ramos, as contas brancas e vermelhas são símbolos de Xangô(230).

Aos namorados e amantes serviram as côres e as flores de linguagem a um sem número de pieguentas declarações e de segredos escabrosos. Mostra-nos Huizinga, como típica, entre as formas de amor na idade-média, a prescrita pelas côres. O verde tinha o prestígio de um novo amor, enquanto o azul a ilusão da felicidade(231).

No Brasil, logo depois de 7 de Abril, os topes coloridos demarcaram as tendências partidárias. Como uniformizasse a Regência aquêles distintivos, fornecendo modêlo de tope nacional, e proibisse o porte dos demais, foram desencavar o bigode, que apareceu então com um sentido político. Foi preciso, para que a moda não pegasse que se coibisse o uso emblemático do bigode(232). Por volta de 1847, devera ser leitura popular e estimadíssima na Côrte, o *Dicionário das Flôres, com listas alfabéticas das suas significações,* que se obtinha ao preço de $240 o exemplar(233).

O simbolismo das côres arraigou-se na política. Em Buenos-Aires, esta modalidade de expressão fôra comuníssima no tempo de Rosas. Porém, afastado êste do poder, imaginaram todos, principalmente os unitários, que poderiam agora desistir da chusma de enfeites vermelhos, que emblemavam a *Santa Federación,* definitivamente, e, talvez, os substituir pelo azul celeste, côr esta que figurava no pavilhão nacional.

Mas, com todo Caseros, não se desvencilharam tão fàcilmente os portenhos daqueles amuletos.

Ao chegar Honório a Buenos-Aires, já encontrou formada a quizília, que o vermelho suscitara. Urquiza pretendia impor a continuação dos amuletos rosistas. Refusaram-nos os unitários. Com isso se ofendeu o general e a questão subiu de ponto e chegou a ser objeto de conversa entre o entrerriano, agora o Libertador, e o plenipotenciário brasileiro. Aquêle defendia as virtudes mágicas do vermelho, enquanto o outro, céptico, opinava em sentido contrário. O próprio Honório contava assim a luta, que referveu logo depois de Caseros:

"Logo que se soube na cidade de Buenos-Aires da vitória das fôrças aliadas e desaparecimento de Rosas, muitos dos chamados selvagens unitários arrojaram ao solo a divisa *colorada,* que Rosas lhes impusera, com as

gravatas e jalecos também *colorados*, e a calcaram aos pés. A primeira manifestação de regosijo público foi a mudança das côres. Os homens e mulheres, que aplaudiam a queda do ditador, procuravam trajar as côres nacionais. Em tôdas as ruas se via flutuar sôbre as janelas e azotéias o pavilhão branco e azul. Grande devia ser, portanto, a repugnância em voltar ao uso do *cintillo:* isto é, de uma fita encarnada no chapéu. Nisso, além de uma humilhação, enxergaram uma tendência mui significativa para o sistema de Rosas, que, assim, também começou, antes de dar a côr de sangue a todos os indivíduos e a tôdas as coisas. Assim, é que muito resistiram ao uso da divisa, e entre êsses o ministro D. Valentim Alsina, que V. Exa. sabe nestes últimos anos teve a seu cargo a redação do "Comércio del Plata", e que era um dos emigrados unitários de mais celebridade".

Na primeira visita que lhe fêz Honório, logo depois de receber as felicitações do brasileiro, falou-lhe o general Urquiza no *cintillo*, visìvelmente magoado com a resistência que encontrava por parte da população em trazer o distintivo. Para êle, portenhos e unitários eram uns ingratos.

Prevenido Honório da rixa, entendeu dever expressar ao entrerriano o que pensava, com franqueza. Pediu licença e disse-lhe que, na sua opinião, "não eram bons" os distintivos partidários, "que as côres de uma nação deviam ser as do seu pavilhão, e êste o seu único símbolo ou distintivo".

Concordou Urquiza com a opinião do brasileiro, mas para os países já organizados. E acrescentou ter sido o *cintillo* adotado por aquêles que defenderam o sistema federal, que, na atualidade, era o único desejado por tôda a República Argentina, e pelo qual combatera. Usara êsse distintivo o Exército Libertador e "enquanto a nação não estivesse organizada, segundo êsse sistema, julgava neces-

sário que o trouxessem todos aquêles que não pretendessem uma organização diferente".

Assim fêz Urquiza. De início apenas reparava naqueles indivíduos que o procuravam sem o emblema *colorado*. Como eram muitos, acabou por declarar que não mais receberia os recalcitrantes. E o *cintillo*, que se vira desprezado, voltou à tona com novo e incomparável prestígio. "O *cintillo*", arrematava Honório, "era objeto das conversações, era uma causa de irritação para o general, e de desgostos e receio para a população".

Transformara-se de emblema em verdadeira mofina para todos. A Urquiza, despopularizava-o, enquanto que temiam os unitários aquela sobrevivência da ditadura rosista, como sinal nefasto à organização do país.

O desenvolvimento progrediu com rapidez. O Govêrno Provisório viu-se obrigado a uma explicação com Urquiza e a acordar com êle o decreto, que publicou, em que determinava o uso do *cintillo* como facultativo e não obrigatório. Além disso, esclarecia o decreto já se não tratar do distintivo rosista, senão daquele de que se utilizara o Exército Libertador.

Urquiza, porém, mesmo depois do acôrdo, entendeu como lhe pareceu melhor o ato do govêrno, interpretando-o como se instituísse obrigatòriamente o *cintillo*. Não compreenderam assim os portenhos. E no dia da entrada solene do Exército Aliado em Buenos-Aires, "não obstante saber-se com antecedência de que êle (Urquiza) se apresentaria, como se apresentou, de fardeta, chapeu redondo e divisa, muitos cidadãos apresentaram-se nas ruas sem o tal distintivo".

A teimosia enfureceu Urquiza. Dois dias depois investia contra os que se obstinavam em não usar "a fitinha encarnada no chapéu", chamando-os de "díscolos" e acusando-os de procurarem a proscrição e vingança, mas que não passavam de uns presunçosos, pois se atribuíam

a libertação da república, gratuitamente. "Essa proclamação", afirmava Honório, "produziu a mais profunda sensação em todos os argentinos amigos da aliança, e a animação da gente decaída".

Afastava-se, sem querer, o Libertador da cidade libertada. Sarmiento, imediatamente, deixou Buenos-Aires, e recolheu-se a bordo do navio brasileiro *Recife*. Alsina opunha-se à mania das fitinhas, em vão. A Honório confessou-se cansado das insolências do patrício general. O brasileiro fêz o possível para convencer o Dr. Alsina a permanecer no seu pôsto, pois, dizia-lhe Honório, se todos abandonassem o país naquele momento, seria entregá-lo à nova ditadura. "É um homem circunspecto", descrevia Honório o unitário, com quem mantinha boas relações e se simpatizava, "ilustrado, conhece o seu país, e goza de crédito de probo". Rogara-lhe o plenipotenciário, pelo "amor do seu país", que não se inutilizasse, usasse do *cintillo*, por ser um dos homens, "de quem seus concidadãos mais tinham de esperar".

Urquiza, no entanto, persistia inalterável. Era parte principal do seu conceito de federalismo o *cintillo*. Por isso fincara o pé e não consentia se abolisse o distintivo do partido. Em revide ao descaso dos portenhos, pregava êle verdadeiras peças ao Govêrno Provisório. Uma delas é Honório quem conta, acrescentando que o ato de Urquiza redundara em desar não só para o govêrno, organizado pelo próprio general, mas ainda para o corpo diplomático. "O Govêrno Provisório", escrevia Honório, "comunicou ao Corpo Diplomático e Consular que no dia da entrada do Exército Libertador se reuniria no edifício denominado *Coliseu*, para aí receber o general em chefe, e convidou-o para assistir a êste ato. No dia e hora marcados reuniram-se naquele lugar o Govêrno Provisório, os Membros da Câmara de Justiça, várias outras autoridades do país e do Corpo Diplomático e Consular. Anun-

cia-se que o general está a chegar, somos todos convidados para ir recebê-lo na varanda que serve de vestíbulo ao edifício, e eis que chega a notícia de que o general não virá ali. Desfez-se a reunião e cada um tomou o destino que quís".

A razão, que se deu para coonestar a ausência de Urquiza, foi que se comovera de tal modo com o entusiasmo das manifestações, que lhe não fôra possível descer do cavalo. Honório não acreditou muito na desculpa. Para êle, desde que Urquiza pudera ir até à Praça da Vitória, poderia, se quisesse, ter apeado no *Coliseu*, "que é uma casa hoje destinada para bailes e que foi começada para teatro", localizada naquela praça.

Outra cena dêste mesmo dia focalizou Honório, para mostrar a rispidez de Urquiza, ao passar, impenetrável e arrogante, diante de um povo com tôda a boa vontade de lhe ser agradável, sem, ao menos, esboçar sorriso de agradecimento pelos aplausos, que recebia.

"À noite houve também convite para a Casa do Cabildo", escrevia Honório, "de onde Sua Excelência veria o fogo de artifício, que com o espetáculo teatral completaria a festa do dia. Desta vêz não faltou e foi recebido pelos Membros do Govêrno e dois ou três do Corpo Diplomático, entre os quais me achei eu. Veio com o general Virasoro, governador de Corrientes, e seu Estado-Maior, com o brigadeiro Marques e coronel Cesar Dias, comandante da Divisão Oriental. Na entrada do Exército, trajando fardeta e chapéu redondo, com *cintillo*, recebeu os vivas e saudações sem dirigir o menor cumprimento ao povo. Esta sua falta de cortesia tornou mais apreciáveis o cavalheirismo e modo afável com que o brigadeiro Marques e os seus oficiais corresponderam às saudações e vivas que lhe foram dirigidos. O brigadeiro Marques fazia com seu semblante prazenteiro um cumprimento militar sempre que, por vivas ou flôres que lhe lançavam

as senhoras, a população argentina vitoriava ao Império, a êle e à sua Divisão; e dava também alguns vivas à República. Os oficiais imitaram êsse procedimento digno do chefe"(234).

Os esboços, que fêz Honório, de Urquiza, davam nítida visão do homem, logo após a vitória de Caseros.

* * *

A incompatibilidade entre portenhos e Urquiza era processo fácil de se predizer. O localismo dos primeiros e o provincialismo do segundo criara a incompreensão, que se insinuou aos poucos até o rompimento definitivo. Não quero dizer com isso que a posição de Urquiza, logo depois da vitória, fôsse de desprestígio. Ao contrário, Caseros deu-lhe um momento excepcional para a reorganização do país. Porém enfatuou-se de mais o general entrerriano, desde que se viu senhor da capital. A atitude, que tomou, em relação aos unitários, a quem afastou do govêrno com picuinhas; a altivez com que defrontou o povo; a deselegante mistura da fardeta com o chapéu redondo, enfeitado de fitinha encarnada, tudo isso o despopularizou, e lhe criou uma reação. Pouco depois de Caseros, apoiava-se Urquiza nos homens de Rosas.

Mas, ainda que com tendências à ditadura, tentou Urquiza, desde que subiu ao poder, organizar a Confederação em bases jurídicas. Sôbre isso Vicente Fidel López, pouco depois, escrevia ao dr. de la Peña: "Nuestros negocios interiores van perfectamente; muy pronto estará organizado nuestro país, como V. sabe. Buenos Aires será la Capital, residência de todas las actividades nacionales; mi padre será Vice-Presidente de la Republica; en fin, Amigo, tendremos por fin la figura de gente civilizada, seremos respectados, grandes y felices. El entusiasmo de la población por esas ideas cresce dia a dia,

y empiezan a ser una realidad en todas las conscien-cias"(235).

A diplomacia brasileira, realística por excelência, dificilmente se entusiasmava com as palavras. Bastavam certos indícios, que escapavam aos interessados, para que ela tirasse as suas próprias ilações. Isso aconteceu no tocante ao Libertador. Imediatamente verificou Honório a impossibilidade da união entre portenhos e unitários, de um lado, e o general entrerriano, do outro. "Os ares ditatoriais de Urquiza", segundo o diplomata brasileiro, não inspiravam confiança ao povo e ao govêrno de Buenos-Aires (236). Não previu a luta, que se seguiria, por supor no entrerriano fôrça capaz de implantar a ditadura. E isso se lhe afigurava um mal para o Império(237).

Paulino, a quem Honório escrevera neste sentido, não concordava com a conclusão a que chegara o amigo. O fato de se inclinar Urquiza para um ou outro lado, não lhe parecia pudesse interessar o Brasil, enquanto se limitasse à Confederação Argentina. Nem mesmo na ditadura de Urquiza acreditava o ministro brasileiro. E, às previsões de Honório, respondia: "Não creio que em uma tirania grande como foi a de Rosas (que era portenho), fortalecida por 20 anos de poder, e pelo assassínio de todos os seus êmulos, se possa enxertar uma tirania pequena, como não pode deixar de ser hoje a de Urquiza, depois da queda estrondosa de Rosas e do abalo que ela produziu. Urquiza não se pode apoiar exclusivamente nos homens que sustentaram Rosas, é isso impossível. Se quiser seguir as pisadas dêste não se há-de poder apoiar também nos seus inimigos, que hão de tornar-se encarniçados. Quebrado por uma vez, e ainda que por poucos dias, o prestígio de uma ditadura, como a de Rosas, é impossível restabelecer outra igual, logo".

Com estas palavras previa o ministro acontecimentos próximos, porém acrescentava: "Creio que Urquiza há

de recuar, como vai recuando, e à medida que recuar a reação contra o sistema de Rosas, perpetuado por êle, há de ir cobrando fôrças. E se forem feitas as eleições e reunido o Congresso, crescerão as dificuldades. Rosas nunca o quis reunir e bem sabia porque. Quanto a mim, se Urquiza pretender herdar a tirania e o sistema de Rosas, sòmente poderá provir daí a anarquia e a desordem na Confederação Argentina"(238).

Urquiza recuou. E mais rápido que era de presumir. Verificou-se o mesmo recuo em relação aos brasileiros. Do mutismo, em que ficara depois de Caseros, passou aos mais rasgados elogios. Assim, por ocasião da partida dos expedicionários imperiais, dirigiu-lhes o general uma proclamação em têrmos os mais lisongeiros(239). Passou a distinguir Marques de Souza com elogios e presente. Dirigiu não só ao futuro barão, mas também a Caxias, congratulações e louvores pelos feitos dos brasileiros. E antes de Marques de Souza partir de Buenos-Aires, presenteou-lhe Urquiza com o cavalo, "em que fizera o reconhecimento do campo e disposições na batalha de Caseros".

Agradeceu-lhe o brigadeiro Marques de Souza o inesperado presente, mas, delicadamente, pediu permissão para oferecer tão extraordinária dádiva ao Imperador. Consentiu Urquiza, acrescentando dissesse o brigadeiro a D. Pedro II, não sòmente do emprêgo que tivera o cavalo no dia da batalha, mas ainda de se tratar de presente "do íntimo amigo de Sua Majestade, o general Urquiza, que fêz ao general que mais concorreu para a vitória de Monte-Caseros"(240).

Não ficou aí Urquiza. Por ocasião do embarque dos brasileiros, disse êle, numa verdadeira profissão de fé, assegurasse Marques de Souza ao Imperador "que a espada do general Urquiza jamais se desembainharia contra o Brasil"(241).

XII

Honório, Urquiza e a Coroa do Imperador

Em Montevidéu pretendera Honório Hermeto contrarrestar o golpe dos *blancos* contra tratados de 12 de Outubro, ligando-se por um acôrdo a D. Florentino Castellanos, que era, no momento, para o diplomata brasileiro, o candidato com mais probabilidades a eleger-se presidente da República. Conversaram os dois longamente, sôbre os tratados. As impugnações de Castellanos só se referiam aos limites. Por isso lhe prometera Honório, no caso de ser êle, D. Florentino, o presidente, as seguintes modificações: "1.º) a retrocessão das duas meias léguas de terra cedidas nas bocas do Ceboláti e Taquari, 2.º) a navegação em comum da Lagoa Mirim, nos têrmos em que o tratado de Comércio concede a do Uruguai e seus afluentes"(242).

Logo depois, desvanecida a hipótese da candidatura de Castellanos, tentara Silva Pontes fazer com que se entendesse Honório com o dr. Acevedo, *blanco*, que dominava então uma das alas do partido. A 26 de janeiro, tivera Pontes com Acevedo longa conversação, que o convencera da necessidade de apresentar o uruguaio ao plenipotenciário brasileiro, a ver se os dois chegavam a acôrdo, que evitasse complicações para o futuro.

"Tive hoje", contava Pontes a sua entrevista, "uma larga conversação com o dr. Acevedo, um dos homens

influentes do partido *Blanquillo*, e que pertence à que se diz parte ilustrada do mesmo partido. Da conversação deduzi que a eleição de Herrera está perdida. Isto se atribui a que êle não tem capacidade para presidente, a que tôda a deferência, que mostra, por aquêle partido, é no sentido de seu próprio interêsse, e a que tem lançado mão de meios reprovados para chegar ao fim. Persuado-me, porém, de que além dessas, ou outras causas, o que principalmente prejudica à candidatura de Herrera no partido blanco é a necessidade de que êle está de pugnar pela execução dos tratados. O dr. Acevedo não os quer sem modificações; e num caso extremo recorreria à mediação inglesa. Como creio que são estas as idéias do partido procuro pôr o dr. Acevedo em contato com o sr. Carneiro Leão; e creio que hei de alcançar"(243).

Alcançou Pontes a aproximação planeada. A 31 de janeiro teve Honório com o dr. Acevedo conferência, que durou quatro horas, sem que chegassem a acôrdo. Disse então Acevedo que os *blancos* não queriam a herança do govêrno de Montevidéu, nem tampouco "vestir a camisa de D. Joaquim Suárez".

No dia seguinte, 1.º de fevereiro, tiveram outra conferência, realizada em casa do dr. Acevedo, com a presença do dr. Giró, o futuro presidente. "Êste", dizia Honório, referindo-se ao candidato dos brancos, "Êste pouco falou, contudo observei que não é assaz ilustrado, e que está dominado pelo Acevedo. No pouco, porém, que disse Giró, e do que se pode ler no seu semblante, pareceu-me, e também ao dr. Paranhos, que estava presente, que Giró não aprovava algumas vêzes as idéias absolutas e inflexíveis do dr. Acevedo, moço sem experiência de govêrno, entusiasmado e, por ventura, dominado do espírito de partido, pensa poder governar o mundo".

Ainda desta vez não chegaram a entendimento algum. Acevedo falou na rejeição dos tratados, a que lhe

respondeu Honório, com a mesma franqueza, que se não iludisse, porque a rejeição seria a guerra(244).

As ameaças de Acevedo não preocuparam muito o plenipotenciário, pois a vitória de Caseros, afastando o ditador Rosas do cenário do Rio da Prata, não podia deixar de influir no futuro procedimento dos *blancos*. E, escrevendo a 3 de fevereiro a Paulino, a referver-lhe o sangue com o calor da discussão da véspera, dizia Honório, depois da chegada do *Prince*: "Por mais que seja a malevolência dos *blancos*, creio que êles se modificarão com o triunfo da aliança, e com a circunstância de ficarmos desembaraçados para exigir com fôrça o respeito dos tratados. A base da nossa política com semelhante gente não pode ser outra"(245).

No Rio de Janeiro, o ministro Paulino não se iludia e respondia ao seu amigo Honório: "A queda de Rosas não há de mudar êsses homens. Adiarão seus planos, e se não rejeitarem os tratados, hão de inutilizar a sua execução e chicanar todos os dias"(246).

* * *

A 10 de fevereiro, já se encontrava Honório Hermeto, na afamada quinta de Palermo a tratar com Urquiza das questões do Uruguai. O primeiro caso, que discutiram, foi o da convocação da Assembléia, pelo govêrno de Montevidéu. Não havia mais razão para o espaçamento da reunião. Rosas já se não achava no poder. Assim concordaram em os representantes do Império e de Urquiza comunicarem ao govêrno do Uruguai que deixavam a seu critério o convocar ou não a Assembléia, para o dia 15 de fevereiro.

Em seguida passou Honório a falar da política reacionária, que pretendiam efetuar os *blancos*, logo que se

pilhassem no poder. Foi estirada a fala do diplomata brasileiro, pois recapitulou os fatos desde 29 de maio de 1851. Mas, no meio do histórico, interrompeu-o Urquiza para afirmar que a aliança segurara na cabeça do Imperador do Brasil a coroa, que bambaleava. Semelhante dito, considerou-o Honório como agressão, e respondeu, como lhe era natural em tais circunstâncias, com veemência, à jactância do gaúcho.

"Como?" Indaga Honório: "Pois na guerra que empreendemos tratava-se da Coroa do Imperador?"

Confirma Urquiza o que dissera e, à guisa de confirmação, acrescenta que Rosas, além de pretender revolucionar o Império, havia conseguido manter "relações com muita gente da oposição"([247]).

Retruca-lhe, imediatamente, Honório, explicando que, na guerra contra Rosas, não se podia cogitar da coroa do Imperador, mas da independência do Uruguai e de reparações das violências cometidas pelo general Oribe. Mesmo no caso de o Império não ter encontrado aliado, teria aceitado a luta, dispendiosa e longa, que fôsse. Se infeliz numa batalha, daria outras. E, se infeliz em tôdas, nem assim se transmudaria a forma do govêrno brasileiro: no máximo, poderia o Brasil perder parte de seu território([248]).

Ainda que acalorada a discussão, não impediu que os dois se despedissem amigàvelmente e que o general desse ao diplomata a segurança do seu apoio integral na questão dos tratados. No final, ainda acrescentou Urquiza que esperava terminasse tudo pacìficamente([249]).

Mas, desde êsse dia, passou Honório a desconfiar do seu amigo entrerriano. Assim, para o forçar a uma resposta clara, lhe dirigiu um memorando sôbre a questão dos tratados, que foi entregue no dia 16 de fevereiro.

A 17, veio D. Luiz de la Peña, ministro do Govêrno Provisório, de visita a Honório, falar-lhe em nome de

Urquiza. Disse Peña que a resposta ao memorando seria satisfatória, mas que se magoara o general com um período, que havia topado, a inculpá-lo do fato de os *blancos* terem ascendido ao poder. Pedia, pois, Peña retirasse Honório aquêle trecho, a fim de evitar contestação. Explicou o plenipotenciário que, naquele passo do memorando, não tivera intenção de reprochar ao general um fato, que o Império aprovara tàcitamente. Por isso não tinha a menor dúvida de retirar o trecho, que desagradara Urquiza, principalmente não prejudicando o que objetivara com o memorando.

No dia 22, à noite, quando se achava no teatro, recebeu Honório a resposta de Urquiza, acompanhada da nota que dirigira ao govêrno do Uruguai. Ainda que não satisfizessem ao brasileiro as declarações contidas na resposta do entrerriano não lhe pareceu então necessário replicar(250).

* * *

Até aqui fôra tranqüila a missão do senador mineiro. Destinara-se ela a "prestar ao general Urquiza os auxílios necessários para derribar Rosas". Os auxílios foram integralmente prestados. E Rosas caíra. As dificuldades, que se lhe apresentaram no caminho, haviam sido fàcilmente contornadas ou removidas. Porém entendeu Honório de continuar no Rio da Prata e tratar da ratificação dos tratados. E isso, mais tarde, diria êle: "foi ùnicamente por zêlo do serviço"(251). Mas, justamente por causa do zêlo do senador mineiro, daqui em diante se transmuda o quadro e o futuro marquês se vê em tremenda emburilhada, da qual sòmente consegue safar-se depois de três meses de luta.

Com Urquiza as rixas do brasileiro começaram das perseguições do primeiro, logo depois de Caseros, contra os seus próprios patrícios. As famílias dos perseguidos vinham ao diplomata em busca de proteção contra o arbítrio das condenações em massa, pretendidas pelo general vitorioso, principalmente contra os oficiais argentinos incluídos na capitulação de outubro de 1851 e que a não cumpriram. "Fui muito importunado", dizia Honório a Paulino, "com pedidos a favor de alguns que ou estavam homiziados ou presos"(252). Um dos que o procuraram foi Baldomero Garcia, figura proeminente das hostes rosistas, membro da Sala dos Representantes, onde se notabilizara pelos seus discursos rancorosos contra o Império. Havia pouco tempo que, da tribuna daquela assembléia vociferara, com ódio, contra "la politica negra y pérfida del Brasil"(253).

Baldomero escreveu ao plenipotenciário, pedindo-lhe uma entrevista. Imediatamente o recebeu Honório. Pretendia o argentino intercedesse êle em favor de um irmão, o coronel Garcia, junto de Urquiza. "Êste coronel", explicava Honório a situação do irmão de Baldomero, "tinha servido com Oribe e estava portanto sujeito à Convenção de 7 de Outubro". Mas voltara a Buenos-Aires, onde o chamara a sua família, sem contudo, reingressar no serviço do ditador. Urquiza conhecia-o, uma vez que o coronel servira com êle e dêle recebera favores. Assim o fato de não se ter incorporado ao Exército Aliado, considerava-o o general "crime imperdoável".

Prometeu Honório a Baldomero interceder a favor de seu irmão. Um dia, em que fôra visitar Morón, passando de volta por Palermo, convidou-o o dr. Diógenes, que o acompanhara no passeio, a repousar um pouco na quinta. Aceitou Honório o convite e aproveitou-se dessa inesperada visita ao general para lhe falar do coronel Garcia,

pedindo-lhe a liberdade dêste militar, pois não lhe via culpa que justificasse o seu fuzilamento.

Redondamente lhe negou Urquiza a graça solicitada. Perdoar o coronel, respondeu êle, seria o mesmo que perdoar os assassinos da Divisão Aquino. Honório não gostou da recusa, mesmo porque o seu pedido se fundara "na confiança de um oferecimento ilimitado", que lhe fizera o general, ainda em Entre-Rios. Mas não se mostrou ressentido. Ao contrário, continuou a conversa e agora a falar sôbre os unitários. "Disse-lhe", escrevia Honório, "aquilo de que estou convencido; que êsses não queriam outro sistema de organização, senão o federal, que não eram inimigos dêle, general, que estavam dispostos a acompanhá-lo para dar ordem, paz e liberdade ao seu país; que reconheciam os seus serviços e o louvavam com entusiasmo".

Desatendeu Urquiza ao que lhe pedira o brasileiro. Baldomero Garcia, porém, soube por um amigo, que estivera presente, da maneira por que o solicitara Honório. Mostrou-se-lhe muito agradecido e lhe rogou continuasse a proteger o irmão, autorizando-o a que se refugiasse em um navio da esquadra brasileira, que o conduzisse ao Rio de Janeiro, donde seguiria para Santa Catarina. Consentiu Honório em lhe prestar o auxílio solicitado. Disfarçou-se o coronel Garcia em oficial do exército brasileiro e, acompanhado de um guarda-marinha imperial, conseguiu chegar a bordo do *Recife*, são e salvo da ira do general vitorioso(254).

A ação do plenipotenciário, favorável a uma política mais compreensiva, desagradou profundamente a Urquiza, não sòmente em relação aos unitários, mas também a um grupo de ex-rosistas, com o qual se não conciliara êle. A vaidade do caudilho era incompatível com a crítica. E, dias depois de Caseros, já se achava saturado daquela incômoda personagem a espiolhar-lhe os erros.

Honório, por sua vez, engulhado de tôda aquela encenação, tratou de deixar Buenos-Aires. Mas no dia 23 de fevereiro, justamente ao despedir-se do governador, na famosa quinta de Palermo, não pôde evitar o choque. Provocado pela jactância do entrerriano, revidou-lhe o novo insulto.

Recebeu-o Urquiza em um salão, "em que se achavam várias senhoras de sua família e vários homens, entre os quais o coronel Lucas Moreno", enviado dos *blancos* junto ao Libertador. Honório, de conversa com Urquiza, critica as felicitações, que apresentaram ao general os militares uruguaios, inclusive o mesmo Lucas Moreno. Neste passo, intervém Moreno, pretendendo convencer que a felicitação não visara a ofender o Império. Honório insiste no seu pensamento, indo a conversa parar nos tratados de 12 de outubro. Então Urquiza, virando-se para Paranhos, repete o que já havia dito anteriormente, ou seja, que a vitória de Caseros fixara na cabeça do Imperador a coroa, que bamboleava. Enfezou-se o plenipotenciário com o insulto. "E foi-me necessário", dizia êle, depois, "tomar a palavra e rebatê-lo com tôda a energia de que sou capaz"(255).

A cena de dias antes se reproduz em proporções maiores, segundo o próprio Honório. O ambiente não o acovarda. Ao contrário lhe dá mais energia à resposta, que é imediata. Tentam abafar-lhe a voz. Êle fala mais alto. Retrucam-lhe, êle grita e se faz ouvir: só depois de julgar ter liberalmente revidado ao insulto é que pára(256).

* * *

O lance do plenipotenciário foi inesperado. Não estava, em absoluto, dentro do quadro da diplomacia. Porém, de diplomata, o homem não tinha coisa alguma.

À agressão respondia com desaforo, estivesse onde estivesse, principalmente se o agressor tivesse fama de valente. "A repetição dêste pensamento do general Urquiza", explicava êle ao ministro Paulino, "em semelhante ocasião, pareceu-me uma agressão. E demais, bem informado do seu caráter e do hábito de acalorar-se nas discussões e de impor-se sôbre as pessoas com quem trata, julguei dever rigoroso repelir essa pretensiosa jactância; e tenho consciência de o haver feito com dignidade e liberalidade"([257]).

Repercutiu longe a cena de despedida e causou escândalo, pois não se estava habituado a que se falasse com franqueza e alto a um general vitorioso.

O certo é que a notícia correu, rápida, até Colônia e Montevidéu. Marques de Souza devera ter escrito ao conde de Caxias sôbre o final do plenipotenciário, nada diplomático, mas inevitável a fim de desvanecer certas dúvidas. A 26 de fevereiro já lhe respondia Caxias: "Uma das razões por que eu tive tanta pressa de me safar daí, foi por contar com tudo, ou quase tudo, quanto V. Exa. me tem relatado. Não duvido e creio mesmo que os nossos negócios nas margens do Prata não ficaram concluídos no dia 3 do corrente, como muita gente supõe. Conheço muito o amigo Honório; e mesmo a êle eu disse no dia em que pela primeira vez lhe falei em Montevidéu, que tudo poderiam dêle fazer, porque era homem de talento e de saber, menos diplomata; porque para isso eram precisas outras habilitações e maneiras, que êle não tinha"([258]).

Silva Pontes, por sua vez, noticiava a Paulino o caso ocorrido, que percutiu profundamente em Montevidéu: "Tendo-se feito aqui ontem caso de uma cena desagradável que teve lugar entre Urquiza e Honório". Mas nessa ocasião, recebera o general amável carta do ministro Paulino, que temperara o efeito da briga. E' Pontes quem

informava a Paulino o resultado da carta, dizendo-lhe: "Entretanto, segundo informações reservadas que tenho, parece que Urquiza está muito satisfeito com a carta que V. Exa. lhe escreveu. Talvez que, respondendo a ela, faça alguma alusão à cena de que trato"(259).

O ministro Paulino, no entanto, aprovou inteiramente o procedimento extra-diplomático do plenipotenciário, dizendo-lhe, ao saber da discussão, em Palermo, com Urquiza: "V. Exa. fêz muito bem, e nem podia deixar de repelir a proposição do dito general"(260).

XIII

O Triunfo da Aliança não Necessita de mais Vítimas

No dia seguinte ao da cena, 24 de fevereiro, foi Honório, de manhã, para bordo do *Recife*, que devia partir para Montevidéu ao meio dia. Antes de sair de casa, viu-se êle, mais uma vez, assediado por pessoas da família de um militar argentino, que lhe pediam a sua intercessão junto ao general Urquiza.

Era sensível o mineiro a todos os pedidos, principalmente daqueles que sofriam uma injustiça. A zanga, a malcriação, a impaciência desapareciam por encanto. E o homem, que, arrogante, desafiara e agredira, modificava-se completamente e atendia, delicado e pressuroso, a quem dêle se socorresse.

Naquela manhã, ao despedir-se de Buenos-Aires, foram senhoras argentinas que o procuraram, rogando-lhe pedisse ao general clemência para o militar de nome Galván, de quem eram parentas. Comoveu-se Honório Hermeto. Esqueceu-se da briga da véspera, pensando, naturalmente, que tanto valia brigar por um quanto por dois. E escreveu, generoso, estirada carta a Urquiza.

Foi, não resta dúvida, a despedida do mineiro de Jacuí da cidade de Buenos-Aires, digna de ser transcrita, por nos mostrar a faceta mais interessante da sua complicada psicologia. Na briga não media desaforos, mas, na paz, era-lhe natural e fácil a delicadeza. Ao mandar

cópia da carta, que acabara de escrever, indicava a Paulino o sentido transcendente do pedido, que endereçava a Urquiza, nestas palavras: "Na minha partida, tendo de escrever uma carta ao general, intercedendo por um oficial Galván, a instâncias da família, entendi que devia com jeito pronunciar-me contra êsse rigor injustificável e parcial, que já tenha exercido o general em chefe das Fôrças Aliadas, e pretendesse ainda exercer. Não foi uma simples carta de pedido, que lhe dirigi, foi também u'a manifestação política, que eu entendi dever fazer a bem das vítimas ameaçadas, em crédito do Brasil"(261).

Assim visou Honório, no seu adeus ao Libertador, não apenas ao caso particular do oficial Galván, mas a todos outros, que dependiam sòmente de compreensão para serem resolvidos com eqüidade, senão com justiça. E isso o fez, principalmente, a fim de deixar patente, claro e público o repúdio por parte do govêrno imperial às arbitrariedades de julgamentos em massa. Foi, no entanto, jeitosa e delicada a carta. Aí não teve o autor, como em todos passos decisivos de sua vida, a menor preocupação da forma, ou seja, neste caso, da elegância do estilo, senão da sinceridade. Saem-lhe as palavras naturalmente, como se falasse, espelhando, com nitidez, o pensamento, que o preocupa no momento, que vem a ser de convencer o general da necessidade de uma política mais humana. Foi êste, positivamente, dos momentos culminantes da vida do chefe da *Conciliação*. Conseguiu falar a voz do seu povo, confundir-se com a sua gente, ao malsinar, com habilidade, mas também com firmeza, a prepotência e o arbítrio das condenações e fuzilamentos em massa, que os brasileiros abominam.

"Senhor General e Amigo", começava Honório esta carta, escrita na manhã de 24 de fevereiro de 1852.

"Agora mesmo, à hora de minha partida, sou instado por umas Senhoras para suplicar a V. Exa. uma graça em

favor do oficial F. Galván, que se acha prêso por um ato irregular que cometeu, querendo tomar conta de uma propriedade que pertenceu à sua família. Êste mancebo, segundo me informam, procedeu com menos regularidade em conseqüência de maus conselhos que lhe deram: atenta à miséria de sua família e outras considerações, que escuso levar ao conhecimento de V. Exa., se torna digno de piedade, e eu rogo em seu favor. Talvez que eu não devesse repetir súplicas sôbre negócios particulares de argentinos, em vista do mau sucesso que teve aquêle que fiz em benefício do coronel Garcia, porém, meu coração não pôde resistir às lágrimas das pessoas que se interessavam pelo oficial Galván, por quem agora peço; e, pois, espero que V. Exa. escusará de importuná-lo para um ato de clemência".

Até aí se limita Honório ao caso do oficial Galván, ainda que se reporte à recusa recebida ao interessar-se pela libertação do coronel Garcia. Porém, no mesmo tom de conversa, sem que se lhe pudesse prever a mudança, deixa êle o caso particular e generaliza o pedido, que vai, aos poucos, transformando-se de simples solicitação em verdadeira declaração de princípios.

"O concurso das pessoas que presenciaram a minha súplica e a contestação de V. Exa.", continuava Honório, "me não permitiram fazer as observações, que esta opinião suscitava; porém, agora, que posso declarar a V. Exa. os meus sentimentos, sem o constrangimento com o que faria na presença de pessoas estranhas, tomo a liberdade de dizer a V. Exa. que, segundo tôdas as regras de justiça, me parece que a falta de que é acusado o coronel Garcia não pode ser equiparada à daqueles que se insubordinaram contra seu chefe e o assassinaram, desertando depois para o inimigo".

"E quanto à observação que V. Exa. fez de que, para perdoar o meu apatrocinado, lhe seria preciso perdoar

também a todos os proscritos, ouso declarar a V. Exa. que na minha opinião, se V. Exa. modificasse as disposições com que se proscreveram em massa todos os indivíduos, que pertenceram ao Corpo do Coronel Aquino e aquêles que, sendo compreendidos na capitulação de Montevidéu, tomaram depois armas contra o Exército Aliado, ou mesmo simplesmente se ausentaram do território Oriental para o da Confederação, como aconteceu ao coronel Garcia, muito ganhariam a humanidade, a glória de V. Exa. e dos seus Aliados; porquanto semelhantes condenações em massa, sem nenhuma fórmula de julgamento, não produzem em último resultado bom efeito, e ocasionam fora do país exageradas impressões e falsos juízos, que um govêrno ilustrado deve evitar. A humanidade e a política, nestes casos, se dão as mãos para recomendar ao vencedor a maior soma possível de generosidade e clemência"([262]).

* * *

Devera de ter calado fundo no espírito do entrerriano esta carta. Não que houvesse esquecido a discussão da véspera e quisesse ser agradável ao diplomata brasileiro.

Compreendeu Urquiza que a política, que ali se lhe apontava, era a única a assegurar-lhe o poder. E, no dia seguinte, 25 de fevereiro, concedeu anistia a todos os argentinos. Isso, positivamente, fez êle em conseqüência da carta de Honório. As disposições em que estava o general, pouco antes, de os não indultar([263]), considerando o comportamento do coronel Garcia igual, senão pior, ao dos assassinos do coronel Aquino; a proclamação furibunda contra os unitários([264]); o fuzilamento do coronel Chilabert, injustificável, e o confronto das datas da

carta do brasileiro e da proclamação do general, tudo, enfim, demonstra que a clemência do Libertador estava intimamente ligada à ação do plenipotenciário brasileiro.

Em Buenos-Aires, aquêles que sabiam das tentativas de Honório junto a Urquiza, não só para minorar os males projetados contra os unitários, mas ainda para evitar as proscrições em massa, não duvidaram atribuir à ação, impertinente às vêzes, porém humana, do brasileiro a transformação repentina que se operou na política de Urquiza. Referindo-se a esta nova fase política, escrevia Marques de Souza a Caxias: "Dizem que para êste câmbio de política, que acaba de fazer Urquiza, muito concorreu a linguagem franca do Sr. conselheiro Honório, e isso lhe tem grangeado muitas simpatias"(265).

Ao saber Honório da proclamação ficou tão contente, como se o perdão se referisse a êle. E a Paulino confessava sôbre as discussões que tivera com Urquiza: "Pode ser que êsse comportamento me custasse o desagrado de Urquiza, mas os bons argentinos me fazem justiça, e trocaria com satisfação êsse desagrado pessoal pelos resultados para que êle tem concorrido"(266).

Mas tinha o seu orgulho o nosso "rei" Honório. Depois de ler a proclamação no *Comercio del Plata*, de 2 de março, não se conteve e, imediatamente, escreveu ao general. Começou a carta por felicitar o Libertador pelo ato de clemência, digno dêle Urquiza, e dos aliados, "ato ao mesmo tempo político e de humanidade".

"O triunfo da Aliança", continuava, no período seguinte, "não me parece carecer de mais vítimas para sua consolidação; e a glória de V. Exa. e de seus Aliados perderia um pouco do seu brilho e grandeza com uma vindicta parcial e discordante de outros atos de clemência já anteriormente praticados por V. Exa.".

Apontava, em seguida, o contraste do ato, que o general acabara de assinar, com os que praticara Rosas.

Assim lançava Urquiza mais êsse estigma "aos feitos da tirania", que sucumbira, havia pouco. Mas faltava ainda o principal: a lembrança do que ocorrera entre os dois, quando, dias antes, intransigente, se negara Urquiza a atender-lhe os apelos, tanto no que dizia respeito ao *cintillo*, com que pretendia ridicularizar os unitários, quanto no tocante às proscrições em massa de todos os militares, que não haviam cumprido a capitulação de Outubro de 1851. "A sinceridade", prosseguiu êle, "com que dirijo esta felicitação a V. Exa., já na simples qualidade de particular e já no caráter de representante de Sua Majestade o Imperador do Brasil, terá V. Exa., entre outras provas, a carta que, no momento de retirar-me de Buenos-Aires, na manhã de 24 do mês próximo passado, escrevi a V. Exa."(267).

Era assim o futuro Paraná. Não deixava passar coisa alguma, sem os pingos nos is. E' possível se recordasse Urquiza, ao ler esta última carta, de um trecho que escrevera a Silva Pontes sôbre Honório Hermeto, quando, em dezembro de 1851, se despediu do plenipotenciário: "Yo he quedado sumamente satisfecho de la franqueza de este caballero y puedo asegurar a Vd. que desde ahora me honro en contarlo en el numero de mis amigos".

*
* *

Sòmente às 6 horas da manhã de 25 de fevereiro, conseguiu o *Recife* transpor o canal e seguir viagem, levando a seu bordo, além dos brasileiros, os coronéis argentinos Sarmiento e Garcia. Às 8 horas da manhã do dia seguinte aportava a Montevidéu(268).

Durante a viagem pensara Honório, com mais vagar, na resposta de Urquiza ao memorando, que lhe enviara

a 16 de fevereiro, sôbre os negócios da República do Uruguai. Apesar das boas palavras do Libertador, êste lhe não afirmara coisa alguma de positivo. "O apoio moral", dizia Honório, "único que Urquiza poderia na atualidade prestar e que solicitamos, êle nos recusa"(260). Do confronto, que fez, das palavras escritas com as pronunciadas pelo entrerriano, concluiu o plenipotenciário que as ameaças proferidas contra o Império tinham mais fôrça do que as vagas promessas constantes da resposta ao memorando.

Assim, no mesmo dia em que chegou a Montevidéu, replicou Honório à nota de Urquiza, e, particularmente, escreveu ao ministro de la Peña, o autor da nota, colocando a questão nos têrmos em que fôra posta no memorando de 16 de fevereiro.

No caso de guerra, afirmava Honório ao dr. Peña, não necessitaria o Império do auxílio do general, que lhe não poderia prestar. O que dêle pretendia era, apenas, o apoio moral para evitar a guerra. Parecia-lhe, porém, que êste apoio o Libertador não estava muito disposto a dar, pois a maneira por que o ensaiava, dizendo uma coisa um dia, para, no seguinte, vociferar outra, demonstrava a pretensão, não de prestar ao Império o apoio solicitado, mas de lhe prescrever o modo de reclamar um direito.

"O senhor general Urquiza", continuava Honório a sua carta ao ministro argentino, "disse-me, em alto e bom som, que nossas questões com o Estado Oriental se decidiriam em paz, mas que era preciso para isso que fôssemos moderados, que não ameaçássemos, porque, a haver ameaças, êle se decidiria pelo mais fraco e a êle se uniria. V. Exa., melhor do que ninguém, compreenderá o alcance destas palavras pronunciadas em presença do coronel Moreno, cuja missão a Palermo eu creio conhecer, pôsto que dela não fôsse instruído. Diga-me V. Exa. que

valor ficou tendo a resposta escrita, dada ao memorando, comentada com aquelas palavras...?"

À vista da ameaça, com que talvez se pretendesse intimidar o Império, é que se dirigia de novo a Urquiza, a fim de obter resposta "clara e positiva". E esperava interpusesse o ministro de la Peña os seus bons ofícios junto ao general, para que a resposta fôsse a de um aliado([270]).

* * *

De volta a Montevidéu, encontrou Honório Hermeto os *blancos* já instalados no poder, ainda que ocupando a presidência da República o vice-presidente. A 15 de fevereiro, reunira-se a Assembléia Geral Legislativa, que, por indicação de D. José Maria Muñoz, decretara assumisse o Presidente do Senado, imediatamente, a presidência da República. No dia seguinte o presidente D. Joaquim Suárez assegurara à Assembléia o propósito em que estava, de passar o govêrno ao Presidente do Senado.

Isso foi Silva Pontes quem contou no seu *Diário Reservado,* durante a ausência de Honório. E entre as anotações de 16 de fevereiro, depois de se referir aos *colorados,* nos quais só via contradições e incoerência, noticiava o seguinte: "Pelas 6 horas da tarde, pouco mais ou menos, sobreveio uma grande tempestade de vento e granizo. Tôdas as vidraças expostas ao Oeste foram feitas em pedaços. E' um agouro significativo da administração tempestuosa que os blancos prometem à República".

No dia 17, depois de amainada a tempestade, prosseguia o desembargador: "O Sr. D. Joaquim Suárez entregou a administração da República ao Presidente do Senado, D. Bernardo Berro; e o primeiro ato da nova

administração foi a demissão dos ministros. Ainda ontem à noite me tinha asseverado Herrera que o novo Presidente o conservaria no Ministério, assim como aos seus colegas, até à eleição do Presidente da República. Ilusões, e sempre ilusões".

As ilusões de Herrera y Obes já eram também no tocante à presidência da República. Por êsses dias de modificação completa do govêrno do Uruguai, que passou dos *colorados* para os *blancos*, voltava Herrera a fomentar a sua candidatura gorada: "parece", escrevia Pontes sôbre D. Manuel, "que ainda tem ou diz ter a esperança de poder angariar os quatro votos que, mau grado os seus melhores cálculos, êle mesmo confessa que lhe faltam para ser eleito Presidente"(271).

Com o regresso de Honório recresceram as ilusões. Mandou-lhe Herrera, logo que soube da chegada do diplomata, um emissário a tratar da candidatura, dizendo-lhe poder ainda obter a necessária maioria. Para isso lhe bastava o apoio do plenipotenciário, ùnicamente.

Havia muito que se desenganara Honório das possibilidades políticas de Herrera. Mas não quis, sem conhecer a espécie de apoio que se pretendia dêle, por uma negativa sua, impedir vencessem os *colorados* no último lance. Assim mandou saber do ex-ministro o que esperava pudesse êle, Honório, fazer para conseguir os votos que lhe faltavam. A resposta, que lhe trouxeram de D. Manuel Herrera, foi que "com 20 ou 25 mil patacões se obteriam os quatro votos necessários para organizar-se a maioria"(272).

O intermediário fôra Buschental, banqueiro judeu, conhecidíssimo, de quem dizia Paulino: "E' o mais fatal Israelita que tenho conhecido"(273). Honório teve de desiludir definitivamente o candidato, mandando-lhe dizer pelo mesmo Buschental: "Que daria a quantia exigida se fôsse Castellanos; e nada se Herrera fôsse o

candidato". As razões que o levaram a desistir de Herrera, enfileirou-as êle, uma a uma, em confidencial a Paulino.

Não se contentou D. Manuel com recados. Foi pessoalmente falar ao brasileiro das esperanças, que ainda nutria, de se eleger, e apresentou, para o convencer, lista de dezessete votos certos. No calor da conversa, chegou a asseverar que tinha os vinte e um, de que necessitava para a eleição, incluindo aí quatro votos de *blancos*. Não se convenceu Honório do último apêlo de Herrera. E êste por pouco tempo acalentou as ilusões. "Na véspera das eleições", contava Honório, "tudo se desvaneceu como fumo; e os próprios *colorados*, não querendo, ficar em minoria, passaram a votar em Giró"(274).

XIV

Com os Blancos no Poder

Foi Silva Pontes quem descreveu, com mais minúcias, o final da luta para a presidência da República do Uruguai. A 26 de fevereiro era ainda de espectativa a posição dos *colorados*.

"Os *colorados*", anotava o desembargador no seu *Diário Reservado*, "solicitam indicação de qual deve ser o seu procedimento acêrca da eleição de presidente e acêrca dos Tratados. Parecem concordes em que os votos dados a Herrera seriam perdidos. Creio que hesitam entre o coronel Paunero e o dr. Castellanos".

Das anotações de 27 sobressaia a fraqueza dos *colorados*, subdivididos em várias facções, diante do inimigo coeso e forte. "Os *colorados*", prosseguia Pontes, "não se entendem a si mesmos. Em uma reunião de membros da Assembléia, pertencentes a êste partido, cada um tinha seu candidato".

Afinal se decidiram, no dia 28, pela candidatura de Giró, coonestando a escolha com uma justificação de voto. Pontes falou então a um amigo *colorado* da necessidade de reconsiderar o partido o êrro, em que ia cair. Segundo o brasileiro, no caso de perder a eleição, deveria o partido constituir-se em oposição, "que em breve será maioria".

A 29 de fevereiro, dêsse ano bissexto, o amigo de Pontes veio dizer-lhe que não conseguira coisa alguma dos correligionários. "Não há entre esta gente", comen-

tava o brasileiro, "a menor idéia de que seja pràticamente sistema representativo. Os partidos, além disso, não têm pròpriamente côres políticas. São partidos pessoais em quase tôda a sua generalidade".

Realizou-se a eleição para presidente a 1 de março. Giró obteve 35 votos dos 38 votantes. "Note-se", esclarecia Silva Pontes, "que o Sr. Herrera não obteve um só voto". O discurso do novo presidente desagradara ao diplomata, que exclamava diante da franqueza do oriental: "é notável a confissão de que as circunstâncias atuais da República exigem dos administradores dela aplicação e zêlo de que o mesmo Giró não é capaz: *contracción y zelo* (disse) *de que no soi capaz*"(275).

* * *

À noite dêsse mesmo dia 1.º de março, Honório Hermeto encontrou-se com Castellanos no baile oferecido pelo govêrno aos oficiais franceses, que se retiravam. Já lhe havia comunicado Castellanos o convite, que recebera de Giró, por intermédio de Acevedo, para fazer parte do ministério, e lhe falara também das dúvidas, que, então, opusera. Agora, no baile, acrescentou ter o presidente insistido no convite, mas que só o aceitaria "no caso de poder formar um ministério compacto em que suas opiniões tivessem influência". Respondeu-lhe Honório, com franqueza, que, se êle entrasse para o ministério com fôrça suficiente para conseguir a aprovação dos tratados, muito bem; mas, no caso contrário, fazia votos para que não entrasse, pois não desejava ter "de brigar com êle", Castellanos.

Ao sair do baile, à vista do que lhe dissera o futuro ministro, pensava Honório poder afastar a questão dos

tratados, como já havia planeado, com um ajuste complementar. Esta convicção ainda mais se robusteceu depois de ter encontrado o dr. Castellanos, no dia 3 de março, e de êle afirmar: "julgava que tudo se conciliaria".

Para esta conciliação, estava o plenipotenciário no firme propósito de fazer a Castellanos, ministro, as mesmas concessões que se comprometera a fazer a Castellanos, presidente: isto é, a desistência das terras da foz do Taquari e Ceboláti, e a navegação em comum da Lagoa Mirim e do rio Jaguarão.

Assim é que, a 4 de março, escrevia a Paulino, avisando-o da maneira por que ia resolver a questão dos tratados: "Conquanto fôsse eleito Giró, candidato *blanco*, contudo como Castellanos é o ministro das Relações Exteriores, talvez pretenda aplainar as dificuldades que a aprovação dos tratados oferece, pela forma em que eu tinha concordado na hipótese de ser êle presidente". Das conversas que tivera com o futuro ministro, convenceu-se o plenipotenciário de que obteria a aprovação, amigàvelmente, com aquelas concessões. E a convicção era tanta que pedia lhe enviasse Paulino a recredencial, pois, em breve, regressaria à Côrte([276]).

* * *

A 3 de março visitou Honório o novo presidente da República. A conversa recaiu naturalmente, nos tratados de 12 de Outubro. Embora pouco falasse, declarou Giró as suas dúvidas sôbre esta ou aquela cláusula dos tratados de Aliança e de Limites. No tocante a êste último lhe respondeu Honório que estipulara o Império a linha recusada em 1837, quando o coronel Reyes e Villademoros estiveram no Rio de Janeiro a tratar dos limites.

Sôbre o de Aliança, teve Giró de esclarecer a sua opinião, por não entender o brasileiro.

Dizia o presidente que a recomendação de se observarem determinados artigos da Constituição e a proteção, que se prometia, à autoridade constituída da República "era uma intervenção do Brasil, ofensiva da dignidade e independência dêste Estado".

Replicou-lhe Honório que, no momento da assinatura dos tratados, a Constituição da República era letra morta, havia muitos anos, como êle próprio, Giró, na sua fala à Assembléia, acabara de declarar. Fôra então necessário relembrá-la, não só a favor dos brasileiros, residentes no Uruguai, mas ainda para se evitar vingança do partido vencedor contra o vencido. E neste último caso foram os *blancos* os beneficiados. Quanto ao auxílio, assegurado pelo Império, não era obrigatório, senão facultativo ao govêrno da República requisitá-lo, se assim o entendesse.

Depois dessas explicações mútuas, confessou-se Giró particularmente favorável aos tratados, mas acrescentou que não podia deixar de atender à opinião pública. Daí seguiu Honório com a palavra, examinando a validade e a oportunidade, argüidas pelo presidente. As razões do brasileiro calaram no ânimo de D. Juan Francisco Giró, tanto que, ao despedir-se, afirmou êle ao diplomata, não sòmente que desejava a aliança do Brasil, mas também que seria resolvida em paz a questão suscitada pelos tratados. Adiantou ainda Giró que o ministério se organizaria dentro de dois ou três dias e, provàvelmente, se entenderia o plenipotenciário com o dr. Castellanos. Mostrou-se muito satisfeito Honório, dizendo que a escolha de Castellanos lhe aumentava a crença de se chegar, em breve, a acôrdo amigável(277).

No dia 4 de março saiu publicada a nomeação de Castellanos, datada de 3, para o ministério das Relações Exteriores, e a de D. Manuel Errasquien para o da Fa-

zenda(278). Imediatamente procurou Honório o novo ministro. Avisou-o de que ia solicitar o cumprimento das obrigações contraídas pelos tratados de 12 de Outubro. Pediu-lhe Castellanos espaçasse a remessa da nota até voltar de Buenos-Aires o coronel Cesar Díaz, que viria completar o ministério. Desejava, acrescentou êle, não fôsse estranho o futuro colega à resolução que o govêrno ia tomar a respeito dos tratados. Antes de o brasileiro sair, repetiu-lhe Castellanos que os mesmos tratados "seriam observados, e tudo se arranjaria amigàvelmente"(279).

* * *

Nem mesmo o sítio, durante oito anos, conseguira afugentar de Montevidéu as festas e os espetáculos. São inúmeras, nos diários de Silva Pontes, de 1845 em diante, as referências a reuniões, teatros, tertúlias, passeios e banhos de mar no *Cerro*. O ministro inglês Ouseley dava as suas tertúlias, metòdicamente, de 15 em 15 dias. O espanhol Creus, sem dias fixados, recebia também os amigos, em *soirées dançantes e cantantes*, como designava Pontes as reuniões do representante de Espanha. A senhora Creus era cantora e cantava perfeitamente. A 7 de março de 1848 houve, em casa do inglês White, casado com uma argentina exilada, um baile de máscara. Além de tudo isso, tinham os casamentos, batizados e jantares. O próprio Silva Pontes, infalìvelmente, oferecia no dia 2 de dezembro, aniversário do Imperador, um jantar aos brasileiros e aos amigos do Brasil. Com o jantar de 1849 gastou nada menos de cinco onças, e empanzinou os convivas com 12 galinhas, 12 frangos, 1 peru, 1 carneiro, 12 pombos, 200 ovos, 4 patos, 8 libras de manteiga, 2 queijos.

O inglês Ouseley festejava com um baile o dia dos anos do marido da rainha Vitória. Pontes, irreverente, anotava no dia 26 de agôsto de 1846: "Baile em casa do Ouseley. Anos do fazedor legal dos filhos da Rainha da Inglaterra".

No teatro havia também o mesmo movimento. Era a companhia Ravel, era o teatro espanhol, era o teatro italiano "rezado e cantado". O espanhol era representado pelo ator Quijano, que não agradou muito aos brasileiros. "Quijano", criticava Pontes, "ator, diretor e compositor ou refundidor de dramas, faz-me, por seus gritos e exagerações, lembrar a antiga escola portuguêsa". Outro aspecto do teatro de Montevidéu espantou o diplomata. Foi a cena, a que assistiu, denominada: "Un vuelo de pajaros". "Consiste êste divertimento", descrevia Pontes, "em soltar num entreato alguns passarinhos, que procurando escapar-se e encontrando por tôda a parte embaraços, porque tôda a gente dos camarotes e platéia se agita, ri, grita e esforça-se para apanhá-los, caem por fim desfalecidos ou mortos". Devera ser grande a concorrência aos espetáculos, pois só assim se explica o seguinte passo de Silva Pontes: "Furtaram um xale de dentro do camarote a L. (Laurentina) Lavalle", parenta muito próxima do general Lavalle e cunhada do nosso encarregado de negócios Felipe José Pereira Leal, a quem fôra Silva Pontes substituir(280).

Com a pacificação do país recresceram as festas. Bailes, espetáculos, serenatas e banquetes sucediam-se uns aos outros, ràpidamente. Antes mesmo da queda de Rosas, lemos no *Caderno Reservado* de D. José Berges a notícia do baile, a que assistiu em casa de D. Florentino Castellanos, no dia 14 de dezembro. Enquanto os pares bailavam ao som do piano, como de costume, o paraguaio atento, os observava escandalizado: "Los elegantes se desentendian de las señoritas solteras, y se dedicaban a

obsequiar a las casadas". Curioso, devera Berges indagar de semelhante hábito: "Me dijeron que era costumbre del gran-tono"(281).

O mês de março, principalmente, foi de alegria. Logo no primeiro dia se verificou a eleição do presidente da República, nos têrmos da Constituição, coisa que não acontecia havia mais de dez anos. Nesse mesmo dia, chegara de Buenos-Aires parte da Divisão Brasileira, que lutara em Caseros. "Devia ter igualmente notado", escrevia Pontes, no dia 2, "que o primeiro corpo do Exército Brasileiro, desembarcado ontem, trazia uma bandeira crivada de balas, testemunho do valor dos nossos na batalha de Caseros".

A 5 aportaram a cavalaria e a artilharia montada. E a 6, com o restante das fôrças imperiais, o brigadeiro Marques de Souza e o coronel Felix da Fonseca Pereira Pinto.

A Divisão Uruguaia desembarcou a 12 de março, com o seu chefe Cesar Díaz. Êste, logo no dia seguinte, foi nomeado ministro da guerra. A escolha pelos *blancos* do general uruguaio, que se sagrara em Caseros, fôra na suposição de que encontrariam nêle e na sua Divisão um ponto de apoio contra o Brasil. Isso noticiava Pontes, segundo lhe disseram, prenunciando a demissão do general e a dissolução da Divisão, caso não se verificasse o pretendido apoio(282).

Nesse mesmo dia 13 de março enviou Honório a nota a Castellanos, em que pedia o cumprimento das estipulações dos tratados de 12 de Outubro, por parte do govêrno da República(283). A nota fôra redigida delicadamente. As relações entre Castellanos e o plenipotenciário continuavam perfeitas. Nem podia prever o brasileiro, na esperança de em breve abraçar a sua prima e espôsa, que o esperava na Côrte, que tudo se modificaria tão profundamente.

Ainda no dia 13 de março, à noite, na festa ao general e oficiais uruguaios, que combateram em Caseros, Honório Hermeto teve o seu nome homenageado junto aos de Caxias e Grenfell. O presidente da Câmara dos Deputados, dr. Muñoz, fizera então o brinde aos brasileiros. Seguiu-se o deputado Joanicó, que recitou êstes versos, insossos, porém significativos, com os aplausos da assistência:

"En su cruzada de honor,
Con el Ejercito Aliado,
Los Brasileros han dado
Mil pruebas de alto valor.

"El gran Pedro Segundo,
Hijo de um heroe imortal,
Se muestra con gloria igual
Digno monarca ante el mundo.

"Viva el Brasil, que es blason
De las libres monarquias;
Gloria al Conde de Caxias,
Grenfell y Carneiro Leão"(284).

O retrato, que se tem feito até hoje do plenipotenciário brasileiro, é, a meu ver, unilateral. Tem-se abusado, no tracejar, da rudeza e malcriação, que o caracterizavam em parte, como se fôssem as linhas mestras de sua personalidade, esquecendo-se de outros elementos, como a mordacidade e a sociabilidade, não menos importantes.

A parte social da vida do futuro Paraná se tem amesquinhado diante da política, por ter sido esta vivida mais intensamente. No entanto, era êle, por índole, social. Gostava do convívio com os amigos. Era prestativo. Apreciava as festas, as reuniões, as danças, os teatros. E longe do carinho da família e da palestra dos amigos, como se achava em Montevidéu, procurava criar ambiente capaz de lhe suprir aquela falta. Assim, logo que chegou ao Rio da Prata, mandou buscar o seu filho mais velho. Ao mesmo passo mantinha com a espôsa correspondência viva e carinhosa, onde sobressai o gôsto, que tinham em comum, das flores, pássaros, jardins e pomares bem cuidados(285).

Em Montevidéu, principalmente nos primeiros meses, viveu Honório enfarado, com saudades de Recife, onde a vida social se lhe afigurava muito mais requintada. Nem podia deixar de ser. Recife rivalizava-se então com a Côrte em riqueza e elegância. Encontrara Honório a cidade como a deixara o barão da Boa-Vista, remodelada pelo francês Vauthier. Devera o palácio conservar ainda a mobília, que encantara Silva Pontes, em 1843, e que custara nove contos. As salas e os quartos conservavam-se os mesmos em 1849, ao chegar Honório a Recife, com suas paredes forradas de "excelente papel com frisos dourados" e tudo "lindamente estufado e coberto de ótimas alcatifas"(286).

Mas Montevidéu reconstituía-se com rapidez. Não só as festas se sucediam, senão também o teatro apresentava uma celebridade. O contralto Ida Idelvira, naquele comêço de ano, cantava as óperas de Verdi: "fueran tantos los aplausos", dizia Berges, depois do espetáculo, "que los asistentes parecian mas energumenos". Com todo o espanto das palmas a uma mulher, como o próprio Supremo as não recebia, tão espontâneamente, deixou o paraguaio escapulir o seu entusiasmo, já falando, como

entendido, de "esta celebre artista que no tiene igual en América", já aludindo, como apreciador, a "sus gracias naturales" e ao "romantismo de su vida"(287).

Os aplausos, que obteve a Idelvira em Montevidéu, foram quase iguais aos que obtivera na Côrte, em meados de junho de 1850. Para proteger a cantora, teve a polícia de proibir que se lhe atirassem flôres no palco do Teatro São Pedro. E o entusiasmo dos fluminenses foi muito além do largo do Rocio. Diàriamente trazia o *Jornal do Comércio* colunas cheias de versos dedicados à artista, nos quais decantavam o "milagre de poder e de harmonia" e a "mágica torrente de harmonia"(288). Devera ser coisa muito mais interessante ouvir e admirar tão encantadora mulher que refestelar-se nas cadeiras estufadas do barão da Boa-Vista, com um charuto na boca, a olhar os frisos dourados nas paredes do palácio, remodelado por Vauthier.

* * *

Naquele meio social, que se refazia, quis Honório Hermeto dar também a sua festa. Pensara, logo que chegara a Montevidéu, reforçar a candidatura de Herrera com champanhas e vinhos "esquisitos", em reuniões que pretendia dar. Para isso encomendara um sem número de coisas a sua espôsa e prima, que ficara na Côrte. Dúzias e dúzias de licores, de vinhos, de champanhas, além da baixela de prata, do aparelho de louça francesa, do faqueiro, tudo, enfim, para o serviço de cincoenta convidados, mandara êle buscar. Não se esquecera também de pedir os candelabros de mesa.

A futura marquêsa de Paraná enviara-lhe tudo quanto lhe pedira o marido, sendo que o faqueiro foi de em-

préstimo do amigo Irineu Evangelista de Souza. Porém, a morte de um filho, em primeiro lugar, e, depois o desencantamento que acabou tendo pelo seu candidato à presidência da República, fizeram com que deixasse o plenipotenciário os caixotes recebidos do Rio de Janeiro a um canto, sem os tocar.

Mas a vida continua sempre para aquêles que ficam. E a vida brotava, como era natural, ali no Prata, depois de tantos anos de estagnação. Honório, por fôrça do seu cargo, tinha de viver. E de viver no mesmo ritmo dos outros. Era plenipotenciário de S. M. o Imperador do Brasil. E no meio daquelas festas em regosijo pela vitória de Caseros, não podia ficar impassível. No domingo, 14 de março, aniversário de D. Tereza Cristina, festejou condignamente a data com um baile. Arregimentou o pessoal da terra, capaz de concorrer para a beleza da festa, com a magnificência que planeara. Encarregou a D. Gregório de Ayello das decorações. Buero, que devera ser confeiteiro conhecido, incumbiu-se da parte gastronômica da festa.

A casa, em que se hospedava o plenipotenciário, era das maiores de Montevidéu. Assim se prestava à arte de D. Gregório. Reservou o técnico nada menos de oito salas e um pátio para as danças. As galerias e um segundo páteo foram destinados a passeios. Colocaram-se letreiros nos outros cômodos a indicar-lhes a serventia. Lia-se num, cuidadosamente arranjado: "Toucador de Senhoras". Transformara-se esta sala em perfeita casa de modas, com sapatos, luvas e perfumes, de gôsto e tamanho diversos. Rasgava-se o cetim do sapato, manchava-se a luva de sorvete, suava-se mais do que devia, era só entrar no "Toucador", e trocar o sapato e a luva, ou, ainda, se encharcar da essência preferida. As flores também entraram na decoração daquela orgia de luxo e de beleza, como figuras indispensáveis. Porém, no que

mais se esmerou o artista, foi nas tapeçarias que adornavam as paredes da legação.

Construíram-se dois salões. Num se achava posta a mesa com oitenta talheres, "literalmente cheia do mais esquisito que pode oferecer a arte culinária". No outro, dedicado às senhoras, se encontrava Buero, "com o seu estado-maior". A baixela de prata lavrada do futuro marquês reluzia imponente e altiva. Nas duas extremidades do edifício, simbòlicamente, a presidirem à festança, se achavam os retratos do Imperador e da Imperatriz, entre bandeiras nacionais, que tinham por troféus.

Tarde se iniciou o baile. Até às onze horas da noite a banda de um batalhão brasileiro, aquartelado na cidade, tocou as suas marchas. Simples convite a excitar os que chegavam. A sociedade de Montevidéu acotovelava-se tôda nos salões do brasileiro. *Colorados* e *blanquillos* misturavam-se extasiados diante da magnificência da festa. Honório, amável, deslumbrado também dêm do explendor daquela noite, recebia-os indistintamente. Segundo um cronista mais de mil pessoas assistiram ao baile.

Às onze e meia o professor Ponzel deu início às danças, com uma valsa. Honório Hermeto, enluvado, com o seu fardão de gala, com a grã-cruz de Cristo e a comenda de oficial do Cruzeiro, a rebrilharem ao peito, saiu de braço com a senhora Castellanos, para o passeio pelo salão. Seguiu-se imediatamente a quadrilha. *Vis-à-vis* do plenipotenciário e da senhora Castellanos, dançaram o brigadeiro Marques de Souza e a filha do presidente Giró. Inúmeros os pares que os acompanharam nos complicados passos das quadrilhas e a esbamboarem-se pelos salões ao ritmo das valsas de Viena. À luz de seiscentas velas, que ardiam, garatujavam as sombras pelo chão os movimentos tresloucados dos dançarinos. "Que o que baila e dança", diz o padre Manuel Bernardes,

"tem parte de louco furioso, basta vê-lo de fora para confessá-lo". Mas também se encontra no mesmo Bernardes: "em presença de grandes senhores, às vêzes é discrição endoidecer"(289).

Buero aguentou, em forma, o choque da multidão. Multiplicaram-se os oitenta talheres iniciais. Todos cearam e recearam à vontade, com vinhos, licores, champanhas, sorvetes e gelados, em profusão. No dia seguinte ainda se conservavam intactas iguarias da véspera. Ponzel e sua orquestra executaram a série inteira de quadrilhas e valsas preferidas. Tocaram e retocaram até às cinco da manhã, quando os substituiu a banda do 2.º Batalhão de Infantaria.

O presidente da República, com os seus três ministros, o presidente do Senado e o presidente da Câmara compareceram ao baile. Mr. Gore, o inglês que tivera a honra de assistir à última festa de Manuelita(290), chegara na véspera de Buenos-Aires, a instigar os *blancos* contra o Império, justificando a vinda a Montevidéu com o baile do plenipotenciário(291). Entre os militares, além de Marques de Souza, estavam o conde de Caxias e o almirante Grenfell, com os seus comandados; os almirantes Leprédour, francês, e Henderson, inglês, e o *comodore* americano Mackeever, e o general Antonio Diaz, ex-ministro da Guerra, de Oribe. É bem possível se encontrasse entre os convidados brasileiros o pintor e caricaturista Rafael Mendes de Carvalho, de lápis na mão, a caricaturar o rei Honório, saracoteando ao som das músicas de Ponzel(292).

Silva Pontes e o dr. Paranhos, com certeza, assistiram ao baile. O primeiro deixou consignado no seu *Diário Reservado* o muito que apreciara a festa, qualificando-a de suntuosa. Aguentara firme as seis horas de ruído e alegria. Recebera carta vinda de Buenos-Aires e, imediatamente, a abrira, a um canto do salão. Era

do amigo íntimo o ministro de la Peña, que lhe noticiava, entre outras coisas, a seguinte: "La misión del General Guido à la Corte del Brasil está definitivamente decidida y arreglada: pienso que nó tardará mucho en partir"([293]).

Infelizmente já se não achava em Montevidéu o paraguaio Berges, a quem o velho López mandara buscar, enfurecido. Perdeu-se, assim, notável depoimento das minúcias da festa, que passaram despercebidas aos outros, habituados, como estavam, aos costumes "del grantono".([294]).

XV

A Rejeição dos Tratados

De 13 a 20 de março se limitou Honório Hermeto às festas e aos teatros. Ainda, à noite de 20, vários amigos colorados o brindaram com uma serenata. Da casa do plenipotenciário seguiram êles para a de Silva Pontes. "Depois das dez horas da noite", contava o desembargador, "vieram a esta legação, com uma serenata, muitas pessoas gradas da cidade, que me tinham feito prevenir de que desejavam dar esta demonstração dos sentimentos de gratidão de que se acha animado o Povo Oriental para com Sua Majestade o Imperador e o govêrno imperial, pelo auxílio prestado à causa da Independência e Liberdade da República".

Da legação brasileira foram os *colorados* à casa do conde de Caxias, do almirante Grenfell e de Marques de Souza, já barão de Pôrto-Alegre, onde repetiram as músicas e os vivas ao Imperador do Brasil, ao govêrno imperial, à nação brasileira, aos amigos do Brasil, à República, às suas instituições e govêrno, e ao Exército Aliado. "Passou-se tudo na melhor ordem", rematava Pontes: "mas foi uma demonstração do Partido Colorado"(295).

Logo depois da serenata se modificaria profundamente êste quadro pacífico.

Resolveram-se, afinal, os *blancos* a positivar as ameaças, que ruminavam desde meados de dezembro de

1851, com a rejeição dos tratados de 12 de Outubro. Já contavam com o apoio de Urquiza. A missão do coronel Lucas Moreno, junto ao entrerriano, frutificara. Escrevera o ministro de la Peña a Castellanos, aconselhando-o a protelar a questão dos tratados([296]). Mr. Gore, por sua vez, já havia cochichado ao ouvido do oriental as possibilidades da intervenção inglêsa, de que se incumbira Mr. Southern([297]).

Com êstes dois trunfos na mão, não trepidou Castellanos em descobrir o seu jôgo. No teatro, à noite de 21 para 22 de março, talvez ao som de *I due Foscari*, de Verdi, com que a senhora Ida Idelvira continuava a deliciar a platéia de Montevidéu, comunicou o ministro uruguaio ao plenipotenciário brasileiro que lhe responderia à nota do dia 13, declarando-lhe não reconhecer o govêrno da República a validade dos tratados. Imediatamente lhe recordou Honório as promessas e seguranças que êle, Castellanos, lhe vinha fazendo, e ponderou-lhe a necessidade de adiar a sua resposta para depois da conferência, que lhe pedia marcasse para o dia seguinte, ao meio dia([298]).

À hora marcada compareceu o brasileiro ao *Forte*, como se denominava o palácio do govêrno. Aí encontrou Castellanos de palestra com o dr. Diógenes de Urquiza. Com paciência esperou terminassem os dois a conversação, em que se entretinham. Recebido, finalmente, pelo ministro, iniciou Honório, sem embages, a conferência, referindo-se ao rompimento que adviria, com certeza, da prometida rejeição.

Em resposta lhe asseverou Castellanos que estava pronto a negociar outros tratados sôbre os mesmos objetos ajustados em 12 de outubro. Replicou-lhe Honório não poder admitir ajuste algum, que não tivesse por base a validade daqueles tratados, pois não estava autorizado a fazer novos acordos, senão a exigir o cumprimento dos

existentes, já ratificados. Porém, para que findasse a questão em paz, acrescentou: "Se o govêrno oriental aceitar os tratados tais como se acham ratificados, e declarar-me que está na intenção de os observar; mas que, para satisfazer a exigências que a opinião pública tem sôbre êles manifestado e facilitar a sua observância, espera que o govêrno imperial aquiesça à retrocessão das duas meias léguas de terra cedidas nas margens do Taquari e Ceboláti e a concessão da navegação em comum da lagoa Mirim e do rio Jaguarão, cuja posse tinha sido privativa e exclusiva do Império, eu tomaria sôbre mim a responsabilidade de estipular em tratado *ad referendum* essas concessões: e que esperava, tanto quanto era dado julgar, pelo conhecimento que tinha das intenções do govêrno imperial, que êsse novo tratado, depois de ratificado pelo govêrno oriental, o seria igualmente pelo govêrno imperial"(299).

Foi a última vez que Honório ofereceu a navegação em comum da lagoa Mirim e do rio Jaguarão. Pela terceira ou quarta vez, repetiu êle o mesmo oferecimento a Castellanos, antes e depois de êste ser ministro. Mas, engodado, como estava, pelas promessas de Urquiza e de Gore, deixou inàbilmente o uruguaio passar a oportunidade. Do contrário, cincoenta anos antes, teria o Brasil reconhecido a navegação em comum daquelas águas, acertando o passo dos dois países, neste particular, desde 1852.

Achava-se o plenipotenciário com poderes suficientes para fazer a concessão e, polìticamente, tinha, junto ao govêrno imperial, prestígio para obter a ratificação do tratado que fizesse. No entanto, a intenção dos *blancos*, no momento, não era de reajustar as cláusulas dos tratados de 12 de Outubro, senão de os achincalhar, por culpados em grande parte da transformação política, que se operara no Rio da Prata.

Assim, às promessas repetidas agora pelo plenipotenciário, remenicou Castellanos que entraria em novos ajustes, sem os derivar dos tratados de 12 de Outubro. Respondeu-lhe Honório que êle, representante do Brasil, não desmoralizaria os tratados. E, a não ser com o reconhecimento preliminar da validade daqueles atos, nada faria, por considerar ofensiva ao Império a rejeição.

Ao terminar a conferência assegurou Castellanos que muito apreciava as boas relações do Brasil, principalmente porque era certo não se entenderem Buenos-Aires e as outras províncias argentinas, o que pressagiava, para breve, nova onda de anarquia na Confederação. Ia, pois, levar ao conhecimento do seu govêrno a proposta do brasileiro e lhe responderia prontamente. No entanto, ao sair Honório da conferência, estava convencido de que havia "propósito deliberado de rejeitar os tratados"([300]).

* * *

Não se fêz esperar a resposta prometida. Logo no dia seguinte, 23 de março, recebeu-a Honório. Nessa contestação declarou o ministro uruguaio, sem aludir às promessas do brasileiro, repetidas ainda na véspera, que o govêrno da República não reconhecia a validade dos tratados de 12 de Outubro. Para justificar semelhante alvitre, apegava-se ao fato de não se terem observados certos preceitos constitucionais no ato de ratificação. E terminava por convidar o plenipotenciário a entrar em negociações de novos ajustes([301]).

Imediatamente convocou Honório Hermeto o conde de Caxias, o almirante Grenfell e Silva Pontes para uma conferência, que se realizou ainda no dia 23. Deliberaram, então, espaçar por alguns dias a réplica a Castel-

lanos, a ver a posição em que se colocava Urquiza e a dar tempo de lhes chegarem as ordens do govêrno imperial, confirmando ou não o rompimento. Deliberaram também a retirada das tropas brasileiras de Montevidéu, Cerro e Santa Luzia, onde se encontravam, fazendo-as seguir para o norte, a fim de ocuparem as fronteiras de 1819([302]).

Mas não se contentou o ministro Castellanos com a rejeição dos tratados, fulminando também as serenatas. A 24 de março saiu publicada a ordem, datada da véspera, do ministro ao chefe de polícia, em que proibia as serenatas, sem licença prévia da chefatura. "É isto", indagava Pontes, "um resultado de alguns gritos de morra, dados na serenata da noite de 20, ou é um acinte ou desaire às autoridades brasileiras?"([303]). Eram as duas coisas ao mesmo tempo. Castellanos, que havia pouco se entremetera com Honório, na esperança de abocanhar a presidência, transmudara-se em executor da política reacionária dos *blancos* no que dizia respeito ao Império.

A 24 de março escrevia Honório ao ministro dos Negócios Estrangeiros, a comunicar-lhe os últimos acontecimentos: "Tenho o desgôsto", dizia êle, "de levar ao conhecimento de V. Exa. a nota, junta por cópia, que recebi ontem, e pela qual o ministro das Relações Exteriores dêste Estado declara que o seu govêrno não reconhece válidos e em vigor os tratados".

Referiu Honório também os sucessos ocorridos desde a noite no teatro, quando lhe falou Castellanos da rejeição, pela primeira vez, até a reunião com os agentes brasileiros no Prata, não se esquecendo da futura réplica ao oriental, em que enumeraria as represálias do Império. E, ao finalizar, dizia êle ao ministro que o *Recife,* navio que ia levar a sua correspondência, deveria chegar ao Rio de Janeiro até 31 de março, "e, portanto, a resposta de V. Exa. pode aqui estar no dia 8 ou 10 de abril. Se não tiver recebido ordem contrária, apresentarei minha

nota na forma indicada e pedirei meus passaportes"(304). A nota, a que se êle reportava, era a em que romperia definitivamente com os blancos.

A 25 de março assistiu Honório ao último baile em Montevidéu, oferecido pelos negociantes brasileiros, estabelecidos ali, aos diplomatas e aos chefes militares patrícios. "A êstes", esclarecia Pontes, sempre minudente, "foram oferecidas coroas e àqueles ramos, que eram compostos de galhos de louro com algumas flores artificiais"(305).

Divulgara-se, com rapidez, a notícia do rompimento. A impressão, principalmente, no comércio, foi desagradável. Era quase de pânico. A 27 já consignava Silva Pontes no seu *Diário Reservado*: "Deram-me notícia de que o corretor D. Carlos Navia ajustou no dia 24 do corrente com o govêrno da República um empréstimo de 300 mil pesos, debaixo de condições onerosas para o Estado: mas parece que apesar das condições vantajosas para os emprestadores não se tem podido realizar tôda a soma, nem uma parte considerável dela, porque o temor de um rompimento com o Brasil torna cautelosos os capitalistas"(306).

Pouco depois deixaram os soldados brasileiros Montevidéu e o Cerro, onde se achavam alojados. A 3 de abril passara o conde de Caxias revista às tropas comandadas pelo marechal barão de Pôrto-Alegre. Silva Pontes, que assistira à cena e tinha pendores pela farda, escreveu: "Fazia-se notar o garbo, e facilidade de evoluções desta luzida parte do Exército Brasileiro"(307).

A 5 noticiava o desembargador a partida: "A parte do Exército Brasileiro, que se achava aquartelada na cidade ou acampada no Cerro, se pôs em marcha para a fronteira, sob o comando do general conde de Caxias"(308). Êste fato, que teria de acontecer forçosamente, mais cedo ou mais tarde, veio repercutir no

comércio de Montevidéu, de maneira inesperada. "Os logistas e outros industriosos bradam contra o govêrno, pela saída das tropas brasileiras, que lhes davam lucros"(309).

*
* *

A rejeição pelos *blancos* era uma das probabilidades políticas do momento. Em parte foram os tratados os responsáveis pelo desaparecimento do cenário platense do general Rosas, que dirigira espiritualmente os *blancos*, por intermédio de D. Manuel Oribe. Era natural que, antes de os aceitar, tentasse o partido refugá-los, como acabava de fazer.

Porém, o próprio ministro *colorado*, que os encomendara a D. Andrés Lamas, e que tanto quanto êste insistira para que o govêrno imperial aceitasse, já havia promovido a modificação dos tratados. Mais coerentemente teria sido, se, nas instruções a Lamas, tivesse delimitado com mais precisão a linha divisória entre os dois países, e não autorizasse uma coisa para, logo no dia seguinte, voltar atrás(310).

A 17 de novembro de 1851, D. Manuel Herrera y Obes, então ministro das Relações Exteriores, escrevera oficialmente a Lamas, dizendo-lhe o seguinte sôbre os tratados: "Este buque lleva ratificados los Tratados que celebró V. E. con ese Gobierno en 12 del p. p. — La facilidad con que el Gobierno se ha prestado a ese acto, es la mejor prueba de la importancia que les dá, de la deferência y consideración que profesa a Su Majestad El Emperador, y del acierto con que V. E. ha procedido. El Gobierno está altamente satisfecho. Por ello y por la facilidad con que ha llenado V. E. esa parte de su delicada y laboriosa misión, le felicito y me doy los parabienes. La suerte presente y futura del pais, está

asegurada y realizado, con ese hecho, el objeto unico de todas mis fatigas".

Depois dêsse exórdio, entrava Herrera, no período seguinte, a tratar do ponto principal da sua nota, em que determinava tentasse D. Andrés persuadir o govêrno imperial a concordar nas modificações julgadas indispensáveis. Uma era a concessão da navegação em comum da lagoa Mirim. "La navegación en comum", continuava Herrera, "de la Laguna Mirin, es una concesión de justicia por parte del Brasil, y enteramente consecuente con los principios, ideas y objetos que el Gobierno Imperial ha hecho valer de una manera tan alta en el Tratado de comercio para obtener la navegación en comum del Uruguai. Todo lo aconseja; el derecho, los intereses comerciales y el bien estar para el Brasil y la politica que serve de basa y se formula en esos Tratados".

Depois de mais algumas frases sôbre a comunidade das águas da lagoa, referiu-se Herrera à outra modificação pretendida, que era a desistência, por parte do Império, das duas meias léguas na fóz do Ceboláti e Taqüari. O conseguimento dessas duas modificações, julgadas indispensáveis, entregava Herrera à habilidade e patriotismo de Lamas([311]).

A 29 de novembro solicitava o ministro uruguaio ao brasileiro que lhe marcasse hora para tratarem das modificações sugeridas por D. Manuel Herrera. A 1 de dezembro os dois se encontraram na legação do Uruguai, já não mais na Pedreira da Glória 38, sim no Caminho Velho de Botafogo([312]). Negou-se Paulino a admitir qualquer modificação. De outro modo, disse êle, os tratados não teriam sido feitos. Nada opôs Lamas às palavras do brasileiro; atribuiu o procedimento de Herrera ao desejo de resguardar a sua popularidade, transferindo para o plenipotenciário, que assinara os tratados, tôda a responsabilidade daquelas duas cláusulas, e não se mos-

trou irritado com isso([313]). Combinaram, nesta conferência, o esclarecimento de certos pontos dos tratados, que Lamas pretendia fixar. Daí a nota da legação do Uruguai, de 3 de dezembro de 1851, em que o ministro solicitava a interpretação autêntica no tocante às ilhas da embocadura do Qüaráim, às fortificações no Ceboláti e Taqüari, e à navegação da lagoa Mirim. A esta nota respondeu Paulino, a 31 de dezembro, de inteiro acôrdo com Lamas, admitindo a possibilidade de ajuste especial, que autorizasse embarcações orientais a fazerem o comércio nos portos daquela lagoa([314]).

Na conferência de 1 de dezembro, acrescentara Paulino que, não lhe falando Honório das modificações sugeridas por D. Manuel, inferia não ter êle dito nada ao plenipotenciário a êste respeito. Semelhante procedimento, sôbre impolítico, lhe parecia pouco leal. Estando o diplomata, como estava, tão autorizado pelo govêrno imperial, "com tanta vantagem para a causa do govêrno de Montevidéu", era para estranhar não tivesse pretendido captar-lhe as simpatias para, por intermédio dêle, indicar as modificações julgadas necessárias. Do fato de Herrera escrever à revelia de Honório, concluía-se que o não fizera com receio de serem as suas aberturas repelidas *in limine.* Quisera, apenas, deixar constância da tentativa "e com ela desculpar-se para diante, procedimento êste que nos ofendia, porque temos direito de exigir que os homens que assinaram os tratados não estejam de antemão procurando justificativas semelhantes, que põem em dúvida a justiça e conveniência daquilo que fizeram"([315]).

E, contando Honório a conferência que acabava de ter com D. Andrés Lamas, exclamava Paulino: "O que poderemos esperar dos *blanquillos,* quando o ministro que referendou o tratado procede assim"([316]).

Em Montevidéu, quando soube Honório das aberturas de Herrera y Obes, tratou de deslindar as dúvidas

do oriental, ainda que o aconselhasse Paulino a fazer-se de desentendido. Disse-lhe então, com franqueza, que já não era pouco ter êle, Honório, de lutar contra os apaniguados de Rosas, que pretendiam desmoralizar a aliança entre o Império e o Uruguai, pois tinham interêsse em o fazer, por não conceberem a independência da República. Porém era de mais para êle, além de lutar contra inimigos descobertos, ter de defrontá-lo, a êle Herrera, uma vez que se achava em franca oposição aos tratados.

Apressado, indagou-lhe o oriental em que se fundava para fazer-lhe semelhante censura. Respondeu-lhe Honório que as proposições, que acabava Lamas de levar ao conhecimento do ministro Paulino, só poderiam existir com a autorização dêle, Herrera. Demonstrou, em seguida, que, se pretendia esculpar-se dos tratados com as intentadas modificações, estava enganado: apenas confessava o seu tardio arrependimento e "que os tratados eram maus e haviam sido feitos ligeiramente e sem meditação". Se era, porém, para se justificar perante a Assembléia, surprendia-lhe a falta de experiência e tática, que demonstrava com aquela atitude, pois, desmoralizando os tratados, se desmoralizava a si mesmo, visto ter sido o ministro que dera as instruções para os ajustes e os ratificara.

Ainda falou muito mais o plenipotenciário. Seguiu-lhe Herrera y Obes com a palavra, dizendo-lhe que daria imediatamente execução aos tratados. Mostrou-se de acôrdo com as razões do brasileiro; falou, por sua vez, longamente, e lhe forneceu relato do que lhe contara o coronel Reyes sôbre os limites pactuados, não se esquecendo de mencionar a opinião dêste militar, favorável inteiramente à linha de 1851([317]).

Nas aberturas de Herrera, de novembro de 1851, refletira a idéia dos *blancos*, um pouco moderada. Em dezembro, em reunião que tiveram os maiorais do partido oribista, haviam êles fulminado os tratados. Com a queda de Rosas, intentaram obter a aliança de Urquiza, para, com êste, se contraporem ao Império. Logo depois de Caseros, estivera em Palermo o coronel Lucas Moreno, em missão dos *blancos*([318]). Daí nasceu a discussão de Honório com Urquiza; a ameaça do general de se aliar ao mais fraco; a briga dos dois, que se seguiu à discussão e à ameaça; o memorando do brasileiro de 16 de fevereiro, sôbre a questão dos tratados; a resposta do entrerriano; a réplica de Honório; resposta de Urquiza à réplica, e, finalmente, a rejeição dos tratados, constantes da nota de Castellanos, de 23 de março.

Nesse mês de março de 1852, tudo parecia favorável aos *blancos*. Até os inglêses Gore e Southern os animavam e os engabelavam ainda com a intervenção, a bruxolear ao longe.

XVI

Cartas de Generais e Diplomatas

Logo depois de Caseros, o general Urquiza julgava-se ainda com a fôrça que lhe emprestara o Exército Aliado. Não muito hábil nos seus cálculos políticos, supôs poder dominar Buenos-Aires, centralizar as outras províncias argentinas, orientar os *blancos* no Uruguai e impor a própria vontade aos vizinhos recalcitrantes. As coisas, porém, não tinham sido previstas para isso. Assim se tornavam mais difíceis os dias para o Libertador, quanto mais se distanciavam de Caseros.

Aos poucos se lhe apresentou a realidade aos olhos. Sentiu, em primeiro lugar, necessidade de ajuda pecuniária, para iniciar os seus passos no govêrno. Logo no dia seguinte ao da briga, mandara Urquiza que o seu filho Diógenes endereçasse delicada nota ao plenipotenciário brasileiro, em que solicitava "la continuación del subsídio de que trata el artículo 6.º del convenio de 29 de Noviembre".

Reconhecia o diplomata argentino não se achar o Império obrigado, pelo mesmo convênio, a fornecer mais êste subsídio, desde que se verificara a queda do general Rosas. Mas acrescentava: "Si aquel Gobernador de Buenos Aires en los ultimos momentos de su mando no hubiese dilapidado tan enormemente los tesoros públicos de esta Provincia: si la Republica tuviera el Gobierno general que pudiese criar fondos necesarios para atender a las necesidades del vitorioso Ejercito Aliado, se habia recorrido a el, antes que aumentar el reconocimiento ar-

gentino y la deuda con el Império, que tan decidida y generosamente ha cooperado con sus recursos y su sangre para el triunfo de la causa de civilisación americana"(319).

Com semelhante reconhecimento não podia Urquiza manifestar-se abertamente contra o Império. Ao mesmo tempo, começava a falsear-lhe aos pés o terreno em Buenos-Aires. A aliança com os *blancos*, por mais íntima que fôsse, não se igualaria em fôrça à que adviria, como conseqüência, do Império com os *colorados* e com os portenhos. Era, pois, para Urquiza, essencial que se transmudassem os têrmos da questão, ao menos no início, até consolidar o seu poder em Buenos-Aires. Por isso, logo que vislumbrou em Montevidéu a oposição contra o Brasil, tentou orientá-la num sentido mais cômodo, para êle, endereçando-a ao plenipotenciário. Êste, segundo Urquiza, é quem pretendia o rompimento; a êle unicamente, que se devia o memorando de 16 de fevereiro, e a agressividade desta nota. O Império, muito ao contrário, desejava a paz e estava pronto a abrir mão daqueles pactos(320).

Neste sentido foi que Urquiza, por intermédio do seu ministro de la Peña, deu direção à política reacionária *blanquilla*. Recebera o coronel Lucas Moreno, embaixador *blanco*, e com êle, talvez, combinasse a maneira de afastar o Império, apenas em lhe desmoralizando a ação do representante. Assim é que, por êsses dias, D. José de la Peña escrevia a Castellanos, de ordem de Urquiza, aconselhando-o que protelasse a questão dos tratados(321).

Ao conde de Caxias, parece ter dado Urquiza a perceber que se fôra êle, Caxias, o negociador brasileiro, já teriam ambos chegado a acôrdo(322). É fato ter o conde recebido carta do Libertador, nos primeiros dias de março, em que lhe rogava empregasse todos os seus esfôrços para a conclusão pacífica dos negócios pendentes entre o Império e o govêrno do Uruguai(323).

Além de assim proceder, a ver se estremava o general brasileiro do plenipotenciário, propalava Urquiza, o que lhe resmoneara Moreno como verdade, que discordava Caxias dos tratados de 12 de Outubro(324). Vinha perfeitamente a talho semelhante chocarrice, porque, repetida pelo Libertador, enredava ainda mais a questão, dando à discórdia, que se tentava insuflar entre os agentes brasileiros, aparência de verdade, fazendo-a emanar de fonte autorizada, ao menos supostamente autorizada, como era Urquiza.

Com Silva Pontes aconteceu o mesmo. Carteava-se êle com o ministro de la Peña. O conhecimento dos dois vinha de alguns anos(325). E entre êles havia certo grau de intimidade, senão amizade. Peña pensou então levar o desembargador, pois o sabia magoado com a missão especial, a enquadrar-se no campo de Urquiza, contrário ao plenipotenciário. Dizia-lhe o argentino o mesmo que Urquiza a Caxias: se fôssem os dois os negociadores, a questão dos tratados já se havia liqüidado na paz do Senhor. Maneiroso, inoculava, em suas cartas, certas frases dúbias a respeito do senador mineiro e, principalmente, sôbre a maneira por que êste conduzia o negócio.

Fôra jeitosamente transferida a quizília do Império para o diplomata. A todos se lhes afiguravam legítimos os interêsses do govêrno imperial, porém atrabiliária a ação do seu representante. Na realidade todos visavam ao Brasil, embora para isso se vissem obrigados a enlear a questão com a traça engendrada, para não só procrastinar o desfêcho, mas para que lhes fôsse êste favorável no lance final.

*
* *

Nos últimos dias de fevereiro, recebera Silva Pontes do amigo argentino notícias de Buenos-Aires. Segundo esta carta, fôra êle, Peña, o redator da resposta de Ur-

quiza ao memorando e da nota ao govêrno do Uruguai. Mostrava-se otimista o ministro de la Peña a respeito dos tratados, mas desde que os agentes brasileiros procedessem "com energia e moderação"(326).

A 28 de fevereiro já inculcava êle os pontos principais da política dos *blancos,* segundo os indicara o coronel Moreno, e que vinham a ser os seguintes: o Legislativo autorizaria ao Executivo a ratificar os tratados, determinando, no entanto, procurasse modificar, por novos ajustes, as cláusulas concernentes às meias léguas de terra na fóz do Taqüari e na do Ceboláti, e aos socorros prometidos pelo Brasil. Nesta última se acrescentaria que os socorros seriam prestados também pela Argentina(327).

Silva Pontes não se deixou enredar. A Honório dava para ler aquelas cartas de interêsse geral e de acôrdo com êle é que as contestava. A resposta à carta de Peña, de 28 de fevereiro, já fôra obra dos dois, datada de 4 de março. Na réplica de Peña, de 17 de março, continuava o ministro argentino esperançoso de se chegar ao acôrdo, que desejava, pacìficamente, se o procedimento do plenipotenciário do Brasil fôsse, como lhe dizia Pontes, amistoso(328).

A 23 de março, porém, em nova carta, não escondia de la Peña a birra, que lhe causava o gênio altivo do brasileiro. Estava positivamente zangado com Honório Hermeto, não só por causa de uma carta que êste escrevera a Urquiza, que êle, Peña, tachava de *poco digna,* senão também por um ofício, que lhe dirigira, interpelando-o sôbre a nomeação do general Guido, para ministro da Confederação no Rio de Janeiro(329).

Mas, ainda que zangado, não deixava de contar, satisfeitíssimo, o boato que dizia ter-lhe vindo da Côrte: Carneiro Leão seria chamado, segundo lhe escrevera alguém, e, então, sem o odiado plenipotenciário, o caminho estava aberto à reconciliação. "Ancio por la llegada del

Golfinho", suspirava de la Peña, "pues creo que el nos traerá cosas importantísimas. El señor Carneiro Leão será removido, según me anuncia del Janeiro, y entonces nos entenderemos con V. E.. Estoi seguro que nó habrá grandes dificuldades entre nosotros"(330).

Êste boato era inteiramente falso. Deduzira-o alguém, que tivera conhecimento superficialíssimo das instruções, que o ministro dos Negócios Estrangeiros remeteu a Honório em ofício reservado, n.º 17, de 21 de março. Aí determinava Paulino ao plenipotenciário: "Logo que tenham sido aprovados os tratados pela Assembléia Legislativa dessa República, ainda mesmo com a recomendação ao govêrno para que procure obter por meio de negociações algumas modificações, poderá V. Exa. retirar-se para esta Côrte, dando por finda a missão, se entender que daí não pode provir inconveniente algum ao serviço de Sua Magestade O Imperador"(331).

A retirada do plenipotenciário, portanto, sòmente se daria no caso de os tratados serem aprovados, e isso quando entendesse Honório que de sua retirada não resultaria prejuízo ao serviço público. Porém, da maneira por que aludira Peña à retirada do plenipotenciário, era de se presumir fôsse ordenada com o propósito de o afastar, por causador da confusão. Substituindo-se Honório por Silva Pontes, tudo se aplainaria, por um milagre de compreensão e boa vontade.

A carta de Peña teve a virtude de convencer, definitivamente, o desembargador de que se tramava a mudança da questão política em rixa pessoal. A Paulino, remetendo-lhe cópia, dizia Pontes: "Não mostrei a carta do Peña ao Honório, para não exaltar-lhe inùtilmente as biles"(332).

De 15 a 30 de março, a *liga* contra o diplomata brasileiro subiu de ponto, extraordinàriamente, não só em Montevidéu entre os *blancos*, mas ainda entre os que cer-

cavam o Libertador em Buenos-Aires. Assim é que desta última cidade partiam as cartas, açulando o lanço, e isso mesmo antes de se conhecer a nota de Castellanos, em que impugnara a validade dos tratados. Com o advento desta nota se tornou o ambiente, ao menos na aparência, ainda mais favorável à traça. Parecia insustentável a posição de Honório, no meio de tamanha emburilhada.

Logo que chegou, ao outro lado do estuário, a notícia da rejeição dos tratados, julgou o ministro de la Peña de bom alvitre voltar a zonzonar aos ouvidos do amigo Pontes novas tricas, a emalhar o plenipotenciário. "Amigo mui querido", escrevia êle a 27 de março. "Las comunicaciones que acabo de recibir de Montevideo (4 de la tarde) son de un caracter alarmante. Todas mis contestaciones tienen por objecto interesarme por la calma en la conducción de este delicado negocio. Si raciocinarmos, la causa de los principios, y de los intereses reales del Brasil, y de estas Repúblicas triunfa: pero si se ocurre a las vias de hecho todo es perdido. Ya concibo que es mui asequible que el honor del Imperio; la gratitud a sus importantísimos servicios, y el establecimiento de la influencia Brasilera en estos paises, como influencia civilizadora y de orden, sean consultados. Hai otros intereses que no son ni los del Brasil, ni los de las Republicas Oriental y Argentina que pretenden mesclarse en nuestros negocios y complicarlos en utilidad suya"(333).

Maliciosamente, portanto, inculcava Peña a existência de interêsses estranhos, que só podiam ser do plenipotenciário. Não os apontou propositadamente para os deixar na penumbra dos grandes segredos e das grandes intrigas. Silva Pontes, que os descobrisse, se quisesse.

* * *

Não ignorava Silva Pontes as ordens e instruções de Paulino. Sabia, outrossim, que se não afastara Honório da craveira que lhe demarcaram aquelas ordens e instruções. Por isso a tentativa de separar o plenipotenciário não só do govêrno imperial, mas ainda dos outros agentes brasileiros no Prata, se afigurou a Pontes, o que na verdade era, simples estratagema para nulificar a questão.

Em resposta às cartas de 23 e 27 de março, de D. Luís de la Peña, julgou Silva Pontes dever, mais uma vez, usar de tôda a franqueza com o amigo argentino, demonstrando-lhe o êrro em que reincidia, supondo partisse de Honório a política que êste defendia como representante do govêrno imperial.

"Lembrado estará V. Exa.", escrevia-lhe Pontes, "de quanto eu tive a honra de expor a V. Exa. na minha carta de 4 de março corrente([334]). Parecendo-me que o meio têrmo indicado nesta carta era justo e decoroso para todos, remeti cópia dela ao Sr. Paulino. Acabo de receber resposta; e com satisfação vejo que a minha dita carta mereceu completa e cabal aprovação de S. Exa.. O mesmo sei que escreveu ao Sr. Carneiro Leão, mas infelizmente se teria tornado já impossível o usar de meio algum conciliatório em face do procedimento do govêrno do Estado Oriental, se por ventura não prevalecesse no espírito das autoridades brasileiras a vontade mais sincera de não romper os laços, que ligam os dois Estados. O Sr. ministro Castellanos dirigiu uma nota ao Sr. Carneiro Leão, rejeitando *in limine* os tratados. Esta resposta ainda não teve contestação; ainda espero que seja modificada; mas se o não fôr, e se o não fôr no sentido da minha citada carta, que aliás é o de V. Exa. e do Sr. Carneiro Leão, desagradáveis, e talvez fatais serão os resultados de tanta tenacidade. O govêrno imperial não há de curvar-se a um fato que julga desairoso à sua própria dignidade. O Sr. Paulino tem previsto e aprova

quanto se ponha em prática para salvar a honra do Brasil. Eu o sei de positivo, nem outra coisa é lícito esperar dos seus elevados sentimentos. V. Exa. o tenha por certo".

Depois de se referir à situação em geral, apontando a realidade política existente, seguiu Pontes a elucidar o passo do argentino, em que investira contra a ação do plenipotenciário brasileiro, tachando-a de interêsse pessoal.

"Persuada-se de que a situação é mais grave", advertia-lhe Silva Pontes, "e as conseqüências mais próximas e inevitáveis do que se imagina. E na verdade qual é a causa, que suscita entre nós tão inexplicáveis embaraços? V. Exa. diz que há outros interêsses, que não são do Brasil, nem das Repúblicas Oriental e Argentina, que pretendem envolver-se nos negócios, e complicá-los em utilidade sua. Não sei que interêsses são êsses a que V. Exa. faz alusão. Fala V. Exa. dos francêses? Bastante têm êles que fazer em sua casa. Fala V. Exa. dos inglêses? Bastante lhe prometem dar que fazer os vizinhos. Fala V. Exa. dos mesquinhos interêsses de amor próprio? Acredite V. Exa. que a pessoa à qual se pode talvez, na inteligência de V. Exa., atribuir tais sentimentos se mostra dêles despida, e com a melhor vontade para obrar sincera e francamente, nem felizmente se lhe há de alterar o ânimo, ainda que Mr. Gore repita as suas visitas na realidade com as mesmas intenções, que por aqui se lhe imputaram"([335]).

* * *

A ignorância dos homens e das coisas do Império foi o engano que gerou a intriga contra Honório Hermeto. Êste era no Brasil, naquela ocasião, o político de maior

prestígio. Se fizera a viagem ao Rio da Prata, fôra mais para condescender com os seus amigos do ministério do que por vontade própria. Desde os primeiros dias de permanência em Montevidéu, queixava-se amarguradamente do frio e da monotonia da vida que levava naquela cidade. Se não fôssem os negócios graves, que lhe haviam sido entregues, dizia êle a sua mulher e prima: "estaria já enfarado desta insípida terra, menos divertida que a cidade de Recife".

Complicadíssima doença de seu filho Honório, trazida de São Paulo e exacerbada em Montevidéu, distraíra-lhe a atenção por algum tempo. O médico, que tratou do rapaz, era o dr. Azambuja, brasileiro, que fugira para Montevidéu com "a Pessanha", como explicava Honório. Mas era bom médico êsse patriarca dos casamentos no Uruguai, e, em breve, pôs o rapaz inteiramente curado.

Distraíram também o plenipotenciário as flores e as frutas do Rio da Prata. As frutas, principalmente as peras saboreou-as êle, mandando às dúzias para a Côrte, a fim de que as provassem os amigos e a família. As flores, endereçava-as à sua chácara no Caminho Novo de Botafogo, cuidadosamente acondicionadas. Aí devera de vicejar, a partir de 1852, certa qualidade de parasita, chamada pelos portenhos de "flores del aire", a atestar as aventuras do dono da casa no Rio da Prata.

Seria difícil prolificar a intriga contra o senador mineiro entre os seus compatriotas. Já era homem de tradições na política nacional. Fizera cincoenta e um anos no dia 11 de janeiro: e, dêstes cincoenta e um anos, vinte, seguramente, os gastara na política. E, por sua índole combativa e altivez de suas atitudes, foi de "El-Rei-Honório" o apelido que lhe deram.

Continuara, nesses anos de luta, fisicamente, o mesmo: franzino e doente, mas com os cabelos ainda pretos a caírem-lhe em mecha de um lado da testa. Só

agora, em Montevidéu, descobre os primeiros fios brancos, que, com insistência, apareciam a pratear-lhe a cabeça. E, a sua espôsa, escreve dizendo-lhe sôbre o que acabara de reparar ao espêlho: "ou eu aí estava com a vista menos clara, ou então têm êles aumentado excessivamente"(336).

Mas, mesmo no caso de se tratar de outro diplomata menos autorizado que Honório a intriga não camparia também, porque a realidade era outra. Longe de o plenipotenciário defender possíveis orgulho, vaidade e interêsse, defendera êle, justamente, a política do govêrno imperial. Até à nota de Castellanos, cingira-se Honório às ordens do ministro dos Negócios Estrangeiros, religiosamente. Ao ter notícia das pretensões dos *blancos*, escrevera-lhe Paulino: "Nunca reconhecemos a necessidade da ratificação dos Tratados pela Assembléia. É preciso falar a êsses Senhores que os consideramos perfeitos e acabados, e que os executaremos"(337).

O memorando de 16 de fevereiro fôra inteiramente aprovado pelo govêrno imperial. Paulino, ao aprová-lo, dizia ao plenipotenciário: "Foi muito conveniente que V. Exa. fizesse sentir no *memorandum* que o govêrno imperial estava, como está, disposto a tomar medidas coercitivas para fazer respeitar os direitos do Império e executar as disposições dos Tratados, e que se essas medidas não fôssem suficientes, poderia rebentar a guerra entre o Império e a República Oriental, eventualidade que S. M. O Imperador estava prevendo"(338).

Assim, tudo quanto escrevera Honório no memorando, nada mais era do que síntese das ordens e instruções do ministro Paulino. Não inventara, como supuzera Urquiza, coisa alguma; nem se espelhavam nas suas palavras vaidade e interêsse, como afirmara Peña, senão a política do govêrno imperial diante da rejeição dos blancos, apregoada desde dezembro de 1851. Determinara-lhe ainda o ministro que, "sem aparências de

ameaças", fizesse sentir que o Brasil estava resolvido a proceder com justiça e energia, "e a não tolerar que nos burlem"(339).

* * *

Muito ao contrário do que se podia esperar de um gênio arreliado como o de Honório Hermeto, a sua reação foi inteiramente equilibrada. Estava seguro do seu procedimento e ciente da traça que fôra planejada no intuito de se liquidarem os tratados, em se descartando do plenipotenciário. "Supõem êles", dizia Honório a Paulino, referindo-se a seus opositores, "que eu não sigo a política que me é prescrita em minhas instruções e nas ordens posteriores de V. Exa., e sim uma política minha"(340).

Isso, porém, não dera para lhe espertar a bile, como temia Pontes. Antes, aguçara-se-lhe a intuição das coisas, que, poucas vêzes, descortinou o panorama político com tanta precisão, habilidade, calma e paciência. A ponto de êle mesmo, espantado, confessar a Paulino: "Não há sacrifício de amor próprio que eu não tenha feito"(341). É verdade que sacrifício maior fizera êle, no início da questão, a escutar as longas explicações de Herrera y Obes, com paciência e calma. A Paulino que, jeitosamente, o aconselhava a que não rompesse com o oriental, respondia-lhe resignado: "Descanse V. Exa. em que farei quanto humanamente fôr possível para zelar os nossos direitos e interêsses, sem romper com Herrera, ou quem quer que esteja nas circunstâncias dêle..."(342)

Depois da reunião de 23 de março, com o conde de Caxias, Grenfell e Silva Pontes, tratou Honório Hermeto de certos casos, que enleavam o principal, baralhando-o propositadamente. Um dêles era o de alertar Urquiza, mostrando-lhe a verdadeira situação criada com os acenos,

que vinha êle fazendo aos *blancos*, na suposição, verdadeira ou fingida, de que a política do memorando era apenas do plenipotenciário e não do govêrno imperial. Outro caso, não menos importante, era o de, delicadamente, avisar o Libertador de que D. Tomaz Guido, depois de ferrenho defensor de Rosas, já não podia ser *persona grata* para o govêrno imperial.

Não era possível, naquele momento, em conseqüência da briga que tivera em Palermo, dirigir-se Honório, pessoalmente, ao general Urquiza sôbre pontos tão melindrosos, para o próprio entrerriano. No que lhe dizia respeito, fizera-o Silva Pontes; porém, escrevia ao ministro de la Peña, que falaria ou não com Urquiza, conforme julgasse conveniente. No tocante à nomeação de Guido, dissera Pontes ao dr. Peña da má impressão que causara ao ministro Paulino, que a considerara cepticismo de quem a fizera(343).

Era necessário que tudo isso fôsse dito ao Libertador por intermédio de terceiros.

Conheceu Honório Hermeto em Montevidéu, já velha, Maria Thompson, casada com o ministro inglês Mandeville. Ambos haviam brilhado na côrte de Palermo, nos bons tempos da *Santa Federación*. Ela era aparentada com Rosas e, da grande influência que tivera entre os íntimos do ditador, ainda conservava antigas amizades, principalmente, com os dois López: o pai, governador, e o filho, ministro da Instrução Pública, da província de Buenos-Aires.

Certa vez, conversou Honório com "a velha Mandeville, heroina argentina", como êle a individuou, sôbre a nomeação do genreal Guido para o seu antigo pôsto no Rio de Janeiro. Mostrara-se ela inteiramente contrária à semelhante recondução e os argumentos, que aduzira, agradaram ao brasileiro. A mesma conversa tivera ela com Caxias, que também apreciou as razões que lhe

apresentara a ilustre senhora, impugnando a volta de Guido ao Brasil.

Com delicadeza e habilidade conseguiu Honório que *mistress* Mandeville escrevesse ao ministro Vicente Pidél López o que pensava sôbre a nomeação de Guido. "Um encorajamento bastou", contava o plenipotenciário a Paulino, "para que ela escrevesse... a respeito dêsse objeto, de um modo conforme às vistas de V. Exa., bem que exagerado e poético"(344).

Paulino, além de escrever a Silva Pontes, criticando a escolha de D. Tomaz Guido, fizera-o também a Honório. Esta carta do ministro inspirou o plenipotenciário, não sòmente a encorajar a velha Mandeville, mas ainda a pedir ao conde de Caxias que escrevesse, por sua vez, a Urquiza sôbre os dois casos, que focalizava: da nomeação de Guido e do rompimento com os *blancos*.

A 30 de março, dias antes de Caxias deixar Montevidéu, no comando do Exército Brasileiro, escreveu-lhe Honório: "Meu amigo e senhor. Na correspondência que me veio pelo *Golfinho*, recebi uma confidencial do Sr. Paulino, datada de 22 do corrente, na qual me diz o seguinte: "Vem para cá o Guido? Não acha V. Exa. imprópria e desagradável a nomeação de um homem que não tem convicções; que escreveu que procurava subornar a nossa imprensa e altos funcionários, e que há de servir aqui a Urquiza, como serviu a Rosas? Um presidente do partido de Oribe em Montevidéu, e Guido como ministro argentino na Côrte, é em verdade um espetáculo curioso. Se V. Exa. pensa assim, não julga conveniente dar alguns passos indiretamente para que tal nomeação não tenha lugar, de modo que não pareça oposição da parte do govêrno do Brasil e dos seus agentes"(345).

Depois de transcrever êste trêcho da carta de Paulino, prosseguiu Honório, indicando ao conde o que pretendia dêle. Ainda que compartilhasse a opinião do

ministro, por julgar "desgraçada" e de "mau agouro" a nomeação de Guido, não podia êle cumprir-lhe a ordem: primeiro, porque não ia dirigir-se a Urquiza "no pé em que estão os negócios"; segundo, porque a sua ação devera ser indireta. "Porém, V. Exa.", dizia êle a Caxias, "podia fazê-lo de modo mais conveniente, dirigindo-se ao general Urquiza, sob pretexto de despedir-se, e falando nesse objeto secundàriamente, como pessoa interessada na paz e na consolidação de nossas relações com a Confederação Argentina. E, pois, rogo a V. Exa. que por me obsequiar e em atenção ao bem que fará ao Brasil, se fôr feliz, queira ter a bondade de anuir a êste meu pedido, escrevendo a carta no sentido acima mencionado"(346).

Imediatamente anuiu Caxias ao obséquio, que lhe solicitou o amigo. E escreveu estirada carta ao general Urquiza, hàbilmente elaborada. À guisa de despedida, referiu-se o conde à situação criada pelos *blancos*, ao rejeitarem os tratados, que o obrigava a continuar de armas no ombro, pelas coxilhas do sul, longe do seu lar, quando, com a queda de Rosas, seria de esperar que se restabelecesse a paz, ao menos entre os aliados. Dava Caxias, claramente, a entender o que previa para o futuro com a rejeição, que importaria em rompimento e êste, logo depois em guerra.

Naturalmente não disse Caxias na sua carta a Urquiza, porém, no momento, estava o general brasileiro convencido de que, no caso de a guerra deflagrar, se aliaria o entrerriano aos *blancos*, como o garantira a Honório. Mas o próprio Caxias acabara de declarar ao ministro da Guerra, sôbre esta eventualidade: "estamos prontos para o caso de serem êles (os *blancos*) protegidos por Urquiza". Longe de se enfraquecer com a campanha, o Exército Brasileiro fortalecera-se muito mais: "O nosso Exército", ainda garantia o conde, "está hoje dez vêzes melhor, que quando passou em setembro o Quaraim"(347).

Era, portanto, natural que se liqüidassem imediatamente as questões suscitadas naquele momento. E a isso Caxias provocava Urquiza, com habilidade e delicadeza, pois a desconfiança no futuro não provinha sòmente dos *blancos,* senão também do próprio Libertador. Por isso, nesta carta, depois de falar por algum tempo do futuro, que previa como conseqüência da rejeição, incluía o brasileiro a intercalada sôbre Guido.

"A mais fundada esperança", escrevia êle, "que havia de se poder terminar êste negócio pacìficamente estava em V. Exa.; mas, infelizmente, não é V. Exa. o que está encarregado da direção das relações exteriores da Confederação Argentina, como eu esperava e acreditava que seria. Não sei se o govêrno Provisório estará como V. Exa. tão bem compenetrado da necessidade da paz e da vantagem recíproca que deve resultar das relações amigáveis entre o Império, a Confederação e a República Oriental. Alguma dúvida se pode ter em vista da nomeação do general Guido para representar a Confederação Argentina junto a S. M. O Imperador. Esta notícia causou a mais desagradável impressão no Rio de Janeiro; e pelo vapor *Golfinho,* que dali acaba de chegar, soube que Sua Majestade, não obstante ter sempre tratado com benevolência a pessoa do general Guido, não pôde deixar de admirar-se de que fôsse escolhido para entabular de novo as relações com o Brasil o mesmo agente por cujo intermédio elas se romperam, e que confessou por escrito ter assalariado a imprensa oposicionista no Brasil e ter servido com fanatismo a Rosas. Faço voto à Providência para que V. Exa. queira influir a fim de que a Confederação Argentina mande ao Rio de Janeiro um ministro que bem possa representar a nova ordem de coisas e a sua aliança com o Império, para que cesse o temor que há de que as relações entre a Confederação Argentina e o Império sejam de novo enredadas em novas chicanas e discussões intermináveis"(348).

Poucas frases mais e fechava Caxias a carta, pondo-se à disposição de Urquiza "em qualquer parte onde me leve o destino", verdadeira despedida de soldado em tempo de guerra.

As palavras do general brasileiro impressionaram o entrerriano, pois lhe atingiram o ponto vulnerável, que vinha a ser a paz conquistada em Caseros. Na realidade, esta paz fôra apenas um momento de pausa nas lutas do Rio da Prata. Porém, para Urquiza ela devera de ser eterna. Não resta dúvida que Caseros foi, na história argentina, um marco, a delimitar a história antiga da moderna, trazendo consigo uma época de transição, que se estendeu até. a final fixidez de suas instituições e completo desabrochar de sua unidade política. Mas não seria um marco de paz imediata, senão o ponto de partida de novas lutas, embora em outro sentido.

Urquiza, no entanto, estava convencido de que atingira o fim da meta. Assim, ao certificar-se pela carta de Caxias que aquela paz estava comprometida, imediatamente modificou o seu procedimento em relação aos *blancos*. A Caxias, a 3 de abril, já lhe respondia: "La paz conquistada por los esfuerzos comunes de los Aliados en Monte Caseros no puede, no debe ser alterada de modo alguno. Los esfuerzos comunes de todos no tuvieran por objeto conseguir un resultado transitorio y momentaneo. El bien-estar durable y permanente de todas las Naciones interesadas en la alianza fué el fin de todos los sacrifícios hechos: y en verdad es el unico digno de todos ellos".

A seguir, dizia Urquiza que estava seguro da paz, por não pressentir até aquêle momento coisa alguma que a pudesse ensombrar. A Caxias, particularmente, assegurava: "Vd. podrá ir á gozar tranquillo a la sombra de los laureles obtenidos de la paz que ellos han proporcionados". De sua parte, acrescentou o Libertador, iria fazer

o possível para que se não turbasse a paz de Caseros. "Para que Vd. tenga una prueba mas de la sinceridad de mis sentimientos", garatia êle, "debo decirle francamente, que desde que he apercebido que el Señor General D. Tomás Guido podria ser motivo que retardase la esecución de nuestros deseos, lo he separado de su misión, y debo hacerle la justicia de asegurar que he encontrado en él bastante patriotismo para no darse por ofendido". E terminava a carta amigàvelmente: "Vd. debe contar que en todas ocasiones y de cualquier destino me honraré en repetirme de Vd. sincero amigo"(349).

* * *

Espaçara Honório a resposta à nota de Castellanos, a ver, entre outras coisas, a posição em que se colocaria Urquiza. Depois do que êle escrevera a Caxias, convenceu-se o brasileiro de que o entrerriano voltava, por êste ou aquêle motivo, à aliança com o Império. Já não havia perigo de os negócios em Montevidéu enredarem-se de novo por conta do Libertador, que, certamente, não mais apoiaria os *blancos*.

A 4 de abril já estava sanada a questão nascida da nomeação de Guido. Pontes recebera carta do ministro de la Peña, em que lhe participava ter sido revogada aquela nomeação, em conseqüência das cartas de Caxias, do próprio Silva Pontes e de outras pessoas(350). Nesta última categoria se incluía forçosamente a carta da velha Mandeville.

XVII

Novo Astro que Desponta

Não podia passar despercebido aos *colorados* o resultado da política dos *blancos,* no tocante às relações com o Brasil. Animaram-se diante da inabilidade dos rivais e chegaram-se para perto dos brasileiros, dos quais se haviam afastado desde as eleições. Um dêles, de família rica de Montevidéu, D. Francisco Esteves ou, simplesmente, D. Pancho, como o chamavam na intimidade, além de se simpatizar com os brasileiros, era amigo do general Cesar Díaz, ministro da Guerra. Ao saber da nota de Castellanos, buscou ao dr. Paranhos, para trocar idéias com êle a respeito da situação. Logo no comêço da conversa, disse que impressionado com o rompimento, que se podia inferir daquela nota, procurara o general Cesar Díaz para saber o que havia de verdade. Respondera-lhe o ministro não se tratar ainda de rompimento: apenas, Castellanos não chegara a entender-se com o plenipotenciário, por se ter êste mostrado demasiadamente exigente. Acrescentou D. Pancho que o ministro da Guerra nutria, em relação ao Império, as melhores intenções, e, por isso, seria conveniente esclarecê-lo sôbre os antecedentes da rejeição, a fim de que pudesse efetivar as suas boas intenções, "fazendo valer a influência que lhe cabia no ministério". E terminou a conversação por convidar o secretário da Missão a entrevistar-se com o general Díaz.

Seria esta a primeira vez que o futuro Rio-Branco se intrometeria, por conta própria, em um lance diplomático. Não trepidou, porém. Avisou Honório do que ocorria e, à hora marcada, alto, magro, já com a solene calva quase inteiramente à mostra e as não menos solenes "suíças", ainda pretas, a emoldurarem-lhe o rosto, encaminhou-se para a casa de D. Francisco Esteves(351), ao encontro do chefe da Divisão Uruguaia, que lutara em Caseros. O principal objetivo dessa conferência foi o de marcar um encontro entre Cesar Díaz e o plenipotenciário brasileiro(352).

Êste encontro se realizou no dia 24 de março(353), também em casa de D. Pancho. Explicou Honório, de início, o que significava a nota de Castellanos, que recebera na véspera; embora, dela não constasse a palavra "rompimento", era, na verdade, o que nela se continha, porque afastava todo e qualquer entendimento amigável. Contou tudo o que ocorrera antes de a nota ser expedida, até à conversação que tivera com Castellanos, no dia 22, em que mais uma vez lhe oferecera a retificação dos limites, de conformidade com o *uti possidetis*, e a navegação em comum da lagoa Mirim e do rio Jaguarão. Estas concessões, Castellanos rejeitara-as com a nota de 23 de março.

Surpreendeu-se Cesar Díaz ao saber que o seu colega, ministro das Relações Exteriores, asseverasse, durante tanto tempo, ao brasileiro que os tratados seriam executados, para os impugnar depois, sem atender a possível recomposição amigável. Mas acrescentou não ter entendido a nota de Castellanos como um rompimento, senão como indicativa do meio de se abrirem novas negociações para outros ajustes. Respondeu-lhe Honório, pondo fim a entrevista; que o objetivo, a que visara ao aceitar o convite para a conferência, fôra o de lhe explicar o seu procedimento e de lhe provar não ter sido tão exigente,

como o supunha. Nada, no entanto, lhe pedia, nem podia pedir, pois conhecia a posição em que se encontrava Díaz, como um dos membros do govêrno(354).

Ao descrever esta entrevista a Paulino, dizia-lhe Paranhos que se abstivera o plenipotenciário de solicitar do general Díaz empregasse a sua influência no sentido de desviar o govêrno *blanco* do mau passo que dera. Honório confirmava as palavras do secretário, esclarecendo ainda: "como essas negociações, seguidas com o ministro que não é aquêle a quem compete, podem parecer intrigas, tenho de propósito me abstido de participar diretamente delas"(355).

* * *

Paranhos gostou da experiência. No dia seguinte, 25 de março(356), às 11 horas da manhã, voltava a conversar com o ministro Díaz, em casa de D. Pancho Esteves. Entabulada a palestra, reportou-se êle, em primeiro lugar, ao fato de não poder Honório Hermeto, pelo cargo que ocupava, tratar de negócios com o govêrno da República, a não ser por intermédio do ministro das Relações Exteriores. Porém êle, Paranhos, não estava no mesmo caso e poderia, assim, continuar as entrevistas com Cesar Díaz, principalmente conhecendo, como conhecia, seus antecedentes.

Ouviu o ministro, com agrado, o exórdio de Paranhos e o animou a que continuasse a sua fala. Desejava, prosseguiu o brasileiro, narrar-lhe o histórico da questão com o intuito de ver se combinava com êle, general Díaz, um meio de conciliar os escrúpulos do govêrno oriental. Respondeu-lhe o ministro que o ouviria com prazer.

A facilidade de atrair a simpatia daqueles, que dêle se acercavam, já era a principal característica da perso-

nalidade do então dr. Paranhos. Havia nêle qualquer coisa de agradável, de confiante, de compreensivo, que levava instintivamente a todos a simpatizarem-se com êle e a escutarem-no com atenção. Pouco depois lhe diria Paulino: "V. Exa. tem o dom de atrair simpatias". E, como brasileiro e ministro, aconselhava-o: "Aproveite-o em nosso benefício"(357).

Ainda que o conselho do mestre lhe chegasse meses depois, já, por instinto, se aproveitava Paranhos daquele dom, a que se referira Paulino, em benefício do Brasil. E continuou a falar longamente com Cesar Díaz das vantagens dos tratados. Repisou o fato de que sem êles não haveria Caseros e do desar, que adviria ao Império, se os tratados fôssem rejeitados, principalmente se o govêrno brasileiro aceitasse, resignado, semelhante afronta.

Concordou Díaz com Paranhos e pediu-lhe sugerisse o modo de se chegar a acôrdo. Apontou-lhe Paranhos, imediatamente, dois: o primeiro seria aprovar os tratados, nos têrmos indicados pelo plenipotenciário. E o segundo, que lhe parecia mais rápido, consistia em retirar Castellanos a nota de 23 de março e enviar outra, declarando que aceitava os tratados como fatos consumados e solicitando, ao mesmo tempo, as modificações prometidas pelo plenipotenciário.

Dois dias depois, a 27 de março, continuou a conversa de Cesar Díaz com Paranhos, não em casa de D. Pancho, mas na do próprio ministro. Voltaram à baila os tratados. Disse o general Díaz que tanto o presidente Giró, quanto os seus ministros pretendiam sair em paz do enrêdo, que os metera a rejeição; porém não viam um meio de se desenrascarem sem ferir a Constituição.

Aos melindres constitucionais dos *blancos*, abespinhados tão tardiamente, seguiu-se a pergunta de Cesar Díaz, se a Assembléia dos Notáveis existia ao tempo da ratificação. Respondeu-lhe Paranhos que sim. O fato

de os tratados não terem sido aprovados pelos Notáveis afigurava-se ao ministro da Guerra falta grave e irreparável.

Redarguiu-lhe Paranhos que não vigorava a Constituição, postergada que fôra pelos dois partidos em luta. O que havia, então, de real era um govêrno, o de Montevidéu, que, para sobreviver, tivera de administrar, independentemente de formas e instituições previstas pela Constituição. A Assembléia dos Notáveis não era órgão constitucional e não tinha, por isso, competência para ratificar tratados. A ratificação, que desse ou consentisse, seria tão espúria quanto qualquer outra. E tanto era assim que os convênios de maio e novembro de 1851 não tiveram aprovação ou ratificação daquela Assembléia e nem por isso deixaram de ser executados. Além de tudo isso não competia ao Império verificar da forma legal de um govêrno estrangeiro ratificar tratados, que assinara de boa fé e depois de instado, durante anos, para os fazer.

Ainda falou Paranhos, fartamente, sôbre a legalidade e conveniência dos tratados, finalizando por dizer que, "se os tratados de 12 de Outubro carecessem de alguma outra sanção, seria a do sangue brasileiro que correu de mistura com o dos orientais em Monte-Caseros".

Desistiu Cesar Díaz dos seus argumentos iniciais e abundou em manifestações inteiramente favoráveis à conclusão pacífica do negócio. E mais uma vez prometeu empregar novos esforços junto ao govêrno, a que pertencia, para o término da questão(358).

* * *

Nos dias subseqüentes a esta última conferência, soube Paranhos por D. Pancho Esteves, que o govêrno da República se ocupara dos tratados sem concluir coisa

alguma. Esteves, dois dias depois, mostrou a Paranhos uma carta de Cesar Díaz, confirmando o que lhe havia dito.

Não deixou Paranhos que esfriasse a boa vontade do general Díaz. Sabendo-o não muito apto a propor e discutir arranjos diplomáticos, como êle mesmo o confessara, minutou, disfarçando a letra, as bases do acôrdo, nos têrmos propostos dias antes. Na conferência seguinte entregou a minuta ao ministro da Guerra. Isto era para que o general não desanimasse diante das objeções e chicanas de Castellanos.

Ao receber a minuta, indagou Cesar Díaz sôbre as garantias, que lhe dava Paranhos, de que o govêrno imperial, uma vez reconhecidos os tratados, concordaria com as modificações a serem introduzidas. Até agora, concluíu o ministro, apenas tinham a palavra de Carneiro Leão. Era o bastante, atalhou o brasileiro, com vivacidade. Tudo quanto garantira o plenipotenciário, o govêrno imperial havia aprovado. Fizera o convênio de 21 de Novembro e emprestara várias quantias a Urquiza, para fazer a guerra, e a aprovação fôra imediata.

Estas conferências e entrevistas se sucederam de 23 a 30 de março. Neste último dia, à tarde, comunicou D. Pancho a Paranhos, ter-lhe dito Cesar Díaz que Castellanos anuíra em retirar a nota e aceitar o acôrdo constante da minuta brasileira. Manifestara também Giró o mesmo propósito. À noite dêste mesmo dia se encontrou Paranhos com o ministro da Guerra em casa de D. Pancho, porém não pôde falar-lhe, pois a casa estava cheia de convidados. Contudo lhe mandou o general recado, pelo amigo comum, de que o esperava no dia seguinte, às 8 horas da noite(359).

As negociações prosseguiram devagar. A 5 de abril, para apressar-lhe a marcha pediu Paranhos, por intermédio de D. Francisco Esteves, uma decisão definitiva.

À tarde, o amigo uruguaio respondeu-lhe de ordem do ministro, que, no dia seguinte, se reuniriam as câmaras, em sessão secreta, a fim de lhes pedir o govêrno um voto de confiança, para liqüidar, como entendesse, o caso dos tratados. Avisou-o também Esteves de que Cesar Díaz solicitava outra conferência com o plenipotenciário.

Honório marcou para as 8 horas da noite do mesmo dia, em casa do general. Êste só apareceu às 11 horas, pois estivera ocupado. Nesta conferência repetiu Díaz o que mandara dizer por D. Pancho, a respeito da reunião da Assembléia e do voto de confiança.

Narrando esta última conferência a Paulino, a quem se dirigia pela segunda vez, a dar conta dos passos extra-oficiais, que vinha de concluir, dizia Paranhos: "Esteves comunicou-me que Cesar Díaz lhe mostrara em confidência uma carta, de data muito recente, escrita pelo próprio Urquiza ao ministro da Guerra, em que recomendava fizesse Díaz todo o possível para chegar a um arranjo amigável com o Brasil, empregando mesmo a fôrça, se fôsse preciso"(360).

Não duvidava Paranhos da existência da carta, não só porque Esteves nunca lhe mentira, mas também porque Silva Pontes soubera, por outra via, do conteúdo da carta. De fato, minucioso como era, já o desembargador havia comunicado a Paulino o que conseguira bispar da carta do general Urquiza a Cesar Díaz. Dizia o Libertador que forcejasse o ministro da guerra para a conclusão do ajuste com o Brasil, advertindo-lhe "que tôda quanta resistência êle, Urquiza, fez a êste negócio, tem sido para moderar a ação do Brasil"(361).

A nova feição, que as negociações com Cesar Díaz tomavam, dependendo-lhe o final do voto da Assembléia, fêz cessar a interferência do secretário da Missão. De 6 de abril em diante, retomaria o plenipotenciário o fio da meada. A Paulino comunicava Paranhos: "De hoje

em diante o Sr. Carneiro Leão entender-se-á diretamente com Cesar Díaz e, chegada a oportunidade, com Castellanos, e eu deixo de ser mediador ou negociador oficioso e interino"(362).

* * *

A prometida sessão secreta da Assembléia Geral realizou-se à noite do dia aprazado. Não conseguiu o govêrno de Giró o voto de confiança da maioria. É verdade que, talvez, o não desejasse.

Segundo contou D. Pancho Esteves a Honório, fizera Castellanos ao Legislativo longo relato da situação, que qualificara de melindrosa. Ponderara das conseqüências que adviriam da rejeição, lançando em culpa de Urquiza o fato de se ter frustrado a traça contra o Brasil. Nesse passo da exposição classificara Castellanos o Libertador de "homem sem consciência e sem fé", que havia faltado a palavra empenhada em honra à amizade, que o unia novamente ao Imperador do Brasil(363).

No final da sessão, saíu o negócio ainda mais enredado do que entrara.

Das recriminações de Castellanos contra Urquiza, soube também Silva Pontes por fonte diversa, talvez de um amigo deputado, com quem tinha certa intimidade. Êste amigo, no comêço do mês, lhe dissera que Castellanos estava enganando Díaz, mas que procedia o general de boa fé. Agora, seguramente, lhe descreveu a cena principal da sessão secreta, que fôra, sem dúvida, o desabafo de Castellanos contra Urquiza. Esta descrição, que coincidia com a de D. Pancho, inseriu Silva Pontes nas páginas do seu *Diário Reservado*(364).

Por êsses dias andava D. Florentino Castellanos muito zangado com a falta de sigilo daqueles que o cercavam.

Por mais secreto que fôsse o seu pensamento a respeito dos negócios, imediatamente todo o mundo o sabia na cidade. Mas Silva Pontes, sempre muito bem informado, explicava o motivo da indiscrição: "Êste ministro", referia-se êle a Castellanos, "cuja deslealdade parece ter a fôrça de um instinto, desvirtua as negociações até pela facilidade com que refere quanto se passa a sua mulher, a qual conta tudo à sua amiga, espôsa de D. Francisco Esteves, que, como é natural, não tem segredos para o marido, assim como êste os não tem para os seus amigos. Castellanos, porém, queixa-se de que tudo se sabe. É um rasgo de seu caráter"(365).

A habilidade do ministro Castellanos rodopiava neste círculo vicioso. Brotava-lhe na cabeça a idéia notável. Satisfeito, contava à espôsa. Esta passava à amiga. A amiga ao marido. E êste, que nada tinha com a idéia maravilhosa do ministro, a espalhava invariàvelmente. É de notar que o percurso se fazia com espantosa rapidez.

A questão dos tratados tendia a fixar-se no ponto morto, em que a deixaram os *blancos* na sessão secreta. Era de Honório fazer as intimações, a que se reportara no ofício de 24 de março, dirigido a Paulino. Porém, mais uma vez, espaçou o expediente, por vários motivos. Um dêles foi o de Cesar Díaz ter ficado despeitado com o resultado da sessão secreta. Dirigira-se o ministro da Guerra ao presidente Giró e aos colegas do ministério, avisando-os, francamente, que, diante da hostilidade da Assembléia, ia tomar a resolução que lhe parecesse mais conveniente. No dia 8 de abril, escreveu ao general Urquiza, contando-lhe o que ocorrera naquela sessão. A carta seguiu para Buenos-Aires, no mesmo dia à tarde, levando-a um oficial(366).

No dia seguinte, 9 de abril, à noite, esteve Honório Hermeto de conversa com Cesar Díaz. Procurara-o principalmente para sondar-lhe as disposições e saber do su-

cedido na sessão secreta. Confirmou-lhe o ministro a oposição cerrada da maioria, mas negou tivesse Castellanos pronunciado qualquer palavra contra Urquiza. Disse ter pretendido convencer o govêrno da República a contrarrestar, desde logo, o ato da maioria. Mas o presidente e os outros ministros haviam preferido levá-la com boas palavras. Entretanto, acrescentou Díaz, já tomara as suas medidas e dentro de quatro ou cinco dias procederia por si só, se o govêrno o não quisesse acompanhar, de acôrdo com o que julgava do seu dever fazer na conjunctura em que se achavam. Do contrário, resignaria o seu pôsto([367]).

XVIII

Reaparece Mr. Southern com a Intervenção

Ainda não se aclarara completamente a situação em Montevidéu, embora já se pudesse prever a direção que os acontecimentos seguiriam. Aos poucos se despintava a traça, com que se pretendera enfuscar a ação do plenipotenciário.

Urquiza declarara-se solidário com o Império. E o ministro de la Peña, barômetro infalível da vontade do general, volteara ligeiro de um para outro lado. Era o ministro argentino amigo sincero de Silva Pontes. Não bastassem as cartas desta fase, iniciadas sempre pelo "mui querido amigo", para comprovar a amizade dos dois, outras, inúmeras, de 1852 em diante, que se conservam no original, o demonstrariam sobejamente([368]). A amizade dava margem não sòmente a certas revelações, mas ainda a certas tentativas não muito diplomáticas.

Tentara de la Peña catequizar o amigo brasileiro, a fim de o incluir no côro dos *blancos*, em oposição ao plenipotenciário. Não se deixara arrastar o desembargador pelas promessas de fácil ajuste da questão, uma vez fôsse êle, Pontes, o sucessor de Honório, na direção dos negócios. Tratara, então, de melhor informar o amigo argentino da realidade, mostrando-lhe o engano em que todos incorriam ao supor (se é que supunham de verdade) que a política do memorando de 16 de fevereiro era de Honório e não do govêrno imperial.

Agora era Silva Pontes quem escrevia a de la Peña, a 7 de abril, a contar-lhe o sucedido na sessão secreta, em que a maioria *blanca* rejeitara o voto de confiança, pedido pelo govêrno para solucionar a questão dos tratados. "Mas, antes de terminar", dizia Pontes, nesta carta, "notarei que uma das razões que mais pêso fazem no espírito de Castellanos, segundo êle mesmo declarou, consiste na persuasão, sem dúvida muito bem fundada, da perfeita inteligência do general Urquiza e do govêrno da Confederação com o do Brasil e no aprêço que do governador faz S. M. O Imperador, aprêço e relações às quais (seja dito entre nós) o dr. Castellanos atribuiu mudança de política da parte do governador, exprimindo-se acêrca dêste com frases que, pelo menos, estão longe de serem lisongeiras"(369).

Ao responder esta carta, no dia 9 de abril, estava de la Peña satisfeito com a notícia de que o amigo Pontes fôra nomeado plenipotenciário na Confederação Argentina. Neste ato enxergara "la mano de la Providência". Porém daí passou a questões políticas, de interêsse mais imediato. Já conformado com a carta *poco digna* de Honório, pois tudo mudara nesse comêço de abril, referiu-se aos sentimentos de Urquiza em relação ao Brasil e à necessidade de completar a obra de paz, iniciada.

"No tendré mucho que hacer", escrevia Peña, "ni que esforzarme para persuadilo (a Urquiza) de la necesidad, de que todos estemos unidos, y completemos la grande obra de pacificación y orden en esta parte de la America. Este es su pensamiento, y su deseo mas vivo. Respecto del Imperio, no es ahora que yo hé manifestado a V. E. cuales son mis convicciones sobre la lealtad con que el Señor General mantiendrá, y conservará la alianza".

Daí, por uma associação de idéia, pulou Peña para os blancos, a destrinçar-lhes, no subconsciente, a razão do

complexo, que vinham de demonstrar, contra o Brasil. Para o ministro argentino, nascera-lhes do choque provocado pelo desfêcho da luta. "Veo", dizia Peña, em se reportando a "algunos que se llamaron Blancos", "Veo en su conducta las prevenciones, y si puedo decir así, los odios que quedan siempre en los que por ninguno medio pudieron vencer. Es el orgullo ofendido el que los hace obrar de ese modo mas que el pensamiento de una oposición sistemada. Creo, por lo mismo, que todos nuestros trabajos deben dirijirse a que ellos hagan lo que nosotros deseamos para su bien, y para el bien general".

Entretanto, era Peña contrário a possível golpe de estado, a que aludira Silva Pontes em sua carta, golpe êste que consistiria em o Executivo regular a questão dos tratados independentemente da maioria *blanca*. "Si es preciso", dizia êle sôbre êste particular, "se obrará de modo energico y decisivo; pero será cuando la misma irracionalidad de nuestros opositores, no los deja ni la esperanza de justificarse".

Prosseguiu a carta com cautela, enfocando em poucas linhas a maneira descortês de Castellanos considerar a posição definitiva de Urquiza. Fôra êste o passo sensacional da carta de Pontes, por fazer ver que já eram do domínio público as palavras do ministro uruguaio contra Urquiza. Peña, na sua resposta, tentou incluir como um incidente de importância secundária. Não conseguiu, pois revelou outro pormenor, dizendo: "El dr. Castellanos se ha engañado mucho al creer que ha habido câmbio de politica en el Señor General Urquiza. Ya le hé impugnado este modo de ver, a que de cierto no hemos dado motivos"([370]).

Assim não foi sòmente na sessão secreta da Assembléia, em que se desmandara Castellanos em reprochar "el cambio" do general Urquiza. Escrevera também a de

la Peña nesse mesmo sentido, tanto que o ministro argentino já havia impugnado, como asseverou a Silva Pontes, a maneira por que o seu colega oriental entendia o procedimento de Urquiza na questão dos tratados.

Enquanto se precipitavam os acontecimentos em Montevidéu, o *Recife,* que levara a notícia da rejeição dos tratados, depois de sofrer avarias em suas máquinas, chegou ao Rio de Janeiro, sòmente, no dia 3 de abril, muito tarde. A correspondência que trouxera, foi entregue ao ministro Paulino no dia seguinte, depois das 11 horas da manhã.

Por mais rápido que se remetesse a resposta àquela correspondência, não poderia chegar a Montevidéu antes do dia 12, aprazado pelo plenipotenciário para fazer as intimações aos *blancos.* Acrescia ainda o fato de não haver, na Guanabara, vapor disponível para a viagem, incumbindo-se o ministro da Marinha de fretar um particular, para sair a 6 de abril, pela manhã. "Duvido", dizia Paulino, "de que ache algum com fôrça para que chegue aí até o dia 12 do corrente".

Não esperou Paulino pelo navio para responder. Enquanto se aprestava a condução redigiu êle a resposta. Pelo fato de a rejeição ter partido do Executivo e não do Legislativo, afigurou-se-lhe modificada a face, em que se colocara a questão. Até aquêle momento as comunicações do plenipotenciário davam a entender que, por parte do presidente Giró e do ministro Castellanos, não havia dúvida quanto à execução dos tratados. Ainda na última confidencial que escrevera ao ministro, sôbre os tratados, finalizara Honório, referindo-se a Castellanos, assim: "Ontem, de passagem, me disse que julgava que tudo se conciliaria bem. Com esta esperança rogo a V.

Exa. o favor de me mandar uma recredencial, que apresentarei sòmente no caso da aceitação dos tratados"([371])

A oposição, portanto, não era de Castellanos, senão da maioria *blanca*, existente no Congresso. O ofício de 24 de março, em que lhe contava Honório a maneira por que se verificara a rejeição, fêz com que o ministro brasileiro visse que o próprio Castellanos assumira a responsabilidade daquele ato, sem declinar o motivo de não ter submetido os tratados à consideração do Poder Legislativo.

Ao responder a Honório, não havia Paulino recebido a comunicação de dois fatos, ocorridos em conseqüência da rejeição, que demudariam completamente o panorama político: 1.º, a posição que o general Cesar Díaz tomara, francamente contrária à rejeição; 2.º, a transformação que se processara em Urquiza, ao saber por Caxias de que êste se aprontava para nova campanha. Mas, justamente, prevendo a possibilidade de modificações, que tornassem impraticáveis as instruções que ia remeter, frisou Paulino, na primeira parte do despacho, o seguinte: "Indico isso a V. Exa. e não lhe dou ordem alguma positiva, porque podem existir complicações que tornem inexeqüíveis tais ordens".

O que pretendia Paulino, no momento, era fazer voltar a questão "ao seu antigo estado", a fim de sair o govêrno do Uruguai "do mau passo em que se colocou". Se isso fôsse viável e não tivesse Honório ainda respondido a Castellanos, devera de o fazer da seguinte maneira:

Que o govêrno imperial concorda em invalidar os tratados e encetar novas negociações e ajustar novos tratados, mas que, enquanto não forem ajustados e executados, serão ocupados pelo Exército Imperial os limites estabelecidos pela Convenção de 1819, porque, invalidado o Tratado, revive o direito que dá a dita Convenção".

Daí seguiu o ministro a enumerar as medidas que o govêrno imperial tomaria, enquanto não fôssem ajustados novos tratados, inclusive a exigência do pagamento imediato dos empréstimos. Não existindo o tratado, que lhe garantia o pagamento, desde que êste se não realizasse imediatamente, ocuparia o Exército Imperial um trecho de território, que seria desocupado logo que se verificasse o pagamento.

"Como declarações assim feitas não importem desde já em rompimento", prosseguia Paulino, "V. Exa. retirar-se-á, dando a sua missão especial por acabada, e acreditando o sr. dr. Paranhos, na forma das ordens que lhe têm sido expedidas. A nossa esquadra ficará em Montevidéu para fazer respeitar e proteger os brasileiros. O sr. dr. Paranhos ficará de observação enquanto não receber novas instruções, comunicará tudo quanto ocorrer, e ouvirá, para transmitir, quaisquer proposições que se lhe façam".

No último passo da nota não se esqueceu Paulino do general Urquiza, a quem supunha ainda aliado aos *blancos*. Mandava que lhe enviasse Honório cópia da nota, que remetesse a Castellanos, dizendo-lhe, no entanto, que estava o govêrno imperial pronto a negociar novamente com o Estado Oriental, e, de passagem, delicadamente, glosasse o plenipotenciário a resposta do Libertador ao memorando, observando-lhe que tudo aquilo, que acabava de acontecer, estava fora dos convênios de 1851 e que, de modo algum, prejudicaria a aliança, que os mesmos convênios haviam fundado([372]).

* * *

Como Rosas nos últimos momentos de fastígio, depositou Castellanos as suas esperanças nos inglêses. Se falhara Urquiza, continuava firme Mr. Gore a alentá-lo

com aquêle mesmo enrêdo conhecidíssimo, de intervenção britânica. Carta do inglês a Castellanos fôra interceptada, em que o diplomata encorajava o oriental a não ceder ao Brasil. Nas vésperas da chegada do *Prince,* apregoava-se, invariàvelmente, que a intervenção aportaria daquela vez(373).

Como acontecera nos momentos de agonia da ditadura rosista, a intromissão dos agentes britânicos, ainda agora, veio esbarrondar-se no Rio de Janeiro. É verdade que a trama a favor de Castellanos foi muito menos perigosa do que a anterior, a favor do *Grande Americano.* Esta chegara até ao *Foreign Office,* enquanto a outra não passou de Gore e Southern. Mr. Gore devera de importunar o colega, para que êle refizesse o lance dramático, com que iniciara a sua missão no Rio de Janeiro.

Assim é que, no dia 12 de abril, ao meio dia, apareceu Mr. Southern, suarento e ofegante, na chácara do Macaco, no Andaraí, onde o ministro brasileiro veraneava.

Não o esperava Paulino, que nem ao menos tinha recebido a correspondência, que chegara na véspera do Rio da Prata e lhe seria entregue, sòmente, à tarde. Nesta correspondência é que lhe viria a confidencial de Honório sôbre as primeiras conferências de Paranhos com Cesar Díaz e as cartas a Urquiza, referentes à nomeação de Guido. Assim não atinou o ministro, desde logo, a razão da visita do inglês.

Mr. Southern, porém, não o deixou na dúvida por muito tempo. Imediatamente lhe disse que, como estava a sair para Europa o paquete, pretendia saber "qual a posição que ia tomar o Brasil, rejeitados os tratados".

Expôs-lhe Paulino, com franqueza, tudo quanto determinara Honório que fizesse: a ocupação dos limites de 1819 e a exigência do pagamento das dívidas. Francamente também foi a fala do inglês, ao pretender convencer o brasileiro de que tudo se arranjaria em paz, por

meio de negociações, mas que "o principal obstáculo" era o plenipotenciário.

Redargüiu-lhe Paulino que êle, Southern, devera conhecer perfeitamente bem o Rio da Prata, onde vivera tantos anos, e saber que ali, quando se pretendia adiar ou evitar uma solução, acrescentavam-se-lhe outras questões secundárias, capazes de iludir a principal. De fato o plenipotenciário brasileiro "argumentava com muita vivacidade e calor e que dizia claramente o que entendia, mas que isso não podia ser obstáculo", a que se entendesse com êle o govêrno uruguaio, "se houvesse para isso vontade".

Sentindo Southern que nada conseguia com a fala macia, passou, muito a seu gôsto, a ameaças. Pretendeu intimidar o ministro com a decantada intervenção inglêsa, que se efetivaria, forçosamente, no momento de o Brasil ocupar os limites de 1819, do qual não estava de posse. Esta ocupação, segundo Southern, seria considerada pela Inglaterra e, principalmente, pela França, como atentatória à independência e integridade da República do Uruguai. As duas potências, obrigadas a manter aquela integridade e independência, não poderiam deixar de intervir.

Refutou-lhe Paulino os argumentos, acrescentando "que a Inglaterra e a França nada tinham que ver com tais questões de limites, nem podiam obstar que se nos pague o que se nos deve".

Não se deu Southern por vencido e voltou a insistir que se entregasse a solução do caso a novas negociações e escolhesse outro plenipotenciário, que não fôsse o senador mineiro. Respondeu-lhe Paulino "que o passado nos tinha dado lições que aproveitaram, que não admitíamos mais adiamentos, delongas e discussões intermináveis, que queríamos soluções claras, prontas e que para isso estava tudo preparado".

Southern continuou a conversa por mais algum tempo. Disse para despistar o ministro sôbre a procedência das comunicações exatas, que tinha das negociações de Honório com o govêrno uruguaio, que amigos e criaturas de Rosas ainda lhe remetiam informes de Buenos Aires. Lastimou, mais uma vez, pesaroso, a queda do *Herói do Deserto*. Daí tirou matéria para desancar em Urquiza, de quem só falou mal. Não lhe perdoava o inglês a façanha de 3 de Fevereiro. Repisou o fato de "que Rosas era favorável aos interêsses britânicos e que Urquiza não será ou não será tanto".

Ao descrever êste passo da conversa, indagava Paulino a Honório: "Será isso sincero?"

Falou ainda o diplomata inglês em mediações. Respondeu-lhe Paulino que nunca as repelira, "quando pudessem dar uma solução pronta, clara e justa". À vista dêste final, convenceu-se o brasileiro de que Southern ia sair dali a escrever ao seu govêrno, provocando a mediação. Southern mostrara conhecimento perfeito e miúdo de tudo quanto se passava em Montevidéu a respeito do Brasil. "Conhece", avisava Paulino a Honório, "o memorando de V. Exa. e tôda a discussão que deu lugar, sabe do estado das relações de V. Exa. com Urquiza, que a nomeação do general Guido foi revogada em conseqüência da carta do conde de Caxias".

E ao terminar a confidencial, em que narrou ao plenipotenciário mais esta visita de Mr. Henri Southern à chácara do Andaraí, dizia-lhe Paulino: "Quanto a mim tudo é tangido daí. Os homens estão apertados e Southern quer oficiosamente afrouxar o nó, que os aperta, para que mais folgados nos arrastem para o *mare magnum* de discussões e negociações, até que, enchida a altura, nos mostrem os dentes"(374).

* * *

É justo acrescentemos aqui, no final dêste capítulo, o derradeiro traço sôbre Mr. Southern, cavalheiro que foi da Ordem do Banho e ministro plenipotenciário de Sua Majestade Britânica. Por pouco tempo estêve na Côrte à cata de intervenções. Um ano e dias depois de sua chegada ao Rio de Janeiro foi mordido por um mosquito peçonhento, pois, inabalável nas suas opiniões, não acreditava na transmissibilidade da febre amarela, e por isso não saíu de sua casa na rua da Glória 46. Na noite de 27 para 28 de janeiro de 1853 faleceu Southern, vítima do flagelo e de sua teimosia em não se refugiar em Petrópolis. Foi enterrado com as honras devidas no cemitério da Gamboa. E entre os que lhe acompanharam o entêrro estava o ministro Paulino, a quem pretendera, em dezembro de 1851, derribar do poder([375]).

XIX

De quem era a Política?

Por vários motivos, espaçara Honório Hermeto a sua resposta à nota de D. Florentino Castellanos. Assim, embora com atraso, a confidencial de Paulino, de 5 de abril, que chegou a Montevidéu pelo *Paraense* no dia 14 à tarde, ainda veio a tempo. A resposta do plenipotenciário brasileiro ao ministro uruguaio, no entanto, já se achava minutada em várias fôlhas de papel almaço. Seria o rompimento definitivo e inapelável, pois o final, em que fazia as intimações ao govêrno oriental, só podia ser considerado como rompimento e em grande estilo.

Porém as instruções, contidas naquela confidencial, desagradaram ao plenipotenciário. Paranhos, por sua vez, não gostou do papel, que lhe dava o ministro dos Negócios Estrangeiros, uma vez terminada a Missão Especial. Êste papel se lhe assemelhou com o de guardador do arquivo da legação. A Honório desagradou o ofício a ponto de provocar um dos seus acessos de raiva, pois enxergou nas determinações do ministro mudança de política e mudança esta que revivia a tese de Urquiza, quando afirmara que a energia do memorando de 16 de fevereiro era fruto do gênio do diplomata e não da política imperial.

Como era do seu feitio, em momentos tais, visìvelmente transformado, pegou Honório da pena e desandou a escrever. Em primeiro lugar, reprimindo a cólera

quanto lhe foi possível, enviou oficialmente a Paulino a própria minuta da nota, a endereçar a Castellanos, que teria a data de 17 de abril. Mandava justamente aquela, que acabara de escrever, por não ter tempo de copiá-la, mas com as correções de certas palavras e frases e a supressão do final arrogante. Fizera essas modificações e cortes, dizia êle, à vista do que lhe escrevera o ministro.

Em seguida se reportou Honório à política que adotara e que vinha produzindo bons resultados. Nutria, no momento, esperanças de ver terminada, em breve, a questão. Estas esperanças se desvaneceriam desde que o govêrno oriental e Urquiza pudessem lobrigar a mudança de política por parte do govêrno imperial, como êle, Honório, inferia da confidencial de 5 de abril, que acabava de receber, "ao ponto de concordar em invalidar os tratados de 12 de Outubro", que até o presente exigia fôssem observados. Semelhante mudança, prosseguia Honório, o surpreendera, não só por lhe parecer fraqueza, mas ato impolítico, sôbre inoportuno. Via-se, por isso, na contingência de não a efetivar. "O meu dever rigoroso", afirmava êle, "a dignidade e os interêsses do Império, que me parecem comprometidos, por uma mudança de política tão repentina, me induziram a guardar em segredo o conteúdo dêsse ofício, que nem mesmo comuniquei ao Sr. Pontes, em sua íntegra". Receava, porém, não poder evitar se espalhasse a notícia: "O ofício nem ao menos tem nota de reservado"(376). No dia seguinte deveria aportar o *Prince* a Montevidéu, trazendo, forçosamente, a novidade da mudança na política imperial. Em momentos se divulgaria a notícia pelo Rio da Prata. Urgia, pois, tomar uma medida a fim de evitar as conseqüências daquela divulgação. Era seu pensamento responder à nota de Castellanos depois da chegada do ministro de la Peña, que escrevera de Buenos-Aires a Silva Pontes, avisando-o de que, provàvelmente, estaria em Montevidéu de 17 a

18 de abril. Mas já o não esperaria e ia responder a Castellanos naquele mesmo dia.

Continuou Honório a resposta, fazendo alusão a existência do movimento, com que os *colorados* intentavam forçar a brecha deixada pelos *blancos*, nesse passo complicado da política externa. "A única esperança dos *blancos*", explicava êle, "era a coadjuvação de Urquiza". Mas êste não queria guerra. Se esperançara aquêles, fôra na suposição de que o Império toleraria a rejeição, sem reagir. Julgara Urquiza que as medidas anunciadas no memorando eram dêle, Honório, e não do govêrno imperial. A carta do conde de Caxias, porém, fê-lo ver a realidade. E imediatamente escrevera para Montevidéu, dizendo que os tratados deviam ser aprovados. Mas, se aquilo, de que suspeitara, se tornou realidade, voltaria, naturalmente, ao seu primeiro movimento.

"O ofício de 5 de abril", finalizava Honório a resposta oficial, "veio impor-me uma grande responsabilidade. Espero que o govêrno imperial, em vista das comunicações posteriores às que fiz pelo *Recife*, e que deram lugar a êsse ofício, voltará a sustentar com energia a política do memorando, que não só era deduzida das ordens de V. Exa., senão foi plenamente aprovada pelo ofício de V. Exa., datado de 19 de março, reservado n.º 15"(377).

* * *

Não se contentou Honório Hermeto com o que dissera oficialmente. Aí tivera de sopitar a zanga, refreando a natural agressividade; enquanto, em carta particular, poderia expandir-se à vontade contra o ministro, por se lhe afigurar reconsideração da política imperial a ordem contida na confidencial de 5 de abril. Ora, devera de ter

banzado o plenipotenciário, irritadíssimo, quem inventara tôda aquela traça de política externa, que, desde fins de 1849, vinha aos poucos enleando amigos e inimigos? Êle, Honório? Não. O mesmo senhor Paulino, que parecia querer agora dar razão ao general Urquiza.

Foi estirada a carta de Honório. Alongou-se em argumentos para provar que o responsável pela política externa do Império era o ministro dos Negócios Estrangeiros. Não viu, porque a zanga o impediu de ver, que as instruções de Paulino se referiam ao quadro político, descrito por êle mesmo, Honório, de 24 de março, dia seguinte ao da rejeição, por parte de Castellanos, quando Urquiza ainda apoiava os *blancos.*

Destinavam-se, portanto, as novas instruções de Paulino a uma situação, que se modificara bastante, uma vez que o Libertador, longe de apoiar os *blancos,* preferiu continuar ao lado do Império. Honório, no entanto, argumentava já com a situação modificada em favor dos tratados, que ignorava Paulino ao escrever-lhe o ofício de 5 de abril. Se a situação dos últimos dias de março perdurasse, ao contrário do que aconteceu, se as intimações tivessem de ser feitas ao govêrno do Uruguai, era, como pretendia Paulino, de se concordar na invalidação dos tratados, pois, sòmente, na falta dêsses ajustes, é que se poderia ocupar os limites de 1819 e exigir o pagamento imediato dos empréstimos. Não compreendendo Honório o pensamento do ministro, ofendeu-se por supor que pudesse alguém inferir daquelas ordens que Urquiza tinha razão. E daí a zanga e o desabafo, que ressumbravam de tudo quanto escreveu.

Começou o plenipotenciário, nesta carta, por excogitar o motivo, que teria levado o govêrno imperial a desistir, tão fàcilmente, dos tratados. "Compreenderia", escrevia êle, "muito bem o seu pensamento, e o executaria fielmente, se V. Exa. me tivesse dito: o govêrno receia

comoções interiores e oposição de deputados e senadores descontentes; e, pois, deseja terminar a questão dos tratados o mais breve possível. Para êsse fim V. empregue todos os esforços e faça mesmo alguma concessão, além daquelas que se propunha fazer, contanto que o negócio termine com honra e brevemente. Se, porém, fôr isso impossível, faça as intimações das medidas coercitivas que propôs. Não compreendo, porém, o pensamento que ditou o mencionado ofício de 5 de abril. Figura V. Exa. que a questão mudou de face, quando na realidade não há mudança alguma. Para o Brasil tanto faz que o govêrno oriental negue a exeqüibilidade dos tratados, por si sòmente, como que o fizesse depois de os haver sujeitado à Assembléia. Se há diferença é contra o segundo arbítrio, que se torna mais grave".

O ofício do ministro foi, em seguida, dividido em vários parágrafos, que refutou Honório com cerrada dialética. A refutação do primeiro é, sem dúvida, o passo mais importante da carta, pois aí conglobou o plenipotenciário, no mais aceso da zanga, não só a parte referente à política em geral, mas também tôda a sua quizília contra o amigo. "Não compreendo", renhia êle com o ministro, "a vantagem desta modificação. Se o govêrno imperial concorda em invalidar os tratados de 12 de Outubro, deve ficar certo de que não conseguirá fazer outro, sem que se submeta a todos os caprichos dos *blancos*, que, tomando essa contradição nossa como fraqueza, se tornarão mais ousados e exigentes do que atualmente são. Se concordamos em invalidar os tratados, a que título vamos ocupar a fronteira de 1819 de que não estamos de posse? Como coerção para fazer tratados? E não será muito mais forte e mais fundado o nosso direito, ocupando essa fronteira como coerção para que sejam executados os tratados feitos e devidamente ratificados?"

Depois de iniciar a análise da parte positiva da discussão, ou seja, da oportunidade da invalidação dos tratados, voltou êle a azoeirar os ouvidos do amigo com as recriminações sôbre a mudança de política. "Não está V. Exa. convencido das doutrinas que havia sustentado até 5 do corrente, e que me tinha feito sustentar? Se está, por que as abandonaria, por que quer concordar na invalidação dos tratados? Está V. Exa. esquecido das doutrinas que sustentei no memorando? A política dêsse memorando é exclusivamente minha, ou foi tradução fiel das ordens do govêrno imperial".

"Se V. Exa. estava resolvido a abandonar tão fàcilmente os tratados, devera ter dado por acabada a minha missão desde que fiz o convênio de 21 de Novembro, ou ao mais tardar quando Rosas caiu. Os tratados e a exigência de que fôssem pelo govêrno oriental executados foi o único motivo que aqui me reteve. V. Exa. considerava a rejeição dos tratados uma resolução que afetaria não sòmente interêsses do Império, que havia resolvido por êsses tratados suas questões com êste Estado, senão também a honra e dignidade do govêrno imperial, que assim se acharia menoscabado".

"No memorando", prosseguia Honório, retornando à discussão principal, "se declarou que, se os tratados fôssem rejeitados, o govêrno imperial adotaria medidas coercitivas, e que, se essas medidas fôssem ineficazes, poderia mesmo seguir-se a guerra. Para que eram as medidas coercitivas senão para obrigar a observar os tratados? E como se poderão adotar tais medidas; se o govêrno imperial estava disposto a abandonar êsses tratados, pela simples declaração do govêrno oriental de que êles não são exeqüíveis por não ter precedido à ratificação a aprovação do Corpo Legislativo?"

"Se o govêrno imperial estava em tal disposição, era preciso que, em vez de fazer-me dar os passos que dei,

fizesse-me declarar que não ligava importância aos tratados, que os considerava como mero benefício à República Oriental, a quem deixava em plena liberdade de os adotar ou não. Depois de haver seguido vereda contrária recuar é mêdo, e o mêdo torna a esta gente atrevida. E se o govêrno quer ocupar a fronteira de 1819, e fica na necessidade de conservar o Exército Imperial aí estacionado em pé respeitável para não ser corrido dessa fronteira, por que abandonar os tratados?"

"Êsse abandono se compreenderia se ocupássemos sòmente os nossos limites do Quaraim. Isso queria dizer que o govêrno imperial receava comoções interiores, e desejava por isso ter seu Exército disponível; mas ocupando a fronteira de 1819, o Exército não fica disponível; e, pois, essa resolução não pode ser justificada com o receio de comoções interiores e oposição de descontentes".

Depois de tudo quanto acabara de dizer, retornou Honório a interpelar o ministro sôbre o motivo da zanga: "A política do memorando é invenção minha, como entendia o general Urquiza? Não: V. Exa. sabe mui bem que baseei êsse memorando em suas ordens". Achou que devera comprovar esta assertiva, e, para isso, transcreveu vários passos de ofícios anteriores do ministro. Só então, depois de bem escabichada a questão da autoria, com a exibição das provas, foi que passou aos outros parágrafos, em que dividira a confidencial de 5 de abril; porém, mais calmo, com o desabafo inicial, e também com a clareza, com que a raiva nem sempre lhe deixava ver as coisas(378).

Era da natureza do plenipotenciário essa rápida transformação: enquanto se mantinha calmo, era hábil e clarividente a ponto de, em certos momentos, as suas observações só se explicarem pelo instinto político; mas, irritando-se, turvava-se-lhe a visão, obliterada pela raiva,

e o homem nada mais via diante de si, senão o estravasar a zanga em desaforos e gritos.

Depois de escrever a carta ao ministro, a ação de Honório Hermeto foi rápida. O *Prince* era capaz de chegar de um momento para outro. E com êle a notícia, que se espalharia pelo Rio da Prata, de que o Sr. Paulino abandonara os tratados. Tinha, pois, de evitar semelhante coisa, que considerou uma catástrofe para a política imperial e diminuição para êle. E neste mesmo dia 17 de abril, em que se fartara de escrever a Paulino, enviou a resposta, já engatilhada, a D. Florentino Castellanos.

Procedeu com mais calma o plenipotenciário no envio dessa resposta. Adocicou um pouco os têrmos da minuta primitiva e suprimiu inteiramente o final desabrido([379]), com que rompia as relações com os *blancos*. Ouviu a opinião de Silva Pontes e do general Cesar Díaz([380]), e, antes de o *Prince* aparecer, já Castellanos lera a resposta de Honório à nota de 23 de março, em que lhe havia comunicado a inexeqüibilidade dos tratados. Repassou o plenipotenciário, na sua resposta, as principais fases da questão, minuciosamente, e terminou dizendo que esperava reconsiderasse o govêrno uruguaio a solução, que dera à questão dos tratados, pois, do contrário, seria levado ao rompimento([381]).

A 18 de abril, já tarde da noite, remuia ainda Honório a sua zanga contra o amigo Paulino, quando lhe bateu à porta, depois de sair do teatro, o general Cesar Díaz, que vinha pedir lhe marcasse uma conferência. Ajustaram os dois encontro para o dia seguinte, às oito horas da noite, em casa de D. Pancho.

À hora aprazada estava o plenipotenciário em importante palestra com o ministro da Guerra, em uma das salas da residência do amigo comum.

Disse o general que tanto o presidente Giró, quanto o ministro Castellanos não desejavam sinceramente o acôrdo com o Brasil. Por isso estava resolvido a interferir para modificar aquela situação. Ia, apenas, esperar a chegada do ministro de la Peña, a ver se êste arranjaria alguma coisa. Porém, se persistissem os *blancos*, mesmo depois da palavra do argentino, em não aceitar os tratados, êle, Cesar Díaz, os expulsaria do govêrno e da assembléia, à fôrça. Terminou o ministro a sua fala por indagar "se podia contar com o apoio do govêrno imperial".

Respondeu-lhe Honório afirmativamente, mas lhe dissesse que espécie de apoio pretendia. Declarou o general "que esperava não precisar senão da fôrça moral, porque tinha algumas inteligências com homens da campanha"; contudo, por segurança, pedia fizesse o plenipotenciário "parar o Exército Imperial, e avisasse ao conde de Caxias para ter quatro mil homens de cavalaria, prontos a operar, se fôsse necessário".

Indispusera-se, definitivamente, Cesar Díaz com os *blancos*. Êstes o trataram como se fôra criança. Honório, havia muito tempo, percebera que tanto Giró, como Castellanos ludibriaram o general, que não era "letrado"(382).

A Silva Pontes dissera um amigo, "membro do Corpo Legislativo", desde 31 de março, "que, se Díaz está de boa fé, como parece, os colegas o iludem". Em 15 de abril já afirmava Pontes, por conta própria: "Continua a inteligência com Cesar Díaz; mas creio que o presidente e os outros ministros zombam dêle, principalmente Castellanos"(383).

Depois da sessão secreta se convencera Honório de que Giró e Castellanos iludiam o ministro da Guerra. Mas êste, a quem falara Honório, nessa ocasião, de sua descon-

fiança, redarguiu-lhe que não procedia a suspeita, por se portarem os dois lealmente. Agora, na conferência de 19 de abril, mudara Cesar Díaz de opinião, mostrando-se convencido da insinceridade tanto de Giró, quanto de Castellanos(384).

Ao chegar em casa, da combinação com o uruguaio, imediatamente escreveu o plenipotenciário ao conde de Caxias, para que fizesse parar o Exército Imperial "no lugar em que se achasse e que tivesse prontos quatro mil homens de cavalaria". Além disso lhe pedia enviasse um oficial de confiança, com uma escolta, a fim de lhe mandar instruções(385).

Caxias recebeu a comunicação de Honório, a 22 de abril, junto ao Arroio Tala, onde se achava acampado. E no tocante aos homens de cavalaria, respondia oficialmente: "Todo o Exército está pronto a operar; e por isso os 4.000 homens, que V. Exa. diz estejam prontos". Mas juntava um bilhete de amigo, com êste suspiro: "estou vendo pelos jeitos que o recado leva, que tenho de passar outro inverno nestas amáveis campinas"(386).

A conferência com Cesar Diáz desamuou o plenipotenciário. No dia 20 de abril, já esquecido da briga, escreveu ao ministro dos Negócios Estrangeiros, no tom amigável de sempre, contando-lhe a conversa da véspera, com o general Díaz, e as providências que solicitara de Caxias.

O *Prince* já havia aportado a Montevidéu e longe de trazer a notícia de ter Paulino modificado a política imperial no Prata, trazia-lhe minuciosa narração da visita de Mr. Southern à chácara do Andaraí, a propor a mediação inglêsa e a maldizer de Urquiza.

Com isso se amainou completamente a zanga do plenipotenciário. Aproveitou-se da notícia em carta, que escreveu ao general Urquiza, recontando-lhe os passos do britânico, soprados visìvelmente por Castellanos e Gore, junto de Paulino.

"O Sr. Castellanos", escrevia Honório ao Libertador, satisfeito com a traça encontrada, "O Sr. Castellanos, tomado de sua fascinação pelos inglêses, quer dizer à Europa que aquêle grande sucesso foi casual e efêmero, que os Estados do Prata e seus vizinhos continuam a precisar e a desejar que a Inglaterra e a França venham tratar mais uma vez seus malogrados esforços! Deixo a V. Exa. apreciar o caráter e alcance dessa política do atual ministro das Relações Exteriores desta república. Mr. Southern ainda chora pelo paternal govêrno de D. Juan Manuel de Rosas: e exprime-se por tal maneira a respeito de V. Exa., que o não referirei..."

Com isso liqüidava Honório, de vez, o entendimento de Castellanos e Urquiza, já a definhar-se. Custava ao americanismo e ao amor próprio do entrerriano o deglutir a política inglêsa do ministro oriental, muito semelhante a dos últimos tempos de Rosas. É verdade que, no momento, a intervenção contra o Brasil já se antolhasse a todos difícil. Lorde Palmerston não se acha no *Foreign Office*. Contudo o fato de a solicitar feria os melindres do Libertador, muito embora, em parte, as intervenções não passassem dos desejos belicosos de Southern e Gore, emparceirados com Arana e Castellanos.

Ainda que não estivesse Urquiza inteiramente de bem com Honório, já se achava pronto a recebê-lo, pois, desde 17 de abril, lhe escrevera: "He recebido su apreciable de 14 del corriente y me es satisfactorio decir a V. E. que permaneceré hasta principios de Mayo; que por conseguinte puede V. E. venir..."(387).

XX

Despedida de Buenos Aires

Enredavam-se cada vez mais os acontecimentos. Os *blancos* continuavam as hostilidades contra o Brasil. A 17 de abril, referindo-se Silva Pontes a um artigo do jornal "Fusión", terminava assim: "É uma demonstração *a la Rosas*. Oribe, Oribista, *Blanquillos*, todos são discípulos aproveitados".

A sessão da câmara dos deputados, de 19 de abril, fôra movimentada. A punição *blanquilla* endereçara-se então à defesa da praça de Montevidéu, pretendendo considerar ilegais os atos do govêrno da Defesa. Nessa altura reagiram os *colorados*, com vigor; e acabaram anulando a investida dos contrários, com os votos de alguns *blanquillos*, "não porque êstes se passassem para as fileiras dos adversários", explicava Silva Pontes, "mas porque temeram a exaltação dêles (*colorados*) e das galerias, além de que conhecem perfeitamente como o espírito da cidade lhes é adverso".

No dia seguinte, já anunciava Pontes a resolução dos *colorados* de abandonarem a câmara, no caso de se repetir a cena da véspera e perderem a votação, depois de conclamarem que já não podiam assentar-se numa câmara, que se constituíra "em rebelião contra as leis e contra o direito". Silva Pontes não achava muito acertado o plano,

uma vez que a bancada *colorada,* de sete ou oito deputados, não dava para influir sôbre o *quorum.* Isso só seria aconselhável, se, logo depois, se seguisse a dissolução da câmara(388).

Faltava ainda em cena o representante do general Urquiza. Substituído D. Tomaz Guido pelo ministro de la Peña, foi demorada a missão, que se lhe incumbira em Montevidéu, por ter de liqüidar vários negócios antes da partida. Mas, assim que soube de que seria êle o substituto de Guido, Peña escreveu ao amigo desembargador: "Tengo fé que nada nos podrá impedir la consecución de nuestros deseos". E acrescentava: "Nos veremos dentro de ocho dias". A 10 de abril, decorrido o prazo de oito dias, voltava a escrever a Pontes para o avisar de que só poderia deixar Buenos Aires, depois de 12 de abril, quando se realizaria determinada solenidade, a que não podia faltar. "Después" terminava êle, "quedaré expedito para realizar mi viaje a esa, y personalmente saludar a V. Exa."(389).

Ao receber esta carta, já sabia Silva Pontes, por um amigo, os principais pontos das instruções de Peña, no tocante à missão em Montevidéu. Dissera-lhe o confidente que fôra o ministro Peña encarregado de declarar ao govêrno do Uruguai que o general Urquiza não se julgava com direito de intervir, "de um modo eficaz", na questão suscitada pelos tratados. O que dissera e fizera a êste respeito, o fôra a pedido de Castellanos, mas sem que se pudesse inferir de suas palavras e ações qualquer propósito de prestar auxílio da fôrça. Assim devia Peña aconselhar ao govêrno da República que abraçasse "os têrmos conciliatórios indicados pelos agentes do Brasil".

Os *blancos,* por sua vez, tiveram ciência das instruções de Peña, e isso antes de as conhecer Silva Pontes. Para contrarrestá-las já tinham planeado, a 11 de abril, mandar uma comissão a Buenos Aires, a entender-se com

o próprio Urquiza. Essa comissão se comporia de três membros, dos quais sabia Pontes o nome de dois: Lavalleja e Berro(390).

Com as instruções devassadas por gregos e troianos, e depois de se desvencilhar das solenidades, apareceu D. Luiz J. de la Peña em Montevidéu, na manhã de 21 de abril(391). Neste mesmo dia deu êle comêço as conferências com Castellanos. As negociações, porém, não progrediam. Não conseguia o argentino demover o obstinado oriental. Além disso, para emperrar ainda mais o negócio, tinha êle idéias próprias a respeito dos tratados, que não coincidiam com as dos brasileiros e uruguaios naquilo em que os dois estavam de acôrdo.

Em conversa com Silva Pontes, a 24 de abril, espraiou-se de la Peña. Afirmou, de início, reconhecer a justiça das exigências do Império. Porém a idéia que desenvolvia, para fixar aquela política, não pareceu ao brasileiro muito ortodoxa, pois consistia em transferir para o tratado definitivo de paz, entre a Argentina e o Brasil, a determinação dos limites com o Uruguai, à revelia desta parte interessada.

Notou Pontes das palavras do amigo, que Peña ainda contava com a intervenção inglêsa. Mr. Gore acabava de chegar a Montevidéu, a encorajar Castellanos. E garantia o inglês, confiante, que era só esperar o paquete da Europa, que traria a desejada intervenção. Propalara-se também a notícia de mudança ministerial no Brasil. A oposição formaria o próximo gabinete e fácil seria aos *blancos* o arranjo do negócio, no momento de o tratado definitivo de paz ser negociado, sob a inspiração dos poderosos Mr. Gore e Mr. Soutern, mediadores de S. M. Britânica.

Tudo isso influía no ânimo do ministro argentino, descoroçoando-lhe a boa vontade. Era dogma, pregado pelos Southerns e Gores, que mais dia menos dia, a Inglaterra viria esbandalhar o Império Brasileiro. Então tudo seria muito diferente. E bastava reavivar a profecia, para que todos antegozassem o zurzir das vergastadas e o abocanhar das migalhas desprezadas pelo leão.

Não era estranho Peña ao movimento que intencionava Cesar Díaz. Mas sòmente o aprovaria no caso de Urquiza concordar. O dr. Diógenes de Urquiza deveria seguir para Buenos Aires, no dia 26 de abril, a fim de consultar o general a êste respeito(392).

Nos últimos dias de abril se arrastavam os acontecimentos, vagarosos. Julgou Honório dever apressá-los, de novo. A 28 prenunciava o "Comercio del Plata" sessão tempestuosa no legislativo. Verificou-se o contrário. "Os Brancos", esclarecia Silva Pontes, "têm decidido mêdo da população de Montevidéu, dos oficiais e dos soldados, que combateram em defesa da Praça. Entretanto os Colorados não sabem tirar partido das circunstâncias"(393).

Nesse mesmo dia 28 de abril, tratou Honório Hermeto de movimentar os interessados. O Exército Brasileiro estava parado no Arrôio Tala, a 20 ou 30 léguas de Montevidéu. O inverno vinha chegando e o conde de Çaxias instava, com razão, por que se lhe determinasse, com urgência, o papel que os seus soldados iam representar(394).

Avisou Honório ao ministro de la Peña que ia esperar pela decisão dos blancos até o dia 30 de abril. A 1 de maio, se não tivesse resposta satisfatória, faria as intimações e se retiraria. Em seguida pediu e obteve uma conferência com D. Florentino Castellanos. Ainda que estivesse inteiramente convencido de que o melhor seria Cesar Díaz proceder, de uma vez, da maneira por que entendia, quis dar mais essa oportunidade a Castellanos de sair, pacìficamente, da enrascada em que os metera a todos.

Parece que o ministro oriental já começava a desiludir-se das promessas de Mr. Gore, pois recebeu o brasileiro amàvelmente, sem que se lhe refegasse o rosto na expressão zangada, como acontecera da última visita. Foi longa a palestra que tiveram. E, no final, prometeu Castellanos enviar a Honório, no dia seguinte, as modificações que pretendia o govêrno introduzir nos tratados(395).

Ainda a 28 de abril teve o plenipotenciário outra conferência. Esta última foi com Cesar Díaz. Provocara Honório a entrevista por necessitar de resolução imediata, por parte dêle, general, no que dizia respeito ao projetado intento "de repelir os *blancos* do govêrno e da assembléia". Disse-lhe o plenipotenciário que, para fazer as intimações, no caso de o desatender Castellanos, tinha de ordenar prosseguisse Caxias a sua marcha, porque, sòmente, depois de o Exército Brasileiro deixar o território uruguaio, é que daria cumprimento às ordens do govêrno imperial, de romper com os *blancos*. O Exército, no entanto, estava parado a pedido dêle, Cesar Díaz, e, para o movimentar novamente, precisava saber se ia ou não efetivar o lance projetado. Necessitava, pois, de resposta imediata. Cesar Díaz insistiu em mandar um seu irmão entender-se com Urquiza, em Buenos Aires. Como não houvesse vapor a sair concordou Honório com que seguisse o emissário no *Paraense*(396).

Êste vapor deveria partir no dia 29 de abril, às 5 horas da tarde, com o irmão do ministro da Guerra. Porém, ao meio dia, recebeu Honório bilhete de Peña, comunicando-lhe ter recebido carta do ministro López e que talvez fôsse melhor retardar a partida do navio até conhecer o que lhe escrevia o argentino. Só à tarde apareceu Peña com a tal carta, dizendo que ia entregá-la a Cesar Díaz para que a mostrasse a seus amigos.

Não havia na carta grande coisa sôbre a questão, que interessava o brasileiro(397). Mas fêz com que retardasse

Honório a partida do vapor. À noite procurou o diplomata a Cesar Díaz. Não desistira êste de mandar o irmão falar com o general Urquiza. Reconhecendo Honório a necessidade de dilatar por mais alguns dias a notificação a Castellanos, tratou de aproveitar em Buenos Aires êsses dias de espera, não só apresentando a Urquiza a recredencial, mas também fazendo com que a palavra do Libertador, por que esperava Cesar Díaz, chegasse a Montevidéu(398).

Já se haviam remendado as relações de Honório com Urquiza. Estava mesmo o general muito contente com uma carta, que recebera do ministro Paulino, a ponto de escrever ao plenipotenciário: "Mucho agradesco a V. E. la remisión de la carta del Sõr. Consejero Paulino, y la agradesco mucho mas, desde que ella me ha llenado de satisfación, porque revela el caracter franco y amistoso del Sõr. Paulino. Yo tambien adjunto a V. E. una para el dicho Señor"(399).

A 30 de abril embarcou Honório no *Paraense,* com o irmão de Cesar Díaz e com o dr. Diógenes de Urquiza. Momentos antes do embarque, recebera do ministro Castellanos os apontamentos, que êste lhe ficara de mandar, com as modificações pretendidas nos tratados. Apressadamente rascunhou a resposta, encarregando Paranhos de se entender verbalmente com Castellanos(400).

* * *

À tarde do dia 1.º de maio, ao desembarcar Honório Hermeto em Buenos Aires, ainda apanhou os restos dos festejos dêsse dia, em que se reabriu a Sala dos Representantes. À noite esteve êle no *Clube do Progresso,* onde havia concêrto e danças. Urquiza também estava lá. E os dois, já de pazes feitas, conversaram amigàvelmente; mas não tocaram em assuntos políticos.

No dia seguinte, domingo, 2 de maio, não houve margem para tratar de negócios. Fôra marcada para êsse dia importantíssima carreira. Um cavalo, pertencente ao general Urquiza, de procedência entrerriana, desafiara outro portenho, de propriedade de um rico estancieiro do sul de Buenos Aires. Era simbólica a disputa. E parecia que, até aos dois inocentes bucéfalos, se pretendia emprestar significado político. Por isso ou pela fama de corredores, que os animais possuíam, o acontecimento se revestiu da transcendência de um grande prêmio dos nossos dias. Todo o mundo se abalou a ver a quem caberia a vitória.

De manhã cedo saíu Honório para Palermo, pois um convite, além da curiosidade, o obrigara ao passeio. De Palermo, às dez horas da manhã, seguiu êle com a comitiva do general, até "pouco adiante de Santos-Lugares, onde a carreira se deveria efetuar".

O general Urquiza estava radiante. O cavalo, em que depositara as suas esperanças e muito dinheiro, entusiasmava até os desentendidos. Do que escreveu Honório, era o entrerriano favorito nas apostas. A carreira demorou muito. "Cansei de esperar pela tal carreira", dizia Honório, visìvelmente engulhado. Só às cinco horas da tarde é que os dois contendores pisaram na raia. O portenho venceu galhardamente o entrerriano. Urquiza perdeu todo o dinheiro da aposta e muito do seu prestígio. Honório, cansado, entediado, voltou para o "Hotel Provence", na *Calle San Martin*, onde devera de se ter hospedado, sem o menor entusiasmo pela disputa, a que assistira, entre as duas províncias rivais([401]).

Sòmente a 3 de maio pôde Honório conversar com Urquiza, em Palermo. Aí combinaram de o plenipotenciário entregar a recredencial sem discursos e cerimônias protocolares. Fê-lo Honório imediatamente.

Urquiza, com tôda a derrota da véspera, demonstrava-se bom desportista, pois continuava de muito bom humor. Assegurou ao brasileiro que o Imperador o encontraria sempre a seu lado, em qualquer questão que tivesse com um país estrangeiro, uma vez que achara sempre lealdade no govêrno imperial e nos brasileiros com que tivera de tratar, e, no tocante à rejeição dos tratados, empregaria todos os meios necessários ao definitivo arranjo da questão.

Distraído Urquiza, com os festejos e corrida dos dias anteriores, não tivera tempo, antes de receber Honório, de conversar com o irmão de Cesar Díaz e de tomar conhecimento das comunicações de Peña, enviadas por intermédio do dr. Diógenes. Percebendo isso, explicou Honório Hermeto ao general que intencionava partir imediatamente para Montevidéu, mas que se êle, Urquiza, julgasse necessárias outras conferências sôbre a questão dos tratados, não tinha dúvida de se demorar mais alguns dias em Buenos Aires. Concordou o Libertador com êsse alvitre, pedindo mesmo que espaçasse o diplomata a sua partida até chegarem os dois a acôrdo definitivo da questão(402).

* * *

Imediatamente despachou Honório o *Paraense*, com a correspondência a seguir pelo *Prince* para o Rio de Janeiro. Em interessantíssima confidencial já contava ao ministro Paulino os três dias que acabava de viver em terras portenhas. Ràpidamente dava a sua opinião sôbre o momento político da Confederação Argentina. Atarefado Urquiza com a grande obra, que planejava com sinceridade, de reorganização do país, não podia desejar senão a paz. Por isso dizia Honório: "Nenhum receio nos deve inspirar Urquiza: êle tem mais necessidade de paz

do que nós. O trabalho de organização, que empreende, é difícil, e talvez mais longo do que se crê". Deduzira isso da oposição surda que verificara contra o general: "Ainda que aparentemente quase todos os homens importantes, civís e militares, estejam com êle, muitos lhe têm má vontade e espreitam a primeira ocasião em que se possam declarar com probabilidade de bom sucesso".

No tocante ao Uruguai, chegava Honório à opinião de Paulino: "seria muito mais útil", concluía êle, "que houvesse um rompimento e que os arranjos se firmassem depois de uma boa lição nos *blancos*". E, desvendando o futuro, profetizava: "Se assim acontecesse muito pouparíamos no futuro. Pelo contrário, se o arranjo fôr pacífico, os tratados serão executados de má vontade e com má fé; e se os *blancos* continuarem no poder, o seu sistema reacionário nos forçará a uma intervenção mais tarde ou mais cedo"([403]).

No dia 5 de maio se avistou o plenipotenciário, novamente, com o general Urquiza, para a solução da questão dos tratados. O ministro López esteve presente em quanto durou a conversação e o dr. Diógenes de Urquiza, do meio até o fim.

O entendimento entre o general entrerriano e o político mineiro, nesse passo da missão, voltava a ser perfeito. Parecia terem volvidos aquêles dias de dezembro, em Gualeguaichu, em que, juntos, tramaram o golpe final contra Rosas.

A conversa dos dois, nessa derradeira entrevista, processou-se na maior harmonia. Urquiza, sem impugnar a ação de Díaz contra os *blancos,* receava não tivessem os *colorados* fôrças suficientes na campanha para se sustentarem no govêrno, uma vez apeados os *blancos.* Porém, neste ponto, pareceu a Honório pouco explícito o general; talvez por não o ter entendido bem. Nasciam os receios de Urquiza de, no caso a que aludira, obrigar a inter-

venção do Exército Brasileiro em favor dos *colorados*. Não duvidava êle levassem os brasileiros "de rojo tôda a oposição *blanca*, que se pronunciasse contra a nova ordem de coisas, criada pela revolução"; mas daí adviria a preponderância do Império nos negócios do Uruguai, o que lhe não agradava, ou, melhor, do que, naturalmente, receava.

Tentou Honório desvanecer os receios do general. Referiu-se, preliminarmente, ao fato de lhe ter assegurado Cesar Díaz que estava de inteligência com vários chefes da campanha. Seguiu dizendo não acreditar modificassem os *blancos* os seus planos, pela simples aprovação dos tratados. Com os tratados ou sem êles, continuariam a política reacionária e, enquanto subsistisse semelhante política, não era possível se cogitar na paz.

Depois de estiradíssima conversa acabou Urquiza por concordar com o plano de Cesar Díaz. Apenas pediu que se fizesse antes nova tentativa "quer para o reconhecimento dos tratados, quer para a modificação do sistema seguido pelos *blancos*". Se todos êsses esforços fôssem inúteis, então fizesse Cesar Díaz o movimento planeado. Ficou ainda Urquiza de escrever a vários chefes da campanha uruguaia, para que prestassem apôio a Cesar Díaz(404).

XXI

Prosseguem as Discussões

Antes de partir para Buenos Aires, deixara Honório instruções com Paranhos para que êste declarasse a Castellanos quais as modificações, que estava autorizado a fazer nos tratados(405).

Apresentou Paranhos a resposta brasileira às proposições uruguaias na conferência, que teve com o ministro das Relações Exteriores no dia 1.º de maio(406).

Consistiam as modificações propostas em completa alteração dos tratados, pois em todos havia qualquer coisa a derriscar, segundo as pretensões de D. Florentino Castellanos. No tratado de limites a proposta oriental consignava: "1.º) Establecer el verdadero *uti possidetis*, es decir, los limites reconocidos al Estado Oriental a la Paz de 1828, en consecuencia, se alterará la designación del articulo 3.º — 2.º) Suprimir la concesión de las dos médias léguas que determina el articulo 4.º".

A esta proposição respondeu o brasileiro: "Não concordo em outra alteração que não seja a do § 1.º do Art. 3.º e a parte do Art. 4.º em que se cede ao Brasil duas meias léguas de terreno nas margens do Ceboláti e Taqüari; porque estas são as duas únicas alterações do *uti possidetis*. Pela alteração do § 1.º do Art. 3.º se corrigiu uma irregularidade da linha que se julgava prejudicial à sua polícia e segurança. Mas, não obstante os razoáveis motivos desta alteração, não duvido que a linha do Chuí se dirija por êste arroio e passe pela ponta de São Miguel

até chegar à lagoa Mirim, conforme o *uti possidetis*. Tôdas as outras disposições do tratado de limites deverão subsistir, porque não se afastam do *uti possidetis*..."(407)

O principal aí era a retrocessão das duas meias léguas de terra na foz do Ceboláti e do Taqüari. Sôbre êste ponto, desde 19 de março, dizia Paulino que o govêrno imperial não teria dúvida em o admitir(408). Porém, do que lhe escreveu Honório, é de se concluir que a idéia do plenipotenciário, no tocante à retificação do *uti possidetis*, era um pouco mais ampla. Já de Buenos Aires, depois de minutar a resposta a Castellanos, escrevia a Paulino: "Eu não reconheci como alteração do *uti possidetis* senão 1.º a cessão das duas meias léguas; 2.º a linha do Chuí. Pretendo sustentar, se fôr possível, que em todo o resto da linha temos a posse; entretanto que reconheço não ser isso exato; porquanto na linha do Jaguarão há outra alteração, pois em vez de seguir pelo Candiota, segue pelo galho mais ao sul que vem dos Cerros de Aceguá. Também há alteração na linha que corta o rio Negro, e na do Quaraím, em quanto começa do Arrôio da Invernada e não da vertente mais ao norte, que é a origem do Quaraím, ou o que chamam no Rio Grande, Quaró. As ilhas da boca do Quaraím também reputo aquisição"(409).

Nada disso, no momento, viria à discussão. Do contrário, desde que não fôsse possível sustentar, teria o plenipotenciário cedido. Mas para sossegar o ministro Paulino, depois de enumerar aquêles casos considerados desvio do *uti possidetis*, dizia-lhe Honório: "Esteja V. Exa. certo de que a alteração que já prometi, e qualquer outra em que ainda possa convir, ser-me-ão ditadas pelas observações que V. Exa. me fêz em suas cartas particulares e confidenciais"(410).

No tratado de aliança suprimia Castellanos os Arts. 11, 12, 15 e 16; sendo que êstes dois últimos manteria

desde "que el Gobierno Argentino consienta". Referia-se o Art. 16 à Independência do Paraguai. Rechaçou Paranhos as modificações pretendidas nesse tratado, declarando, no que respeitava ao Paraguai: "A disposição do Art. 16 é uma reciprocidade da defesa da Independência a que o Paraguai se obrigou conjuntamente com o Brasil".

As alterações no tratado de subsídio tinham por fim a supressão dos Arts. 1.º, 14 e 15. No tocante ao Art. 14, escreveu Castellanos, justificando a pretensão: "porque el Gobierno ha praticado lo que el establece". Em resposta, tachou Paranhos de inexata a afirmativa, afirmando no final dêste passo: "E é de certo muito notável, que numa convenção de auxílios pecuniários, quando êstes já têm sido percebidos em avultada soma se proponha ao Império a supressão das garantias que êle julgou necessárias para segurança do pagamento das quantias que emprestasse, e de seus respectivos juros".

Foi negativa a resposta do diplomata brasileiro não só no que se reportava às modificações pretendidas no Art. 6.º do tratado de extradição, mas ainda no Art. 4.º do tratado de comércio. Era dêste último que constava a cláusula concernente à lagoa Mirim. Honório prometera a Castellanos, caso fôsse êle, D. Florentino, o presidente da República, várias modificações, inclusive acordar a navegação em comum do rio Jaguarão e da lagoa Mirim. Nomeado Castellanos ministro e não eleito presidente, continuou o brasileiro no firme propósito de fazer as mesmas concessões, mas desde que o govêrno oriental aprovasse preliminarmente os tratados([411]).

Em lugar da aprovação comunicara Castellanos a rejeição dos tratados. Com isso afastou a possibilidade do acôrdo. O plenipotenciário, que teria prestígio de obter a ratificação do govêrno imperial para as concessões que fizesse, já se não interessava em agradar o ministro Castellanos. Concentrou todos os seus esforços para

a aprovação dos tratados, com o menor número possível de concessões e não segundo o seu pensamento, várias vêzes manifestado, no tocante à comunidade da navegação.

Hostilizado Honório Hermeto por quem o devera apoiar, deixou completamente o seu primitivo pensamento, que era o de concordar na navegação do rio Jaguarão e da lagoa Mirim, nos mesmo têrmos em que fôra estabelecida a do rio Uruguai, e abraçou a sugestão de Paulino, que, ao saber das promessas de Honório, lhe escrevera, ponderando o seguinte: "Como a lagoa Mirim não está no mesmo caso do Uruguai e seus afluentes, parece preferível conceder a sua navegação por uma convenção especial, a assemelhá-la inteiramente àquele rio"(412).

* * *

Na conferência com Paranhos, de 1 de maio, mostrou-se Castellanos mais razoável, "fazendo fincapé no negócio da navegação da lagoa Mirim", ùnicamente. Foi amável com o brasileiro, ao menos sem as asperidades das semanas anteriores, embora não concordasse inteiramente com as respostas que lhe deu Paranhos(413).

Certamente já havia Castellanos recebido uma carta de D. Andrés Lamas, em que o avisava, com muita clareza, do estado da questão. Esta carta do ministro da Defesa no Rio de Janeiro foi escrita em momento difícil de sua vida. Afastado do cargo pelo novo govêrno do seu país, com certo desprêzo, êle tem ainda a calma precisa de apontar os erros do mesmo govêrno e de lhe indicar a maneira por que poderia sair, se quisesse, daquela marulhada.

A 12 de março escrevera Lamas a Castellanos, pondo-se à disposição do seu govêrno para tentar possível acôrdo sôbre os tratados, visto, dizia êle: "como *yo tengo pro-*

mesa de las concesiones relativas a la Laguna y a las médias léguas"(414).

Porém haviam determinado os *blancos*, desde o conciliábulo de dezembro, o alijamento de Lamas e a supressão da legação no Rio de Janeiro(415). Assim, em resposta, lhe mandou Castellanos, oficialmente, a recredencial, e, em carta particular, dizia-lhe, maldosamente: "Vd. no puede tener la liberdad necesaria en la negociación a que hemos invitado al plenipotenciário brasilero"(416).

Era das inúmeras incoerências do momento, Lamas, que negociara os tratados, segundo instruções recebidas de Montevidéu, não os podia alterar, porque não tinha liberdade. Agora, Castellanos, que meses antes se prestara a ser candidato de Honório e de Herrera y Obes à presidência da República, tendo para isso feito profissão de fé, a ponto de chegar a entender-se sôbre as modificações do tratado, tinha aquela liberdade! Eram subtilezas ou alergias difíceis de compreender. Porém o contrário teria sido muito mais político.

A esta carta de Castellanos foi que Lamas respondeu, mostrando-lhe a realidade da situação, que, para o primeiro, ainda não estava bem desenhada. "Tengo para mi", dizia-lhe Lamas, "que ni Vd. ni el gobierno conocen los riesgos que hemos corrido, especialmente en el último mes". E, com mais clareza, acrescentava: "En cuanto a la tentativa de guerra civil hay algun hecho que todos pueden ver, apreciar y compreender".

Depois de tracejar a situação, em que se encontravam, voltou Lamas às possibilidades de conseguir as concessões, a que se referira em carta anterior, possibilidades estas que nasciam não só de promessas, já mencionadas, mas porque estava: "en buena posición, porque mi nombre estaba asociado a los tratados, porque yo no era tenido como hostil al Brasil". Para comprovar tudo quanto afirmava, juntou êle cópia de uma carta de

Paulino, que acabava de chegar. Lamas escrevia de Petrópolis a Castellanos, a 17 de abril, enquanto a carta de Paulino, a que se êle reportava, era do Rio de Janeiro, de 15. "Estaba aqui", diz Lamas, já quase no final da carta ao ministro uruguaio, "cuando recebi, providencialmente, una carta del señor Paulino..."(417)

O tema principal da carta de Paulino a Lamas era o arranjo, que se suscitava em Montevidéu, com rancor. "Tudo se arranjaria", escrevia Paulino, "se aprovassem os tratados e encarregassem a V. Exa. as negociações para as modificações, que reclamam. Ninguém mais do que V. Exa. poderá obter de nós concessões, porque já o conhecemos e confiamos na sua boa fé. Qualquer modificação não traria desar sendo estipulada com a mesma pessoa com a qual já tratamos".

Seguia-se a êste trecho outro referente à vinda de D. Luiz de la Peña, por ministro da Confederação Argentina no Brasil, e às negociações, que se abririam então, para o tratado definitivo de paz. Daí passou Paulino à questão de confiança e à necessidade de os tratados serem aprovados. O resto seria resolvido na Côrte entre os três: êle Paulino, Lamas e de la Peña. E ao findar a carta o advertia da realidade a respeito do que se passava em Montevidéu: "O que não é possível é que se demore a questão dos tratados em Montevidéu, no estado em que está, porque essa demora irrita, traz os espíritos em suspenso e em agitação lá e cá. A prolongação do *statu quo* pode de um instante para outro trazer um rompimento, e depois dêle não poderemos mais fazer concessão alguma. É êste o grande perigo da situação"(418).

A 1 de maio, por ocasião da conferência com Paranhos, já devera ter lido Castellanos estas cartas. E de duas coisas, ao menos, ficara êle certo: o rompimento e a guerra civil. Havia ainda a considerar que, no caso de ser Lamas o negociador, as concessões seriam outras, pois o

govêrno imperial tinha inteira confiança nêle. "Até agora", escrevia Paulino, a 19 de abril, a Honório, "tenho encontrado lealdade em Lamas"(419).

Porém desagradava a Castellanos que as modificações fôssem feitas por D. Andrés. Êste, para os *blancos*, teria, por castigo, de se transformar no bode expiatório dos pecados cometidos por todos êles. Supunham, ingênuamente, que a ação do Império contra Rosas e Oribe fôra conseqüência ùnica das *aperturas de Lamas*. Não repararam que os homens de 1850 foram os mesmos que haviam tentado a intervenção em 1843, frustrada. Novamente no govêrno, com Lamas ou sem Lamas, o rompimento com a Confederação seria inevitável. A queda dos conservadores, nos primeiros dias de 1844, espaçou apenas a política que se efetivou em 1850(420).

No lance contra Rosas e Oribe a ação de Lamas, na Côrte, fôra importantíssima, mas não foi a fôrça motora, em absoluto. A recepção de Lamas em 1848 e a conseqüente repulsa de se entender o govêrno imperial com um agente de Oribe, como pretendia o ministro Saturnino, já havia sido obra dos conservadores, contrários à política do então ministro dos Negócios Estrangeiros(421).

* * *

Em Montevidéu o dr. Peña, plenipotenciário argentino, continuava as conversações com o seu amigo Silva Pontes. Era o argentino, além de culto e inteligente, amicíssimo do general Urquiza, e pretendia, agora, sinceramente, fazer com que a Confederação mantivesse com o Império relações de amizade iguais às que o ligava ao desembargador da relação do Maranhão. Por outro lado, estava imbuído do entusiasmo geral de todos quanto cer-

cavam o Libertador, pela obra, que êste intentava, de unificação do país. Para isso era essencial a paz, não sòmente na Confederação, mas ainda entre os Estados vizinhos, a que a Argentina não podia ser indiferente.

Assim, tanto para a política interna, quanto para a externa, a serem efetivadas pelo general Urquiza e pelo ministro de sua confiança, o dr. Peña, a questão dos tratados devera ser resolvida pacìficamente. A 2 de maio, em palestra com Pontes, estava êle desesperançado de conseguir o acôrdo imediato. Segundo concluíra não tinha o govêrno oriental nem boa vontade nem fôrça para se contrapor à opinião da maioria da assembléia. Entendia que o melhor seria que fizesse Honório as intimações, ao voltar de Buenos Aires, e se retirasse para o Brasil. Talvez com isso se obtivesse o novo ajuste com as modificações, a serem introduzidas.

Além disso perseverava Peña no seu modo pessoal de encarar as questões com o Uruguai. Pensava, por exemplo, que a Argentina e o Brasil deveriam, quanto antes, concluir o tratado definitivo de paz, a que se referia o tratado de 1828, mas sem a audiência do Estado Oriental. E neste tratado é que se liqüidariam as questões suscitadas nos de 12 de Outubro.

Silva Pontes não chegou a compreender inteiramente o pensamento do seu amigo plenipotenciário argentino, a não ser pensasse êle que a República do Uruguai continuava fazendo parte da Confederação. Não deixou também o brasileiro de indicar a circunstância especial em que se processava a resistência do govêrno *blanco*, engodado com a promessa de Mr. Gore, de que a Inglaterra interviria. A resistência de Castellanos, instigada agora pelo inglês, só terminaria quando se lhe desvanecesse a esperança da prometida intervenção.

Respondeu de la Peña que os *blancos* contavam também com a queda do ministério brasileiro. E espairou-se

em considerações sôbre a sua próxima viagem, dando a entender, que logo que chegasse ao Rio de Janeiro, a questão seria fàcilmente aplainada, por novo tratado. Isso dizia Peña de carta que recebera da Côrte, muito optimista, possìvelmente de Lamas(422).

Observou Pontes que tôdas as promessas, vindas do Rio de Janeiro, estavam sujeitas ao reconhecimento dos tratados. Sem êste reconhecimento não seriam admitidas as modificações. Ponderou ainda o desembargador que, feitas as intimações e terminada a missão especial, ficava o govêrno da República exposto a uma revolução. Com isso aludia Silva Pontes ao projeto de Cesar Díaz. Retrucou-lhe Peña, com calor, que tal não aconteceria. Para não acontecer, disse-lhe Pontes, seria necessário que se fizesse alguma coisa. Peña concluiu que esperava o regresso de Carneiro Leão para prosseguir as negociações. E prometeu voltar no dia seguinte a continuar a conversa(423).

Cumpriu o argentino a promessa. No dia seguinte, 3 de maio, reiniciou êle a palestra, que durou até às 4 horas da tarde. Silva Pontes estava convencido de que o amigo fazia o possível junto a Castellanos, para o *arreglo* pacífico da questão. E pasmava-se diante do resultado negativo da missão. No comêço da conversa, mostrou-lhe de la Peña minuta de carta que ia endereçar a Castellanos, em que exigia a conclusão do negócio por uma das três formas que passava a indicar. A última das formas indicadas pelo plenipotenciário argentino, que vinha ser a de a Confederação Argentina transferir para a Côrte as negociações do novo tratado, pareceu inaceitável a Pontes, por fazer preceder o ajuste com as modificações à aprovação dos tratados de 12 de Outubro. Isso para Silva Pontes era contrário às determinações de Paulino. Pareceu a Pontes ter o amigo acatado as ponderações, que fizera neste particular.

A conversa continuou no ritmo amigável de sempre. Os dois se compreenderam bem. Foi amizade que conservou o brasileiro até à morte. O dr. Peña correspondeu-a com lealdade; quer enquanto ministro, quer ainda, mais tarde, em Colônia, a dedicar-se aos seus jardins, o encontramos em um sem-número de cartas, de conversações e de confidências com Silva Pontes(424). Tinham muito de comum. E por isso as suas palestras, ainda que de diplomatas, não têm a vivacidade dos diálogos interrogativos, em que um pretendesse adivinhar o outro.

Pontes voltou, nesta conversa, a falar das intimações que seriam feitas logo que voltasse o plenipotenciário brasileiro. E notou que os efeitos de tais intimações iriam forçosamente refletir nas relações de *blancos* e *colorados*. O resultado dessa nova fase seria uma revolução, que traria outros embaraços. Assim, para êle, o melhor seria que se desse a mão a Cesar Díaz. Mostrou-se de la Peña mais uma vez contrário a êsse expediente. Ainda preferia o rompimento, pois estava convencido de que, uma vez no Rio de Janeiro, conseguiria desembrulhar o negócio. A conversa prolongou-se por muito tempo. Porém o assunto mudou. Falaram da influência inglêsa e do comportamento de Urquiza para com os inglêses(425).

XXII

No Rio de Janeiro

A resposta desabrida de Honório Hermeto, de 17 de abril, chegou à Côrte nos primeiros dias de maio. Magoou, nem podia deixar de ser assim, o ministro, que não intentara modificar a política, mas renová-la de acôrdo com a situação criada pela rejeição dos *blancos*, com o apoio de Urquiza.

Fôra êste o quadro, que, em 24 de março, colocara o plenipotenciário diante do ministro, a fim de o govêrno imperial lhe determinar a reação. A mudança, verificada no procedimento do Libertador, Honório sòmente a noticiaria a 1 de abril. Paulino conheceu-a, no Rio de Janeiro, depois de expedir o seu ofício de 5 de abril, que escandalizara Honório.

Afigurara-se ao ministro esdrúxula a rejeição partir de Castellanos, quem se comprometera várias vêzes a aceitar os tratados e, em seguida, reajustá-los por novo acôrdo, em que constassem as modificações prometidas pelo plenipotenciário. Se êste expediente seria válido para Castellanos presidente, era de se presumir que o fôssem também para Castellanos ministro.

Assim, como fôra posta a rejeição, desde o início, era de ter partido da maioria do Legislativo([426]) e nunca de Castellanos, que, havia pouco, cochichara com Honório

Hermeto das possibilidades de ser êle, D. Florentino, o presidente da República do agrado do Império.

Tudo isso estranhara Paulino, que, embora aprovasse a política do plenipotenciário, inteiramente favorável aos *blancos,* teria preferido dar mais fôrça aos *colorados* e vê-los no poder. Eram dois amigos que divergiam na maneira por que se intrometiam na política externa do país. Honório, pelo fato de ser plenipotenciário, não perdia a sua personalidade. Era o *Rei-Honório* aqui, como em outro lugar qualquer do mundo. A impersonalidade de uma política era coisa que não compreendia. Onde estivesse, estariam também as suas qualidades e seus defeitos. Os casos eram tratados, de improviso, por intuição, do mesmo modo por que os tratava na Quinta da Boa Vista, no Paço da Cidade, no Senado, no Conselho, em sua casa, na sua fazenda de *Lordelo.* Era o homem, o mesmo homem, tanto assinando um convênio, quanto podando uma roseira, com amigos e inimigos, com preferências e prevenções, amabilíssimo para uns desagradabilíssimo para outros. Era questão do momento e de pessoas.

Paulino, ao contrário, ainda que com personalidade tão marcante quanto Honório (tanto que no partido, a que os dois pertenciam, era a apinião dêle que vinha prevalecendo, não só na política externa, mas ainda no tocante à interna), tinha o dom de se despersonalizar, ou seja, de subtilizar a sua ação a ponto de que nela se não visse o homem, senão a política, política esta não menos enérgica, não menos brasileira, mas inteiramente impessoal. Se havia choque não era do homem, que se não incompatibilizava, mas da própria política, de interêsses, às vêzes, discordantes, difíceis de se reconciliarem, principalmente como aconteceu com a política externa do Brasil, intentada com vigor depois de anos de apatia, onde todos se habituaram a não encontrar resistência. Em Paulino, o que lhe marca a personalidade é a sua obra e

sua ação. Pessoalmente era modesto, incapaz, por exemplo, de sair, em um salão, a rodopiar ao som das valsas de Strauss, mesmo que o seu par fôsse a Imperatriz, como acontecia a Honório. Êste era o homem. O prestígio era de sua pessoa. Dançava, brigava, descompunha, mimava, mas sempre êle em ações de momento, contra ou a favor de um indivíduo ou de um lance político. A intuição e a inteligência bastavam-lhe politicamente, pois a sua intervenção era apenas no presente e rápida. Paulino, ao contrário, planeava, estudava, minudeava a sua ação. Pesava as probabilidades de cada um dos seus lances; escandia os têrmos em que se expressava; buscava informações; formulava hipóteses; fazia-lhes a crítica; arquitetava o futuro, tentando, não só o adivinhar, senão também o construir. É um exemplo a sua ação no ministério dos Negócios Estrangeiros, a partir de 1849. A documentação existe e prova como êle planificava o lance, desde o comêço, como ideava os acontecimentos, como modificava, adaptava os seus planos, sempre prevendo a probabilidade de uma ou outra ocorrência, a verificar-se em futuro remoto, às vêzes. Quando lhe aparecia um incidente, como a intervenção inglêsa, êle já o previra e deixara no seu esbôço político um lugar em que o encaixasse, naturalmente, como se fôra a coisa mais comezinha do mundo. O imprevisto, para Paulino, era uma probabilidade não pensada, mas que tinha de ser incluído dentro do seu plano racional. Para Honório o imprevisto era o irracional e como tal êle o tratava, tentando afastá-lo com um dos seus lances de arrogância ou de raiva.

Ao próprio Honório, referindo-se Paulino a um fato, que lhe contara terceira pessoa, dizia: "A lealdade que devo a V. Exa., como ministro e como amigo, me obriga a dizer-lhe isto". Porém, conhecendo o amigo e para evitar um choque pessoal, que iria refletir na política externa, aconselhava-o: "A minha opinião é que a nossa

posição pública nos obriga a albardar muitas vêzes coisas que, de modo algum, em outras circunstâncias, albardaríamos"(427).

Justamente o que uniu os dois foi a dessemelhança. Um completava, com a sua energia, sua audácia, para não dizer petulância, o que o outro tinha de ponderação, de timidez, senão mesmo, às vêzes, de descrença e desânimo. Honório, Vasconcelos e Tôrres, com certeza, foram os responsáveis pelas canseiras e trabalhos de Paulino. Porém, uma vez no poste, como chamava o ministério, era êle quem levava os outros a fazerem proezas, que, pouco antes, a todos se lhes antolhavam impossíveis.

Sem dúvida alguma à habilidade e à visão do ministro dos Negócios Estrangeiros é que se devia a política no Rio da Prata. Mas, nem por isso, era de se deixar de a encarar como outra qualquer política, passível de correções, desde que fôsse possível melhorá-la. O fato de ser dêle não a transformava em tabu intangível ou em dogma imutável. Visara Paulino a uma síntese, ùnicamente. Agora o meio de conseguí-la, natural que sofresse desvios, mas que se não perdesse a síntese.

A resposta de Paulino à zanga do amigo Honório foi serena. Nela não se encontra uma expressão indelicada, apenas mais vivacidade na argumentação, mais energia. "Na opinião do govêrno imperial", escrevia Paulino, "não houve mudança de política, nem abandono dos tratados, como V. Exa. diz. Pretendia habilitar-se para usar de meios coercitivos mais fortes, sem se envolver já em luta contra Urquiza (na hipótese de favorecer êle o govêrno oriental) e dar tempo a que as circunstâncias obrigassem o mesmo govêrno e a assembléia a adotarem outra vez os mesmos tratados. Se considerarmos os tratados válidos, não podemos ocupar a linha de 1819. Se considerarmos válidos, não podemos exigir o pagamento pronto das quantias que o govêrno oriental tem recebido do Brasil,

por empréstimo. Não podemos, igualmente, por falta dêsse pagamento ocupar uma porção de território daquela linha. Faltam, portanto, as principais bases dos meios coercitivos".

Além dessa explicação, para maior clareza do seu pensamento acrescentou: "Traduzirei o meu despacho de 5 de abril do modo seguinte: Não quereis os tratados, declarais inválidos, porque não foram ratificados legalmente, e quereis substituí-los por outros? Pois bem fiquem invalidados e vamos negociar. Mas, para não sermos burlados, queremos segurar-nos. Invalidados os tratados, invalidadas ficam as estipulações relativas ao modo de pagamento das quantias que nós emprestamos. Pagai-nos, portanto, com brevidade, e, quando não, ocuparemos território vosso para segurança da dívida. Pagai-nos mais as indenizações pelas violências e extorções de Oribe, etc., etc., senão ocuparemos mais território vosso. E vamos negociar assim. Nessas condições exigiríamos as estipulações que se contêm nos tratados. Não se nos diria que não havia autoridade para as ratificar".

Os resultados, segundo Paulino, seriam os mesmos, sem obrigar a que o Império rompesse imediatamente as hostilidades. "Não havia mudança de política", prosseguia Paulino. "Buscava-se outro caminho para reaver os tratados. Na hipótese de proteger Urquiza a resistência do govêrno oriental aos tratados, parece-me êste o melhor e mais seguro caminho. Porém, como esta hipótese se não dá, nenhuma dúvida tem o govêrno imperial em aprovar a maneira pela qual V. Exa. procedeu"(428).

Esta resposta, datada de 6 de maio, devera ser o último despacho a endereçar Paulino, na qualidade de ministro, a Honório Hermeto.

Havia muito o ministério solicitara demissão. O tédio e o cansaço aliaram-se a certas dificuldades políticas. Em minuciosa e interessante exposição explicaram os ministros, com franqueza, o que ocorria e solicitaram ao Imperador a demissão, no dia 15 de novembro de 1851. Não se limitaram ao presente. Buscaram no passado a razão de ser do esgotamento, em que se achavam, e que os impossibilitavam de continuar no govêrno. Êste esbôço histórico é, a meu ver, em grande parte, obra de Paulino, pois coincide com o que êle, como ministro da justiça, em 1841, já havia dito, e com o que dirá mais tarde, ao escrever os seus dois livros sôbre direito administrativo. É o quadro de 1831, depois de 7 de abril, que aparece em primeiro lugar, logo em seguida à introdução.

"Vossa Magestade Imperial", diziam os ministros, "conhece perfeitamente as dificuldades que para governar o país trouxeram as conseqüências da revolução de 7 de Abril de 1831, a fraqueza do poder das regências, a exageração das idéias liberais e a inexperiência dos homens políticos daqueles tempos. Em vez de um poder bem constituído e robusto, que tivesse fôrça necessária para dirigir com mãos firmes um país novo, inexperiente das formas representativas, na larga senda dos grandes melhoramentos sociais, que reclama, Vossa Majestade Imperial encontrou, na época em que foi declarada sua maioridade, um poder fraco, acostumado a fazer concessões e dependente de influências de localidades as mais das vêzes criadas e alimentadas pela fôrça que tiravam do mesmo govêrno"(429).

Da fraqueza do govêrno diante de tais influências nasceram precedentes injustificáveis, que ainda mais se arraigaram durante o período em que se discutiu a maioridade. O govêrno tinha que aquiescer aos pedidos daquelas influências, já colocando-lhes os sequazes nos cargos públicos, já distribuindo-lhes tôdas as honrarias.

Era êste o meio de se conservar o partido no poder, vencendo as eleições. Assim fêz o ministério da maioridade, nas eleições de 1840. O ministério de 1841 não necessitou desta traça para vencer as eleições de 1843, pois as revoluções de Barbacena e Sorocaba lhe deram o ensejo "para desmontar seus adversários nas províncias e montá-las com os homens do seu lado".

Assim, quando caíram os saquaremas, se viu o ministério de 2 de fevereiro de 1844, depois de dissolver a câmara, na necessidade de desalojar os adversários e preparar as províncias, para as próximas eleições, com elementos seus.

"Abriu-se então uma luta que dividiu ainda mais profundamente o país, que exaltou as paixões e tornou por isso indispensável um grande concurso de concessões feitas às influências eleitorais das localidades. Postas de parte outras quaisquer considerações, foi a influência eleitoral a única consultada([430]). Acreditava-se nas localidades que tal ou tal indivíduo tinha sido ou seria atendido com nomeações ou com mercês, porque tinha servido ou serviria o partido dominante. E com efeito as nomeações e as condecorações recaíram exclusivamente naqueles que prestavam tais serviços".

As conseqüências foram deploráveis de tudo isso. Reconheciam os ministros e apontavam os resultados, advindos da prepotência dos chefes políticos locais no próprio govêrno do país, com pretensões e exigências descabidas. "Isto", prosseguiam êles, "desmoralizou profundamente o país e criou novos obstáculos para governá-lo segundo as regras do justo e do honesto. Foi um terrível exemplo para o partido então decaído. Há em todos os partidos muitos homens que os seguem, não por convicções e princípios, mas por paixão ou conveniência. Era natural que esperassem que quando o seu subisse ao poder, os tratasse

com a mesma largueza com que seus adversários tinham tratado os seus".

Qualquer ministério teria de se apoiar num dos dois partidos. Não existia outra alternativa. E, em se apoiando num partido, não podia prescindir daquelas fôrças locais. "Sòmente o tempo e um sistema de justiça e imparcial honestidade (consultadas razoàvelmente e tanto quanto fôr indispensável as conveniências políticas), seguido com invariável firmeza, poderá esfriar as paixões e reduzir a suas verdadeiras proporções o antagonismo político, e convencer a nossa população de que os ministérios devem, sim, apoiar-se e ter as idéias dos partidos, mas não ser seus chefes e humildes servidores, até de caprichos e interêsses individuais".

Daí seguiram os ministros fixando a situação em que se encontravam diante daqueles precedentes. Muitos dos seus partidários cobiçavam as recompensas obtidas pelos inimigos, como prova de prestígio e de consideração. Outros, apeados pelos adversários de posições e cargos, esperavam a recompensa. "Todo o passado tornava dificílima a posição do ministério". De um lado, se não seguisse a rotina de comprar o prestígio à custa de honrarias, teria os seus dias contados. Do outro, se o aceitasse, estaria perpetuando um sistema "funesto e deplorável", que cumpria pôr têrmo.

O Imperador, "com aquela alta razão, que felizmente" possuía, fôra sempre contrário a semelhante procedimento. Só mesmo quando mal informado é que consentiu em premiar indivíduos que não mereciam. Sentira o ministério, desde os seus primeiros dias de existência, a repugnância de D. Pedro em compactuar com o arbítrio. Compreendera o pensamento, reto e honesto, do imperante, ao pretender acabar com o sistema desmoralizador, "cuja continuação abismaria o país". "E isto quando o mundo está em agitação, na época revolu-

cionária em que vivemos, quando em vez de irritar, convém acalmar".

Mas não podia deixar de lobrigar também o ministério o outro lado da medalha. Vira que, em breve, depois de liqüidado o sistema, seria êle o primeiro a sentir as conseqüências. Sem as distribuições arbitrárias dos cargos e das honrarias estava condenado a perder inteiramente o prestígio, como vinha acontecendo. E sem o prestígio, que perdia com a abolição do sistema, não tinha o ministério fôrça para enfrentar as eleições. Enquanto isso a oposição, aproveitando-se do procedimento do ministério, como de ato de fraqueza, se reorganizava "para a próxima luta eleitoral".

"Infelizmente", continuavam os ministros, "a marcha que tem levado as nossas administrações tem contribuído muito poderosamente para tornar a nossa política muito pessoal. Os ministros de Vossa Majestade Imperial resignaram-se a tudo, sobejamente compensados pela glória de serem os instrumentos para a inauguração da sábia e previdente política de Vossa Majestade Imperial — Restabelecer nos seus devidos foros o justo e o honesto — Não fazer das mercês, dos empregos e das recompensas aos servidores do Estado, ùnicamente, moeda eleitoral e meio de uma instável influência de partido — Acalmar os espíritos, reduzir o antagonismo de idéias (e a mui pouco ficaria então reduzido), o antagonismo dos partidos. E com efeito Vossa Majestade não é, não pode, não deve ser homem de partidos. A Divina Providência o fêz sòmente o homem do partido da prosperidade e da grandeza do país, que o chamou a governar. Males inveterados não se curam de pronto e Vossa Majestade Imperial terá de gastar uns poucos de ministérios antes de ser realizado completamente o seu grandioso pensamento".

O ministério já se sentia gasto. Ainda com maioria considerável nas câmaras, previa que, na sessão seguinte,

esta maioria se reduziria a ponto de lhe impossibilitar o govêrno em benefício público. Era de pensar, pois, na substituição dos ministros e de pensar com tempo suficiente, a fim de o novo gabinete poder conduzir as eleições. "Um novo ministério amorteceria a fôrça da oposição, tornaria mais calmos os espíritos, pondo-os em expectativa, adiaria muitas pretensões, cuja não satisfação acarea hoje novos adversários, e atravessaria com muito menos dificuldade, e com mais vantagem a próxima sessão legislativa e a crise das eleições".

Os ministros, depois de três anos de govêrno, já não tinham vida, calor e ânimo para enfrentarem novas lutas. Almejavam apenas repouso. Uns estavam com a saúde arruinada; outros cansados, e quase todos necessitados de se refazerem. A única coisa possível era a substituição do ministério, pois os que não estavam naqueles dois casos não podiam, agora, "depois de dois ou três anos, aceitar novos colegas, com os quais por ventura não viverão na completa harmonia, que tem constantemente reinado entre os ministros do atual gabinete".

A demissão não prejudicaria o serviço público. Reinava a tranqüilidade no país. "Não há que encetar na política exterior nova marcha, não há que dar princípio a novo plano e sistema. Seguem-se corolários inevitáveis de uma política consagrada em uma lei, e em tratados, dos quais não é possível desviar"(431).

Mas não era só, no tocante a êste passo. A política era de o Imperador dirigí-la e conservar-lhe a tradição. "Nem a política exterior pode sofrer porque ela é especialmente de Vossa Majestade Imperial, que só lhe pode dar a perpetuidade tradicional e o seguimento lógico indispensável, e que é incompatível com a instabilidade dos ministérios"(432).

Com a minudência da exposição levaram os ministros algum tempo e gastaram algumas fôlhas de papel.

Porém foi perfeito o estudo que fizeram. Pintaram e repintaram a política, inculcando-lhe os erros. Faltava o final, ou seja, apontar o desgôsto de terem sido ministros, pois sòmente a calúnia e a maledicência prevaleciam. Isso disseram êles da maneira vibrante por que haviam dito o resto. E fôra o motivo preponderante do pedido, embora não o confessassem francamente. Estavam engulhados de ouvir desaforos, asneiras e sandices. "Finalmente, Senhor", diziam êles, "não há nada que desanime e canse mais, pelas dificuldades e desgostos que o acompanham, do que o exercício do lugar de ministros entre nós. Há certas naturezas ambiciosas de poder e de honra, superiores a tôda a casta de injúrias, de injustiças e de calúnias, que resistem a essa incessante luta em que vivem os ministros nos governos organizados como o nosso, mas não é dado a todos ser assim". Mais algumas frases em refôrço do ponto principal da exposição, ou seja, de que não tinham a necessária fortaleza para atravessar "com vantagem pública a próxima sessão legislativa e a crise das eleições", terminavam por implorar a substituição do gabinete por um outro.

Eusébio de Queiroz e Paulino, os dois ministros mais visados pela oposição, saturados com as infindáveis discussões, foram os principais responsáveis pela exposição. Haviam os dois resolvido deixar o ministério, antes de se iniciar a sessão legislativa de 1852. Monte-Alegre, não só pela idade, mas também por negócios particulares, secundou-os na resolução. Os outros ministros, Rodrigues Tôrres, Vieira Tosta e Manuel Felizardo, concordaram com a demissão. O Imperador consentira; porém prefixara a data, que seria nos primeiros dias de maio, ao encontrarem-se na Côrte os políticos das províncias(433).

Os primeiros dias de maio chegaram. A 6 esperava Paulino, satisfeitíssimo o seu substituto. Os três anos de

ministro foram de trabalho insano e contínuo, que o deixara "doente, cansado e acabrunhado"(434).

Agora, já no final, lhe veio a zanga do amigo Honório e isso logo depois de ter acabado de enfrentar outra do dr. Paranhos. A belicosidade do Rio da Prata os havia contaminado. Melindrara-se o secretário da Missão Especial por ter sido nomeado, em caráter eventual, para a chefia da legação em Montevidéu. Julgou-se Paranhos diminuído com a eventualidade do cargo, queixando-se amarguradamente ao ministro, a quem atribuía a injustiça.

Ressentiu-se Paulino com semelhante queixa e explicou a Paranhos, em carta de amigo, o motivo que o levara a nomeá-lo interino, com minúcias. No final, dizia-lhe: "Para provar-lhe que não sou eu que tenho pouca confiança em V. Exa., e que antes é V. Exa. que desconfia de mim, declaro-lhe que estou pronto a dar-lhe tôdas as satisfações que quiser, para destruir a má impressão que lhe causou a tal interinidade".

Esta interinidade de Paranhos só se daria no caso de os tratados não serem aprovados e de Honório deixar Montevidéu depois de fazer as intimações. O papel de Paranhos, que êle rebaixava a de simples guardador de arquivo, era, para o ministro, importantíssimo, ainda que não fôsse brilhante. "V. Exa. não ficaria sendo depositário de arquivo", retrucava-lhe Paulino, "seria a pessoa com a qual o govêrno imperial se entenderia e que o dirigiria com suas informações e juízos, porque, rejeitados ou não os tratados, há aí tarefa muito delicada e importante"(435).

A situação, porém, em Montevidéu modificara-se completamente. Já não subsistia a razão para a interinidade. Assim, na carta seguinte, Paulino, atacado no momento de forte reumatismo, mal podendo escrever, comunicou ao secretário da Missão que o nomeara ministro residente, com cinco contos fortes anuais. E terminava a

carta, assegurando: "Apesar de muito mortificado com a sua carta, não posso deixar de confessar-me de V. Exa. am.º att.º e obr.º cr.º"(436).

Pouco depois a paz reinou entre os amigos. A carta de Paranhos, datada de 3 de maio, serenou a zanga, imediatamente(437). "As explicações de V. Exa.", respondia-lhe o ministro, "satisfizeram-me completamente e até me deram prazer, e folgo de que as minhas também satisfizessem a V. Exa.. Portanto, pondo de lado o que pudesse haver de desagradável na nossa pequena *briga*, fortaleçamos uma amizade, que muito prezo". E depois de se referir à malentendida interinidade, dizia-lhe: "Mande, portanto, V. Exa. buscar a família, na certeza de que, enquanto eu fôr ministro, não há de sair daí, salvo se quiser ou por causa mais forte do que a minha vontade".

Escrevia Paulino a 12 de maio. Agora já podia dar esta garantia. Gorara a demissão, que solicitara com tanta alegria. A 9 ou 10 de maio, aceitando D. Pedro a demissão do ministério, chamou Pimenta Bueno, que não conseguiu constituir novo gabinete. A 11 de maio chamou então o Imperador o futuro visconde de Itaboraí, ministro da Fazenda demissionário, para organizar o ministério.

Êste lance da política interna, contava-o Paulino, no dia seguinte, em algumas linhas rápidas e nervosas: "Pedimos e obtivemos (todos os ministros) as nossas demissões. O Pimenta foi chamado para organizar o ministério. Não pôde. Foi então chamado o Sr. Tôrres. Êste à vista do estado das coisas, e do que lhe expôs o Imperador, aceitou com a condição *sine qua non*, de que eu faria também parte do novo ministério. Vi-me em apuros, e passei uma hora cruel. Tornar para o inferno, quando eu acabava sair dêle. Enfim cedi, aqui estou outra vez..."

Ainda sob a impressão desagradável de ter voltado ao inferno, onde tanto se precipitariam por gôsto, acres-

centava Paulino: "Não tenho tempo para mais, e estou tão nervoso, que me custa a escrever. Por isso não escrevo ao sr. Honório..."(438).

* * *

O sr. Honório, porém, andava atarefadíssimo, por êstes dias. Concertara inteiramente as suas relações particulares com o general Urquiza. A 6 de maio já se sabia em Montevidéu, por notícias trazidas de Buenos Aires pelo *Paraense,* de que fôra "completamente renovada a *cordial entente* entre o general Urquiza e o conselheiro Honório". Esta nova não deixou de espertar nos *blancos* o desejo de contrarrestar as conseqüências de tal aliança. Para isso assentaram imediatamente de mandar a Urquiza nova missão, composta do presidente do Senado, D. Bernardo Berro, e do chefe de Polícia, D. Venâncio Flores. A missão devera ser secreta. Porém não se conteve Flores, largando o segredo a um redator de *El Oriental.* O certo é que, no dia seguinte, 6 de maio, já falava Peña ao seu amigo Silva Pontes da prometida missão dos *blancos* junto ao general Urquiza(439).

XXIII

O Tratado de 15 de Maio de 1852

A 8 de maio, enquanto regressava Honório de Montevidéu, daí saíam para Buenos-Aires, a bordo do vapor *Manuelita Rosas*, D. Bernardo Berro e D. Venâncio Flores. "Êsse passo desencontrado" dos *blancos* magoou profundamente a D. Luiz de la Peña, que nêle enxergou uma espécie de queixa que se mandava fazer a Urquiza do procedimento do seu plenipotenciário(440).

Voltou Honório no firme propósito de liqüidar ràpidamente a questão. Escreveu a Castellanos uma nota e a enviou no dia 9 de maio, depois de mostrá-la a Silva Pontes(441). O objetivo principal dessa nota foi o de avisar Castellanos de que o não esperaria indefinidamente. Relembrou-lhe as ordens que recebera do govêrno imperial, constantes da nota anterior, esclarecendo que espaçara o cumprimento de tais ordens na esperança de o ministro de la Peña conseguir aplainar as dificuldades suscitadas pelo govêrno uruguaio, apenas com os bons ofícios. Como até o dia 28 de abril, não tivesse recebido de Castellanos proposições para o término da questão, resolvera procurá-lo naquele dia, a fim de lhe dar mais uma oportunidade de se entenderem pacìficamente. Rememorou a conferência que tivera a 28 de abril, bem como o recebimento das modificações apresentadas aos tratados, pouco antes de êle, Honório, partir para Buenos Aires. Na

impossibilidade de responder pessoalmente ao uruguaio, encarregara o secretário da Missão Especial de o fazer, dando-lhe instruções não só para as modificações em que concordara, mas ainda para declarar a Castellanos, como declarara, que, ao regressar de Buenos Aires, insistiria por desfecho rápido do negócio.

Acrescentava o plenipotenciário que se encontrava em Montevidéu desde a véspera, e até à hora avançada, em que escrevia, não havia recebido convite algum para nova conferência com êle, D. Florentino. Assim aguardaria até o dia 12 de maio: se, até então, não obtivesse aviso de que os tratados seriam executados *bona fide*, daria cumprimento às ordens do govêrno imperial, às quais já se reportara no final da nota de 17 de abril([442]).

No dia 9 de maio fazia o dr. Peña, por sua vez, mais uma tentativa junto a Castellanos. Endereçou-lhe estirada carta, em que ponderava, entre outras muitas coisas, que a missão do govêrno que substituíra o da Praça de Montevidéu não podia ser a de desmoralizar e invalidar os atos dêste último, realizados para salvar a República em momentos de luta entre os partidos. Dêsses atos é que havia saído o govêrno constitucional do país. E embora se não revestissem êles dos requisitos legais, por não vigorar a Constituição, tinham de ser aceitos como fatos consumados. "Cuando el Gobierno actual", escrevia de la Peña, "recebió el poder de manos del que existia de hecho en Montevidéo, lo aceptó con todos los deberes y compromisos que este habia hecho contraer a la Republica, para sostenerse y sostener la causa que defendia; hasta que reconciliados los Orientales todos echaron un velo sobre el pasado, y se aunaron para marchar en adelante por la senda de la Constituición, de que habian totalmente prescindido por tan dilatados años".

Com ordem do seu govêrno para terminar a missão em Montevidéu, com "la mayor brevedad", finalizava de

la Peña determinando, com franqueza, a forma pela qual entendia dever concluir o negócio, que vinha a ser de garantir a Confederação Argentina tôdas as concessões acordadas com o govêrno imperial, desde que os tratados fôssem executados. "En tal estado", dizia o dr. Peña, "yo no puedo prescindir del imperioso deber de esponer a V. *confidencialmente,* que el arreglo en lo principal, y en la forma que el Gobierno Argentino encuentra equitativo y justo, para terminar la cuestíon de los tratados, y el que propondré à V. oficialmente, si fuere de su agrado que asi lo haga, es el seguinte: 1.º) Reconocer y declarar en ejecución los tratados celebrados entre esta Republica y el Brasil, 2.º) Negociar despues de esta declaración las modificaciones solicitadas por este Gobierno. Estas negociaciones serán negociadas *aqui* o en la Corte de Janeyro, segun la determinación del Gobierno Oriental"([443]).

* * *

Às três horas da tarde do dia 10 de maio, recebeu Honório resposta de Castellanos à nota, que lhe enviara na véspera. Referia-se o ministro uruguaio à feliz idéia de lhe pedir o brasileiro a conferência de 28 de abril; retificava uma data, a que aludira Honório; desculpava-se de o não ter escrito a 8, por ser dia de festa, e concluía marcando-lhe nova conferência para meia hora depois de a nota ser entregue, ou seja, às três e meia do mesmo dia 10([444]).

Nesta conferência se mostrou Castellanos "extremamente obsequioso", e com muita vontade de terminar a questão por um arranjo. Instou a que o ajudasse Honório a vencer e a anular as dificuldades que haviam impedido o govêrno da República de executar os tratados, como era

de seu desejo. Com esta ajuda ficaria êle, Castellanos, habilitado a responder a nota brasileira de 17 de abril.

Pretendia Castellanos consentisse o plenipotenciário em negociar as modificações antes de o govêrno declarar que executaria os tratados. Assim, dizia o ministro, poderia apresentar-se à Assembléia e exigir o assentimento da maioria. Recusou-se o brasileiro a aceitar-lhe o alvitre. Insistiu, porém, o uruguaio neste ponto, em "têrmos tão obsequiosos", que não pôde Honório senão lhe dizer que ia reconsiderar as proposições, que acabava de ouvir, e lhe daria resposta no dia seguinte.

À noite teve Honório conhecimento da carta que D. Luiz de la Peña escrevera, na véspera, a Castellanos. Deu-lhe o argentino cópia, depois de tê-la lido na íntegra. Aí declarara Peña que as negociações deveriam ser depois da aprovação dos tratados. Honório era também desta opinião, isto é, contrário à última proposição de Castellanos. Porém não quis decidir sòzinho e ouviu a Silva Pontes, cuja opinião era idêntica à dêle. Assim, na conferência de 11 de maio, persistiu o plenipotenciário brasileiro em que os tratados fôssem, preliminarmente, aprovados, para depois se negociarem as modificações. Castellanos ficou de responder definitivamente no dia 12 de maio, último do prazo(445).

* * *

O entendimento com Cesar Díaz continuava de pé. Ficara combinado que, se até o dia 12 não tivesse respondido Castellanos, satisfatòriamente, Honório lhe faria as intimações no dia 13. A nota, contendo as intimações, já tinha o plenipotenciário pronta e passada a limpo. No dia 13 de maio, Cesar Díaz mandaria seguir para a cam-

panha vários chefes com instruções. E na madrugada de 14 de maio rebentaria o movimento contra os *blancos*. Êstes acabaram por não comparecer à assembléia, que se não reunia por falta de número. As sessões eram noturnas, mas se no recinto os *colorados* se achavam em minoria, não acontecia o mesmo nas galerias entre os espectadores, quase todos armados, que davam apartes em altas vozes contra a maioria. Aterrados com a ameaça, deixaram-se os *blancos* ficar no sossêgo e segurança de suas casas(446).

O govêrno devera de se ter convencido da trama que se armava contra êle, pois, sem conhecimento do ministro da Guerra, providenciara o presidente Giró no sentido de contrarrestar o golpe, mandando armas e fardamentos para a campanha e ordenando a organização de fôrças(447).

Tudo, porém, seria inútil. A revolução estava bem traçada. Por isso mesmo é que o plenipotenciário brasileiro andava, por aquêles dias, nervosíssimo. Espírito conservador, por índole avêsso a revoluções e desordens, estava alí muito sem jeito, entre generais e caudilhos, mas, ìntimamente, a desejar o acôrdo.

O momento fôra de inquietação geral. Esperava-se com ansiedade que os dias 11 e 12 de maio passassem céleres, a ver o que aconteceria. Silva Pontes, no seu *Diário Reservado*, refletia a expectativa em que todos se achavam. "Se êste dia passa, e o govêrno oriental não responde como se deseja à nota do dia 9, no dia 13 se farão as intimações, segundo acaba de mo comunicar verbalmente o Sr. Carneiro Leão. Dado êste caso quais serão suas conseqüências? Obrará Cesar Díaz? Que direção dará êle ao movimento? Que resultado terá?"(448)

À noite do dia 11 mostrou Peña a Honório carta de Castellanos, que vinha empiorar a questão, dificultando-lhe o acôrdo. Dizia o ministro que mesmo no caso

de o govêrno oriental dar por válidos os tratados, isso não inibia a atual Assembléia ou a qualquer outra, que a substituísse, de discutí-los e, afinal, de tachá-los de inconstitucionais. Para nulificar esta possibilidade passou Honório a noite redigindo apontamentos com a intenção de apresentá-los no dia seguinte, na conferência, que devera ser a última, no caso de se não ajustar coisa alguma.

Solicitara Peña a Honório que lhe permitisse assistir a esta conferência, em companhia do dr. Diógenes de Urquiza. Concordara Honório e pouco antes da hora marcada para a conferência, passaram os dois argentinos a buscar o brasileiro na legação. Aproveitou Honório, enquanto esperavam, para mostrar a Peña os apontamentos que tomara durante a noite, a fim de anular a hipótese de Castellanos. Nesses apontamentos se exigia ato expresso da Assembléia, em que aprovasse os tratados. Peña observou que semelhante exigência dificultaria muito a solução, além de retardar qualquer arranjo. Para substituir esta exigência, ofereceu então a garantia da Confederação Argentina(449).

Não contava Honório com isso e perguntou ao argentino se essa garantia da Confederação era de, como aliada do Império, interferir não só moral, senão materialmente, no caso de o govêrno do Uruguai pretender mais tarde ressuscitar a questão. Respondeu-lhe de la Peña pela afirmativa: a garantia era a de aliada do Império. Sentiu-se Honório mais leve, a partir dêste momento. Era o que êle havia solicitado de Urquiza, desde fevereiro, no memorando que tanto escandalizara o general.

O pesadelo da revolução, que o afligia, ia desaparecendo. Desanuviou-se o semblante do plenipotenciário com a oferta do argentino. E, ao sair da legação imperial, neste dia 12 de maio, em companhia de D. Luiz de la Peña e do dr. Diógenes de Urquiza, fêz Honório, mentalmente, o firme propósito de ser o mais brando possível,

para evitar o lance de tragédia, premeditado para o dia 14 e as suas conseqüências, que se concretizariam, desde logo, no desembôlso de 40.000 patacões para o sustento do novo govêrno(450).

Não se afastou Honório Hermeto do seu bom propósito, durante tôda a conferência: "julguei", dizia êle, "dever facilitar o arranjo amigável da questão". Desistiu de tudo quanto havia escrito nos apontamentos da véspera. A garantia da Confederação, que Peña oferecera no derradeiro momento, passou a substituir o ato da Assembléia.

Limitou-se Castellanos, nesta conferência, a pedir que a garantia fôsse também ampliada ao caso de não concordar o govêrno imperial com as modificações prometidas pelo plenipotenciário. Depois de obter a garantia, encerrou o ministro uruguaio a conferência, declarando que ia dar conta a seu govêrno do ocorrido e receber novas ordens(451).

Na tarde dêsse dia 12 chegou a comissão Berro-Flores de Buenos-Aires, onde Urquiza não os quis ouvir. À noite, o govêrno reuniu-se em conselho, ao qual compareceram os dois emissários(452). Depois de 11 horas da noite, Cesar Díaz, que assistira à reunião, informava o plenipotenciário brasileiro de que ficara resolvida a aceitação dos tratados(453).

A 13 de maio recebia Honório a nota de Castellanos, em que êste lhe comunicava "que el Gobierno Oriental, habiendo encontrado dichos tratados ratificados por el Gobierno Provisório, canjeadas sus ratificaciones y llevados a ejecución en su mayor parte, los considera como hechos consumados cuyo respecto le interesa sostener, como continuación de la política del Gobierno Constitucional"(454).

Silva Pontes soube do final da contenda pelo amigo de la Peña, que lhe escreveu em apressado bilhete:

"Tengo el placer de anunciar a V. que el negócio de los tratados queda ya de todo ponto concluído". Pouco depois recebia Pontes a própria nota de Castellanos, que lhe mandava o plenipotenciário mostrar, para ver como fôra liqüidada a questão(455).

* * *

Faltava o complemento do acôrdo. Incumbira-se Honório de redigir o novo tratado, contendo as modificações. A 14 de maio já remetia o projeto ao dr. Peña. Neste dia houve discussão entre os três: Honório, Castellanos e de la Peña. O uruguaio exigia que a garantia da Confederação fôsse recíproca. Objetou-lhe o brasileiro que tal garantia seria inócua, no tocante ao Império, que nunca pusera em dúvida os tratados. Porém, dada a insistência de Castellanos, acabou Honório por concordar com a reciprocidade, mas modificou a redação do artigo(456).

No dia 15 de maio ainda não tinha sido dado o assentimento do brasileiro à reciprocidade da garantia. Tanto assim que falou de la Peña a Silva Pontes da dificuldade que surgira e que contava vencê-la(457). Só à tarde dêste dia é que apresentou Honório a nova redação do artigo, na qual derriscara a palavra "fôrça" e incluíra a reciprocidade da garantia. Ficou, então, definitivamente aprovada a redação do novo tratado. Do protocolo da conferência de 15 de maio fêz Castellanos constar que, entre as modificações que pretendera incluir no ajuste daquela data, figurava a da navegação em comum da lagoa Mirim. Seguiu-se a resposta de Honório, declarando que a questão poderia ser reexaminada a qualquer tempo, de conformidade com a nota do ministro dos Negócios Estrangeiros do Império a D. Andrés Lamas, ministro plenipotenciário do Uruguai no Rio de Janeiro(458).

Era êste final ainda conseqüência da rejeição. Às promessas de Honório Hermeto, reafirmadas na véspera de o ministro oriental expedir a sua nota de 23 de março, preferira D. Florentino irritar o brasileiro, na esperança de que Urquiza e Gore lhe emprestariam a fôrça, que lhe faltava, para castigar o Império. Com isso se espaçou a navegação em comum da lagoa Mirim e do rio Jaguarão por mais de meio século(459).

A 16 de maio foi traduzido para o espanhol o texto do novo tratado e passado a limpo. No dia seguinte apresentou Honório, que se incumbira da redação, o projeto de protocolo. Pretendia o brasileiro que se mantivesse a língua portuguêsa no original. Com isso arranjou outra discussão. Finalmente teve de concordar fôsse a castelhana. Nesse dia, 17 de maio, assinaram o tratado e o protocolo com data de 15, "por ter sido", dizia Honório, a 18, "o dia em que se conveio definitivamente na redação do tratado, que de fato sòmente ontem foi assinado"(460).

Ainda a 17 partiu para Buenos-Aires o *Paraense*, com os doutores Paranhos e Diógenes de Urquiza, que levavam o ato de garantia à ratificação do general Urquiza(461).

Passado o pesadelo, contava Honório a Paulino, minuciosamente, a maneira por que se desenrolaram os últimos sucessos, explicando-lhes assim a rapidez: "O mêdo foi quem maior influência exerceu sôbre os *blancos* para a aceitação dos tratados"(462). A fôrça, que supunham ter para golpear o Brasil, fôra aos poucos definhando. Com ela a segurança da posição, que haviam assumido, se desvanecera completamente. Suspeitaram, no comêço, e se convenceram, afinal, de que tramavam

contra êles movimento paralelo ao que maquinavam contra o Brasil. Para evitá-lo é que aceleraram o ajuste. E, em oito dias, fizeram mal aquilo que, durante meses, se negaram a fazer em condições muito melhores.

Mandava Honório ao ministro a minuta de extensa nota, que se destinava a Castellanos e teria a data de 13 de maio, com as intimações aos *blancos*. As negociações e o tratado de 15 de maio tinham-na inutilizado. Porém, enviava como documento histórico. E histórica teria sido também a madrugada de 14 de maio, em que devera de irromper o movimento contra os *blancos*. O evitar êsses fastos, dizia Honório, com franqueza, aliviara-o de imensa responsabilidade: "Apesar de todos os preparativos, eu estava muito inquieto e incomodado"(463). Teria sido, na verdade, a aventura mais surpreendente da vida do futuro Marquês de Paraná, tôda ela contrária à fôrça armada, a golpes de estado e a lances de revoltosos.

* * *

Esperou Honório, com impaciência, o regresso do dr. Paranhos com a ratificação. Havia muito esperava ansioso pela volta ao Brasil. Não o agradara o frio de Montevidéu. "Estou ansioso", repetia êle a Paulino, "pelo momento de voltar, e quase estou arrependido de ter mandado o *Paraense* a Buenos Aires"(464).

Mas não se fêz esperar muito tempo o dr. Paranhos. A 22 de maio desembarcava de volta a Montevidéu, com a ratificação de Urquiza. Nesse mesmo dia pediu Honório que se lhe marcasse a data para a apresentação da recredencial. Foi-lhe fixado o dia 26(465).

Pelo *Paraense*, chegara também carta do general Urquiza, em que êste se despedia do plenipotenciário bra-

sileiro, em têrmos delicadíssimos e lisongeiros. Voltara o entrerriano a tratá-lo: "Señor Consejero y amigo". Nesta carta, depois de se referir ao desfêcho da questão dos tratados, e satisfeito com os agradecimentos de Honório, "benevolas espresiones, que me han llenado la mas viva satisfación", terminava o Libertador: "solo me resta felicitar a V. E. por aquellos resultados, y porque vá a regresar a su pais despues de haber llenado honrosa y satisfactoriamente la misión que el ilustrado Gobierno de S. M. Imperial confió a su patriotismo y tino político..."(466).

Depois de Urquiza faltava a Honório defrontar com o presidente Giró. Simpatizara-se o brasileiro com Giró, lamentando não ter êle possibilidade de efetivar o seu pensamento de paz, levado pelo dr. Acevedo e pelo ministro Castellanos, mais pelo mêdo que, pròpriamente, pela admiração. Polìticamente cambara Honório, guiado por D. Manuel Herrera y Obes, para os *blancos* e não para os *colorados*. Dera 20.000 patacões para a eleição, que redundara na vitória dos *blancos*, e impedira o golpe dos *colorados*, em dezembro, quando êstes pretendiam anular as eleições. Só no final se aliou aos *colorados*, mais por necessidade que por simpatia. Mas, em breve, voltou-se para os *blancos* e ainda o encontramos favorável, inteiramente ao partido e ao presidente Giró, um ano depois, já na presidência do conselho. Outro teria sido o desfêcho do golpe de setembro de 1853, se Honório tivesse subido ao poder um ou dois meses antes. Neste particular era êle contrário a Paulino e a Paranhos, propensos ambos a verem nos *colorados* os amigos do Brasil, em contraposição aos *blancos*(467).

Agora, em Montevidéu, já quase no momento de partir, a espera o atormentava. Assim foi com prazer que viu chegar o dia 26 de maio. Enverga o fardão de gala, de conselheiro de estado, e ruma para o *Forte*, ao meio dia em ponto. À porta uma guarda de infantaria o espera. No

salão, além do presidente Giró, estão os ministros das Relações Exteriores e da Fazenda.

Honório, depois dos cumprimentos e de entregar a sua recredencial, lê o discurso de despedida. É o elogio à resistência contra a tirania e contra o arbítrio, que, durante anos, representara a Defesa de Montevidéu, que o plenipotenciário faz. Aquêle govêrno, que não passara de sombra de govêrno, crescera como símbolo e se projetara longe, por todo o mundo civilizado, que vê nas sociedades humanas a comunhão de pessoas pelo pensamento e pela compreensão, fundadas na justiça e no direito, e não na prepotência de um homem, que se sobrepõe aos outros, endeusado e bajulado, governando ao sabor do trabuque.

"O govêrno provisório", diz Honório, ao despedir-se, "que, encerrado dentro dos muros de Montevidéu, impossibilitou com uma resistência heróica que se estendesse sôbre tôda esta República o funesto domínio da tirania, que pesava sôbre a margem direita do Prata, preparou elementos e deu ocasião para se realizarem as alianças que produziram a situação atual desta República e da Confederação Argentina. Êsse govêrno fêz-se credor da gratidão das repúblicas do Prata e dos louvores do mundo civilizado; e é meu dever renovar-lhe nesta ocasião a homenagem de meu profundo respeito".

Depois de repassar o que fôra Montevidéu durante o sítio, e o que representara a sua defesa, volta Honório ao presente e diz que a missão do presidente Giró não era menos importante, por lhe caber a reconstrução da República, reparar os males causados por tantos anos de luta, "consolidar e desenvolver a herança de paz e civilização, que recebeu do seu antecessor".

Respondeu Giró em discurso de cortesia, no qual se reportou aos tratados de 12 de Outubro e ao de 15 de Maio. Porém, no momento, o principal foi o que dissera o brasileiro da administração de Suárez, não nas suas ne-

cessidades comezinhas da vida vegetativa de um govêrno, mas no que existe de eterno e imperecível entre os homens, que é a crença em um ideal de vida mais digna e mais humana(468).

* * *

Às duas horas da tarde de 27 de maio, embarcou Honório Hermeto no *Paraense*. Entre os presentes, que o levaram até o cais, estava D. Luiz de la Peña. Arrependido, talvez, do juízo apressado que fizera do mineiro de Jacuí, e êste do que dissera do argentino, despediram-se afetuosamente. A bordo estava o almirante Grenfell, a recebê-lo, cercado dos comandantes brasileiros, na maior parte gente nossa que estivera em Tonelero. A corveta *Baiana* salvou a ilustre personagem, desinteressadamente, por se não prever então que seria Honório, em futuro relativamente próximo, o homem de amanhã.

Meia hora depois, seguia para o Rio de Janeiro o *Paraense*, sob o comando do capitão-tenente Manuel Maria Bulhões Ribeiro. Em Santa Catarina arribou o vapor para abastecer-se de carvão, e a 6 de junho aportava à Guanabara, trazendo de volta o conselheiro Honório Hermeto Carneiro Leão, da aventura mais complicada em que o metera o senhor Paulino, como a carta viva dos saquaremas(469).

Temos aqui de fazer ponto final à Missão Especial, que foi apenas um passo na infinidade de passos já dados e nos que iriam ser dados depois. A história é o constante perpassar da vida. Não para nunca e é sempre com formas e coloridos novos que se nos apresenta. A Missão Especial, assim, é um instantâneo, que conseguimos focar, mas sempre ligado ao passado e ao futuro. Embora se nos afigure um momento particular, é, no entanto, uma fase dessa imensa síntese, que é a história.

Mas, já que trouxemos de volta o plenipotenciário até a sua chácara no caminho Novo de Botafogo, é natural que vejamos qual o destino daqueles dois brasileiros, que muito o ajudaram. Rodrigo de Souza da Silva Pontes permaneceu poucos dias mais em Montevidéu. A 31 de maio entregou, por sua vez, a recredencial, ao presidente Giró, e, imediatamente, seguiu para Buenos Aires, a ocupar o cargo de ministro plenipotenciário. José Maria da Silva Paranhos substituiu o desembargador em Montevidéu, como ministro residente. E iniciou então correspondência interessantíssima com Paulino, demonstrando-se, neste particular, digno continuador da conversa que Silva Pontes vinha mantendo, invàriavelmente, com todos os ministros, desde 1845.

A 18 de julho encerrava Paulino a última página do lance contra o ditador Rosas, escrevendo a Paranhos: "O Sr. Honório foi feito visconde, o Sr. Limpo de Abreu, Grã-Cruz, o Sr. Rodrigues Pontes dignitário da Rosa e V. Exa. comendador da mesma ordem. Não me satisfez êste último despacho, tendo-me lembrado de outra coisa, mas V. Exa. está no caminho das honras, e o que não vier hoje, virá amanhã"(470).

NOTAS

(1) Instruções de 22/10/851, Paulino a Honório, *in* Arquivo do Visconde do Uruguai (A. V. U.).

(2) José Antônio Soares de Souza: *A vida do Visconde do Uruguai*, págs. 243 a 370 (Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1944).

(3) Carta de 20/10/851, *in* Arquivo Particular de Silva Pontes, Arquivo Histórico do Itamarati (A. H. I.).

(4) *Diário de um Presidente* (1842-1843), *in* Arquivo Particular de Silva Pontes, *cit.*.

(5) A. V. U. Duarte da Ponte Ribeiro, que conhecia bem o desembargador, com quem tivera, em certa época, um desaguisado epistolar, escrevia a Azambuja, Oficial-Maior, indagando-lhe: "A que foi o Senhor Honório a Montevidéu? Iria tratar de limites com Montevidéu? Que ciumes não terá Souza Pontes?" (Carta de 7/1/852, A. H. I.).

(6) Conf. de 25/9/850, *in Despachos Reservados e Confidenciais de 1848 a 1852* (A. H. I., 119/1/6), e Conf. de 14/10/850, *in* A. V. U..

(7) Paulino, discurso na sessão de 18/2/850 (*Anais da Câmara dos Deputados*, 1850, pág. 600) e Conf. de 19/3/850 (*Despachos Reservados e Confidenciais*, cit.).

(8) Honório escreveu a 7/10/851: "esperarei ansioso o Paquete que pode chegar em Janeiro para ler a impressão que fizeram os tratados, que espero nos seja completamente favorável". (A. V. U.)

(9) *Despachos Reservados e Confidenciais, cit.*, Conf. de 22/10/851, *post-scriptum*.

(10) *In* A. V. U. O *Prince* chegou ao Rio de Janeiro a 12/10. Curvelo d'Avilla, em carta de 13/10/851, dizia a Silva Pontes: "Pelo *Prince*, entrado ontem às 8 horas da manhã somos hoje sabedores das felizes notícias dêsse desgraçado país até o dia 6 do corrente". (Antônio Joaquim Curvelo d'Avilla fôra comandante do *Golfinho*). É de se transcrever aqui outro passo de Curvelo sôbre a guerra

e a dança, na Côrte: "todos se dedicam a bailes, filarmônicas, "schottischer", etc.. Isto de guerra com o estrangeiro e insulto pelos inglêses etc. são coisas que não fazem diminuir um passo figurado do mais mal dançado "schottischer". Limpo de Abreu confirma a data da chegada do *Prince*, escrevendo a Pontes, no dia 12: "Chegou hoje muito cedo o vapor inglês de Montevidéu, e congratulo-me com V. Exa. pelo desfêcho dos acontecimentos". (*In* Arquivo Particular de Silva Pontes, *cit.*).

(11) Cartas de Paulino, *in* Museu Imperial de Petrópolis, e carta do Imperador, *in* A. H. I.

(12) *Jornal do Comércio*, de 17, 21, 22 e 24/10/851.

(13) Carta de Lamas a Herrera, de 13/10/851, *in Correspondencia del doctor Manuel Herrera y Obes — Diplomacia de la Defensa de Montevideo*, pág. 71, Tomo IV (Est. Gráfico de A. de Martino, Buenos-Aires, 1919). Carta de Antônio Joaquim Curvelo d'Avilla, 28/9/851, *in* Arquivo Particular de Silva Pontes. O boato da dissolução do gabinete tinha fundamento. O ministério, pouco depois, a 15/11/851 pedia demissão.

(14) *Despachos Reservados e Confidenciais, cit.*, Confs. de 21 e 22/10/851.

(15) *Ibid.*, Conf. 12/11/851.

(16) *Diário de Campanha ou Itinerário de marcha do Exército na campanha de 1851-1852, apud* Genserico de Vasconcelos, *História Militar do Brasil, Introdução*, págs. 436 e 449 (Imprensa Militar, Rio de Janeiro, 1922).

(17) *Missão Especial do Conselheiro Honório Hermeto Carneiro Leão, de 1851 a 1852, no Rio da Prata* (A. H. I., 272/1/1), Reservado n.º 1, de 4/11/851. Parece-me que o motivo principal de se inculcar Caxias como responsável pela Missão Especial foi o de se ter propalado, no Exército Brasileiro em campanha, o boato de se achar Honório em Montevidéu a 1 de outubro de 1851, nomeado para tratar a questão de limites com o govêrno de Montevidéu. Isto consta do *Diário de Campanha, cit.* (*apud* Genserico de Vasconcelos, *op. cit.*, pág. 423). Confundira-se a nomeação para negociar no Rio de Janeiro, juntamente com Limpo de Abreu, os tratados que foram assinados a 12 de outubro, transformando-a em missão junto ao govêrno da Praça. Dessa confusão nasceu o boato da exigência de Caxias, quando um mês depois apareceu Honório no Rio da Prata. Porém o próprio Caxias afasta a probabilidade dessa versão, ao referir-se à diplomacia do seu amigo Honório, em carta a Marques de Souza, de 26/2/852, *in Arquivo* Nacional, publicada no *Jornal do Comércio*, de 29/9/950. Há uma carta de

Pedro Chaves, futuro barão de Quaraim, então deputado geral, que comprova o fato de se ignorar no Rio da Prata e no Rio Grande do Sul a missão de Honório, antes de êle chegar a Montevidéu. Silva Pontes (presumo eu) escreveu a Pedro Chaves, a indagar-lhe desde quando se sabia em Pôrto Alegre, onde o amigo estava, da existência da Missão Especial. Chaves respondeu-lhe de Pôrto Alegre, a 11 de novembro de 1851, na suposição de que fornecia elementos a Silva Pontes para a briga, que iniciara, com o govêrno por causa da missão. Foi o seguinte o que êle escreveu: "A missão do Sr. Honório era aqui sabida desde o vapor passado e veio a notícia por Montevidéu. Também não há aqui quem ignore que a guerra não era só com Oribe, mas também com Rosas, e que finda a questão de Montevidéu o nosso Exército ou parte dêle teria de passar o Paraná. Entretanto o nosso Encarregado em Montevidéu não tinha certeza destas coisas! Estas reservas do govêrno não explicam a nomeação do Sr. Honório? Quis se deixar para outro as honras e não foi V. Exa. inteiramente posto de parte por não poder ser desprezada a sua experiência e seus conselhos... Dê-me todos os esclarecimentos para eu poder falar na Câmara, certo de que não abusarei a sua confiança". (*In* A. H. I.). A carta ainda que feita para exacerbar os melindres do desembargador, teve, parece-me pelo final da briga, efeito contrário. Em primeiro lugar comprovava o fato de se ignorar a existência da Missão Especial, antes da chegada de Honório. Em Pôrto-Alegre chegara a notícia, por via de Montevidéu, entre 6 a 8 ("desde o vápor passado"). Só depois de arribar o *Imperador*, a 31 de outubro, que a notícia podia ter seguido para Pôrto-Alegre. De 31 de outubro a 6 ou 7 de novembro havia tempo suficiente de se remeter a notícia e de chegar ao seu destino. O segundo período de Chaves não tinha o menor fundamento. Silva Pontes conhecia perfeitamente o pensamento do govêrno imperial. Por motivo da intervenção inglêsa, que pairava ameaçadora, é que a guerra contra Rosas teve de se dividir em duas fases distintas: uma contra Oribe e outra contra Rosas. Só depois de terminada a primeira e de declarada a guerra ao Império pelo ditador, em conseqüência da primeira fase, é que se determinou a segunda fase. Antes não era possível fazer. Silva Pontes, melhor do que ninguém, sabia de tudo isso pelas minuciosas e extensas confidenciais de Paulino.

(18) *Missão Especial, cit.*, Res. n.º 1, 4/11/851. O *Comércio del Plata* diz ter Honório chegado às seis horas da tarde e refere-se ao fato de ter o *Imperador* passado o *Centaur* no caminho. (Ns. de 1/11/851 e segs.).

(19) Silva Pontes, Confs. de 4 e 18/6 e 5/7/851, *in* A. V. U.

(20) *Missão Especial, cit.*, Honório, Res. n.º 8, 16/11/851.

(21) *Ibid.*, Res. n.º 1, *cit.*.

(22) *Comércio del Plata*, n.º de 2/11/851.

(23) Deduzo isso do seguinte passo de Herrera: "Llegó el Sr. Carneiro Leão el 2 a la oración". (Carta de 5/11/851, *in Diplomacia de la Defensa*, Tomo IV, cit., pág. 75). Êsse "el 2 a la oración" não podia referir-se à chegada de Honório ao pôrto de Montevidéu, senão ao desembarque na cidade. Porém continuou Herrera: "imediatamente tuve el gusto de verle a bordo de *Alfonso*, donde se encontraba el general Urquiza de pasage para Entre Rios". A 2 de novembro já se não encontrava Urquiza no pôrto de Montevidéu. Desde a véspera partira o general, a bordo do *Afonso*. Assim confundiu Herrera a data do desembarque de Honório com a da chegada. Esta foi, não há dúvida alguma a 31 de outubro, ao anoitecer, como disse Honório (Res. n.º 1, *cit.*), ou, mais precisamente, às seis horas da tarde, como anotou o *Comercio del Plata* (n.º 1/11/851). A 1 de dezembro já recebia Caxias a comunicação de Pontes sôbre a chegada de Honório. (*Diário de Campanha, cit., apud* Genserico de Vasconcelos, *op. cit.*, pág. 436). Devoize, cônsul francês em Montevidéu, sempre hostil e muito mal informado, dizia, em ofício de 6/11/851, que Honório chegara a 4/11/851, o que não era verdade. (In Mateo J. Magariños de Mello, *Informes Diplomáticos de los representantes de de Francia en el Uruguay (1851-1853)*, *Revista Histórica*, Tomo XVII, Ns. 49 e 50, pág. 198 (Montevidéu, dezembro de 1951). São interessantes os depoimentos de Herrera e Devoize sôbre a chegada de Honório, que testemunharam e mencionaram nas suas correspondências. Porém não coincidem entre êles, nem determinam a data verdadeira. E isso em relação a um fato que não tinham, ao menos aparentemente, interêsse de não declarar a verdade. Lembra-me o que escreveu José Honório Rodrigues: "O historiador não só perguntará se o testemunho é falso ou verdadeiro. Perguntará também o que quis dizer o autor, o que é, no fundo, todo o problema da crítica histórica..." (*Teoria da História do Brasil*, pág. 110. Instituto Progresso Editorial S. A. — São Paulo, 1949). Pierre Vendryès, em síntese perfeita, escreveu: "Même sincère, un témoin èst toujours sujet à caution". (*De la probabilité en histoire*, pág. 276, Albin Michel, Paris, 1952).

(24) Honório, Res. n.º 1, *cit.*.

(25) *Missão Especial, cit.*, Honório, Res. n.º 3, 5/11/851. *Chronica dos gloriosos e memoráveis acontecimentos que tiveram lugar na cruzada da Aliança Americana contra a opressão das Re-*

públicas do Prata, pág. 182 (obra pertencente à Biblioteca Nacional). *Comércio del Plata*, n.º de 6/11/851.

(26) *Missão Especial, cit., Confs.* de 19 e 20/12/851 (A.H.I. 272/1/2). Na de 20, Honório dizia: "O presidente Suárez, que em 1842 era proprietário abastado, pois possuía cêrca de 80 léguas de campo povoado com gado, várias propriedades de casas nesta cidade, e dinheiro em caixa, se acha hoje falto de recursos pois, conquanto tenha ainda campos, estão êsses despovoados: todos os prédios foram vendidos com exceção de três, que estão obrigados por empréstimos. Em todo o tempo do seu govêrno, diz êle e um genro, com quem tenho relações, que não recebera ordenados, e que emprestara ao govêrno dinheiro que tinha em caixa, e o que recebeu por alguns prédios, que vendeu, na importância de cento e sessenta mil patacões".

(27) *Comércio del Plata*, de 6/11/851. Devoize, em *post-scriptum* ao ofício de 6/11/851, diz que Honório "apresentou esta manhã suas credenciais". (Mateo J. Magariños de Mello, *Informes Diplomáticos*, cit., pág. 199). Isso também não era verdade, pois o brasileiro apresentou a carta credencial a 5 a uma hora da tarde. O francês não se dava o trabalho de ler os jornais da terra; do contrário teria lido no *Comercio del Plata* a descrição da entrega das credenciais pelo diplomata brasileiro.

(28) *Comércio del Plata*, 12/11/851; *Diário de Campanha, apud* Genserico de Vasconcelos, *op. cit.*, págs. 438 a 450, Provisão de 15/2/843, *in Coleção das Leis e Decretos do Império do Brasil, desde a feliz época da sua Independência, obra dedicada à Assembléia Legislativa, Sessão de 1843*, págs. 33 a 38, Tomo XVIII, Rio de Janeiro, Tip. Imp. e Cont. de J. Villeneuve e Comp. 1844).

(29) *Missão Especial, cit.*, Honório, Conf. 16/11/851.

(30) *Ibid.*, Honório, Res. n.º 1, *cit.*.

(31) *Ibid.*, Diógenes de Urquiza, nota de 8/11/851 (cópia autenticada por José Maria da Silva Paranhos, anexa ao Res. n.º 4, de 15/11/851), e nota de 24/10/851 a Pontes, original *in A. H. I.*, 420/4/114.

(32) *Missão Especial, cit.*, Conf. 16/11/851.

(33) O convênio de 21/11/851 vem publicado no *Anexo F*, págs. 38 a 44, *Relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros, de 1852*, apresentado pelo ministro Paulino José Soares de Souza (Rio de Janeiro, Tip. Universal, 1852). O dr. Diógenes de Urquiza, filho do General Urquiza, estivera no Brasil estudando, até 1844, no Colégio de João Henrique Freese, em Nova Friburgo (Beatriz Bosch, *Urquiza — Gobernador de Entre Rios, 1842-1852*,

pág. 77, Paraná, 1940, e em carta de 8/6/951, que me deu a honra de escrever). Nesta carta a ilustre historiadora argentina dá as seguintes indicações sôbre a atividade do colégio: "Se enseñava allí: inglés, francés, portugués, historia, dibujo, aritmética, geografía, comércio. Saco estos informes de una carta de él (Diógenes) mismo a su padre fechada así: "Nueva Friburgo, 20 de febrero de 1843", a los 17 días de su llegada a Rio de Janeiro. Permaneció en ese colegio hasta fines de 1844". Encontra-se interessante referência ao *Instituto Colegial*, como se chamava o colégio de Freese, no livro de D. P. Kidder e J. C. Fletcher, *O Brasil e os Brasileiros*, Vol. 1.º, pág. 342 (trad. de Elias Doliante, Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1941). Porém é o Dr. Hermann Burmeister, em *Viagem ao Brasil*, (pág. 94, trad. de Manuel Salvaterra e Hubert Schoenfeldt, Livr. Martins Editora, S.A.) quem nos dá minuciosa e importante descrição não só do colégio, mas ainda do diretor. Sabemos, assim, a localização do estabelecimento: "O grande conjunto de edifícios", escreveu Burmeister, "do mesmo está situado um pouco fora da cidade, ao pé de uma colina coberta de mato, que lhe pertence. É formado por uma série de construções em redor de um espaçoso pátio, onde se encontram as moradas dos professores, as salas de aulas e os dormitórios dos alunos". Em 1850, quando o conheceu Burmeister, já o Instituto sentia a concorrência do colégio de Petrópolis. De 80 alunos passou a ter 60. Freese devera de se ter instalado em Friburgo de 1839 a 40, pois, de 1835 a 1838, foi contratante de obras públicas provinciais no município de Campos. O *Jornal do Comércio*, de 9/1/850, traz longa relação dos alunos premiados no *Instituto Colegial* de Nova Friburgo. Porém a publicação constante do *Diário do Rio de Janeiro*, de 10/1/844, n.º 6.519, tem maior interêsse, por confirmar o que nos escreveu, sôbre Diógenes de Urquiza, a historiadora Beatriz Bosch. Lê-se o seguinte, na citada publicação: "Instituto de Nova Friburgo — No exame semestral a que se procedeu em os dias 26, 27, 28 e 29 de dezembro p.p. (1843) no Instituto de Nova Friburgo, em presença de várias pessoas da Côrte, e de outras residentes na vila, foram premiados em testemunho de sua boa conduta, diligência nos estudos, e por seu bom desempenho nas classes em que foram examinados, os seguintes alunos, a saber: Prêmio da Primeira Ordem: os senhores: Barnabé Francisco Vaz Carvalho Júnior, Luís Jacome de Abreu Souza, Diógenes de Urquiza..." Em quinze alunos desta ordem, o filho do General Urquiza conseguia o terceiro lugar, o que era sem dúvida, uma ótima classificação. As matérias ensinadas, podemos ver do seguinte passo da publicação: "Os objetos dos exames foram os seguintes: a Doutrina Cristã, Católica e Apostólica Romana e o

Evangelho; caligrafia e desenho. As línguas latina, portuguêsa, inglêsa, francêsa e alemã. A aritmética até cálculos comerciais, por equações, quebrados, decimais e logaritmos. Os princípios de álgebra, geometria e filosofia. Os elementos do comércio e a contabilidade mercantil. A geografia, a história e a astronomia. A classe de despertar o entendimento". A publicação trazia o resultado dos outros prêmios e estava assinada por John H. Freese, diretor e lente, e mais outros três lentes: Abbé Vivian, João J. Correia da Silva e J. A. Van Nyvel. Em 1844 se vendiam em casa de Agostinho Freitas Guimarães e Comp., rua do Sabão 26, as seguintes obras de Freese: "Elemento de conversação, nas línguas portuguêsa, francêsa, inglêsa e alemã; "Primeiro Livro de Artimética"; "Compêndio de Geografia e História", e "Instruções inocentes e doutrinais, em contos e divertimentos". (*Jornal do Comércio*, de 1/5/844).

(34) *Despachos Reservados e Confidenciais de 1849 a 1852, cit.*,

(35) Paulino, *Relatório de 1852, cit.*, págs. XXIV e XXV.

(36) O original desta confidencial está no A. H. I., *in Legação em Buenos-Aires — Correspondência Geral — Recebida — 1851-1852.* Êste documento deveria estar arquivado entre os *Despachos Reservados e Confidenciais de 1849 a 1852, cit.*, ou, o que seria preferível, no Arquivo Particular de Silva Pontes, onde todos êsses documentos deviam de se encontrar originàriamente. No meu trabalho: *O general Urquiza e o Brasil* (Rev. do Inst. Hist. e Geogr. Brasileiro, Vol. 206) dou fotocópia desta confidencial.

(37) Arquivo Particular do Visconde de Cabo Frio (A. H. I.). Transcrevo esta carta no Anexo I, págs. 59 e 60, do meu cit. trabalho: *O general Urquiza e o Brasil.*

(38) Conf. de 5/11/851, *cit.* em nota 34.

(39) Instruções de 22/11/851, *cit.*, em nota 1.

(40) Artigo Adicional, assinado a 25 de dezembro de 1851, *vide*: Paulino, *Relatório de 1852, cit., Anexo F*, págs. 45 e 46.

(41) As transcrições, que faço neste capítulo, de vários passos da correspondência de Honório, desde que não tenham outra indicação, são do Res. n.º 9, 26/11/851, *in Missão Especial, cit.*.

(42) *Diplomacia de la Defensa, cit.*, Tomo IV, pág. 75.

(43) *Missão Especial, cit.*, Res. 20/12/851 e Conf. 30/12/851.

(44) *Ibid.*, Conf. de 16/11/851.

(45) *Ibid.*, Confs. de 16/11/851 e 22/1/852, e cópia das

notas trocadas entre Honório e Herrera sôbre o empréstimo, inclusive minuta de contrato.

(46) *Ibid.*, Conf., *cit.*, de 16/11/851.

(47) *Ibid.*.

(48) *Ibid.*.

(49) Instruções de 22/11/851, *cit.* em nota 1.

(50) Honório, Res. n.º 9, *cit.* em nota 41, e *Crônica dos gloriosos e memoráveis acontecimentos, cit.*, pág. 182.

(51) José Berges, *Diários* de 1851-1852, *ms. in* Coleção Visconde de Rio-Branco, I-29, 28, 18 (Biblioteca Nacional).

(52) *Crônica dos gloriosos e memoráveis acontecimentos, cit.*, pág. 183; e credencial de 20/10/851, cópia *in Missão Especial, cit.*. Da mesma maneira se dirigia o Imperador ao presidente López do Paraguai (Coleção Visconde de Rio-Branco, *cit.*, I-29, 29, 23). Em junho de 1851, a respeito de uma carta do príncipe Luiz Napoleão, Paulino mandava, talvez à pessoa incumbida da resposta, um formulário para as cartas do Imperador aos presidentes de República. Essas cartas eram em papel de decreto, "fechadas como cartas particulares, com pontas seladas com o sêlo pequeno das armas do Império, margem de dois dedos, pouco mais ou menos". Iniciavam-se com: "D. Pedro II, Imperador etc. Envia muito saudar ao Grande e Bom amigo o Ilustre Presidente da República..." Por fêcho depois da repetição do "Ilustre Presidente", continha o final então usado: "Nosso Senhor Vos Haja em Sua Santa Guarda". Na carta em que remetia Paulino o formulário, dizia não existir assunto análogo ao da carta do príncipe Napoleão ao Imperador, porém mandava cópia de carta de D. Pedro II ao presidente do México, D. Mariano Arista, em resposta à que lhe dirigira, comunicando a sua elevação ao cargo supremo da República. Esta carta começava assim: "D. Pedro II, Imperador Constitucional e Defensor Perpétuo do Brasil etc. Envia muito saudar ao Grande e Bom Amigo o ilustre Presidente dos Estados Unidos Mexicanos, General D. Mariano Arista, que muito Estimo e Prezo..." (Cópia *in* A. H. I.). A carta credencial a Urquiza, governador de Entre-Rios, foi escrita no estilo das cartas aos presidentes de República.

(53) *Missão Especial, cit.*, Conf. de 28/I/852.

(54) José Berges, *Diários, cit.*.

(55) Carta de 30/11/851, *in* A. H. I., 420/4/114.

(56) Grenfell devera ter partido a 30 de novembro. Foi êle quem levou a carta de Urquiza a Pontes, citada em nota 55.

(Silva Pontes, *Diário Reservado*, anexo à Conf. de 5/12/851, A. V. U.).

(57) José Berges, *Diários, cit.*.

(58) *Missão Especial, cit.*, cópia anexa ao Res. n.º 14, 5/12/851; *Diário do Marechal Conde de Caxias*, publicação do Arquivo Nacional, *in Jornal do Comércio*, de setembro a outubro de 1950, e *Crônica dos gloriosos e memoráveis acontecimentos, etc.*, pág. 184.

(59) *Missão Especial, cit.*, cópia autenticada pelo secretário, José Maria da Silva Paranhos, anexa à Conf. de 22/12/851.

(60) José Berges, *Diários, cit.*, e carta do presidente López a Paulino, de 5/9/851, *in* A. H. I..

(61) José Berges, *Diários, cit., e Razon del din.º gastado;* presidente López, Instruções de 25/10/851, *in* Coleção Visconde do Rio-Branco, cit., I-29, 28, 18, ns. 5 a 23; e Silva Pontes, *Diário Reservado, cit.*, dia 4/12/851. Sôbre o convênio assinado por Berges, em Gualeguaichu, *vide*: Paulino, *Relatório de 1852*, cit., págs. XXVII e XXVIII, e correspondência de Paulino com o presidente López, que cito no capítulo seguinte.

(62) A presença de Berges em Entre-Rios e Montevidéu tornou inteiramente desnecessária a ida de Honório Hermeto a Assunção.

(63) *Missão Especial, cit.*, minutas do ministro Paulino (A. H. I., 27/1/4).

(64) Cópia autenticada pelo oficial-maior da Secretaria, Joaquim Maria Nascentes d'Azambuja, *in Correspondência Particular, Reservada e Confidencial do Conselheiro Paulino J. S. de Souza* (Assunção) A. H. I..

(65) *In* A. H. I..

(66) Pereira Leal, ofício a Limpo de Abreu, de 25/11/853, Rio de Janeiro, *in Assunção, ofícios — 1853*, A. H. I..

(67) Devo esta indicação ao Dr. Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho.

(68) *Missão Especial, cit.*, Conf. 16/11/851.

(69) Coleção Visconde de Rio-Branco, *cit.*.

(70) *Buenos-Aires, Ofícios — 1843*, Ponte Ribeiro, Ofs. de 25/10 e 20/11, *in* A. H. I.. *Vide*: José Antônio Soares de Souza, *Um diplomata do Império*, págs. 336 a 340, Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1952.

(71) Carta de 21/11/843, *in* Coleção Visconde de Rio-Branco, *cit.*.

(72) Paulino, *Relatório de 1852, cit.*, pág. XIX.

(73) O desenlace, a que se referia López, era o que todos supunham ocorresse no momento em conseqüência da ratificação dos tratados Leprédour. A ratificação, porém, não se verificou.

(74) Cartas de 6/9 e 9/11/950, *in* A. H. I..

(75) Carta de 22/7/851, *in* A. H. I..

(76) *Ibid.*.

(77) Cópia autenticada por J. M. N. d'Azambuja, anexa à conf. de Paulino a Silva Pontes, *in Despachos Reservados e Confidenciais, de 1849 a 1852, cit.*.

(78) Urquiza assim que falou com Berges, a 28/11/851, tratou logo da Independência do Paraguai. Berges anotou "En nuestra conversación me dijo que se salia bien en esta nueva empresa de livertar el suelo argentino, la Independencia del Paraguay y su navegación quedaria asegurada". (*Diários cit.*).

(79) Carta citada em nota 77.

(80) O art. 17, a que se referia López, é o 15 da publicação do convênio, constante do *Relatório de 1852*, de Paulino, cit. (*Anexo F*, págs. 6 a 11).

(81) *In* A. H. I..

(82) Res. n.º 1, de 18/1/852, *in Correspondência*, citada em nota 64.

(83) José Berges não se simpatizou muito com Pontes. E dêle escreveu, quatro dias depois de estar em Montevidéu, tendo visto o brasileiro apenas uma vez: "El señor Pontes es bastante atento y formal, y con los inferiores despota: por lo demas dicen que es de capacidad, y muy a proposito para desempeñar el puesto, que ocupa en las presentes circunstancias, y cuando mas se necesita de la intriga. Después de la llegada del Ministro Plenipotenciário de su nación, nada hace el señor Pontes". (*Diários, cit.*).

(84) Existe no Arquivo Particular de Silva Pontes certidão de batismo de Silva Pontes. Dela se vê ter êle nascido na cidade de Salvador a 27 de outubro de 1799. Foi batizado *in extremis*, em Salvador, pelo frei Miguel, Missionário Barbadinho. Escapando da doença e sendo levado para a vila de Nossa Senhora da Vitória, no Espírito Santo, aí foi batizado, no colégio de Santiago, pelo vigário José Pinto dos Santos, no dia 23 de novembro de 1800. Foram seus padrinhos, por procuração, Dom Rodrigo de Souza Coutinho, então Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios, representado pelo doutor Ouvidor da Capitania, e D. Maria Balbina de Souza Coutinho, representada pelo Capitão-Mor

das Ordenanças da Vila de Viçosa. Era filho de Antônio Pires da Silva Pontes Leme e de D. Caetana Marculina Malheiro. Foram seus avós, paternos, José da Silva Pontes de Carvalho, Capitão-Mor da cidade de Mariana, e D. Mariana Dias Paes Leme, e, maternos, Alexandre José de Souza Menezes, Moço da Câmara de sua Majestade, e D. Ana Antônia Malheiro de Souto Maior, Morgada de Fernandeira e Cartemil, em Ponte de Lima. A avó paterna de Silva Pontes, D. Mariana Dias Paes Leme, era bisneta de Fernão Dias Paes Leme. (Sôbre o ramo paterno de Silva Pontes, *vide*: Carlos Xavier Pais Barreto, *A terra e a gente do Espírito Santo*, págs. 142 e 144, *in IV Congresso de História Nacional*, Vol. XIII, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro). Silva Pontes era parente dos Caldeiras Brants. O marquês de Barbacena e seus filhos, visconde de Barbacena e Conde de Iguaçu, tratavam-no de primo. Parece-me a mim que o parentesco era pelos Pontes, pois Felisberto Caldeira Brant Pontes era o nome do marquês.

(85) *Sermões*, Vol. XIII, pág. 224 (ed. Lello & Irmão).

(86) *Diário de 1846*, dia 18/2. É verdade que, no ano seguinte, êle confessava: "tenho feito o papel de bonzo santão..." (*Diário de 1847*, dia 8/1).

(87) Carta do Pará, 1/7/844, *in* Arquivo Particular de Silva Pontes. Não foi por muito tempo que F se conservou fiel ao seu amor. O próprio Pontes anotou o seguinte, que soube durante a sua viagem do Rio de Janeiro a Montevidéu: "Contou-me o Hermenegildo que viu no Pará a F. entrar de noite no beliche em que estava dormindo o Roïz, hoje comandante do brigue Camarão". *Diário de 1845*, dia 16/2. Em Alagoas, quando esteve como juíz e presidente da província, parece ter êle feito o mesmo, no tocante às mulheres, que fêz no Pará e fazia em Montevidéu. No dia 8 de março de 1849, Pontes anotou o seguinte: "Recebi uma carta de uma pessoa, que se diz minha filha, e que se chama Alexandrina Francisca dos Passos, e que é casada com Salvador Glz Anjo. Terei eu filhos sem saber quando, nem como, nem em quem foram feitos? Hei de escrever para Maceió ao Lisboa a indagar desta impostora".

(88) Refere-se Samuel Greene Arnold (*Viage por América del Sur* — 1847-1848, Emecé Editora, Buenos-Aires, pág. 129) ao encarregado de negócios do Brasil, em Montevidéu, descrevendo-o. Mas confundiu Silva Pontes, encarregado de negócios, com Duarte Pereira da Ponte Ribeiro, secretário da legação e filho de Duarte da Ponte Ribeiro. Silva Pontes era homem de 48 para 49 anos, quando esteve Arnold em Montevidéu, e Duarte Pereira da Ponte Ribeiro, de 26 para 27 anos. Assim a descrição que faz o ameri-

cano é do físico de Silva Pontes, o encarregado de negócios, ainda que o nomeie Ribeiro (Rivero): "un anciano grueso" e "bastante cortés".

(89) Carta de Montevidéu, 12/8/852, *in* Arquivo Particular de Silva Pontes. O futuro marquês de Tamandaré, escrevia a Silva Pontes, em 26/12/849, sôbre o encontro que teve na Côrte com a *señorita Amélia*: "O dia 2 de dezembro esteve brilhante porque a parada apresentou mais de 3 mil homens, com esmerado asseio, sendo mais notáveis 3.º e 5.º batalhões de Guardas Nacionais, que de Caçadores passaram a Fuzileiros. Nesse dia tive ocasião de encontrar o Sr. White e sua senhora, bem como a *señorita Amélia*, a quem há muito tempo não via; parece-me que a señorita se tem dado perfeitamente com o nosso clima, pois que se acha bela e vigorosa. V. Exa. desculpará que eu me esquecesse da descrição do dia 2 para as senhoras M., que quer, é defeito que possuo em alto grau: de tudo me esqueço, quando trato de mulheres".

(90) Os recibos encontram-se no A. H. I., porém, retirados do Arquivo Particular de Silva Pontes e colocados numa pasta com o título: *Vários Recibos e Contas das Missões Diplomáticas*. São, no entanto, recibos que nada têm com a diplomacia e, por isso, era de serem recolocados no Arquivo Particular de Silva Pontes. Os alfaiates franceses em Montevidéu pululavam, pois, além do Blancard, fêz Silva Pontes roupas num Labat e noutro Léon Petit. As citações e transcrições, referentes a Silva Pontes, foram tiradas dos *Diários* de 1842 a 1851.

(91) Carta de 1850, *in* Arquivo Particular de Silva Pontes.

(92) Conf. Particular, de 19/10/851, *in* A. H. I..

(93) Pontes remetia a um comerciante de nome Santos, estabelecido no Rio de Janeiro. São comuns, nos citados *Diários*, referências como esta: "Ao Santos com 90 camisas e 27 pares de meia". (Dia 23/8/847).

(94) Minuta *in* Arquivo Particular de Silva Pontes.

(95) *Ibid.*, 16/7/852.

(96) Eram remetidas do Rio de Janeiro.

(97) *In* Arquivo Particular de Silva Pontes. Em outra carta agradecia Castilho a "valiosíssima cooperação", que lhe prometera Pontes. O próprio presidente López não se dedignava de escrever várias cartas a Silva Pontes. Êste, no seu *Diário Reservado*, transcreveu trecho da carta em que se referiu López à queda de Rosas. No A. H. I. encontram-se originais de cartas de López a Pontes. Porém essas cartas foram também retiradas do Arquivo Particular

e arquivadas *in Buenos-Aires — Correspondência Geral*, cit. em nota 36, quando são cartas particulares que nada têm com Buenos-Aires.

(98) *Missão Especial, cit.*, Conf. 30/12/851.

(99) *Ibid.*, Conf 12/1/852, minutas do ministro.

(100) *Ibid.*, Res. 4/11/851.

(101) *Ibid.*, Conf. de 22/12/851. Honório escrevia nesta confidencial. "Não me foi preciso solicitar o apôio de Urquiza para a candidatura de Herrera. Foi o próprio Governador quem tomou a iniciativa, convidando-me a proteger o ùnico candidato que, depois da morte de Garzón, nos pode convir".

(102) *Ibid.*, cópia autenticada anexa à cit. Conf. de 22/12/851.

(103) José Antônio Soares de Souza, *A Vida do Visconde do Uruguai, cit.*, pág. 408. Sôbre o correspondente de Buenos Aires, *vide* o meu trabalho, *A margem de uma política*, págs. 17 e segs., *in* Rev. Inst. Hist. e Geogr. Brasileiro, Vol. 221, 1953.

(104) *Ibid.*, O correspondente de Buenos-Aires dizia: "O dr. Castellanos amigo dos inglêses".

(105) *Missão Especial, cit.*, Conf. de 22/1/852.

(106) *Legação em Montevidéu — Reservado — 1851-1852*, Conf. 19/12/851, A. H. I., 222/4/6.

(107) *Ibid.*.

(108) *Diários, cit.*.

(109) Carta a Paranhos, de 17/10/853, *in* Arquivo Particular Visconde de Rio-Branco, A. H. I.

(110) *Missão Especial, cit.*, Conf. de 22/1/852.

(111) José Antônio Soares de Souza, *A Vida do Visconde do Uruguai*, págs. 348 a 352.

(112) *Missão Especial*, Honório, Res. n.º 25, de 20/12/851.

(113) *Ibid.*.

(114) Conf. *cit.*, 19/12/851.

(115) Não só o correspondente de Buenos-Aires comunicara a Pontes, mas ainda Marmol avisara Honório de que os *blancos* maquinavam a anulação dos tratados. (*Missão Especial, cit.*, Honório, Conf. 22/12/851).

(116) Honório, Conf. *cit.*, de 22/1/852.

(117) *Ibid.*.

(118) José Antônio Soares de Souza, *A Vida do Visconde do Uruguai, cit.*, pág. 408.

(119) *Missão Especial, cit.*, carta 24/12/851, cópia autenticada, anexa à Conf. 30/12/851.

(120) *Ibid.*, carta 23/1/852, cópia autenticada. Afirmou Devoize, em ofício de 4/2/852, que Honório cometera a imprudência de declarar "que o Brasil não toleraria jamais um presidente do partido *blanco*". É mais uma afirmativa tendenciosa do francês. O passo transcrito da carta de Honório a Urquiza, inúmeros trechos da correspondência do plenipotenciário com Paulino e Paranhos (esta de 1853), provam justamente o contrário, isto é, a preferência de Carneiro Leão pelos *blancos*. O próprio Castellanos, a quem teria o brasileiro colocado na presidência da República, se pudesse, era *blanco* e não *colorado*.

(121) *Missão Especial, cit.*, carta de 12/18/52, cópia autenticada.

(122) *Ibid.*, Confs. de 21/1 e 4/3/852.

(123) Tratei das caricaturas mandadas fazer pelo Plenipotenciário, em trabalho publicado na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Vol. 227, de abril-junho de 1955, com o título: *Um Caricaturista Brasileiro no Rio da Prata.*

(124) A referência de José Berges acha-se transcrita no meu trabalho, já citado, *O General Urquiza e o Brasil*, pág. 58.

(125) *Missão Especial, cit.*, Res. n.º 26, 22/12/851.

(126) José Antônio Soares de Souza, *A Vida do Visconde do Uruguai, cit.*, pág. 357.

(127) *Crônica dos gloriosos e memoráveis acontecimentos, cit.*, pág. 169.

(128) *Ibid.*, págs. 170 e 171.

(129) Res. n.º 23, de 19/9/851, a Silva Pontes, *in* A. H. I..

(130) José Berges, *Diários, cit.*, e Raul H. Castagnino, *El teatro en Buenos Aires durante la época de Rosas*, págs. 277 e 278, e gravura interessantíssima pág. 438 (Comisión Nacional de Cultura, Buenos Aires, 1944). Herr Alexander esteve, en 1852, no teatro S. Januário e agradou tanto que chegou a fazer suas mágicas no Paço Imperial de Petrópolis (Correio Mercantil, de 23/5/852).

(131) Res. n.º 26, *cit.*, de 22/12/851.

(132) *Legação em Montevidéu, 1851-1852, cit.*, Conf. de 30/12/851, dia 22.

(133) *Diário do Marechal Conde de Caxias,* Arquivo Nacional, publicado no *Jornal do Comércio* (1950). Consta dêste *Diário* (14/12/851) o *Golfinho* e não o *D. Pedro,* entre os navios comandados por Grenfell, que partiram de Colônia no dia 14 de dezembro. Há, positivamente, engano. Os navios brasileiros, que estiveram em Tonelero, foram: *Afonso,* capitão de fragata Jesuino Lamego da Costa; *Recife,* capitão-tenente Antônio José Francisco Paixão; *Pedro II,* capitão-tenente Joaquim Raimundo de Lamare; *D. Pedro,* 1.º tenente Vitorino José Barbosa da Lomba; *D. Francisca,* capitão de mar e guerra Guilherme Parker; *União,* capitão-tenente Fernando Vieira da Rocha; e *Calíope,* 1.º tenente Francisco Cordeiro Tôrres Alvim (Apêndice n.º 16, *in* Genserico de Vasconcelos, *op. cit.,* págs., 361 a 364). Com exceção do *Afonso* se encontra a descrição dos outros seis navios em artigo intitulado: *Oitavo Boletim Marítimo — Fôrça Naval Brasileira, in Jornal do Comércio,* de 6/9/853, sendo que o *D. Pedro II* fôra construído nos estaleiros de Mauá, na Ponta da Areia, em Niterói. O *Afonso,* pouco antes de aparecer o *Oitavo Boletim,* havia naufragado. Ainda que vivesse pouco tempo, teve êste navio a sua história. Fôra construído na Inglaterra. E entre os brasileiros, que partiram para a Europa em busca do novo vapor, estava o filho mais velho de Duarte Ponte Ribeiro, José Duarte. Ponte Ribeiro era amicíssimo dos filhos e a ida de um dêles em comissão tão importante, chefiada pelo futuro Tamandaré, foi motivo de orgulho e contentamento para o pai. Assim, depois de se referir à próxima partida do filho, escrevia em outra carta a Pontes: "La vai para Nápoles, no paquete de amanhã, o poeta Magalhães; também Joaquim Marques com os oficiais, que vão buscar o nosso barco vapor, que há de assustar Rosas". Nesta carta de 11 de dezembro de 1847, foi Ponte Ribeiro profético: "que há de assustar o Rosas". O *Afonso,* não só assustou o ditador, mas ainda serviu, como instrumento importantíssimo, para a queda de Rosas. A 26 de setembro de 1848 comunicava Ponte Ribeiro a próxima chegada do *Afonso.* E a 2 de novembro já falava sôbre o salvamento dos tripulantes da galera americana, *Ocean Monarch,* pelos marinheiros do novo navio brasileiro. "O fato", dizia Ponte Ribeiro, "de salvarem os nossos oficiais e marinheiros do vapor *Afonso,* 170 vítimas condenadas às chamas, tem sido motivo de muita satisfação para todos os brasileiros, principiando pelo Imperador". (Cartas *in* Arquivo Particular de Silva Pontes). Achavam-se a bordo do *Afonso,* por esta ocasião, o príncipe e a princesa de Joinville. Conseguiu o príncipe reproduzir em notável desenho a tragédia. De um lado o *Ocean Monarch,* em chamas, com a sua tripulação apinhada na proa. Do outro, parte do *Afonso,* com a bandeira brasileira. Entre um e outro, os barcos

brasileiros seguem em salvamento dos americanos. A Biblioteca Nacional possui exemplar da gravura, que tem a seguinte indicação: "Tirado de um desenho feito pelo príncipe de *Joinville*, que se achava a bordo do *Afonso* com a Princesa *D. Francisca*. INCÊNDIO DA GALERA AMERICANA OCEAN MONARCH. Socorrido pelo Vapor de guerra Nacional AFONSO, ao comando do Capitão de Mar e Guerra JOAQUIM MARQUES LISBOA, nas costas de Liverpool no dia 24 de Agôsto de 1848".

(134) *Missão Especial, cit.*, comunicação de Grenfell (cópia autenticada), anexa ao Res. n.º 34, de 5/1/852, e Honório, Res. n.º 26, *cit.*, de 22/12/851.

(135) *Ibid., apud* Honório, Res. n.º 29, de 29/12/851.

(136) *Legação em Montevidéu, 1851-1852, cit., Diário Reservado,* Conf. 30/12/851, *cit.*.

(137) Carta de 24/4/858, *in* Arquivo Particular do Visconde de Rio Branco, A. H. I..

(138) Silva Pontes, *Diário Reservado* (19/12), Conf. *cit.*, de 30/12/851. Honório, Conf. n.º 34, *cit.*, de 5/1/852, determina a data da retirada de Mansilla.

(139) Honório, Res. ns. 26 e 34, *cits.*, de 22/12/851 e 5/1/852. *Vide*: *Diário do Marechal Conde de Caxias*, citado em nota 133 (dia 16/12). Consta do Jornal *La Semana*, pertencente a Marmol, a seguinte notícia: "Ayer entró del Paraná el vapor de guerra imperial *Emperador*. Al pasar por el Rosario, el comandante del vapor ofició à la autoridad militar del pueblo, y el resultado fué el pronunciamento de la guarnición en favor de la revolución. Un hermano del general Echaguë fué tomado en acto de fugar del Rosario, y remetido por el comandante del *Emperador* al general Urquiza". (N.º 35, de 5/1/852, pág. 344).

(140) Honório, Res. n.º 34, *cit.*, 5/11/852.

(141) *Missão Especial, cit.*, minutas de Paulino.

(142) *Ibid.*, cópia autenticada, anexa à Conf. de Honório, 22/1/852.

(143) *Ibid.*, cartas de 14 e 19/1/852, cópias autenticadas, anexas à Conf. de 21/1/852.

(144) Silva Pontes, *Diário Reservado*, Conf. de 30/12/851, *cit.*, e carta de Caxias a Honório, de 16/12/851, *in* Arquivo Nacional, doc. n.º 28, da publicação no *Jornal do Comércio* (1950).

(145) Cópia *in* A. H. I., 420/4/122.

(146) Silva Pontes, *Diário Reservado*, Conf. de 4/2/852, *in* *Legação em Montevidéu, 1851-1852, cit.*.

(147) *Ibid.*.

(148) *Missão Especial, cit.*, Res. n.º 42, de 22/1/852.

(149) *Ibid.*, Conf., de Honório, 22/12/851, e, de Paulino, 1/1/852.

(150) *Ibid.*, Conf. de 1/1/852, minutas de Paulino.

(151) *Ibid.*, Paulino, Conf. 7/2/852.

(152) *Ibid.*, Conf., *cit.*, de 22/12/851.

(153) *Ibid.*, Honório, Conf. de 4/2/852 e Res n.º 48, de 4/2/852.

(154) *História de la Confederación Argentina — Rosas y su epoca*, Tomo V, págs. 415 e 416, e também de Adolfo Saldias, a mesma obra com o título: *Rozas y el Juizo Historico*, págs. 69, 201 e 202, Nota de 20/12/851.

(155) José Antônio Soares de Souza, *A Vida do Visconde do Uruguai, cit.*, págs. 319 e 320; Paulino, *Três Discursos*, págs. 56 a 58 (Rio de Janeiro, Tip. Imp. e Const. de J. Villeneuve e C., 1852). A conferência, que aí descreve Paulino, com Mr. Hudson, realizou-se a 4/1/851 e não 1852, como, por êrro tipográfico, consta da pág. 53.

(156) Paulino, *Documentos Oficiais sôbre os Negócios do Rio da Prata*, págs. 60 e segs.

(157) *Despachos Reservados e Confidenciais, de 1849 a 1852, cit.*.

(158) *Ibid.*.

(159) Ofício n.º 59, de Buenos-Aires, de 2/9/851, de Southern a lorde Palmerston. Cópia da tradução, autenticada pelo oficial-maior Joaquim Maria Nascentes d'Azanbuja, encontra-se anexada à Confidencial de Paulino a Honório, de 10/1/852, *in Despachos Reservados e Confidenciais, de 1849 a 1852, cit.*. Na confidencial esclarecia Paulino, dando indicação exata, a procedência do documento: "Em *post-scriptum* remete (Palmerston) outro despacho de Southern, dando conta de uma conversação que teve com Rosas. Incluso remeto a V. Exa. cópia da tradução dêsse despacho, a qual me confiou Southern".

(160) José Antônio Soares de Souza, *A Vida do Visconde do Uruguai, cit.*, pág. 291.

(161) Conf. 16/12/850, *in Despachos Reservados e Confidenciais, de 1849 a 1852, cit.*.

(162) Of. n.º 59, 2/9/851, de Southern a Palmerston, citado em nota 159.

(163) *Missão Especial, cit.*, Conf. de 30/12/851, minutas do ministro. Nesta confidencial, ao explicar a Honório de onde obtivera a informação sôbre a retirada de Southern de Palermo, dizia-lhe Paulino que o príncipe de Schwarzenberg acompanhava, "com solícita curiosidade, a marcha das nossas questões relativas ao Tráfico e ao Rio da Prata, e com ânimo e disposição, que nos são favoráveis". Para A. Dellepiane, *in Rosas en el Destierro*, pág. 131, Southern teria vindo para o Brasil por economia.

(164) Paulino, Conf., *cit.*, 30/12/851.

(165) Adolfo Saldias, *loc. cit.*.

(166) Paulino, Conf., *cit.*, 30/12/851.

(167) É o que consta de atestado passado por Paulino, existente no A. V. U., e de carta de Paulino, já visconde do Uruguai, a Carvalho Moreira, de 11/2/858, *in* Arquivo Particular do Barão de Penedo, A. H. I..

(168) Despacho do encarregado de negócios dos Estados Unidos, William A. Harris, ao secretário de estado, John M. Clayton, datado de Buenos-Aires, 14/5/850, *in Diplomatic Correspondence of United States — Inter-American Affairs, 1831-1860, — Selected and arranged by William R. Manning, Ph. D. — Division of Latin Affairs, Department of State, Vol. I, Argentina*, pág. 499, doc. 224 (Washington, Carnegie Endowment for International Peace, 1932). Sôbre o encarregado de negócios Harris, escreveu Samuel Greene Arnold, que o conheceu em Buenos-Aires em 1848: "Harris es un caballero y tiene talento, es um compañero muy agradable". (*Viaje por América del Sul, cit.*, pág. 169).

(169) Paulino, Conf., *cit.*, 30/12/851.

(170) José Antônio Soares de Souza, *A Vida do Visconde do Uruguai, cit.*, pág. 280.

(171) Conf., *cit.*, 30/12/851.

(172) *Ibid.*.

(173) *Ibid.*.

(174) Adolfo Saldias, *Rosas y el Juicio Histórico*, pág. 202, nota de 3/1/852, e Paulino, Conf., *cit.*, 30/12/851.

(175) É de se notar que esta conferência entre Paulino e Southern foi descrita, tanto por Paulino (*Missão Especial, cit.*, Conf. de 10/1/852, minutas do ministro), quanto por Southern (*apud* Adolfo Saldias, *loc. cit.*). Há ainda um resumo que dela enviou Manuel Moreira de Castro ao presidente López (*in* Coleção Visconde de Rio-Branco, carta de 13/1/852).

(176) O americano Harris, em 15/1/849, dizia ao secretário de estado, James Buchanan, sôbre Southern: "Genl. Rosas has his character in advanced, sustained by documentary proofs, from the scenes of his official exploits in Spain and Portugal". *Diplomatic Correspondence*, Vol. cit., doc. 211, pág. 467.

(177) Adolfo Saldias, *loc. cit.*.

(178) Paulino, Conf. *cit.*, 10/1/852.

(179) Adolfo Saldias, *loc. cit.*.

(180) Conf., *cit.*, 10/1/852.

(181) É o ofício que me reporto no capítulo anterior, nota 159, cuja cópia autenticada se encontra no Arquivo Histórico do Itamarati. Antes de entregar a tradução a Paulino, mandara Southern que Alcanforado a mostrasse a Eusébio de Queiroz, sem consentir que se lhe tirasse cópia.

(182) Conf., *cit.*, 10/1/852. Desta confidencial, além do original *in Despachos Reservados e Confidenciais, de 1849-1852*, existe cópia *in Missão Especial, cit.*, minutas do ministro.

(183) *Diplomatic Correspondence*, Vol. *cit.*, pág. 499, doc. 224.

(184) *Missão Especial, cit.*, Conf. 8/2/852, minutas do ministro.

(185) Paulino, Conf., *cit.*, 30/12/851.

(186) Dos aliados 600 e de Rosas 1500 (Genserico de Vasconcellos, *op. cit.*, pág. 200).

(187) Silva Pontes, Conf. de 28/1/852, *in* A. V. U..

(188) *Correspondência do Duque de Caxias, in* Arquivo Nacional, publ. no *Jornal do Comércio*, de setembro a outubro de 1950, doc. n.º 41, carta a Honório, de 3/1/852.

(189) Genserico de Vasconcelos, *op. cit.*, págs. 263 a 267.

(190) *Crônica dos gloriosos e memoráveis acontecimentos*, págs. 190 e 191.

(191) *Correspondência*, citada em nota 188, carta a Manuel Felizardo, de 13/2/852, doc. n.º 61. *Vide* também o doc. 60, of. a Manuel Felizardo, de 12/2/852.

(192) *Diários, cit.*.

(193) *Correspondência*, citada em nota 188, of. a Honório, de 28/1/852, doc. 50.

(194) *Ibid.*, Conf. a Manuel Felizardo, de 17/12/851, doc. n.º 30. Sôbre a indicação de Caldwell, *vide* doc. n.º 19, carta a Honório, de 16/11/851.

(195) *Diário do Marechal Conde de Caxias,* citado em nota 133, dias 3 e 4/2/852 e *Correspondência do Duque de Caxias,* citada em nota 188, doc. 61. *Vide* comunicação de Grenfell a Honório, da madrugada de 4/2/852, *in Missão Especial, cit.,* e documento n.º 238, *in Diplomatic Correspondence, cit.,* Vol. cit., págs. 524 e 525. Aí se encontra o acréscimo que fêz Mr. Robert C. Schenk, ministro americano no Brasil, à comunicação de Mr. John Pendleton, encarregado de negócios em Buenos-Aires, ao secretário de estado, datada de 3/2/852 (há êrro tipográfico, datando-se esta carta de 2/2/852, quando, positivamente, é de 3). O escrito de Mr. Schenk está datado de 9/2/852, e diz o seguinte sôbre os brasileiros em Colônia: "The main body, however, of the Brazilian force, nine thousand in number, remained at its post of observation in camp at Acolonia, ten leagues across of oposite bank of the Prata. They were prepared to cross over in a few hours, if Urquiza should notify them of the necessity of a junction".

(196) Mr. Schenk, *loc. cit.,* dizia sôbre a esquadra brasileira: "The brazilian fleet occupied the river; & the admiral, with three war steamers & three corvettes, was lying in the outside harbor off the city".

(197) *Missão Especial, cit.,* (A. H. I., 272/1/1), Of. de Grenfell a Honório, de 2/2/852, a bordo do *Afonso,* em frente a Palermo (cópia autenticada), e Res. de 4/2/852, de Honório a Paulino. Neste reservado dizia Honório: "Espero comunicações oficiais de Grenfell, que desde 1.º do corrente se achava fundeado em frente a Buenos-Aires".

(198) *Ibid.,* Of. de Grenfell a Honório, de 4/2/852 (cópia autenticada), anexo ao Res. n.º 49.

(199) *Diplomatic Correspondence, cit.,* Vol. *cit.,* doc. 238 e 239, despachos de 3 e 8/2/852, ao secretário de estado Daniel Webster, págs. 524 e 525.

(200) *Missão Especial, cit.,* cópias autenticadas, anexas ao Res. n.º 59, de Honório, de 9/3/852. A cópia da nota de Henderson, além de autenticada por Paranhos, fôra também por Joaquim Lúcio de Araujo Júnior, secretário e ajudante de ordens de Grenfell.

(201) *Ibid.,* Res. n.º 45, 3/2/852, de Honório, e *Legação em Montevidéu, 1851-1852, cit.,* Conf. de Pontes, 4/2/852.

(202) *Missão Especial, cit.,* Honório, Res. 47 e 48, de 4/2/852, e *Diplomatic Correspondence,* Vol. *cit.,* doc. 238, pág. 523. Berges, *Diários, cit.,* referiu-se a "la ciudad comovida con los repiques y la detonación de salvas". (Dia 4/2).

(203) *Missão Especial, cit.*, Res. n.º 49, 4/2/852, de Honório; Grenfell, Of. *cit.*, de 4/2/852; Mr. Schenk, Of. *cit.*, a que me reporto em nota 195, e Berges, *Diários, cit.*.

(204) *Missão Especial, cit.*, carta de 5/2/852.

(205) *Legação em Montevidéu, 1851-1852, cit.*, Conf. 16/2/852.

(206) *Missão Especial, cit.*, carta de 5/2/852, e Mr. Schenk, Of. citado em nota 195.

(207) *Missão Especial, cit.*, Res. n.º 50, 5/2/852, e Pontes, Conf., *cit.*, 16/2/852.

(208) *Missão Especial, cit.*, Honório, Res. n.º 51, 4/3/852, e Berges, *Diários, cit.*.

(209) Honório, Res. n.º 51, *cit.*, 4/3/852.

(210) Silva Pontes, *Diário Reservado*, Conf. *cit.*, 16/2/852.

(211) *Ibid.*, e Berges, *Diários, cit.*, (8/2/852).

(212) Honório, Res. n.º 51, 4/3/852, *cit.*; Honório, carta a Silva Pontes, de Buenos-Aires, de 12/2/852, *in* Arquivo Particular de Silva Pontes, e Berges, *Diários, cit.*, (5/2/852). Honório refere-se ao dr. Alsina, como companheiro de viagem, na Conf. a Paulino, de 5/3/852. Esta confidencial está arquivada, por engano, em *Legação Imperial em Montevidéu, 1851-1852*, e não como devia, em *Missão Especial*, 272/1/2.

(213) Ao saber Honório do levante da Divisão Aquino, como previra, escrevia a Paulino: "Talvez que a ocorrência fôsse boa para lhe servir (a Urquiza) de aviso útil. O que é certo é que a confiança no bom êxito da campanha não tem diminuído". *Missão Especial, cit.*, Conf. de 22/1/852.

(214) Honório, Res. n.º 51, *cit.*, 4/3/852.

(215) *Ibid.*, e Conf., *cit.*, de 5/3/852.

(216) *Missão Especial, cit.*, Conf. de 9/3/852.

(217) Honório, Conf., *cit.*, de 5/3/852.

(218) Esta opinião de Marques de Souza, a que se referia Honório, foi confirmada pelo depoimento de dois diplomatas brasileiros. Um dêles, foi Duarte da Ponte Ribeiro, que, em dezembro de 1836, seguiu de Buenos-Aires a Chuquisaca, atravessando várias províncias argentinas, onde foi muito bem tratado. (*Vide:* José Antônio Soares de Souza, *Um diplomata do Império*, págs. 66 e 67). O outro diplomata, João da Costa Rêgo Monteiro, viajou, em fins de 1848, de Buenos-Aires até Chile. Em carta a Silva Pontes, de 2/2/849, dizia Costa Monteiro, já em Santiago: "Esquecia-me de

dizer a V. Exa. que o meu grande e bom amigo Rosas me tratou perfeitamente, e me deu passaporte e recomendações explêndidas..." Costa Monteiro esteve 40 dias em Córdova, que não apreciou pela beatice das mulheres, que descreve com graça. Daí seguiu para San Juan, onde passou 20 dias e dizia: "encontrei gente boa e civilizada; não se usa colete, fitas encarnadas no chapeu e peito, como em Buenos Aires; a gente do país fala política como na cidade a mais livre, tudo isso devido à sábia administração do cavalheiroso General Benevides". (Arquivo Particular de Silva Pontes).

(219) Domingo Faustino Sarmiento e não Francisco. Sarmiento, em carta a Honório, estropiava-lhe também o nome: escrevia, em vez de Hermeto, Ernesto. Em documento existente no A. H. I., de um eclesiástico a Honório, solicitando-lhe autonomia para a Igreja de Montevidéu, dependente da de Buenos Aires, o nome do plenipotenciário figura assim: Dom Euroro Carnero y León. (Documento assinado por Sebastián Rozzo, em 24/1/852).

(220) Honório, Conf. 5/3/852, *cit.*. No meu trabalho citado, *O general Urquiza e o Brasil*, transcrevo êste trecho da Confidencial e dou a fotocópia das primeiras páginas.

(221) Original se acha anexado à Conf. de Honório, de 5/3/852, *cit.*. Dou fotocópia desta carta de Sarmiento no citado trabalho: *O general Urquiza e o Brasil.*

(222) Honório, Conf., 5/3/852, *cit.*.

(223) Original *in* A. V. U..

(224) *Campaña en el Ejercito Grande Aliado de Sud América — del Teniente Coronel D. F. Sarmiento — Primera entrega — Rio de Janeiro, Imprenta Imp. y Const. de J. Villeneuve y C., 1852.*

(225) *Missão Especial, cit.*, carta particular de Honório a Paulino, 20/4/852.

(226) Carta Particular, Santiago, 31/5/852, *in* A. V. U..

(227) E. Bendann, *Death Customs*, págs. 89 e 133 (Londres, Kegan Paul, Trench, Trubner & C.° Ltd., 1930); Sir James George Frazer, *Le Folklore dans l'Ancien Testament*, págs. 237 e segs. e 327 e segs. (trad. francesa de E. Audra — Paul Geuthner, Paris 1924).

(228) Lucien Lévy-Bruhl, *Le surnaturel et la nature dans la mentalité primitive*, Cap. IX (*Le sang. Ses vertus mystiques*), Libr. Felix Alcan, Paris, 1931. *Vide:* Frazer, op. cit. págs. 341 a 343; Rafael Karsten, *The Civilization of the South American Indians*, pág. 40 (Kegan Paul, Trench, Trubner & C.° Ltd., Londres, 1926); G. Elliot Smith, *Human History*, págs. 27 e 28 (Jonathan

Cape Ltd., Londres, 1934); W. J. Perry, *The Children of the Sun*, pág. 386 (Methuen & C.º Ltd., Londres, 2.ª ed.), A. Metraux, *La Civilisation Matérielle des tribus Tupi-Guarani*, págs. 180 a 191 (Paris, Paul Geuthner, 1928).

(229) Adolphe Erman, *La Religion des Égyptiens*, trad. de Henri Wild, pág. 209 (Payot, Paris. 1937). O vermelho, segundo o Dr. G. Contenau, era uma côr antidemoníaca (*Le Déluge Babylonien*, pág. 206, Payot, Paris, 1952).

(230) Léo Frobenius, *Histoire de la Civilisation Africaine*, pág. 238 (Gallimard, Paris, 3.ª ed.) e Artur Ramos, *O Negro Brasileiro*, pág. 34 (Civilização Brasileira S. A., Rio de Janeiro, 1934). O próprio Adão não seria mais do que "o homem vermelho" (*vide:* J. Chaine, *Le Livre de la Genèse*, pág. 32, "Les Éditions du Cerf", Paris, 1951).

(231) J. Huizinga, *El Otoño de la Edad Media*, págs. 171 e 172 e 396 a 400 (Revista do Occidente, Madrid, 1945).

(232) Visara o Decreto de 5/10/831 não tanto a especificar o tope nacional, quanto abolir os emblemas partidários. Êste decreto, assinado pelos regentes Francisco de Lima e Silva, José da Costa Carvalho e João Bráulio Muniz e referendado pelo ministro José Lino Coutinho, estava redigido assim: "Acontecendo que o decreto de 18 de setembro de 1822, que criou o tope nacional brasileiro, não tivesse apresentado o tipo que prometia; e sendo muito conveniente e até necessário que êste se determine e marque, a fim de que de sua alteração e diferença se não siga algum princípio de distinção entre súditos de um só e mesmo Império, como desgraçadamente já hoje se observa: a Regência, em nome do Imperador, querendo acabar com uma semelhante ofensa da união brasileira, e fixar de uma vez o padrão do tope nacional, há por bem esclarecendo o referido decreto, determinar: 1.º) O tope nacional será de ora em diante composto de uma superfície circular verde, com uma estrela de 5 pontas amarela no centro, e colocado no meio da copa do chapéu para cima, sendo redondo; nos outros, no lugar de costume. 2.º) O cidadão, que contravier a disposição do artigo antecedente, fica sujeito às penas do Art. 301 do Tit. 7.º do Código Penal, impostas aos que usam de um distintivo, que lhes não compete". As tropas foram também obrigadas ao uso uniforme do tope. A 18/10/831, remetendo a Regência aos presidentes de província cópia do decreto, recomendava em aviso da mesma data, que não usasse a tropa de outro tope, senão aquêle estabelecido pelo Decreto de 5/10/831: "seguindo à risca a maior uniformidade a tal respeito". Mas parece-me que não houve pressa em se cumprir o

decreto, substituindo-se os antigos distintivos partidários pela estrêla amarela em campo verde. Assim é que, dias depois, apareceu o seguinte edital: "Francisco José Alves Carneiro, Desembargador da Relação da Bahia, com exercício na Casa da Suplicação, ajudante do Intendente da Polícia, Encarregado de todo o expediente do mesmo lugar e Presidente da Junta Policial desta Côrte, faço saber que pela Junta Policial foram aprovadas as seguintes providências: 1.º) que, tendo sido determinado por Decreto de 5 de Outubro corrente, o padrão de tope nacional, e tendo-se notado ainda algum desleixo em alguns cidadãos brasileiros, que continuam a usar de tope e padrão diverso do marcado no mesmo decreto, todos os Juízes de Paz recomendem aos Comandantes de Esquadras que prendam, como flagrante delito, todos os ditos cidadãos brasileiros que forem encontrados com o tope diferente do marcado no dito decreto; 2.º) que, havendo alguns indivíduos nascidos em Portugal e seus domínios, que tendo vindo para o Brasil depois da Independência, e não sendo por isso cidadãos brasileiros, se julgam tais, e por isso trazem o tope nacional, só pelo fato de haverem jurado a Constituição do Império, se lhes advirta por edital que não só êsses, como quaisquer outros estrangeiros, estão sujeitos às penas do art. 301 do Código Criminal, e se recomende aos mesmos Comandantes de Esquadras os prendam em flagrante delito, encontrando-os com o tope nacional; 3.º) que da mesma forma prendam, como em flagrante delito, os Africanos libertos, chamados de nação, que, não sendo cidadãos brasileiros, na forma do § 4.º, Art. 6.º, Tit. 2.º da Constituição, não podem fazer uso do tope nacional, quando os encontrem com o dito tope..." Êste edital era de 31 de outubro de 1831. Porém a questão do tope continuou a preocupar a Regência. No mês seguinte, nas instruções de 29, para as rondas dos Municipais Permanentes, se determinava: "Prender os que andarem com distintivos que lhes não compete". Dessa proibição severa de distintivo, que não fôsse o tope nacional, é, a meu ver, que nasceu a idéia de se fazer a distinção proibida, mas real, por mêio de inocente bigode. (*Vide:* Mello Barreto Filho e Hermeto Lima, História da Polícia no *Rio de Janeiro*, pág. 48, Ed. A Noite, 1942). A Regência, porém, estava alerta e gostava de minúcias. Imediatamente bispou o uso *ilegal* do bigode. Assim é que na ordem do dia de 9/12/831, assinada pelo futuro Barão Tramandaí, Antero de Brito, se lê o seguinte: "Por aviso de 6 do corrente, determina a Regência, em nome do Imperador, que fique proibido o uso distintivo do bigode". (*Legislação Brasileira ou Coleção cronològica das Leis, Decretos etc. do Império do Brasil etc., coligidas pelo Conselheiro José Paulo Figueirôa Nabuco de Araújo*, Tomo VII, págs. 467, 498, 521, 577, 578, 590 e 591 (Rio

de Janeiro, Typ. Imp. e Const. de J. Villeneuve e Comp., 1844). Na época de Rosas, em Buenos-Aires, as barbas e bigodes serviram também de distintivos. José A. Oría refere-se às *barbas suspechosas de unitarios,* enquanto Rodolfo Puiggrós indica a obrigação de *usar mostacho* como símbolo de guerra aos franceses. (José A. Oría, *La Literatura Argentina durante la época de Rosas,* Cap. VIII, págs. 503, da *Historia dela Nación Argentina,* Vol. VII, *Rosas y su época, Segunda Sección,* sob a direção geral de Ricardo Levene (Buenos-Aires, Imprenta Nacional, 1950), e Rodolfo Puiggrós, *Rosas, el pequeño,* pág. 249, Montevidéu, Ediciones Pueblos Unidos, 1944).

(233) O anúncio dêsse dicionário vem na *Folhinha Jovial,* para 1847, publicada em casa de Eduardo e Henrique Laemmert, Rio de Janeiro. Referia-se também o *Dicionário das Flores* às loterias e ao jôgo em geral. Greene Arnold, no seu citado livro, fala de um ramo de flôres, que, simbòlicamente, remeteu a amigo seu o pai de uma menina, como convite a que lhe pedisse a filha em casamento. Isso se deu no Rio de Janeiro, em 1847, justamente o ano em que se anunciava o *Dicionário das Flores.* A linguagem devera ser internacional, pois os americanos entenderam a fala do brasileiro, por intermédio das flores, e trataram de escapulir incólumes.

(234) Confidencial citada, de 5/3/852. Samuel Greene Arnold, em 1848, viu numa igreja de Buenos-Aires as ovelhas, que figuravam numa representação da fuga para o Egito, ao redor da Virgem, tôdas elas com a *cinta punzó* no pescoço (*Op. cit.,* pág. 156 e interessante descrição de pág. 140). Nas escolas no tempo de Rosas, o *cintillo punzó* era obrigatório aos meninos e professores (*Enrique M. Barba, Formación de la Tirania,* Cap. II, pág. 138, da *História de la Nación Argentina, cit.,* Vol. *cit.*). Sôbre o *cintillo* logo depois de Caseros, versão favorável a Urquiza, que o depoimento de Honório Hermeto contraria, *vide:* Héctor R. Baudon, *El Pronunciamento de Urquiza — La Constituición y Organización Nacional,* págs. 70 a 72. Sôbre *cintillo* no tempo de Rosas, *vide* o interessante livro (excepto no que respeita ao Brasil, págs. 70, 71, 141 a 143, 147, 149, 151, 152 e 155) de Juan Antônio Solari, *De la tirania a la organización nacional — Juan Francisco Segui — Secretário de Urquiza en 1851,* págs. 20, 28, 40 e 46 (Bases Editorial, Buenos-Aires, 1951).

(235) *Missão Especial, cit.,* cópia da carta de 27/4/852, anexa à Conf. de Honório, de 3/5/852. Em Urquiza o pensamento que predominou, no tocante à política interna, foi o da organização nacional. Isso se verifica também de duas cartas de Urquiza

a Paulino, de 1852. Sôbre êste assunto, *vide* o livro citado de Héctor R. Baudon, *passim*, e Beatriz Bosch, *Presencia de Urquiza, passim* (Editorial Raigal — Buenos Aires — 1953).

(236) *Missão Especial, cit.*, Conf. de 3/5/852.

(237) *Ibid.*.

(238) *Ibid.*, minutas do ministro, Conf. 20/3/852.

(239) Na Conf. de 5/3/852, *cit.*, refere-se Honório à proclamação de Urquiza, de 24/2/852, e diz ter sido publicada no *Comercio del Plata*, de 9/3/852.

(240) *Missão Especial, cit.*, Conf. de Honório, de 9/3/852.

(241) *Ibid.*.

(242) *Missão Especial, cit.*, Honório, Conf. de 4/3/852.

(243) *Legação em Montevidéu, 1581-1852, cit., Diário Reservado*, Conf. de 3/2/852.

(244) *Ibid.*, dia 31/1/852, e *Missão Especial, cit.*, Res. n.º 45, 3/3/852.

(245) Res. n.º 45, *cit.*, 3/2/852.

(246) *Missão Especial, cit.*, minutas do ministro, Conf. 12/2/852.

(247) *Ibid.*, Conf. de 4/3/852.

(248) *Ibid.*. Em *A Vida do Visconde do Uruguai*, págs. 414 e 415, já me reportei a êste passo da missão.

(249) *Ibid.*. Honório recontou o incidente no Res. n.º 51, de 4/3/852. Aí escreveu: "Por ocasião desta recapitulação, deu-se um incidente desagradável por motivo de uma opinião emitida por Urquiza, que me foi necessário rebater com energia. Apesar da calorosa disputa a que deu lugar êsse incidente, despedi-me da conferência amigàvelmente, e depois de ter recebido muitas seguranças do mesmo general de que nos prestaria todo o apoio nas questões, que se nos suscitassem no Estado Oriental, onde esperava que tudo se decidiria pacificamente".

(250) Honório, Res., *cit.*, n.º 51.

(251) *Apud.* Joaquim Nabuco, *Um Estadista do Império*, tomo I, pág. 182 (ed. H. Garnier).

(252) Conf. *cit.*, de 5/3/852.

(253) *El Paraguayo Independiente*, n.º 100, de 28/12/850, pág. 3.

(254) Honório, Conf. *cit.*, de 5/3/852.

(255) *Missão Especial, cit.*, Res. n.º 51, de 4/3/852 e Conf. de 4/3/852. Em confidencial de 9/3/852, ainda se referiu Honório: "à energia com que salvei a dignidade da Coroa Imperial, a dignidade de minha posição oficial perante êle (Urquiza) e a minha própria dignidade", repelindo-lhe "a jactância de ter sustentado na cabeça de S. M. O Imperador a coroa, que bambaleava".

(256) José Antônio Soares de Souza, *A Vida do Visconde do Uruguai*, págs. 415 a 417.

(257) *Missão Especial, cit.*, Conf. de 4/3/852.

(258) Carta de 26/2/852, *in* Arquivo Nacional, publicada no *Jornal do Comércio*, de 29/9/850.

(259) *Legação em Montevidéu, 1851-1852, cit.*, Conf. de Silva Pontes, de 5/3/852.

(260) *Missão Especial, cit.*, Conf. 19/3/852. *O Correio Mercantil* fazia, então, ao ministro Paulino, tremenda oposição em versos. Era, pois, natural que se incluísse também Honório nas versalhadas, publicadas na *Pacotilha*. Num sonêto, estampado a 13/6/852, fazia-se alusão não só à briga de Honório com Urquiza, mas ainda ao presente do General a Marques de Souza. Assim, nos últimos versos do sonêto, se punha na bôca de Urquiza as seguintes palavras:

> "De honrar, Senhor (lhe diz), nunca se esqueça,
> O cavalo daquêle que *potente*,
> Segurou-lhe *a coroa na cabeça*".

(261) Conf. *cit.*, de 5/3/852.

(262) Carta de 24/2/852, cópia autenticada, anexa à Conf. de 5/3/852, *cit.*.

(263) Silva Pontes recebera de Buenos-Aires a seguinte notícia sôbre Urquiza: "O que posso asseverar a V. é que do General vencedor ouvi por duas ou três ocasiões que queria extinguir os ódios e rivalidades do partido, que todos eram Argentinos, e filhos da mesma pátria, e que os únicos a quem não podia perdoar, eram os assassinos do coronel Aquino e os que, estando na Banda (Oriental) faltaram ao seu juramento e palavra de honra para virem servir à tirania". *Diário Reservado*, Conf. de 19/2/852, *in Legação em Montevidéu, 1851-1852, cit.*.

(264) Marques de Souza dizia ao conde de Caxias, em carta de Buenos-Aires, de 27/2/852: "Segundo ontem me afirmou o coronel Chenaut, está (Urquiza) muito arrependido de ter pu-

blicado aquela (proclamação) em que fulminou o ilustrado partido unitário". *Vide post-scriptum* desta mesma carta (cópia autenticada, anexa à Conf. *cit.* de 5/3/852).

(265) Carta de 27/2/852, *cit.*, *post-scriptum.*

(266) Conf., *cit.*, 9/3/852.

(267) Carta de 2/3/852, cópia autenticada, anexa à Conf., *cit.*, de 5/3/852.

(268) Honório, Res., *cit.*, n.º 51 e Conf., de 5/3/852.

(269) Conf., *cit.*, de 5/3/852.

(270) Honório, Res, *cit.*, n.º 51. Encontram-se anexados a êste Reservado o memorando de Honório a Urquiza; a nota de Urquiza ao govêrno do Uruguai, de 22/2/852; a réplica de Honório a Urquiza, a carta particular de Honório ao dr. Peña, de 26/2/852. Sôbre a resposta de Urquiza à réplica de Honório, *vide* Conf. e Res. de Honório, ambos de 9/3/852.

(271) *Legação em Montevidéu, 1851-1852*, Confs. de 16 e 19/2/852.

(272) *Missão Especial, cit.*, Conf. de 4/3/852.

(273) Carta a Paranhos, de 12/6/852, *in* Arquivo Particular Visconde do Rio-Branco, A. H. I..

(274) Conf., *cit.*, de 4/3/852.

(275) *Legação em Montevidéu, cit.*, Conf. de 6/3/852.

(276) Honório, Conf. de 4/3/852, *cit.*.

(277) *Missão Especial, cit.*, Honório, Conf. de 5/3/852. São duas as confidenciais de Honório, de 5/3/852; uma sôbre Urquiza e outra sôbre a conversa com Giró.

(278) Silva Pontes, Conf. de 6/3/852, *cit.*.

(279) Paulino, *Relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros*, 1853, *Anexo C*, pág. 4, Nota de Honório a Castellanos, de 17/4/852 (Rio de Janeiro, Tip. de A. & L. Navarro, 1853).

(280) Nos *Diários* particulares de Silva Pontes, citados.

(281) *Diários, cit.*.

(282) *Legação em Montevidéu, cit.*, Silva Pontes, Confs. de 6 e 25/3/852.

(283) Paulino, *Relatório de 1853, cit., Anexo C*, págs. 1 e 2.

(284) *Comercio del Plata*, de 15 e 16/3/852, e *Jornal do Comércio*, de 5/4/852.

(285) As cartas de Honório a sua espôsa e prima, Maria Henriqueta Carneiro Leão, encontram-se em poder do dr. Hen-

rique Carneiro Leão Teixeira Filho, a quem devo a possibilidade de ter lido tão interessante correspondência. Vários passos dêste meu trabalho, tracei-os da impressão que me deixou a mesma correspondência, da qual não tomei notas, e por isso não cito as cartas, determinando-lhes a data.

(286) Silva Pontes, *Diários de um Presidente, cit.*.

(287) *Diários, cit.*.

(288) *Jornal do Comércio,* de 15 a 25/6/850.

(289) *Nova Floresta,* Tomo II, págs. 5 a 8 (Livr. Chardron, de Lello & Irmão, Pôrto, 1909).

(290) Silva Pontes, *Diário Reservado,* Conf. de 4/2/852, *cit.*. Arturo Capdevila, no interessantíssimo livro: *Las Visperas de Caseros,* refere-se à presença de Mr. Gore na última festa de Manuelita.

(291) *Missão Especial, cit.,* Honório, Conf. 24/3/852.

(292) Rafael Mendes de Carvalho, pintor brasileiro, que esteve no Rio da Prata e, em fins de 1851, desenhou as caricaturas de Rosas, a pedido de Honório. Vide nota 123.

(293) *Legação em Montevidéu, 1851-1852,* Conf. de 25/3/852.

(294) *Comercio del Plata,* de 15 e 16/3/852; *Correio Mercantil,* de 6 e 12/4/852; *Jornal do Comércio,* de 5/4/852, e Francisco Marques dos Santos, *Sociedade Fluminense em 1852,* págs. 281 a 283, *in Estudos Brasileiros,* Ano III, Vol. 6.°, n. 18, Maio-junho de 1941. Escragnole Dória descreveu também o baile em artigo publicado na *Revista da Semana.*

(295) *Diário Reservado,* Conf., 25/3/852.

(296) Honório dizia a Paulino: "D. Pancho (Francisco) Esteves... revelou muito em segrêdo ao dr. Paranhos a confidência que lhe fizera Cesar Díaz de haver Castellanos recebido uma carta de Peña... em que aconselha que procure ganhar tempo". (*Missão Especial, cit.,* Conf. 31/3/852).

(297) *Missão Especial, cit.,* Conf. 24/3/852. Gore chegou a Montevidéu a 13 de março, sob o pretexto do baile. Conferenciou com Castellanos, de quem era amigo, e voltou a 20 para Buenos Aires. A intromissão de Gore na questão dos tratados prendia-se aos interêsses dos judeus inglêses Lafond e Poucel, que se diziam prejudicados com a cláusula referente à passagem de gado, constante do Tratado de Comércio. Os dois falaram a Honório a êste respeito, tanto em Buenos Aires, como em Montevidéu. Nada conseguindo com o brasileiro, agarraram-se a Mr. Gore e com êle

chegaram, a 13 de março, vindos de Buenos Aires. Daí, principalmente, a intervenção inglêsa nessa fase *da Missão Especial.*

(298) *Missão Especial, cit.*, Res. n.º 60, de 24/3/852.

(299) *Ibid.*.

(300) *Ibid.*. O poeta *Vassourense*, no *Correio Mercantil*, publicou a 9/5/852, pavorosa versalhada alusiva à rejeição dos tratados. Aí se reduzia a rejeição a simples bate bôca entre Honório e o Presidente Giró, descrito assim:

"Então o nosso embaixador
todo em iras esbraveja
com seus ares de Senhor!
Contra os ingratos pragueja;
e no acesso do furor
grita, rebrama e gagueja
Não há mais que duvidar,
o Brasil vai a medrar!

Alto lá meu fanfarrão!
Diz o Giró sombranceiro:
Perca os modos de sultão
que não está no seu *Janeiro.*
.Dispa as fúrias de Leão
se não quer ficar *Carneiro!*
Não há mais que duvidar,
o Brasil vai a medrar!"

(301) Paulino, *Relatório de 1853, cit., Anexo C*, págs. 2 e 3.

(302) Honório, Res. n.º 60, 24/6/852, *cit.*, e Silva Pontes, Conf. de 24 e 25/3/853, *in Legação em Montevidéu, cit.*.

(303) Conf., *cit.*, 25/3/825.

(304) Res. n.º 60, *cit.*, 24/3/852.

(305) *Diário Reservado, Conf.* de 2/4/852, *in* A. V. U.

(306) *Ibid.*.

(307) *Ibid.*. Conf de 6/4/852, *in Legação em Montevidéu, 1851-1852, cit.*.

(308) *Ibid.*.

(309) *Missão Especial, cit.*, carta particular de Honório a Paulino, de 20/5/852.

(310) Lamas, a 22/7/851, escrevia a Herrera: "Mis instrucciones y mis poderes me habilitan para hacer el tratado: pero no quiero hacerlo sin que Vd. me lo ordene de nuevo". Esta nova ordem foi remetida por D. Manuel Herrera, como se vê das cartas a Lamas, de 4/8/e 5/9/851. Lamas, no dia seguinte de assinar os tratados, escrevia a Herrera: "Soy ambicioso de ciertas cosas y confeso a Vd. que estoy satisfecho". E Herrera, assim que os recebeu, respondia-lhe: "Felicito a Vd. cordialmente, y me felicito por sus tratados". Tão satisfeito Herrera estava que os mostrou a Urquiza. A 23/10/851 dizia a Lamas: "Ayer estuve con el general Urquiza y ha léido los tratados con el mayor entusiasmo. Me ha dicho que adhiere de todo corazón..." (*Diplomacia de la Defensa*, Tomo IV, *cit.*, págs. 15, 25, 44, 69, 73 e 74). *Vide:* José Antônio Soares de Souza, *A Vida do Visconde do Uruguai*, págs. 386 e 387.

(311) Nota de 16/11/851, de Herrera a Lamas, cópia *in* A. V. U.. *Vide:* José Antônio Soares de Souza, *A Vida do Visconde do Uruguai*, págs. 404 e 406.

(312) De cartas ao ministro Paulino, vemos que Lamas deixou a casa da rua da Pedreira da Glória n.º 38 em setembro de 1851, instalando-se no Caminho Velho de Botafogo. A carta de 27/9/951 é a primeira que tem a nota: "S/c Caminho Velho de Botafogo".

(313) Paulino, Conf. e secretíssima, de 1/12/851, minuta *in* A. V. U..

(314) Paulino, *Relatório de 1852, Anexo F*, págs. 20 a 22.

(315) Paulino, Conf. e secretíssima, de 1/12/851, *cit.*.

(316) *Ibid.*.

(317) *Missão Especial*, cit., Conf. 22/12/851. Honório escreveu o seguinte sôbre o que lhe disse Herrera a respeito do coronel Reyes: "Na mesma ocasião, revelou-me o juízo do coronel Reyes sôbre os tratados, que é o seguinte e assim foi emitido: Que pessoas haviam que falavam do tratado de limites, mas que todos ignoravam a questão; que teria havido motivo para uma questão entre Espanha e Portugal, mas que a não deve haver entre o Império e a República; porquanto o tratado de 1828, que deu nascimento ao Estado Oriental, definia o seu território declarando independente a Província Cisplatina, a qual se havia constituído com o território e limites agora diretamente reconhecidos pelo Tratado de 12 de Outubro. Que louvava a êle, Herrera, por ter conseguido tanto do Império; que foi isso um triunfo de sua política. Que durante o ministério de Maciel Monteiro fôra êle coronel Reyes, à Côrte, comissionado por Oribe para tratar da ques-

tão de limites; que então o Império se achava a braço com a rebelião do Rio Grande do Sul e longe de poder dar socorros e auxílios a esta República, solicitava dela medidas e auxílios contra os rebeldes, e que não obstante muitas conferências teve sem poder obter a base do território do Ibicuí. Que o ministro brasileiro apresentava sempre a pretensão de limites pelo Arapéi, e que por fim a base do Quaraim, a do *uti possidetis*, fôra ùnicamente admitida para discussão, e que as negociações cessaram sem nada concluir-se. Que, portanto, o ministro oriental devia gloriar-se de ter celebrado um tratado com essa base do *uti possidetis*, na mesma ocasião em que o Império prestava tantos auxílios a êste Estado, e fazia com êle uma aliança, que, além de manter a sua independência, lhe garantia a conservação da ordem e do poder legal". Reyes esteve na Côrte com Villademoros. Paulino, no *Relatório de 1852, cit.*, publicou parte da correspondência entre Villademoros e Maciel Monteiro (*Anexo D*, N. 10, págs. 12 a 15).

(318) Carta *cit.*, de 2/2/852, de Honório a Peña, anexa ao Res. n.º 51, *cit.*, de 4/3/852; e Silva Pontes, Conf. de 6/3/852, *in Legação em Montevidéu, cit.*.

(319) *Missão Especial, cit.*, nota de 24/2/852, do dr. Diógenes J. de Urquiza, anexa ao Res. n.º 53, de 4/3/852.

(320) Honório, carta particular a Paulino, de 17/4/852, e Res. n.º 74, da mesma data, *in A. V. U.*, e Conf. de 31/3/852, *in Missão Especial, cit.*.

(321) *Missão Especial, cit.*, Conf. de 31/4/852.

(322) *Diário do Exército em Operações sob o Comando em Chefe do Marechal Conde de Caxias na Guerra contra Oribe e Rosas, 1851-1852, in* Arquivo Nacional, publicado no *Jornal do Comércio*, de novembro de 1950. Dêste *Diário* consta o seguinte a 5/4/852: "Na mesma ocasião Urquiza dá a perceber que muito sente não ser S. Exa. (Caxias) a pessoa, que êle e o Govêrno Argentino tivessem de se entender, porque então tôdas as questões já estariam resolvidas".

(323) Silva Pontes, Conf. de 6/3/852, *in Legação em Montevidéu, 1851-1852, cit.*.

(324) *Missão Especial, cit.*, Honório, Conf. de 1/4/852. L. L'Hermenier, jornalista, francês, muito protegido pelo ministro Paulino, escreveu o mesmo, levado pelo boato, incluindo também o almirante Grenfell como contrário aos tratados. Esta opinião não só L'Hermenier escreveu em carta a Paulino, mas ainda estampou em um trabalho com o título: *Notes sur la Mission de M. Carneiro Leão.* Silva Pontes, porém, desmentiu imediatamente o

que o francês afirmara, de informações inexatas, dizendo a Paulino: "Em terceiro lugar, atribui ao conde de Caxias e ao Grenfell uma oposição aos tratados, que êles não fazem. De mais o conde nunca se negou a auxiliar a diplomacia quando esteve ao seu alcance. Prova disso é a carta endereçada a Urquiza à cêrca da nomeação de Guido. Em quanto a Grenfell estou seguro de que obrará do mesmo modo em caso semelhante. L'Hermenier foi absolutamente mal informado". (Conf. de 6/4/852, *in Legação em Montevidéu, 1851-1852, cit.*). O trabalho *cit.* de L. L'Hermenier encontra-se na Biblioteca Nacional (I-30-8-17). Devo a possibilidade de ler êste trabalho ao meu ilustre amigo Walter Alexander de Azevedo, que me remeteu cópia extraída do ms. da Biblioteca. É de se notar o fato de o informante de L'Hermenier, o cônsul Devoize, além de tendencioso, sempre que se referia ao Império, não saber coisa alguma do que pretendia informar o patrício jornalista, como se vê da correspondência publicada, *in Informes Diplomáticos, cit.*.

(325) O conhecimento de Pontes com de la Peña era anterior à aliança do Império com Urquiza. Em nota do *Diário de 1851*, referindo-se Pontes às ordens de Paulino, chegadas a Montevidéu a 26 de março de 1851, para que se entendesse com Urquiza, consignava o seguinte: "As minhas conferências com o Herrera e Padre Peña, em virtude das ordens que trouxe o *Golfinho*, chegado aqui a 26 do corrente."

(326) Carta de Peña, de 23/2/852, *apud* Silva Pontes, *Diário Reservado* (dia 26/2/852), Conf. *cit.*, de 6/3/852.

(327) Carta de Silva Pontes a Peña, de 4/3/852, anexa em cópia à Conf. de 6/3/852 a Paulino (2.ª), *in Legação em Montevidéu, 1851-1852, cit.*

(328) Silva Pontes, Conf. de 6/3/852 (2.ª), *cit.*, e *Diário Reservado*, dia 21/3, Conf. de 25/3/852, *in Legação em Montevidéu, 1851-1852, cit.*

(329) Cópia autenticada anexa à Conf., *cit.*, 25/3/852, de Silva Pontes.

(330) *Ibid.*

(331) *Missão Especial, cit.*, minutas de ministro.

(332) Conf., *cit.*, de 25/3/852.

(333) Cópia autenticada anexa à Conf. de Silva Pontes, de 1/4/852, *in* A. V. U.

(334) Esta carta de 4/3/852 é a citada em nota 327. Paulino minutou resposta na própria Conf. de 6/3/852, que trazia a cópia

da carta. "Inteirado", escrevia êle, "e que aprovo a carta que escreveu a Peña e de que junta cópia, parecendo-me muito conveniente que a questão dos tratados termine pelo que êle, R. P., indica na dita carta, que deverá esforçar-se nesse sentido.

(335) Carta de 31/3/852, cópia autenticada, anexa à Conf. de Silva Pontes, de 1/4/852, *in* A. V. U. *Vide:* José Antônio Soares de Souza, *A Vida do Visconde do Uruguai*, págs. 418 e 419.

(336) Escragnole Dória, *Honório no Prata, in Revista da Semana*, 4/5/933. Neste artigo o autor transcreveu vários trechos das cartas de Honório e sua esposa. Estas cartas estão hoje com o dr. Henrique C. Leão Teixeira Filho e são às que me refiro em nota 285. As transcrições que faço são tiradas do artigo de Escragnole Dória.

(337) *Missão Especial, cit.*, Conf. de 12/1/852, minutas do ministro.

(338) *Ibid.*, Conf. de 19/3/852.

(339) *Ibid.*

(340) *Ibid.*, Conf. de 31/3/852.

(341) *Ibid.*, Carta particular, de Buenos-Aires, 3/5/852. Uma das poucas coisas verdadeiras, que escreveu Devoize, nos *Informes Diplomáticos*, publicados pelo historiador Mateo J. Magariños de Mello e já citados, foi que Honório Hermeto teve mais paciência do que era de se esperar. Mas, logo em seguida, tem o cônsul francês um período inteiramente inverídico, que escreve por conta de Castellanos. Êste, segundo Devoize, lhe dissera que recebera informações inteiramente novas, que modificaram as suas idéias. Que informações novas eram estas que só apareceram em maio? (Ofício de 5/5/852, pág. 229).

(342) *Missão Especial, cit.*, Conf. de 21/1/852.

(343) Conf. de Paulino a Pontes, de 6/4/852, *in* A. V. U.

(344) *Missão Especial, cit.*, Conf. de 1/4/852.

(345) A Conf. de Paulino, transcrita, é de 22/3/852 e se encontra *in Missão Especial, cit.*, minutas do ministro.

(346) Cópia autenticada anexa à Conf., *cit.*, de 1/4/852.

(347) *Correspondência do Duque de Caxias, in* Arquivo Nacional, publicada no *Jornal do Comércio*, de 30/9/950, doc. 74, carta conf., de 24/3/852, a Manuel Felizardo.

(348) Carta de 1/4/852, cópia autenticada anexa à Conf. de Honório, *cit.*, de 1/4/852. Na *Correspondência do Duque de*

Caxias, citada em nota 347, foi publicada esta carta (doc. 76). A Manuel Felizardo, a 2/4/852 (doc. 77), dizia Caxias que a escrevera "a ver se êle (Urquiza) arrepia carreira e dei êsse passo de acôrdo com o nosso amigo Carneiro Leão, que está de relações cortadas com êle, como V. Exa. sabe".

(349) A cópia autenticada desta carta encontra-se hoje anexada à Conf. de Honório, de 1/4/852, *cit.*, e não à Conf., a que devera ter pertencido.

(350) Silva Pontes, *Diário Reservado, in* Conf. de 6/4/852, *cit.*

(351) Esta casa devera ser bem conhecida, pois servia de referência em relação às vizinhas. Silva Pontes, no *Diário de 1849* (20/2), anotava: "Comprei uma dúzia de meias, que paguei, na loja em frente do Pancho".

(352) *Missão Especial, cit.*, (272/1/2) carta particular de Paranhos a Paulino, de 1/4/852.

(353) Referiu-se Pontes à data da conferência de Honório com Cesar Diaz na Conf. de 24/3/852, *in Legação em Montevidéu, 1851-1852, cit.*

(354) Paranhos, carta cit. 1/4/852.

(355) Conf., *cit.*, 31/3/852.

(356) Paranhos, carta *cit.*, 1/4/852, e Silva Pontes, *Diário Reservado* (25/3), Conf. 2/4/852, A. V. U.

(357) Carta de 11/1/853, Arquivo Particular do Visconde de Rio-Branco. (A. H. I.).

(358) Paranhos, carta *cit.*, 1/4/852.

(359) *Ibid.*

(360) *Missão Especial, cit.*, (272/1/2), carta particular e reservada de Paranhos a Paulino, de 6/4/852. Silva Pontes refere-se também à conferência de 5/4, de Honório com Cesar Diaz (Conf. *cit.*, 6/4/852).

(361) Pontes, Conf., *cit.*, 6/4/852.

(362) Carta cit., 6/4/852.

(363) *Missão Especial, cit.*, Honório, Conf. de 10/4/852.

(364) Pontes anotou o seguinte: "Segundo uma nota que tenho diante de mim o ministro Castellanos, solicitando autorização para executar os tratados, disse: "que a situação tinha completamente mudado; que, há pouco, prometia o general Urquiza o seu apoio moral e físico em favor das medidas do govêrno

relativas aos tratados; que hoje infelizmente o general Urquiza se achava em uma posição mui alta porque lhe estavam confiadas as relações externas da Confederação Argentina; que êste homem sem consciência e sem fé (expressões dêle ministro Castellanos) tinha feito um câmbio repentino; que êle ministro pedia pelo interêsse da paz da República que fizesse executar os tratados; que lhe constava que Urquiza se achava em correspondência com S. M. o Imperador; que a isso devia atribuir o câmbio de que falava; que o govêrno se vê em uma situação difícil, porque a República Argentina está em boas relações com o Império, e secunda as medidas do general Urquiza em favor dos tratados". (*Diário Reservado*, Conf. de 20/4/852 (6/4), *Legação em Montevidéu*, 1851-1852, *cit.*).

(365) *Legação em Montevidéu, 1851-1852, cit., Diário Reservado* (4/5), Conf. 5/5/852.

(366) Honório, Conf. de 10/4/852, *cit.*

(367) *Ibid.*

(368) Encontram-se várias cartas de Peña a Silva Pontes em um maço intitulado: *Legação em Buenos-Aires — Correspondência Geral (recebida), 1851-1852* (A. H. I., 404/2/2). Melhor seria se tivessem deixado todos êstes documentos no Arquivo Particular de Silva Pontes, como, originàriamente, deveriam estar, a espalhá-los por vários maços, cujos títulos nem sempre coincidem com a documentação.

(369) Cópia autenticada anexa à Conf. de Silva Pontes, de 15/4/852. Esta carta foi escrita por sugestão de Honório (*Diário Reservado*, dia 7/4, *in Conf.* de 20/4/852). *Legação em Montevidéu, 1851-1852, cit.*

(370) Carta de 9/4/852, cópia anexa à Conf. de Silva Pontes, de 15/4/852, *cit.*

(371) *Missão Especial, cit.*, Conf. de 4/3/852.

(372) *Ibid.*, Conf. de 5/4/852, minutas do ministro.

(373) Silva Pontes, *Diário Reservado*, Conf. 5/5/852, *cit.* (dia 1/5).

(374) *Missão Especial, cit.* Conf. de 12/4/852, minutas do ministro.

(375) *Jornal do Comércio*, de 29/1/853. Em um dos seus comunicados ao ministro Arana, de 20/1/851, dizia Southern sôbre a sua permanência no Rio de Janeiro: "Tengo el presentimiento que no voy à quedar mucho tiempo aquí. No sé lo que sucederá..." (Adolfo Saldias, *Rosas y el juicio histórico*, cit., pág. 201).

(376) Na minuta, que consultei, tem nota de confidencial.

(377) Res. n.º 74, de 17/4/852, *in* A. V. U.

(378) Carta particular, de 17/4/852, *in* A. V. U.

(379) A minuta primitiva com o final, que escrevera Honório antes de receber a confidencial de Paulino, encontra-se anexada ao Res. n.º 74, *cit.*, *in* A. V. U.

(380) Silva Pontes, *Diário Reservado*, Conf. de 20/4/852, *cit.*, dia 17/4.

(381) Paulino, *Relatório de 1853*, *cit.*, *Anexo C*, págs. 4 a 8.

(382) *Missão Especial*, *cit.*, carta particular de 20/4/852 (272/1/2).

(383) *Diário Reservado*, Conf. de 2/4/852 (A. V. U.) e Conf. de 20/4/852, *cit.*

(384) Honório, carta *cit.*, 20/4/852.

(385) *Ibid.*

(386) *Correspondência do Duque de Caxias*, cit. em nota 347, docs. 84 e 85.

(387) Cartas: de Honório, 20/4/852, de Urquiza, 17/4/852, cópias autenticadas, anexas à carta de Honório, de 20/4/852, *cit.*

(388) *Diário Reservado*, Confs., *cits.*, de 20/4 e 5/5/852.

(389) Cartas de 2 e 9 (terminada a 10/4/852), cópias anexas às Confs. de Pontes, de 5/ e 8/4/852, *in Legação em Montevidéu, 1851-1852*, *cit.*

(390) Silva Pontes, *Diário Reservado*, dias 11 e 13/4/852, *in* Conf. de 20/4/852, *cit.*

(391) *Ibid.*, Conf. de 5/5/852, *cit.*, e *Missão Especial*, *cit.*, Honório, Conf., 21/4/852.

(392) Silva Pontes, *Diário Reservado*, *in* Conf. de 5/5/852, *cit.*

(393) *Ibid.*, dias 28 e 29/4/852.

(394) Caxias escrevia a Honório: "é quase impossível conservar o nosso Exército parado, no meio desta deserta campanha, por muitos dias na estação atual". Honório dava-lhe razão, dizendo a Paulino: "o conde de Caxias insta com razão para que eu lhe fixe definitivamente a missão que tem de desempenhar o Exército Brasileiro". (*Correspondência do Duque de Caxias*, citada em nota 347, docs. 86 e 87, e Honório, Res. 78, de 5/5/852, cópia *in* A. V. U.).

(395) Notas: de Honório a Castellanos, 8/5/852, e de Castellanos a Honório, 10/5/852. Nesta classificava de "feliz idéia" a de lhe solicitar Honório a conferência. (*In* Paulino, *Relatório de 1853, cit., Anexo C,* págs. 8 a 10).

(396) *Missão Especial, cit.*, Honório, Conf., de Buenos-Aires, 3/5/852.

(397) Carta citada em nota 235.

(398) Honório, Conf., *cit.*, 3/5/852.

(399) Missão Especial, cit., carta de 26/4/852, cópia autenticada anexa à Conf. de Honório, 5/5/852. A carta de Paulino, a que se refere Urquiza, deve ser a que Ramón J. Cárcano reproduz, traduzida para o espanhol, no livro: *Del sítio de Buenos Aires al Campo de Cepeda,* págs. 74 a 76. A carta de Paulino é de 13/4/852. Não conheço o original nem a minuta desta carta. Infelizmente a correspondência de Urquiza e Paulino não a consegui encontrar, a não ser quatro cartas, em cópias autenticadas.

(400) Honório, Conf. de 3/5/852 e Res. n.º 78, de 5/5/852, cits. Enquanto seguia Honório para Buenos Aires, o *Correio Mercantil,* de 1/5/852, propalava o boato do apedrejamento da casa do plenipotenciário em Montevidéu.

(401) Honório, Conf., *cit.* 3/5/852.

(402) *Ibid.*

(403) Carta, *cit.*, 3/5/852.

(404) *Missão Especial,* cit., Honório Conf. 18/5/852.

(405) Honório, Conf., *cit.*, 3/5/852.

(406) Silva Pontes, *Diário Reservado,* Conf., *cit.*, 5/5/852, e Castellanos, nota a Honório, *cit.*, 10/5/852.

(407) Honório, Res. 78, *cit.*, 5/5/852, e cópias anexas (n.º 1, *Modificaciones,* e n.º 2, *Resposta às Modificações propostas*), *in* A. V. U.

(408) *Missão Especial, cit.*, Conf. 19/3/852, minutas do ministro.

(409) Carta, *cit.*, 3/5/852.

(410) *Ibid.*

(411) Honório, Conf., *cit.*, 4/3/852.

(412) Conf., *cit.*, 19/3/852.

(413) Silva Pontes, *Diário Reservado,* dia 1/5, Conf. de 5/5/852, *cit.*

(414) Carta a D. Manuel Herrera, de 18/4/852. *Vide* carta de Lamas a Herrera, remetendo-lhe outra para ser entregue a Castellanos. Nesta recomenda: "es necesario no llegar con el Sr. Honório a un rompimiento, riesgo que siempre se corre con el". (*Diplomacia de la Defensa, cit.*, T. IV, págs. 116 e 118.)

(415) José Antônio Soares de Souza, *A Vida do Visconde do Uruguai, cit.*, pág. 408.

(416) *Diplomacia de la Defensa*, cit., Vol. IV, págs. 120 e 121, carta de 5/4/852.

(417) *Ibid.*, págs. 121 a 123.

(418) *Ibid.*, pág. 123. A resposta de D. Andrés Lamas a esta carta de Paulino, *in A Vida do Visconde do Uruguai, cit.*, pág. 423.

(419) *Missão Especial, cit.*, Conf. Reservadíssima de 19/4/852, minutas do ministro.

(420) *Vide* instruções de Paulino, de 1844, que transcrevo no livro: *Um diplomata do Império, cit.*, pág. 415, nota 404.

(421) Pareceres e voto do Conselho de Estado, sessões de 16 e 20/1/848. (Devo as cópias, que possuo, ao meu ilustre amigo e incansável investigador da nossa história, Walter Alexander de Azevedo). Na maioria os votos foram contrários à política planejada pelo ministro Saturnino, de um entendimento com Oribe. Sôbre êste entendimento escreve o seguinte Enrique M. Barba: "Guido, activísimo como siempre, trató de cruzar los intentos de la diplomacia de Montevideo. Contando con la buena disposición del ministro Saturnino gestionó ante el gobierno imperial el reconocimiento del de Oribe. El 17 de noviembre de 1847, Guido escribia a Oribe diciendo que "puede enviar su agente en la clase de *confidencial* trayendo si Vd. gusta, las credenciales de su carácter diplomático, para hacerse ostensible, cuando sea conveniente". (*História de la Nación Argentina*, Vol. *cit.*, Cap. IV, *Las Relaciones Exteriores con los Paises Americanos*, págs. 366 e 367). Mesmo depois de deixar Saturnino o ministério, a política que intentara de o Império reconhecer o govêrno de Oribe perdurou, pois Pimenta Bueno a confirmou e Limpo de Abreu estava resignado a aceitá-la, se não fôsse possível contorná-la com habilidade. Ponte Ribeiro, que se achava na chefia da 3.ª secção da secretaria e por isso sempre bem enfronhado nas traças da política imperial no continente, escrevia a Silva Pontes, a 13 de março de 1848: "Veja quanto é mau dar mal o primeiro passo! O Sr. Limpo tem que sustentar a declaração do Sr. Saturnino,

confirmada pelo Sr. Pimenta Bueno! Se Oribe mandar o agente confidencial será recebido. Mas espero em Deus que não lhe enviaremos um enquanto V. Sa. estiver junto do govêrno do Uruguai". (*In* Arquivo Particular de Silva Pontes). Por incrível que pareça até Herrera, o ministro da Praça, pretendia então o reconhecimento de Oribe. Silva Pontes, no seu *Diário de 1849*, consignou o seguinte no dia 31 de maio: "Vem o Herrera e propõe (reservadìssimamente) que o Brasil se ofereça a Oribe para interferir debaixo da base de o reconhecer Presidente e de defendê-lo contra o predomínio de Rosas etc.".

(422) Na mesma ocasião que escreveu a Castellanos, 17/4/852, remetendo cópia da carta de 15/4/852, que recebera de Paulino, fêz Lamas o mesmo com de la Peña, a quem também enviou cópia da carta. (Cartas de Lamas a Paulino, *in* A. V. U.).

(423) Silva Pontes, *Diário Reservado, Conf.* de 5/5/852, *cit.*

(424) Cartas citadas em nota 368. De Colônia, a 7 de maio de 1853, dizia Peña a Silva Pontes: "Mi vida atual es enteramente consagrada a la jardineria, que ha sido siempre mi pasión dominante: en medio de ella mis votos mas sinceros son consagrados a la felicidad de mi pátria".

(425) *Legação em Montevidéu, 1851-1852, cit.*, Silva Pontes, Conf. de 3/4/852.

(426) Desde o início se inculcara a rejeição como partindo da Assembléia, tanto que Paulino, a 12/1/852, escrevia a Honório: "Nunca reconhecemos a necessidade de ratificação dos tratados pela Assembléia". (*Missão Especial, cit.*, minutas do ministro).

(427) *Missão Especial, cit.*, Conf. 11/1/852, minutas do ministro.

(428) *Ibid.*, Res. n.º 28, 6/5/852.

(429) O original dêste documento *in* Arquivo do Museu Imperial, de Petrópolis. O ilustre professor Hélio Vianna o transcreve, na íntegra, em artigo publicado no *Anuário do Museu Imperial* (Petrópolis, 1950, pág. 53) com o título: *Notável Documento da História Política do Império.* Cf. Paulino, discurso na Câmara, de 3/11/841, *in Reformas do Código do Processo Criminal*, pág. 115 (Rio de Janeiro, Imprensa Americana, 1842).

(430) *Vide*: Paulino, discurso na Câmara, de 7/2/843, *in Discursos*, pág. 13 (Rio de Janeiro, Tip. Imparcial, 1843).

(431) Nesse trecho se referiam ao tráfico e ao Rio da Prata. Fôra a política externa que os não deixara pedir demissão desde

julho, pois diziam: "Desde Julho, Senhor, estão os Ministros de Vossa Magestade Imperial deliberados a dar êste passo, e só os negócios do Rio da Prata lh'o embargaram então".

(432) Pela Constituição Imperial, como chefe do poder executivo, competia ao Imperador, entre as suas principais atribuições: "Dirigir as negociações políticas com as nações estrangeiras". (Art. 102, 7.º). Manuel Godofredo de Alencastro Autran, *Constituição Política do Império do Brasil*, págs. 75 a 79 (Rio de Janeiro, H. Laemmert & Cia., 1881).

(433) Carta particular de Paulino a Paranhos, de 12/5/852, *in* Arquivo Particular do Visconde de Rio-Branco, A. H. I.

(434) José Antônio Soares de Souza, *A Vida do Visconde do Uruguai*, cit., pág. 424.

(435) Carta de 13/4/852, *in* Arquivo Particular do Visconde de Rio-Branco, *cit.*

(436) Ibid., carta de 18/4/852.

(437) Tanto esta carta de Paranhos, como a anterior, de 2/4/852, não se encontram no Arquivo do Visconde do Uruguai.

(438) Não deixou Paulino de mencionar o motivo da demissão: "Devo dizer que não houve a menor desavença entre nós, que saímos muito amigos, e com muita estima uns pelos outros. O cansaço, o tédio, o enjôo, a deliberação em que estava o Sr. Euzébio de sair fôsse como fôsse; a dificuldade de carregar êle só com o pêso e a direção da Câmara, e de acomodar os arranjos e descontentamento que aí havia, a previsão de descomposturas e insultos que íamos sofrer, tudo isso trouxe a retirada do Ministério. O Sr. Monte Alegre também não podia continuar pelo seu estado de saúde, idade, hábitos e pelos seus interêsses na Província de São Paulo, onde tem fazendas, às quais não vai há 4 anos". Carta de 12/5/852, *in* Arquivo Particular do Visconde do Rio Branco. Segundo o *Correio Mercantil*, de 16/5/852, Pimenta Bueno escusou-se de formar o novo ministério, por não pertencer ao Corpo Legislativo. — Durante anos, figurara Paulino, nos jornais da oposição, como jesuíta, republicano e chefe dos *Tiranicidas*. Agora, em 1852, era, principalmente, o nariz do ministro que entretinha a oposição, inspirando-lhe um sem número de versos, publicados na *Pacotilha* do *Correio Mercantil*. De dois perfís, que conheço, de Paulino, um feito por Manuel Araújo Pôrto-Alegre, no quadro da Coroação, existente no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, e outro na medalha comemorativa da Reforma do Corpo Diplomático, em 1851, o nariz do ministro,

embora grande, não era de chamar a atenção, a ponto de causar tanta alergia à oposição. De um retrato de D. Antoinette, que temos, podemos ver que o nariz de Paulino, no tocante ao tamanho, era cópia quase que fiel, do de sua Mãe. Ela mesma é quem faz o seguinte reparo, ao descrever-lhe sua filha Clotilde: "Clotilde te ressemble beaucoup, elle a en tout la même figure, hors son nez qui est fort petit". Deduz-se daí que o nariz de Paulino era grande, ainda que no passaporte, que tirou em Portugal, em 1828, se declare, quanto ao nariz e boca, "regular", no sentido de normal ou de nada existir, digno de maior atenção. Em dezembro de 1851, já Aureliano, o futuro Sepetiba, depois de chamar o inimigo de jesuíta, em carta a Paulo Barbosa, dizia: "De política não te falo; uns dizem que tudo vai às mil maravilhas e que o nariz do Paulino é um portento..." (Hélio Viana, *Visconde de Sepetiba*, págs. 195 e 198, *in Centenário de Petrópolis*, Vol. VII). O nariz do ministro daí em diante passou aos versos da oposição. O poeta Vassourense, em 9/5/852, no *Correio Mercantil*, referia-se ao "grande nariz", que tinha saber de juiz e se assentava nos conselhos reais. A 6/6/852, depois de constituído o novo ministério, o mesmo poeta escrevia os seguintes versos, com o título: "Os sustos":

"A terrível amarela...
Faço cruzes na sujeita!
Tremo só de falar nela!
A maldita desta feita
Fêz-nos tremenda barela;
Quase que prega a desfeita
De levar-nos por um triz
O nosso grande nariz!

Ah! Santo breve de marca!
O Brasil desnarigado?!...
Era mesmo quebrar arca
Que o saber traz encerrado;
Ou deixar à tôa a barca
Com seu leme escangalhado,
Desnarigado o Brasil
Não valia mais ceitil.

Que dirão as mais nações
Em o vendo mutilado?
Oh! riam-se aos trambolhões
Da figura do coitado!
E faziam mil judiações
Com o pobre despencado!
Triste, meu Deus, o país
Sem o Senhor seu nariz!

Três membros já lá se vão...
Podem todos ir passear!
Reservando o narigão,
Tudo o mais que vá bugiar!
Pois temos a salvação
Neste begue singular!
Querem a pátria feliz?
Não lhe bulam co'o nariz".

Êstes versos do Poeta Vassourense inspiraram outros ao poeta Jurujubense, que estampou, no *Correio Mercantil*, de 20/6/852, o seguinte soneto, intitulado: "O nariz do nosso Metternich":

"Exposto, em Londres, como coisa rara,
Vai ser, com pasmo da presente era,
Nariz que sai da narigal esfera,
Nariz que boa quarta tem de vara.

Para pintá-lo, dizem, se prepara
Grão pincel de cabelo de pantera,
Qu'assim pede o nariz maior que viera
À luz do mundo em brasileira cara.

Há muito a fama de tal penca gira,
Tudo assombrando do Brasil por fora;
Há muito que o Bretão vê-la suspira.

Nela há quem julgue que Minerva mora
Chama-lhe Urquiza o seu paládio, e em ira
Chama-lhe Rosas caixa de Pandora".

Dificilmente se poderá averiguar as personagens que se embiocaram por traz dos pseudônimos: "Poeta Vassourense" e "Poeta Jurujubense". É possível que êste último fôsse José Maria do Amaral, que veio de Paris brigado com o ministro. Os versos, na época, tornaram-se comuns não só na crítica, senão no elogio. F. de Paula Brito, pouco depois, fazia o seu soneto ao Visconde do Uruguai, com a dedicatória: "Ao feliz regresso do Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor Visconde do Uruguai, No dia 7 de Outubro de 1856". No final, assinava-se "Pelo seu íntimo e cordial amigo — F. de Paula Brito". É o seguinte o Soneto:

"Eis-te, Ilustre Varão! eis-te chegado
À Capital do Brasileiro Império,
Depois que a transatlântico hemisfério
Fôste de Alta Missão Encarregado!

Tanto, qual fôste aqui, lá reputado
Por teu muito saber, tino, e critério,
Pelo baldão do infame vitupério
Nem sequer uma vez foste manchado.

Aos braços dos amigos regressaste,
E, em paz, ainda que cheia de tristeza,
Do vasto Império a capital achaste.

Vem dar aos indecisos fortaleza,
Vem dar impulso aos planos que traçaste,
Que p'ra tanto tens fôrça e tens grandeza.

Assim serviam os versos já para despintar um nariz inimigo, já para descrever as virtudes de um amigo. A questão era o ponto de vista em que se colocava o poeta.

(439) Silva Pontes, *Diário Reservado,* dias 6, 7 e 8/5/852, *in Legação em Montevidéu, cit.*

(440) *Missão Especial, cit.,* Honório, Res. n.º 81, 18/5/852.

(441) *Ibid.,* e Silva Pontes, *Diário Reservado,* Conf., *cit.,* 18/5/852.

(442) Cópia autenticada desta nota vem anexa ao Res. n.º 81, de 18/5/852, *cit.,* e foi publicada no *Relatório de 1853,* de Paulino, *Anexo C, cit.,* págs. 8 e 9.

(443) Cópia autenticada: "Conforme — El Secretario de la Legación, J. M. la Fuente", *in* A. V.U. Esta cópia foi remetida anexa ao Res. n.º 81, de 18/5/852, *cit.*

(444) *Missão Especial, cit.,* Honório, Res., *cit.,* n.º 81, de 18/5/852, e Paulino, *Relatório de 1853, Anexo C, cit.,* pág. 10.

(445) Honório, Res. n.º 81, *cit.,* 18/5/852.

(446) *Missão Especial, cit.,* Honório, Conf. de 18/5/852.

(447) Silva Pontes, *Diário Reservado,* (12/5), *in* Conf., *cit.,* 18/5/852. Pontes dizia ainda o seguinte: "Há poucos dias veio a esta cidade o coronel Valdez. Teve uma longa conferência com Giró, e daí foi para a Quinta de D. Manuel Oribe, onde pernoitou. Valdez tinha trazido uma fôrça de 200 homens, que ficaram ocultos fora da cidade. Também consta que trouxe dinheiro. De tudo estão cientes os Srs. Carneiro Leão e Peña". *Vide*: Honório, Res. n.º 81, *cit.,* 18/5/852.

(448) Conf., *cit.,* 18/5/852 (dia 11/5).

(449) Honório, Res. n.º 81, *cit.,* 18/5/852.

(450) *Ibid.,* e Honório, Conf., *cit.* 18/5/852.

(451) Honório, Res. n.º 81, *cit.,* 18/5/852.

(452) *Ibid.,* e Silva Pontes, *Diário Reservado* (12/5), Conf., *cit.,* 18/5/852.

(453) Honório, Res. n.º 81, *cit.,* 18/5/852.

(454) Cópia autenticada anexa ao Res. n.º 81, *cit.,* 18/5/852 (anexo 5), e a tradução para o português *in Relatório de 1853,*

de Paulino, *Anexo C, cit.*, pág. 11. A nota não fôra inteiramente nos têrmos acordados com o plenipotenciário. Êste, porém, concordou, desde que lhe mandou Castellanos a minuta, porque, embora modificada a redação, guardava o pensamento do que haviam acordado, de essencial. (Honório, Conf. n.º 81, *cit.*).

(455) Silva Pontes, *Diário Reservado* (13/5), Conf., *cit.*, 18/5/852.

(456) Honório, Res., *cit.*, n.º 81, 18/5/852.

(457) Silva Pontes, *Diário Reservado*, (15/5), Conf., *cit.*, 18/5/852.

(458) Honório, Res. n.º 81, *cit.*, 18/5/852. O Tratado de 15 de Maio de 1852 e o Protocolo da mesma data encontram-se publicados no *Relatório de 1853*, de Paulino, *Anexo A*, págs. 1 a 8.

(459) A política dos *blancos*, tentada por Castellanos, de angariar aliados contra o Império é de se confrontar com a de Lucas Obes, mandando Muñoz à Bolívia a ver se Santa-Cruz formaria a pretendida liga contra o Brasil, e com a política de Juan José Herrera, buscando a fôrça de Solano López, com a missão de Octavio Lapido, para arremessá-la contra o Brasil. A traça, em tôdas elas, foi a mesma. Até o general Frutuoso Rivera, quando, repudiado pelo govêrno da Praça, se refugiou no Império, tentou a sua aliança com D. Carlos Antônio López contra o Brasil. E isso num momento que o govêrno imperial lhe pagava a diária no Hotel de Itália. O velho López, então muito agradecido ao Império, pelo reconhecimento da Independência do Paraguai, mostrou a Pimenta Bueno o convite de Rivera. Pimenta Bueno, de S. Borja, a 13 de março de 1847, escrevia ao Barão de Cairu, ministro dos Negócios Estrangeiros: "Nas vésperas de minha saída da Assunção recebeu o Presidente um convite de Frutuoso Rivera para unir-se com êle, que *procurava também o acôrdo da Bolívia, a fim de, conjuntamente, tratarem com o Brasil sôbre limites.* Era uma liga infensa ao Império, que êsse homem turbulento, ainda em sua desgraça, não se descuida de promover". *In Missões Diplomáticas Brasileiras — Assunção, Ofícios, 1846-853*, Res. n.º 2, §5.º, 13/3/847, A. H. I. Devo o conhecimento dêste passo de Pimenta Bueno, ao ilustre historiador paraguaio dr. R. Antônio Ramos.

(460) Honório, Res. n.º 81, *cit.*, 18/5/852.

(461) *Ibid.*

(462) Honório, Conf., *cit.*, 18/5/852. Existem duas confs. desta data. Uma, porém, dedicou-a Honório, inteiramente, à conferência que teve com Urquiza e com o ministro López.

(463) Honório, Conf., *cit.*, 18/5/852.

(464) Carta particular, de 18/5/852.

(465) Silva Pontes, *Diário Reservado,* (22 e 23/5), Conf. 27/5/852, *in Legação em Montevidéu.*

(466) Carta datada de Palermo de San Benito, 20/5/852, cópia autenticada anexa ao Res. n.º 84, 26/5/852, *in Missão Especial, cit.*

(467) Cartas de Honório a Paranhos, *in* Arquivo Particular do Visconde de Rio-Branco.

(468) *Missão Especial, cit., Res.* 85, 26/5/852, e cópias autenticadas dos dois discursos, anexas ao mesmo Res. n.º 85. *Vide* também: *Comercio del Plata,* ns. 26 e 27 e 28/5/852, e Silva Pontes, *Diário Reservado,* Conf. *cit.*, 27/5/852.

(469) *Comercio del Plata,* n.º de 28/5/852, e *Jornal do Comércio,* de 5 e 7/6/852.

(470) *In* Arquivo Particular do Visconde de Rio-Branco.

ÍNDICE ONOMÁSTICO

— A —

Abaeté, Visconde de (v. Abreu, Antônio Paulino de).
Abreu (Antônio Paulino Limpo de): 269, 272, 279, 309.
Acevedo (Dr. Eduardo): 129, 130, 131, 150, 266.
Alcanforado: 88, 89, 94, 95, 289.
Alexander (Herr): 67, 284.
Alsina (D. Valentin): 82, 107, 110, 122, 124, 291.
Alvear (Dr.): 75.
Alvear (General): 75.
Alvim (Francisco Cordeiro Tôrres): 285.
Amaral (Joaquim Tomaz do): 24, 277.
Amaral (José Maria do): 313.
Amélia: 49, 50, 282.
Andréa (Francisco José de Souza Soares de): 10.
Anjo (Salvador G.): 281.
Antoinette (v. Souza, Antoinette Gabrielle Madeleine Soares de).
Aquino (Coronel): 112, 142, 297.
Arana (D. Felipe): 77, 87, 90, 92, 93, 221, 306.
Araújo Júnior (Lúcio): 290.
Araújo (José Paulo Figueirôa Nabuco de): 294.
Arista (D. Mariano): 278.
Arnold (Samuel Greene): 281, 288, 295.
Aureliano (v. Coutinho, Aureliano de Souza Oliveira).
Autran (Manuel Godofredo de Alencastro): 311.
Ávila (Antônio Joaquim Curvelo d'): 15, 271, 272.
Ayelo (D. Gregório): 159.
Azambuja (médico): 182.
Azambuja (Joaquim Maria Nascentes de): 90, 271, 279, 280, 287.
Azevedo (Walter Alexander de): 98, 303, 309.

— B —

Barba (Henrique M.): 205, 309.
Barbacena (Marquês): 75, 281.
Barbacena (Visconde): 281.
Barbacena (Viscondessa): 52.
Barbosa (Paulo): 312.
Barreto (Carlos Xavier Pais): 281.

Barreto Filho (Melo): 294.
Batlle (General Lorenzo): 57, 58, 60, 63.
Baudon (Hector): 295, 296.
Bellegarde (Pedro de Alcântara): 47, 107.
Bendann (E.): 292.
Benevides (General): 292.
Berges (José): 36, 37, 38, 56, 65, 67, 100, 105, 107, 154, 155, 157, 162, 278, 279, 280, 284, 290, 291.
Bernardes (Padre Manuel): 160, 161.
Berro (D. Bernardo): 146, 224, 255, 256, 262.
Blancard: 51, 282.
Boa-Vista (Barão): 157, 158.
Bosch (Beatriz): 275, 276 296.
Brito (Antero José Ferreira de): 294.
Brito (F. de Paula): 313.
Bruhl (Lucien Lévy-): 120, 292.
Buchanan (James): 289.
Bueno (José Antônio Pimenta): 254, 309, 310, 311, 315.
Buero: 159, 160, 161.
Burmeitor (Hermann): 276.
Buschental (Barão de): 147.

— C —

Cabo-Frio, Visconde de (v. Amaral, Joaquim Tomaz do).
Caçapava, Barão de (v. Andréa, Francisco José de Souza Soares de).
Cairu (Barão de): 315.
Coldwell (Brigadeiro João Frederico): 101, 289.
Câmara (Eusébio de Queiroz Matoso da): 88, 89, 95, 252.
Camp (Inácio J.): 98.
Campodónico (Monsenhor Ambrósio): 50.
Canabarro (Coronel David): 59, 60.
Capdevila (Arturo): 299.
Cárcano (Ramón): 380.
Carneiro (Francisco José Alves): 294.
Carvalho Júnior (Francisco Vaz): 276.
Carvalho (José da Costa): 14, 252, 293.
Carvalho (José da Silva Pontes de): 281.
Carvalho (Rafael Mendes de): 161, 299.
Castagnino (Raul H.): 284.
Castellano (D. Florentino): 31, 55, 63, 129, 147, 149 a 155, 160, 164 a 167, 178, 180, 182, 190 a 192, 194, 196, 202 a 207, 211 a 214, 217 a 221, 223 a 227, 232 a 238, 240, 242, 243, 256 a 264, 266, 267, 283, 284, 298, 299, 304 a 306, 308 a 310, 315.
Castilho (José Feliciano de): 52, 282.
Chaine (J.): 293.
Chaves (Pedro): 273.
Chenaut (Coronel): 117, 297.
Chilabert (Coronel): 109, 142.
Clayton (John M.): 288.
Clotilde (irmã do Visconde do Uruguai): 312.
Contenau (Dr. G.): 293.
Costa (Jesuíno Lamego da): 285.
Costas: 107.

Castro (Manuel Moreira de): 288.
Correspondente incógnito de Buenos Aires: 55, 73 a 75, 96, 283.
Coutinho (Aureliano de Souza e Oliveira): 312.
Coutinho (José Lino): 293.
Coutinho (D. Maria Balbina de Souza): 280.
Coutinho (D. Rodrigo de Souza): 280.
Creus (Ministro de Espanha em Montevidéu): 153.
Caxias (Duque de): 10, 11, 16, 17, 20 a 22, 35, 38, 66, 68, 70, 72 a 76, 100 a 102, 110, 128, 137, 142, 156, 161, 163, 166, 168, 175, 176, 184 a 190, 205, 209, 213, 219, 220, 225, 226, 272, 274, 286, 297, 302, 303, 305, 307.

— D —

De Lamare (Joaquim Raimundo): 285.
Dellipiani (A.): 288.
Devoise (Encarregado de Negócios da França em Montevidéu): 274, 275, 284, 303, 304.
Díaz (General Antônio): 161,
Díaz (General Cesar): 125, 153, 155, 191 a 200, 205, 207, 218 a 220, 225 a 227, 229 a 231, 240, 241, 259, 260, 262, 299, 305.
Doliante (Elias): 276.
Dória (Escragnole): 299, 304.

— E —

Echagüe (General): 70, 286.
Erman (Adolphe): 293.
Errasquien (D. Manuel): 152, 267.
Esteves (Francisco): 191 a 199, 218, 299, 305.
Eusébio (v. Câmara, Eusébio de Queiroz Coutinho Matoso da).

— F —

F: 49, 281.
Fletcher (J. C.): 276.
Flôres (Coronel Venâncio): 255, 256, 262.
Frazer (Sir James George): 292.
Freese (João Henrique): 275 a 277.
Frobenius (Léo): 120, 293.
Fuente (J. M. de la): 314.

— G —

Galvan (militar argentino): 139 a 141.
Garcia (D. Baldomero): 134, 135.
Garcia (Coronel): 134, 135, 141, 142, 143.
Garzón (General Eugênio): 31, 32, 54, 55, 61, 62, 283.
Giró (D. Juan Francisco): 31, 55, 56, 63, 67 a 69, 130, 148 a 152, 161, 163, 166, 194, 196, 198, 199, 204, 219, 220, 260, 266, 267, 269, 298, 300.
Gore (Ministro inglês em Montevidéu e Buenos Ai-

res): 73, 86, 103, 104, 106, 161, 164, 165, 173, 206, 207, 221, 224 a 226, 239, 264, 299.
Grenfell (Almirante João Pascoe): 18, 21, 33, 35, 36, 66, 72 a 74, 76, 102 a 104, 106, 156, 161, 184, 278, 285, 286, 290, 291, 302, 303.
Guido (D. Tomaz): 79, 88, 89, 162, 177, 185 a 188, 190, 207, 209, 223, 268, 303, 309.
Guimarães (Agostinho de Freitas): 277.

— H —

Henderson (William Willmott): 12, 104, 161, 290.
Harris (William A.): 89, 95, 288, 289.
Hermenegildo: 281.
Herrera (v. Obes, D. Manuel Herrera y).
Honório (v. Leão, Honório Hermeto Carneiro).
Honório (filho do Marquês de Paraná): 107, 182.
Hornos (Coronel): 112.
Hudson (James): 77, 78, 86, 88, 287.
Huego (Dr.): 75.
Huizinga (J.): 120.

— I —

Idelvira (Ida): 157, 158, 164.
Iguaçu (Conde): 281.
Itaboraí, Visconde de (v. Tôrres, Joaquim José Rodrigues).

— J —

Juanicó (deputado uruguaio): 156.
Joinville (Príncipes de): 285, 286.
Jurujubense (Poeta): 312.

— K —

Karsten (Rafael): 292.
Kidder (D. P.): 276.

— L —

Labat: 282.
Lafond (Samuel): 299.
Lapido (Octavio): 315.
La Madrid (General): 112, 113.
Lamas (D. Andrés): 13, 15, 30, 87, 88, 118, 169 a 172, 235 a 238, 240, 263, 272, 301, 309, 310.
Lavalle (Laurentina): 154.
Lavalle (General): 154.
Lavalleja (General): 224.
Leal (Felipe José Pereira): 40, 154, 279.
Leão (Honório Hermeto Carneiro): 7 a 23, 25 a 37, 39 a 41, 47, 50, 53 a 65, 67, 68, 71 a 76, 87, 89, 90, 94, 95, 101, 102, 106 a 112, 116, 118, 121 a 137, 139, 140, 142 a 148, 150 a 153, 155 a 161, 163 a 168, 171 a 173, 175 a 187, 190, 192, 193, 196 a 199, 201, 202, 204 a 209, 211 a 221, 225 a 236, 238 a 240, 242 a 246, 253, 255, 256, 258

a 269, 271 a 275, 277 a 279, 283, 284, 286 a 292, 295 a 302, 304 a 310, 314 a 316.
Leão (Maria Henriqueta Carneiro): 158, 298.
Leme (Antônio Pires da Silva Pontes): 281.
Leme (Fernão Dias Paes): 281.
Leme (Maria Dias Paes): 281.
Leprédour (Almirante francês): 80, 81, 161, 280.
L'Hermenier (L.): 302, 303.
Levene (Ricardo): 295.
Lima (Hermeto): 294.
Lisboa (Joaquim Marques): 282, 285, 286.
López (D. Carlos Antônio): 36, 37, 39 a 47, 107, 162, 170, 171, 278 a 280, 282, 288, 315.
López (Vicente F.): 126, 185, 186, 226 e 230.
Lomba (Vitorino José Barbosa da): 285.

— M —

Mackeaver (*Commodore* americano): 161.
Madariaga (General): 112.
Madero (D. Nepunuceno): 73, 75, 82.
Magalhães (José Gonçalves de): 285.
Malheiro (D. Caetana Marculina): 281.
Mandeville (v. Thompson, Maria).
Manning (W. R.): 288.
Mansilla (General Lúcio): 66 a 70, 97, 103, 109.
Marmol: 63, 107, 283,
Martínez (D. João): 64.
Mauá, Visconde de (v. Souza, Irineu Evangelista).
Mello (Mateo J. Magariños): 274, 275, 304.
Melo (Manuel Felizardo de Souza e): 100, 101, 187, 282, 289, 304. 305.
Menezes (Alexandre José de Souza): 281.
Merelim: 51.
Mérola (Comendador Genaro): 50.
Métraux (A.): 293.
Mitre (Bartolomeu): 110, 112.
Molina (Nicanor): 44, 47.
Monte Alegre, Marquês de (v. Carvalho, José da Costa).
Monteiro (João da Costa Rêgo): 291, 292.
Monteiro (Maciel): 301, 302.
Montezuma (Francisco Gê Acayaba de): 88.
Moreira (Francisco Inácio Carvalho): 288.
Moreno (Lucas): 38, 100, 101, 136, 145, 164, 173, 175 a 177.
Muniz (João Braulio): 293.
Muñoz (Francisco Joaquim): 66, 315.
Muñoz (José Maria): 146, 156.
Muritiba, Marquês de (v. Tosta, Manuel Vieira).

— N —

Nabuco (Joaquim): 296.
Napoleão (Príncipe Luiz) 278.
Navia (D. Carlos): 168.
Nyvel (J. A. Van): 277,

— O —

Obes (D. Manuel Herrera y): 17 a 20, 22, 23, 30 a 32, 54 a 64, 71, 100, 130, 147 a 150, 158, 169 a 173, 236, 266, 272, 274, 283, 301, 303, 309.
Obés (Lucas): 315.
Olinda (Marquês de): 40, 42.
Oliveira (Saturnino de Souza e Oliveira): 238, 309.
Oria (José A.): 295.
Oribe (General D. Manuel): 8, 11 a 15, 18 a 20, 23, 31 a 34, 55, 58, 62, 65, 66, 78, 79, 81, 84, 88, 109, 132, 134, 161, 169, 186, 222, 238, 246, 273, 301, 309, 310, 314.
Ouseley (Encarregado de Negócios da Inglaterra em Montevidéu): 153, 154.

— P —

Pacheco (General rosista): 101, 105.
Paixão (Antônio José Francisco): 285.
Palmerston (Lorde): 66, 71, 72, 77 a 79, 82, 85 a 87, 91 a 94, 221, 287.
Pancho, D. (v. Esteves, Francisco).
Paraná, Marquês de (v. Leão, Honório Hermeto Carneiro).
Paraná, Marquesa de (v. Leão, Maria Henriqueta Carneiro).
Paranhos (José Maria da Silva): 8, 13, 14, 19 a 21, 33, 69, 107, 130, 136, 161, 191 a 197, 206, 207, 211, 232 a 235, 237, 253, 254, 257, 259, 260, 264 a 267, 275, 279, 283, 284, 290, 298, 299, 305, 311, 316.
Parker (Guilherme): 68, 285.
Passos (Alexandrina Francisca dos): 281.
Paulino (v. Souza, Paulino José Soares de).
Paunero (Coronel): 112, 149.
Pedro II (Dom): 12 a 14, 21, 25 a 27, 33, 50, 75, 88, 89, 91, 92, 118, 119, 132, 136, 156, 159, 160, 163, 169, 183, 188, 202, 229, 247, 249 a 252, 254, 272, 278, 297, 304, 311.
Peña (D. Luiz J. de la): 126, 132, 133, 145, 146, 162, 164, 175 a 180, 183, 185, 190, 201 a 204, 212, 219, 223 a 226, 229, 237 a 241, 255 a 263, 298, 299, 302 a 304, 306, 310, 314.
Peña (Manuel): 41, 42.
Pendleton (John): 103, 106, 290.
Penedo, Barão de (v. Moreira, Francisco Inácio Carvalho).
Pereira (José Clemente): 50.
Perry (W. J.): 293.
Petit (Léon): 282.
Picot (Mr.): 91.
Pino (Brito del), General: 58, 60.
Pontes, Felisberto Caldeira Brant (v. Barbacena, Marquês de).
Pontes (Desembargador Rodrigo de Souza da Silva): 7 a 9, 11, 13 a 16, 20, 22, 24, 30, 34, 35, 40, 47 a 52, 55, 56, 60, 67 a 69, 78, 105 a 108, 110, 129, 130, 137, 144, 146, 147,

149, 150, 152 a 155, 157, 161, 163, 166 a 168, 176, 177 a 181, 184 a 186, 190, 197 a 199, 201 a 204, 212, 218, 219, 222 a 225, 227 a 241, 255, 256, 263, 268, 269, 271 a 275, 277 a 286, 289, 291, 297 a 308, 310, 314 a 315.
Ponzel: 160, 161.
Pôrto-Alegra, Conde de (v. Souza, Manuel Marques de).
Pôrto-Alegre (Manuel de Araújo): 8, 51, 311.
Poucel (Benjamin): 299.
Pinto (Francisco Felix da Fonseca Pereira): 68, 155.
Puiggrós (Rodolfo): 295.

— Q —

Quaraim, Barão de (v. Chaves, Pedro).
Quijano (ator em Montevidéu): 154.

— R —

Ramos (Artur): 293.
Ramos (R. Antônio): 315.
Ravel: 154.
Reyd (Alexander): 88.
Reynolds (Almirante inglês): 12, 104.
Reys (Coronel): 151, 172, 301, 302.
Ribeiro (Duarte da Ponte): 41, 42, 118, 271, 279, 285, 291, 309.
Ribeiro (Duarte Pereira da Ponte): 281, 282.
Ribeiro (José Duarte da Ponte): 285.
Ribeiro (Manuel Maria Bulhões): 268.
Ribeiros (Coronel): 117.
Rio-Branco, Visconde de (v. Paranhos, José Maria da Silva).
Rivera (Frutuoso): 60, 315.
Rocha (Fernando Vieira): 285.
Rodrigues (José Honório): 274.
Rosas (D. Juan Manuel de): 14, 15, 23 a 29, 31, 33, 39 a 41, 44 a 47, 55, 59, 63, 65 a 67, 70, 71, 73 a 89, 91 a 94, 96 a 106, 110 a 115, 117, 121, 122, 126 a 128, 131 a 133, 143, 169, 172 a 174, 185 a 188, 206, 209, 221, 230, 238, 269, 273, 285, 289, 292, 295, 299, 310.
Rosas (Manuelita): 42, 73, 92, 103, 106, 161, 299.
Rozzo (Sebastian): 292.

— S —

Saldias (Adolfo): 37, 90, 287 a 289, 306.
Salvaterra (Manuel): 276.
Sampere (Antônio Cuyas y): 66, 291, 297.
Santos: 282.
Santos (Francisco Marques dos): 299.
Santos (José Pinto dos): 280.
Sarmiento (Domingos Faustino): 69, 96, 110, 112, 115, 117 a 119, 124, 144, 292,

Saturnino (v. Oliveira, Saturnino de Souza e).
Schenk (Robert C.): 105, 109, 290, 291.
Schoenfeldt (Hubert): 276.
Schwarzenberg (Príncipe de): 86, 87, 288.
Sepetiba, Visconde de (v. Coutinho, Aureliano de Souza Oliveira): 312.
Smith (Elliot): 292.
Silva (Francisco de Lima e): 295.
Silva (João J. Correia da): 277.
Sinimbu (João Lins Cansansão de): 20.
Solari (J. A.): 20.
Sonnleithner (Hipólito de): 86.
Souto-Maior (Ana Antônia Malheiro): 281.
Southern (Henri): 29, 65, 66, 71 a 73, 77 a 96, 173, 207 a 210, 220, 221, 224, 225, 287, 289, 306.
Souza (Antoinette Gabrielle Madelaine Gilbert Soares de): 312.
Souza (Irineu Evangelista de): 159, 285.
Souza (José Antônio Soares de): 271, 279, 283, 284, 287, 288, 297, 301, 304, 309, 311.
Souza (Luís Jacome de Abreu): 276.
Souza (Manuel Marques de): 70, 100, 101, 110, 113 a 117, 125, 128, 137, 143, 155, 160, 161, 163, 164, 168, 272, 291, 297.
Souza (Paulino José Soares de): 9 a 17, 23 a 25, 28 a 30, 32, 33, 37, 40, 41, 43 a 47, 50, 51, 53, 55, 59, 61, 62, 65, 66, 74 a 76, 78, 79, 82, 86 a 95, 106, 110 a 112, 118, 127, 128, 131, 134, 137, 138, 140, 143, 148, 151, 167, 170 a 172, 178, 180, 183 a 186, 193, 194, 197, 199, 204 a 212, 214, 218, 220, 221, 227, 229, 230, 233, 235, 237, 238, 240, 242 a 247, 252 a 255, 263 a 266, 268 a 273, 275, 277, 280, 284, 286 a 291, 297 a 305, 308 a 315.
Suárez (D. Joaquim): 20, 57 a 59, 130, 146, 267, 275.

— T —

Tamandaré, Marquês de (v. Lisboa, Joaquim Marques).
Teixeira Filho (Henrique Carneiro Leão): 279, 299, 304.
Thompson (Maria): 185, 186, 190.
Teresa Cristina (D.): 159, 160, 244.
Torres (Joaquim José Rodrigues): 245, 252, 254.
Tosta (Manuel Vieira): 204, 252.
Tramandaí, Barão de (v. Brito, Antero José Ferreira de).

— U —

Urquiza (Dr. Diógenes José de): 19, 23, 28, 33, 45, 134, 164, 174, 225, 227, 229, 230, 261, 264, 275, 276, 302.

Urquiza (D. Justo José de): 11 a 14, 17 a 20, 22, 26 a 29, 32 a 37, 39, 40, 42, 44 a 46, 54, 55, 59, 62, 63, 65 a 67, 70 a 72, 75, 76, 81, 82, 88, 89, 92, 97, 100 a 103, 106, 107, 109 a 115, 117, 121 a 128, 131 a 138, 140, 143 a 146, 164, 165, 167, 173 a 177, 179, 183 a 190, 197 a 207, 209, 211 a 214, 217, 220 a 231, 238, 239, 241, 242, 245, 246, 255, 256, 261, 262, 264 a 266, 274, 275, 278, 280, 283, 284, 286, 291, 295 a 298, 302, 303, 305 a 308, 315.
Uruguai, Visconde de (v. Souza, Paulino José Soares de).

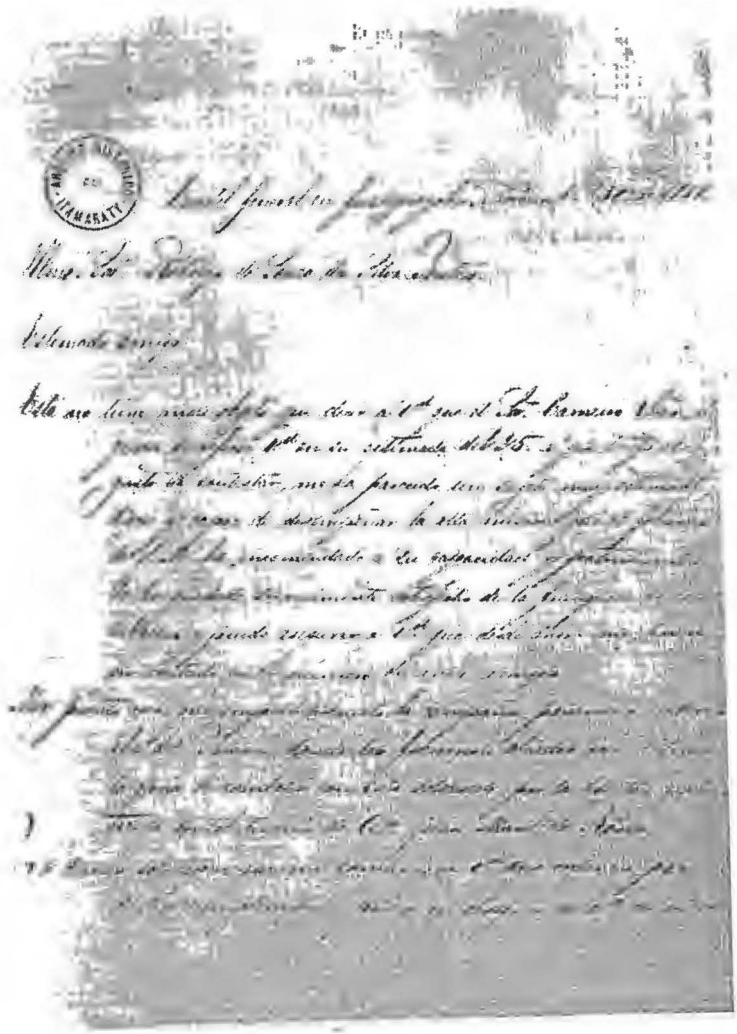
— V —

Valdez (Coronel): 314.
Vasconcelos (Bernardo Pereira de): 245.
Vasconcelos (Genserico); 272, 274, 275, 285, 289.
Vassourense (Poeta): 300, 312.
Vauthier: 157, 158.
Vega (Capitão): 75.
Vendryès (Pierre): 274.
Verdi: 157, 164.
Viana (Hélio): 310, 312.
Vieira (Padre Antônio): 48.
Vilademoros: 151, 302.
Virasoro (General Benjamin): 40, 42, 45, 109, 117, 125.
Vivian (Abbé): 277.
Vitória (Rainha): 154.

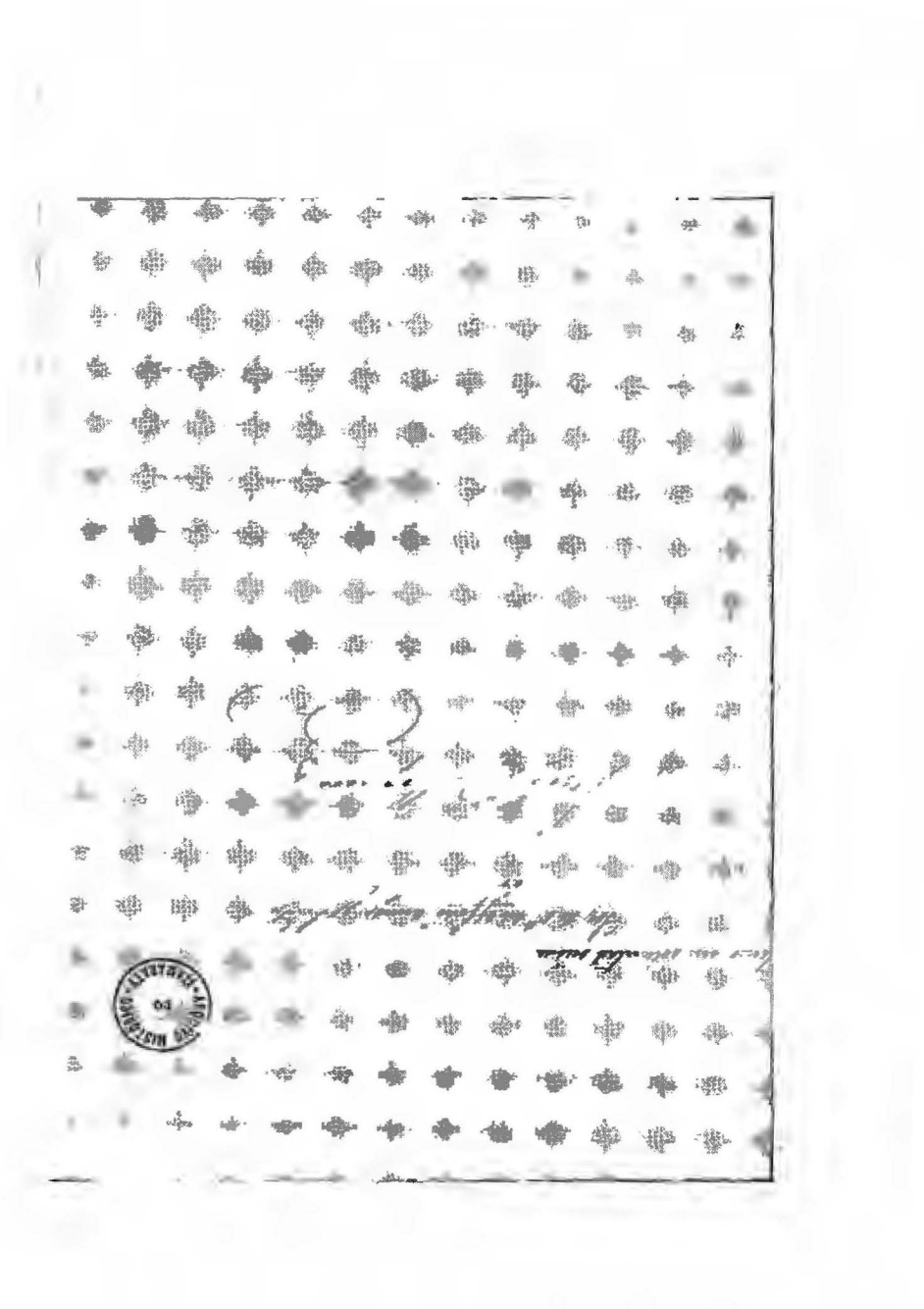
FAC. EDUCAÇÃO - BIBLIOTECA

Honório Hermeto Carneiro Leão, Visconde e Marquês de Paraná.

Litogravura de Boulanger (album).

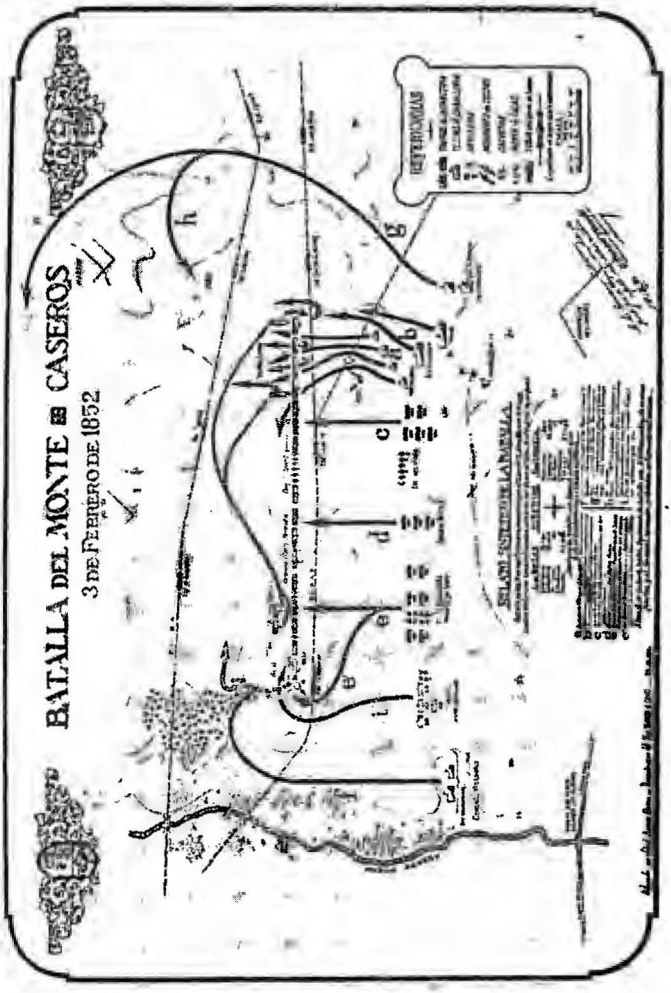


Carta do general Urquiza a Silva Pontes, de 30 de novembro de 1851, em que se refere a Honório Hermeto.



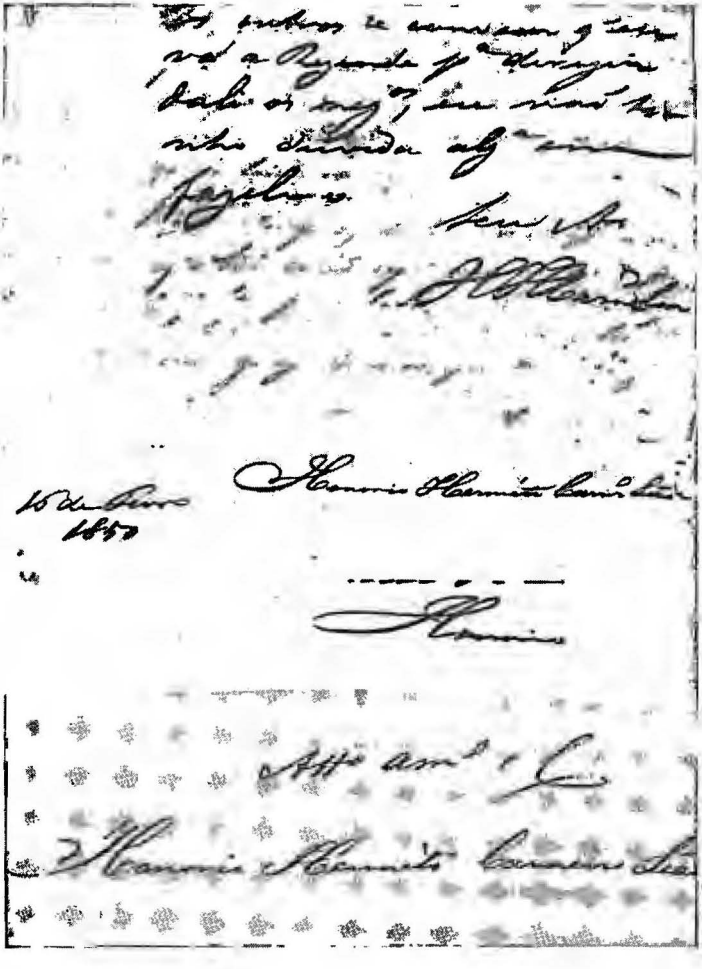
Paulino José Soares de Souza (Visconde do Uruguai).

É de Boulanger o desenho, decalques, *in* Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.



Croquis da Batalha de Monte Caseros, em que se vê a ação dos brasileiros: (e) Marques de Souza, e (h) Osório. É o melhor dos que conheço. Foi publicado pelo major argentino Ignacio J. Camps, *El Palomar de Caseros, in* Contribuição para o II Congresso Internacional de História da América, realizado em Buenos Aires, no ano de 1937, pág. 75.

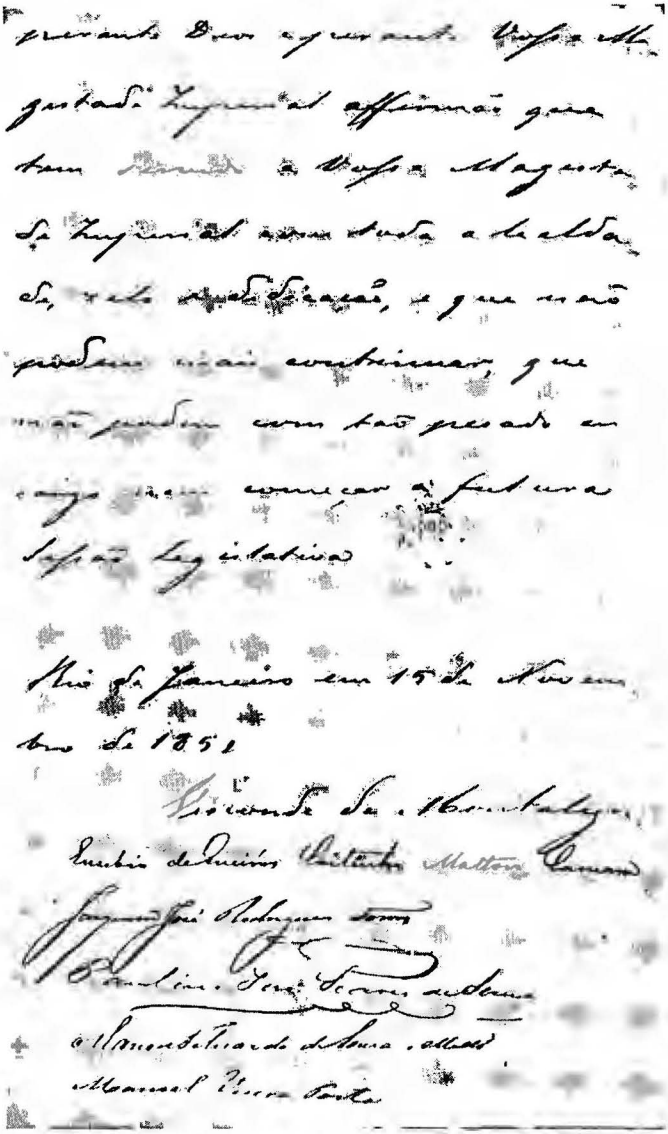
(Devo ao historiador WALTER ALEXANDER DE AZEVEDO o conhecimento do trabalho e a possibilidade de publicar êste *croquis*.)



Várias assinaturas de Honório Hermeto: 1.ª) em carta de 1842, H. H. Carn^o Leão; 2.ª) em carta de 1850, Honorio Herméto Carn^o Leão; 3.ª) em carta de 1843 (?) Honório, e 4.ª) finalmente, em confidencial de Montevidéu, de 1852, Honorio Herméto Carneiro Leão. É de se notar o acento no segundo E *de Hermeto, que êle punha, para indicar a pronúncia do seu nome: Herméto, e não: Hermêto.*

Honório Hermeto Carneiro Leão (Marquês de Paraná).

É desenho de **Boulanger, decalques, *in* Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.**



Final do pedido de demissão do ministério, dirigido ao Imperador, com a assinatura de todos os ministros.

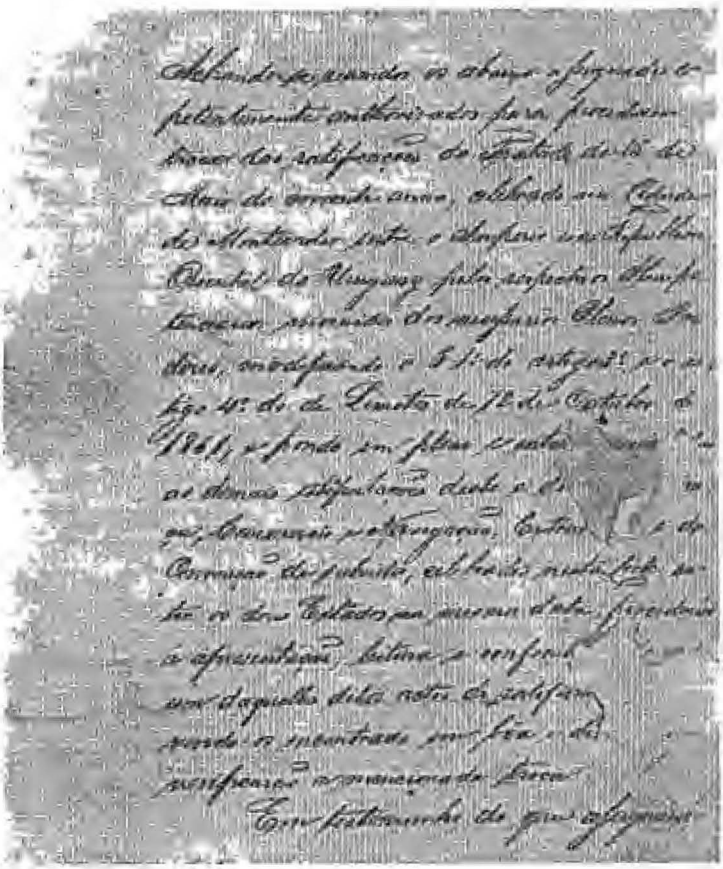
(Original *in* Arquivo do Museu Imperial, Petrópolis.)

Final do Tratado de 15 de maio de 1852, com as assinaturas de Honório Hermeto e D. Florentino Castellanos.

(Original existente no Arquivo Histórico do Itamarati.)

Última página da ratificação, assinada pelo general Urquiza e seu ministro Vicente F. López, em 19 de maio de 1852, do Ato de Garantia da Confederação Argentina ao Tratado de 15 de maio de 1852.

(Original brasileiro, existente no Arquivo Histórico do Itamarati.)



Instrumento da troca de ratificações do Tratado de 15 de maio de 1852, datado de 13 de julho de 1852 e assinado por D. Andrés Lamas e pelo ministro Paulino.